

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós – Graduação em Geografia

THIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA



Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais
Municipais da Prainha e Grumari – Maciço da Pedra
Branca – RJ

Tese de Doutorado

Orientadores: Prof. Dr. Evaristo de Castro Junior

Prof. Dr. Scott Hoefle

Rio de Janeiro
2012

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós – Graduação em Geografia

Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e
Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ

THIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Evaristo de Castro Junior

Prof. Dr. Scott Hoefle

Rio de Janeiro
2012

Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e
Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

Tese submetida ao corpo docente do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários á obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Evaristo de Castro Junior

Prof. Dr. Scott Hoefle

Prof. Dr. Achilles Chirol

Prof. Dra. Ana Lucia Lucas Martins

Prof. Dra. Ana Maria Bicalho

Prof. Dra. Telma Mendes da Silva

Rio de Janeiro
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Pereira, Thiago Ferreira Pinheiro Dias.

**Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari –
Maciço da Pedra Branca – RJ**

xxvii, 332 f.: il. (algumas color.)

**Tese (Doutorado em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências – IGEO, 2012.**

**Orientadores: Evaristo de Castro Junior
Scott Hoefle**

**1. Fragmentação Florestal. 2. Unidades de Conservação. 3. Ecologia da
Paisagem. 4. Conflitos de Interesse**

I. Título.

**“A Humanidade é dividida em dois grupos,
os que não comem,
e os que não dormem,
com medo da revolta dos que não comem”.**

Josué de Castro

**À minha Avó Zely Pinheiro,
ao meu avô José Dias Pereira
e a minha querida filha Sophia.**

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por estar sempre presente nos guiando e protegendo.

Aos meus pais, Luiz Carlos Pereira e Claudia Maria Ferreira, pelo apoio e amor incondicional em todos os momentos da minha vida. Muito obrigado por tudo! Ao meu pai também por ser um bom exemplo acadêmico.

À UFRJ, por ter me acolhido durante estes treze anos, desde que entrei no curso de Graduação em Geografia, em 1999. Ao PPGG – UFRJ, por ter me proporcionado a oportunidade de continuar na busca pelo conhecimento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Evaristo de Castro Junior, por antes de mais nada ser um grande amigo e dedicado pesquisador, estando sempre presente nos momentos necessários.

Ao meu também orientador Scott Hoefle, por ter me auxiliado a expandir meus horizontes conceituais, me tornando um indivíduo mais crítico, compreendendo com mais clareza o processo de construção do conhecimento. Também agradeço por todo auxílio no momento de revisão conceitual, assim como nos estudos de ordem social.

Especialmente aos meus avós, Zely Pinheiro e José Dias Pereira, grandes ícones nos quais me espelho ao decorrer de minha vida. Ambos falecidos ao longo da pesquisa, tenho certeza que estarão sempre comigo ao longo de minha jornada. Dedico esta tese a eles. Obrigado por tudo! Também agradeço as minha avós Hosana Ferreira e Zilmar Pinheiro, por me ensinarem um caminho digno para se viver, com humildade e determinação. À minha avó Zely, agradeço em especial, por todo o incentivo e papel ao longo de minha formação.

À Helena Martins, aos meus primos Ivan, Gabriel, Bruno e Gabriela, e aos meus tios e tias. Ao Mitch, por ser um amigo sempre presente, que teve um grande papel em minha formação.

Aos meus irmãos, Daniel e João, que trazem a alegria para minha vida. Aos meus grandes amigos, Julio e Lorena, por estarem próximos em todos os momentos determinantes de minha vida.

A toda equipe do NESAG, principalmente à Fernanda Corrêa, Nathália Gil, Lucas e Thiago pela grande ajuda nos processos de triagem; ao Felipe Fragoso pela

ajuda nos campos, mas principalmente ao Thiago Cardoso Chagas, por sua enorme ajuda nos campos e na elaboração dos mapas, além de ter sido um grande companheiro de trabalho no último ano, principalmente no período final, o mais difícil.

Ao GEOHECO, por ter me iniciado na pesquisa científica.

Ao André Negreiros, ao André Novaes e Eduardo Bulhões, por serem grandes amigos adquiridos ao longo de minha vida acadêmica, estando presentes em muitos momentos importantes.

A todas as pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para que fosse possível a realização deste trabalho. À Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro pela autorização, assim como pela abertura e disponibilização de informações e material, especialmente a Rosana Junqueira (Gestora do PNMP), à Isabela Lobato da Silva (Gerente de Unidades de Conservação) e Jorge Pontes (Servidor municipal – SMAC-RJ e professor UERJ-FFP). Ao Sr. Antônio Pereira Pinto Neto, presidente da associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari, à D. Claudinéia da Silva Marques Pinto da Costa e a toda a comunidade pelo auxílio nas entrevistas, da mesma forma agradeço a todos os comerciantes, em especial ao Ronaldo, Antônio Rodrigues e Carlinhos. À Colônia de pescadores, principalmente ao Elisinaldo Joaquim dos Santos (Dedeu) e seu filho Junior. A Detzel Consulting, por me convidar para a realização do DRP para estas áreas, ao Pedrão (quiosque na Prainha), ao Sr. Célio Murilo de Menezes da Costa (proprietário de terras em Grumari), ao Sr. Jorge da ASAG, ao José Allá da ASAP, ao Sr. Pedro (Presidente da Associação Naturista), aos Guardas Municipais Silva e Boticeli, pela grande ajuda nos campos realizados no PNMP, ao Sr. William Prado (Instituto Iguaçu), ao Sr. Antonio Carlos Guanabara, responsável pelo Surf Bus Beach Tour, assim como à todos os outros entrevistados que não quiseram informar seus nomes.

A todos os meus amigos do Fundão, à Geomata, ao surf, à vida, à alegria, a todo pessoal da Tijuca, ao IFRJ e às secretárias da PPGG - UFRJ, por sempre terem me ajudado.

À minha querida e amada esposa, a botânica Thereza Cristina C. Lopes, por ter sido uma incrível companheira, me ajudando de diversas formas ao longo da tese, em especial neste último período de redação, e principalmente por ter me proporcionado a maior alegria de minha vida, o nascimento de minha filha Sophia Lopes Pereira, a quem agradeço simplesmente por existir.

Agradeço, portanto, à existência, por todos os dias que vivemos em busca de alegria e felicidade.

Pereira, T.F.P.D. **Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ.** Orientadores: Evaristo de Castro Junior e Scott Hoefle. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2012. Tese (Doutorado em Geografia).

Resumo

Ao longo da história do processo de ocupação e uso do solo, os seres humanos, para que pudessem desenvolver suas variadas atividades, foram muitas vezes obrigados a retirar a cobertura vegetal original dos ambientes, produzindo dessa maneira grandes impactos na estabilidade dos ecossistemas. Tais impactos levaram à formação de uma paisagem composta por um mosaico, onde encontramos uma matriz antrópica com “ilhas” vegetacionais remanescentes inseridas nesse contexto. Teríamos dessa forma o que podemos denominar “processo de fragmentação florestal”, onde as “ilhas” vegetacionais remanescentes podem então ser chamadas de “fragmentos”. No Brasil, apontado como um dos países com maior mega-diversidade no mundo, o bioma da Mata Atlântica se destaca pela sua grande biodiversidade e acentuados graus de endemismo. Neste caso, os fragmentos existentes não são apenas de tamanho variável, mas apresentam também estados de preservação funcional com uma variância alta e pouco estudada. Em fragmentos urbanos, além das conseqüências geobiofísicas, notamos também grandes questões sociais que devem ser levantadas. Em primeiro lugar, temos a pressão da expansão urbana atuando de forma intensa sobre a funcionalidade e estado de preservação destes fragmentos, o que se deve principalmente a grande dificuldade na aplicação da legislação pelos órgãos fiscalizadores que são, muitas vezes, impedidos de entrar nas “comunidades” (favelas) pelo crime organizado (especificamente no Rio de Janeiro), ou são corrompidos por propostas que incluem altos valores monetários. Outra questão que também pode ser detectada em muitos espaços urbanos pelo mundo é a visão que toma estes fragmentos como amenidades, podendo vir a influenciar na qualidade de vida dos habitantes, assim como nos preços dos imóveis. Uma das principais formas de garantir a preservação destas áreas florestais é transformá-las em áreas de proteção, que podem ser elaboradas segundo propostas de diferentes correntes do pensamento ambientalista. O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da paisagem geográfica e os conflitos de interesses em dois fragmentos florestais urbanos protegidos (e conectados entre si) na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, através de pesquisas bibliográficas, da realização de trabalhos de campo, entrevistas e aplicação de questionários, da utilização de SIGs, assim como, de estudos e levantamentos de ordem social. As áreas são o Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP) e o Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG). Ambas sofrem diversas pressões decorrentes da expansão urbana e devido a isso apresentam inúmeros conflitos de interesse (agentes imobiliários, construtoras, rede hoteleira, ambientalistas, turistas, populações locais, surfistas, emissoras de televisão, proprietários, ONGs e etc.). A primeira área (Prainha) representa um modelo de concepção bem próximo ao da corrente preservacionista, enquanto a segunda área (Grumari), na prática representa uma situação mais próxima do pensamento conservacionista, onde a questão fundiária não resolvida gera problemas significativos para gestão. Os conflitos de interesse presentes,

assim como a materialização dos mesmos no espaço apresentam um cenário muito mais complexo no caso do PNMG. Conceitos como identidade, comunidade, paisagem, territorialidade e a ecologia da paisagem podem ser importantes ferramentas a serem utilizadas na busca por uma maior compreensão das questões levantadas. Neste sentido, buscando a real manutenção das diversidades natural e cultural nas unidades de conservação abordadas, são apresentadas propostas de projetos e zoneamentos, que possam minimizar os conflitos de interesse existentes e compatibilizar a presença da comunidade local com a conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Fragmentação florestal, unidades de conservação, ecologia da paisagem e conflitos de interesse.

Abstract

Throughout the history of land use and occupation process, the human beings, in order to develop its several activities, in many times were obliged to remove the environments' original vegetation cover, producing enormous impacts on ecosystems' stability. Such impacts had led to the formation a fragmented landscape, where we can find forest fragments embedded into an anthropic matrix, in this way we can talk about "forest fragmentation process" where remaining forest "islands" may be referred as fragments. In Brazil, pointed as one of the countries with the highest level of mega-diversity in the world, Atlantic Forest Biome is highlighted for its huge biodiversity and high degrees of endemism. In this case, the existing forest fragments, present not only several sizes, but also states of functional preservation with a high variance and little studied. In urban forest fragments, beyond geobiophysical consequences, we can also note important social matters that must be assessed. In first place, there is an intense urban expansion pressure acting on the functionality and state of preservation of these fragments, what is mainly related to existing barriers for the application of the legislation by the government agencies, which in many times are forbidden to get inside poor communities (slums) established on these areas, by the drug dealers (organized crime), or in other cases, are corrupted by proposals that include high monetary values. Another important question that might be detected in many urban spaces around the world is the vision that takes these forest fragments as amenities, being able to come to influence in the quality of life of the inhabitants, as well as in the prices of the properties. One of the main forms to guarantee the preservation of these forest areas is to transform them into protection areas, which may be based on several different approaches in environmentalism. The main goal of this thesis is to assess the geographical landscape evolution and the significance of conflicts of interests in two protected urban forest fragments (and connected to each other), in the west zone of Rio de Janeiro based on literature searches, conducting fieldwork, interviews and questionnaires, using GIS as well as promoting surveys and studies of social order. The areas are Prainha Municipal Natural Park (PNMP) and Grumari Municipal Natural Park (PNMG). Both areas suffer diverse pressures related to the urban expansion and due to that they present innumerable conflicts of interest (real estate agents, construction, hotels and tourism industry, environmentalists, tourist, locals, surfers, TV stations, land owners, NGOs and so on). The first area (Prainha) represents a model of conception well next to the preservationist vision, while the second area (Grumari), in reality represents a situation next to the conservationist thought, where the unsolved agrarian question generates significant problems for management practices. The existing conflicts of interest, as well as their materialization in the space present a much more complex scene in the case of PNMG. Concepts such as identity, community, landscape, landscape ecology and territoriality may be important tools to be used in the search for greater understanding of the issues raised. In this sense, searching for the actual maintenance of the natural and cultural diversity in protected areas addressed, projects and zoning proposals are presented, what may minimize existing conflicts of interest and also match the presence of the local community and the conservation of biodiversity.

Keywords: Forest fragmentation, global functional indicators, surface organic matter accumulation, natural conservation areas, landscape and conflicts of interest.

Conteúdos

1) Introdução.....	1
2) Objetivos.....	5
3) Justificativas.....	6
4) Revisão Conceitual.....	7
4.1) Um Breve Histórico da Questão Ambiental e da Delimitação de Áreas Protegidas.....	7
4.1.1) O Cenário Mundial.....	7
4.1.1.1) O Preservacionismo e o Conservacionismo.....	8
4.1.1.2) Organizações, Conferências e Financiamentos Internacionais.....	10
4.1.2) O Cenário Brasileiro.....	14
4.2) Degradação Ambiental: um problema em diferentes escalas.....	20
4.3) A Resposta dos Atores Sociais.....	22
4.4) O Papel da Academia.....	28
4.4.1) Ecologia da Paisagem.....	30
4.4.2) Ecologia Política.....	31
4.4.3) Ecologia Profunda (Deep Ecology).....	32
4.4.4) Ecologia Social.....	33
4.4.5) Ecologia Radical.....	34
4.5) Os “Ambientalistas” (Greens).....	35
5) Área de Estudo.....	37
5.1) Breve Histórico do Maciço da Pedra Branca.....	37
5.2) Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari.....	39
6) Materiais e Métodos.....	51
6.1) Protocolo Amostral.....	51
6.2) Metodologia.....	51

6.2.1) Análises dos conflitos de interesse e da evolução da paisagem geográfica de Grumari e Prainha e produção do mapa de conflitos de interesse.....	51
6.2.1.1) Entrevistas semi-estruturadas.....	54
6.2.1.2) Questionários pré –elaborados (questões fechadas).....	58
6.2.2) Produção de Mapas de Uso do Solo para o PNM de Grumari.....	59
7) Resultados e Discussão.....	60
7.1) Breve Histórico e Principais Decretos para Ambas as Áreas.....	62
7.2) Levantamentos e Inferências sobre Conflitos de Interesse Presentes no Parque Natural Municipal da Prainha.....	65
7.2.1) Entrevista com representante do poder público municipal – Questões aplicadas ao gestor do Parque Natural Municipal da Prainha.....	67
7.2.2) Entrevista com representantes do Grupamento Marítimo (GMAR) de Guaratiba – Questões aplicadas a diversos bombeiros em serviço nas praias de Grumari e Prainha.....	86
7.2.3) Entrevista com comerciantes do PNMP - Questões aplicadas aos proprietários de quiosques, restaurantes e tendas na areia e vendedores ambulantes.....	92
7.2.3.1) Entrevista com comerciante do quiosque 01	93
7.2.3.2) Entrevista com comerciante do quiosque 02.....	96
7.2.3.3) Entrevista com comerciante do Restaurante	98
7.2.3.4) Entrevista com comerciantes “barraqueiros” e ambulantes	101
7.2.4) Entrevista com representante da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP) – Questões aplicadas ao presidente da associação	102
7.2.5) Entrevista com representantes da indústria cinematográfica, televisiva e publicitária – Questões aplicadas a produtores em atividade no local.....	105
7.2.6) Entrevista com ONGs e empresas privadas – Questões aplicadas aos representantes destas instituições.....	109
7.2.7) Espacialização dos Principais Atores que Atuam no Parque Natural Municipal da Prainha.....	112
7.2.8) Matriz de Conflitos de Interesse no PNM da Prainha.....	114
7.2.9) Intensidade de Conflitos por Compartimentos no PNM da Prainha.....	121
7.3) Levantamentos e Inferências sobre Conflitos de Interesse Presentes no Parque Natural Municipal de Grumari.....	124

7.3.1) Informações sobre o Histórico de Ocupação de Grumari.....	124
7.3.2) Mapa de Uso do Solo do PNM de Grumari.....	134
7.3.2.1) Descrição das Classes Destacadas no Mapa de Uso do Solo na Área Abordada no PNM de Grumari.....	136
7.3.3) Levantamento de Conflitos de Interesse no PNM de Grumari.....	149
7.3.3.1) Entrevista com representante do poder público municipal – Questões aplicadas a servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro	149
7.3.3.2) Entrevista com representantes da comunidade local de Grumari – Questões aplicadas ao presidente da Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Gumari.....	171
7.3.3.3) Entrevista com Integrantes da Colônia de Pescadores do PNMG - Questões aplicadas ao representante da colônia e aos proprietários de ranchos.....	212
7.3.3.4) Entrevista com comerciantes do PNMG - Questões aplicadas aos proprietários de quiosques, restaurantes e tendas na areia e vendedores ambulantes.....	223
7.3.3.5) Entrevista com proprietários de terras no PNMG - Questões aplicadas ao dito representante dos proprietários.....	246
7.3.3.6) Entrevista com representante da Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (ASAG) - Questões aplicadas a um dos sócios fundadores e ex-presidente.....	254
7.3.3.7) Entrevista com representante da Associação Naturista de Abricó - Questões aplicadas ao presidente da associação.....	259
7.3.4) Espacialização dos Principais Atores que Atuam no Parque Natural Municipal de Grumari.....	268
7.3.5) Matriz de Conflitos de Interesse no PNM de Grumari.....	268
7.3.6) Intensidade de Conflitos por Compartimentos no PNM de Grumari.....	278
7.4) Breves Reflexões sobre as Gestões Desenvolvidas nos Parque Naturais Municipais da Prainha e Grumari.....	280
7.5) Uma Proposta Alternativa de Zoneamento para o Recorte Espacial Abordado no PNMG.....	296
8) Considerações Finais.....	300
9) Referências Bibliográficas.....	307
10) Anexos.....	314
Anexo I. Questionários Pré- elaborados Aplicados no PNMG.....	314

Anexo II: Boletim de ocorrência relativo à apreensão de pés de <i>cannabis sativa</i> realizado na 42ª DP.....	328
Anexo III. Autorização fornecida pelo gestor do PNM de Grumari (2006) para expansão de domicílio na comunidade (Foto: Thiago Pereira) residente no interior do Parque.....	331

Lista de Figuras

Figura 1. Bairro de Grumari no extremo sudoeste do Maciço da Pedra Branca – RJ....	38
Figura 2. Áreas de estudo no Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari, maciço da Pedra Branca – RJ.....	39
Figura 3. Parque Natural Municipal da Prainha Fotos: Thiago Pereira.....	40
Figura 4. Anfiteatro natural Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP) Foto: Thiago Pereira.....	40
Figura 5. Parque Natural Municipal de Grumari (PNM – Grumari) Foto: Thiago Pereira.....	42
Figura 6. A planície litorânea e o sistema de encostas no PNM de Grumari – RJ Foto: R. Drommond.....	43
Figura 7. Drenagem localizada na extremidade esquerda do PNM de Grumari – RJ Foto: R. Drommond.....	43
Figura 8. Drenagem localizada na extremidade direita do PNM de Grumari – RJ Foto: R. Drommond.....	43
Figura 9. Manejo de plantações de banana no PNM de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	43
Figura 10. Mosaico composto por vegetações secundárias (em diferentes estágios de recuperação) e plantações de banana no PNM de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	43
Figura 11. Comunidade de pescadores do PNM de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	44
Figura 12. Horto municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro Foto: Thiago Pereira.....	44
Figura 13. Entrada para a comunidade de agricultores da APA de Grumari. Foto: Thiago Pereira.....	45
Figura 14. Residências na comunidade de agricultores da APA de Grumari. Foto: Thiago Pereira.	45

Figura 15. Trailers na praia de Grumari. Foto: Thiago Pereira.....	46
Figura 16. Produção de mudas ornamentais. Foto: Thiago Pereira.....	46
Figura 17. Viveiro com mudas ornamentais. Foto: Thiago Pereira.....	46
Figura 18. A coleta seletiva também funciona como fonte de renda (garrafas pet). Foto: Thiago Pereira.....	46
Figura 19. Estrutura e equipamento cinematográfico para gravação de novela na APA de Grumari- RJ. Foto: Thiago Pereira, 2009.....	47
Figura 20. Banhistas no canto esquerdo da praia de Grumari – RJ. Foto: Thiago Pereira, 2009.....	47
Figura 21. Estacionamento dos restaurantes no canto esquerdo da praia de Grumari. Foto: Thiago Pereira, 2009.....	47
Figura 22. Estabelecimentos comerciais na comunidade de pescadores no canto esquerdo da praia de Grumari - RJ. Foto: Thiago Pereira, 2009.....	47
Figura 23. Foco de incêndio e construções irregulares no entorno do Parque Natural Municipal da Prainha. Foto: Thiago Pereira.....	48
Figura 24. Movimento de massa na Av. Estrada da Guanabara em Abril de 2010. Foto: Thiago Pereira.....	48
Figura 25. Bloco movimentado no evento de Abril de 2010 na Av. Estado da Guanabara - Prainha Fotos: Thiago Pereira.....	49
Figura 26. Máquinas trabalhando na liberação da pista após movimentos de massa de abril de 2010 Fotos: Thiago Pereira.....	49
Figura 27. Reabertura da Av. Estado da Guanabara.....	50
Figura 28. Obra de contenção de encosta na Av. Estado da Guanabara – Prainha Foto: Thiago Pereira.....	50
Figura 29. Compartimentos para análise de conflitos de interesse no PNM de Grumari.....	53
Figura 30. Compartimentos para análise de conflitos de interesse no PNM de Grumari.....	54
Figura 31. Mapa de sobreposição de unidades de conservação PNMG, PNMP e APA Grumari.....	63
Figura 32. Mapa de sobreposição de unidades de conservação APA Grumari e Parque Estadual da Pedra Branca.....	64
Figura 33. Surf Bus, patrocinado pela Petrobras Foto: Thiago Pereira.....	69

Figura 34. Bloqueio de carros no acesso à Prainha – “Operação Verão” Fotos: Thiago Pereira.....	70
Figura 35. Localização Aproximada do Bananal – Invasão de 2008 no PNM da Prainha – RJ.....	71
Figura 36. Operações de limpeza do bananal não PNM da Prainha –RJ – invasão de 2008 Foto: Thiago Pereira.....	72
Figura 37. Desenvolvimento de cultivo de <i>cannabis sativa</i> (maconha) camuflada em meio à vegetação presente na área de topo do morro dos Cabritos no PNMP – RJ Foto: Thiago pereira.....	73
Figura 38. Operação da PMRJ de apreensão de pés de <i>cannabis sativa</i> cultivados no morro dos Cabritos no PNM da Prainha	74
Figura 39. Compilação de imagens referentes à operação de apreensão de pés de <i>cannabis sativa</i> realizada pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro – Grupamento de Defesa Ambiental no Morro dos Cabritos PNM da Prainha RJ Fotos: Thiago Pereira,.....	75
Figura 40. Produção amadora de fotos para concurso de beleza sem autorização prévia Foto: Thiago Pereira.....	77
Figura 41. Exemplo de empreendimento imobiliário realizado no Recreio dos Bandeirantes, utilizando a paisagem do PNMP como amenidade.....	79
Figura 42. Empreendimento imobiliário localizado no entorno dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	79
Figura 43. Localidade Caeté na Estrada do Pontal no entorno do Parque Natural Municipal da Prainha (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	80
Figura 44. Comunidade de Piabas no entorno dos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	81
Figura 45. Placa informativa sobre restrições quanto a construções no entorno do PNMP (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	82
Figura 46. Estacionamento no PNM da Prainha – RJ Foto: Thiago Pereira,.....	83
Figura 47. Canto esquerdo da Parinha, área que sofreu aumento na frequência de visitantes durante a interdição da Av. Estado da Guanabara Foto: Thiago Pereira, julho de 2011).....	84
Figura 48. Obras de abertura do túnel da Grota Funda (TransOeste) no Recreio dos Bandeirantes (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	85

Figura 49. Área do Costão do Roncador no PNM da Prainha – RJ Foto: Thiago Pereira,.....	88
Figura 50. Canto direito da Prainha Foto: Thiago Pereira.....	89
Figura 51. Localização dos estabelecimentos comerciais situados na orla da Prainha no PNMP (RJ).....	93
Figura 52. Quiosque 01 localizado na orla da Prainha no PNMP – RJ Foto: Thiago Pereira.....	93
Figura 53. Quiosque 01 localizado na orla da Prainha no PNMP – RJ Foto: Thiago Pereira.....	96
Figura 54. Restaurante localizado no extremo oeste da orla da Prainha no PNMP – RJ Fotos: Thiago Pereira.....	99
Figura 55. Logotipo da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha.....	103
Figura 56. Campeonato “Wave Gigante – Prainha Máster 2011”, organizado pela ASAP em julho de 2011 Foto: Thiago Pereira.....	105
Figura 57. Logotipo da ONG Instituto Iguazu – Pesquisa e Preservação Ambiental.....	110
Figura 58 Folder informativo do Surf Bus Beach Tour.....	111
Figura 59. Atores e interesses no PNM da Prainha.....	113
Figura 60. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal da Prainha – Faixa de areia.....	115
Figura 61. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal da Prainha – Planície Costeira / Restinga.....	116
Figura 62. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal da Prainha.....	118
Figura 63. Intensidade de Conflitos de interesse nos diferentes compartimentos do PNMP.....	122
Figura 64. Evidências de ocupação durante o século XVIII encontradas pelos habitantes locais do PNM de Grumari Fotos: Claudinéia.....	128
Figura 65. Demarcação do plano em “grelha” na área de restinga onde seria distribuído o Condomínio Grumari.....	129
Figura 66. Foto do Sr. Almir, um dos comerciantes pioneiros na orla de Grumari Foto: Acervo Carlinhos.....	130
Figura 67. Mapa do Zoneamento da APA de Grumari e Prainha.....	131

Figura 68. Av. Estado da Guanabara e pista lateral de saibro (ciclistas e pedestres) Fotos: Thiago Pereira.....	132
Figura 69. Representação da área aproximada de distribuição das residências da comunidade de Grumari, na faixa de restinga / transição para encosta.....	133
Figura 70. Mapa de Uso do Solo do Anfiteatro do PNM de Grumari – 2011.....	135
Figura 71. Floresta de encosta no “anfiteatro” do PNM de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	136
Figura 72. Floresta de encosta no PNM de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	137
Figura 73. Vegetação de restinga na planície costeira do PNM do Grumari Foto: Thiago Pereira.....	137
Figura 74. Rede de drenagem localizada no extremo oeste da praia do Grumari Foto: Nilo Lima.....	138
Figura 75. Rede de drenagem localizada no extremo leste do anfiteatro de Grumari – Lagoa Feia Foto: Thiago Pereira.....	138
Figura 76. Cultivo de banana na porção central das encostas do anfiteatro do PNM de Grumari Foto: Thiago Chagas.....	139
Figura 77. Cultivo de banana na porção leste das encostas do anfiteatro do PNM de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	139
Figura 78. Cultivo de mudas ornamentais na planície do PNM de Grumari Fotos: Thiago Chagas.....	140
Figura 79. Cultivo de mudas ornamentais na transição planície / encosta (sub-bosque) no PNM de Grumari Foto: Thiago Chagas.....	141
Figura 80. Produção de mudas no horto florestal de Grumari Foto: Luís Felipe Fragoso.....	141
Figura 81. Áreas de atuação do Projeto Mutirão de Reflorestamento na restinga do PNM de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	142
Figura 82. Restaurantes e quiosques na orla do PNM de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	143
Figura 83. Agrupamentos de residências na comunidade de moradores e agricultores localizada na área da planície do PNM de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	144
Figura 84. Colônia de pescadores localizada no extremo oeste da praia de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	145
Figura 85. AV. Estado da Guanabara Foto: Thiago Pereira.....	146
Figura 86. Estrada do Grumari Foto: Thiago Pereira.....	146

Figura 87. Faixa de areia no Parque Natural Municipal de Grumari.....	147
Figura 88. Praia de Grumari no município do Rio de Janeiro – RJ Foto: Thiago Pereira.....	147
Figura 89. Expansão de áreas de cultivo de mudas ornamentais no Parque Natural Municipal de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	152
Figura 90. Áreas planas no entorno da Lagoa Feia e as margens do Rio do Mundo - foco de interesse dos agricultores.....	153
Figura 91. Cultivo de mudas ornamentais na área plana próxima a Lagoa Feia Foto: Thiago Pereira.....	155
Figura 92. Fronteira entre área de atuação do Projeto Mutirão e áreas de cultivo de ornamentais Foto: Thiago Pereira.....	155
Figura 93. Áreas de atuação do Projeto Mutirão Reflorestamento no entorno da Lagoa Feia Fotos: Thiago Pereira.....	156
Figura 94. Trilha no entorno da Lagoa Feia no Parque Natural Municipal de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	157
Figura 95. Material para expansão de residências próximas a localidade Rio do Mundo no Parque Natural Municipal de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	158
Figura 96. Expansão de residência na comunidade de Grumari Foto Thiago Pereira.....	158
Figura 97. Residência construída após decreto de criação do Parque Natural Municipal de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	159
Figura 98. Posto salva-vidas (torre) na praia de Grumari no PNMG Foto: Thiago Pereira.....	163
Figura 99. Carros com equipamento de som de alta potência e churrasco realizado na praia de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	163
Figura 100. Estrutura montada sobre a vegetação de restinga (cerimônia) e no interior do espaço Beach Garden (festa) – Grande impacto sobre fauna e flora locais (Fotos: Thiago Pereira.....	164
Figura 101. Carros queimados abandonados na Estrada do Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	165
Figura 102. Propaganda de automóvel com tração nas quatro rodas realizada no Parque Natural Municipal de Grumari –RJ.....	167
Figura 103. Estrutura de set de filmagem da novela Três Irmãs da Rede Globo na Praia de Grumari no PNMG (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	168

Figura 104. Filmagem de comercial televisivo de automóvel da empresa Volkswagen na Av. Estado da Guanabara no PNM de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	169
Figura 105. Área aproximada da localidade denominada “Rio do Mundo” no Parque Natural Municipal de Grumari.....	172
Figura 106. Residências e campo de futebol na localidade do “Rio do Mundo” no Parque Natural Municipal de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	173
Figura 107. Casa de pau-a-pique na comunidade residente no interior do Parque Natural Municipal de Grumari Foto: Claudinéia.....	174
Figura 108. Área aproximada da propriedade do Banco Halles (década de 1960).....	175
Figura 109. Residências de alvenaria da senhora de 61 anos na comunidade de Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira, 2011.....	181
Figura 110. Antiga casa de pau-a-pique (estruque) da senhora de 61 anos na comunidade de Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira, 2011.....	182
Figura 111. Exemplo de residência de um cômodo construída nos últimos cinco anos na comunidade de Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	183
Figura 112. Construção / expansão de residências no interior do Parque Natural Municipal de Grumari – RJ Fotos: Thiago Pereira.....	185
Figura 113. Exemplo de casa de estuque que será substituída por uma residência de alvenaria na comunidade de Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	186
Figura 114. Exemplos de residências na comunidade de Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	188
Figura 115. Diferentes tipos de residências na comunidade de Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	189
Figura 116. Processo de irrigação de áreas de cultivo de mudas ornamentais no Parque Natural Municipal de Grumari Fotos: Thiago Pereira.....	191
Figura 117. Combinação entre chuva frontal e orográfica no anfiteatro de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	192
Figura 118. Relógio de luz oficial na comunidade de Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	193
Figura 119. Livro de registro de ponto e pagamento dos funcionários do Condomínio Grumari apresentado como prova de residência na área há mais de cinquenta anos Fotos: Thiago Pereira.....	194
Figura 120. Bandeira da Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari.....	198

Figura 121. Mapa esquemático da comunidade de Grumari elaborado pela Associação de moradores no ano de 2002 Foto: Thiago Pereira.....	199
Figura 122. Sede da Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari Foto: Thiago Pereira.....	200
Figura 123. Alicerces da igreja evangélica construída pelos moradores de Grumari e demolida pela SMAC-RJ Foto: Thiago Pereira.....	201
Figura 124. Festa das Crianças da Comunidade de Grumari em novembro de 2011 Fotos: Thiago Pereira e Thereza Lopes.....	204
Figura 125. Pedra da risada no Parque Natural Municipal de Grumari – RJ (Foto: Claudiéia.....	207
Figura 126. Ruína de antigo armazém localizada no Largo Francisco Caldeira de Alvarenga, utilizada no passado como residência e ampliada através da construção de anexos Fotos: Thiago Pereira.....	208
Figura 127. Residência do antigo encarregado, utilizada em diversas filmagens Foto: Thiago Pereira.....	209
Figura 128. Extremo oeste da Praia de Grumari (RJ) – Colônia de pescadores Foto: Thiago Pereira.....	212
Figura 129. Guarda barcos construído na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	214
Figura 130. Materiais de pesca deixado fora dos ranchos na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	216
Figura 131. Ranchos que funcionam como estabelecimentos comerciais na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	217
Figura 132. Ranchos que trabalham exclusivamente com atividade pesqueira na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	218
Figura 133. Sr. Elisinaldo Joaquim dos Santos (Dedeu) e seu filho trabalhando em seu rancho na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	218
Figura 134. Espaço interno do rancho do Sr. Elisinaldo Joaquim dos Santos (Dedeu) na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) Fotos: Thiago Pereira.....	220
Figura 135. Frequentadores dos estabelecimentos comerciais do “Cantinho do Grumari” (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	221
Figura 136. Placa informando a proibição da realização de churrascos no “Cantinho do Grumari” (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	221

Figura 137. Imagem da Praia de Grumari no início da década de 1990, ainda com traillers e restaurantes como o Pirraça Bar e Flor do Grumari.....	225
Figura 138. Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais classificados com restaurantes na orla da praia do PNMG – RJ.....	227
Figura 139. Set de filmagem da novela Três Irmãs da Rede Globo, localizado no extremo leste da Praia de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	228
Figura 140. Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais classificados com restaurantes na orla da praia do PNMG – RJ.....	235
Figura 141. Exemplos de quiosques localizados nas plataformas construídas pela prefeitura em 1997 Fotos: Thiago Pereira.....	235
Figura 142. Exemplos de quiosques localizados fora das plataformas construídas pela prefeitura em 1997 Fotos: Thiago Pereira.....	237
Figura 143. Tenda instalada em frente ao quiosque 06 (localizado fora das plataformas) Foto: Thiago Pereira.....	241
Figura 144. Tendões e ambulantes localizados no extremo oeste da Praia de Grumari no PNMG – RJ Fotos: Thiago Pereira.....	244
Figura 145. Comerciante utilizando uma Kombi para desenvolver seu negócio no extremo oeste da Praia de Grumari no PNMG – RJ Foto: Thiago Pereira.....	245
Figura 146. Estrutura do clube Grumari Beach Garden,, propriedade particular no Parque Natural Municipal de Grumari (RJ) Fotos Thiago Pereira.....	252
Figura 147. Residência utilizada apenas durante o dia (e finais de semana) em propriedade particular (com registro oficial) que ainda desenvolve cultivo de banana (manejado por moradores da comunidade de Grumari ou de Piabas) (Foto: Thiago Pereira.....	253
Figura 148. Logotipo da Associação de Surfistas e Amigos de Grumari.....	255
Figura 149. Campeonato de surfe (Ecosurf) promovido pela ASAG na praia de Grumari no PNMG – RJ, no ano de 2010.....	257
Figura 150. Localização da Praia do Abricó no PNM de Grumari (RJ).....	260
Figura 151. Zoneamento proposto pela associação naturista para a Praia do Abricó.....	262
Figura 152. Placa informativa sobre a existência da prática de naturismo na Praia do Abricó (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	263
Figura 153. Placa indicativa de normas a serem seguidas na Praia do Abricó (RJ) Foto: Thiago Pereira.....	265

Figura 154. Placa localizada na entrada da praia sugerindo que os frequentadores fiquem nus Foto: Thiago Pereira.....	266
Figura 155. Atores e interesses no PNM de Grumari.....	268
Figura 156. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Faixa de areia.....	270
Figura 157. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Planície Costeira / Restinga.....	272
Figura 158. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Encosta.....	274
Figura 159. Intensidade de Conflitos de interesse nos diferentes compartimentos do PNMG.....	278
Figura 160. Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo na elaboração do plano de manejo dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari (Foto: Thiago Pereira.....	287
Figura 161. Oficina de Planejamento Participativo na elaboração do plano de manejo dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari Foto: Thiago Pereira.....	287
Figura 162. Convocação para reunião interna na Associação de Moradores de Grumari para discutir o plano de manejo (Foto: Thiago Pereira.....	288
Figura 163. Zoneamento Preliminar do Parque Natural Municipal da Prainha, 2004.....	295
Figura 164. Proposta de zoneamento desenvolvida para o momento atual no PNMG, com base no roteiro metodológico proposto pelo INEA, 2010.....	297
Figura 165. Proposta de zoneamento desenvolvida para PNMG após a recuperação das Áreas Degradadas, com base no roteiro metodológico proposto pelo INEA, 2010.....	299
Figura 166. Pesquisa participativa no estudo sobre conflitos de interesse no PNMG.....	302

Lista de Tabelas

Tabela 1. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMP.....	115
--	-----

Tabela 2. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMP.....	117
Tabela 3. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMP.....	118
Tabela 4. Valores Médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP.....	120
Tabela 5. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMG.....	271
Tabela 6. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMG.....	273
Tabela 7. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMG.....	275
Tabela 8. Valores Médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMG.....	276
Tabela 9. Valores Totais de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP e PNMG.....	281

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMP.....	116
Gráfico 2. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMP.....	117

Gráfico 3. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMP.....	119
Gráfico 4. Valores médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP.....	120
Gráfico 5. Porcentagem de residências contendo diferentes quantidades de moradores na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	180
Gráfico 6. Porcentagem de residências contendo diferentes quantidades de banheiros e quartos na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	180
Gráfico 7. Porcentagem de moradores por tempo de residência na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	184
Gráfico 8. Porcentagem de moradores que desejam ficar e, que desejam sair da comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	185
Gráfico 9. Porcentagem de residências com diferentes valores de renda familiar na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	187
Gráfico 10. Porcentagem de moradores exercendo diferentes atividades econômicas (mutirão, agricultura, comércio na praia, outros e empregos com carteira assinada) na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	187
Gráfico 11. Porcentagem de residências localizadas em áreas com características de relevo diferenciadas (plano, suavemente inclinado, moderadamente inclinado e fortemente inclinado) na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	190
Gráfico 12. Porcentagem de residências localizadas nos diferentes ecossistemas (restinga, floresta de encosta e transição baixada / encosta) na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	191
Gráfico 13. Porcentagem de residências que possuem luz elétrica e porcentagem de residências com luz oficial e luz clandestina na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	193
Gráfico 14. Porcentagem dos principais meios de transporte por residência na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	195
Gráfico 15. Porcentagem de diferentes percepções dos moradores sobre a relação com a gestão do Parque Natural Municipal de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	197
Gráfico 16. Porcentagem de praticantes de diferentes religiões na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	202

Gráfico 17. Porcentagem de interesses dos moradores por diferentes compartimentos da paisagem (faixa de areia, planície costeira / restinga, encosta e todos os compartimentos) na área de Grumari – RJ, em outubro de 2011.....	211
Gráfico 18. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMG.....	271
Gráfico 19. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMP.....	273
Gráfico 20. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMP.....	275
Gráfico 21. Histograma de valores médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMG.....	276
Gráfico 22. Valores Totais de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP e PNMG.....	281

Lista de Quadros

Quadro 1. Categorias de Manejo em Unidades de Conservação e Instrumentos Legais de Proteção de áreas Naturais.....	17
Quadro 2. Informações Gerais sobre a Comunidade de Grumari (%) em outubro de 2011.....	177
Quadro 3. Informações Gerais sobre a Comunidade de Grumari (Habitação) (%) em outubro de 2011.....	178
Quadro 4. Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do ICMBIO.....	290
Quadro 5. Possibilidades e restrições nas diferentes Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do ICMBIO.....	291
Quadro 6. Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do INEA.....	292
Quadro 7. Possibilidades e restrições nas diferentes Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do INEA.....	293

1) Introdução

As paisagens geográficas são formações históricas, sócio-econômicas e culturais que encerram os padrões da fragmentação dos ecossistemas “nativos”.

Ao longo da história do processo de ocupação e uso do solo, os seres humanos, para que pudessem desenvolver suas variadas atividades, foram muitas vezes obrigados a retirar a cobertura vegetal original dos ambientes, produzindo dessa maneira grandes impactos na estabilidade dos ecossistemas. Tais impactos levaram à formação de uma paisagem composta por um mosaico, onde encontramos uma matriz antrópica com “ilhas” vegetacionais remanescentes inseridas nesse contexto. Teríamos dessa forma o que podemos denominar “processo de fragmentação florestal”, onde as “ilhas” vegetacionais remanescentes podem então ser chamadas “fragmentos”.

No Brasil, apontado como um dos países com maior mega-diversidade no mundo (MITTERMEIER *et al*, 1997), o bioma da Mata Atlântica se destaca pela sua grande biodiversidade e acentuados graus de endemismo. Mesmo que os fragmentos remanescentes dos ecossistemas da Mata Atlântica somem atualmente apenas 8% da área original, esse valor significa que 8.182.095 hectares ainda estão recobertos por florestas, campos de altitudes, restingas, manguezais ou por formações pioneiras (SOS MATA ATLÂNTICA/INPE/ISA, 1998).

Os fragmentos são “ilhas” de formações vegetacionais inseridas na paisagem geográfica, a qual afeta direta ou indiretamente a estrutura e o funcionamento destes fragmentos (FORMAN, 1995; MURCIA, 1995; TURNER, 1989). Uma das primeiras conseqüências, de cunho geobiofísico a qual podemos detectar a partir do processo de fragmentação, é o surgimento de bordas que são caracterizadas por grande diferenciação entre os habitats adjacentes. A mudança nos padrões de penetração de luz, gerada pelo *efeito de borda*, irá alterar as condições microclimáticas, diminuindo seu efeito na direção da borda para o interior do fragmento, assim com também pela regeneração florestal. Essas alterações microclimáticas irão em geral produzir alterações na estrutura vegetal, nas taxas de mortalidade das árvores, nos padrões de queda das folhas, na distribuição da fauna edáfica e, como conseqüência, na dinâmica da matéria orgânica (CASTRO JUNIOR, 2002).

Em fragmentos urbanos, além das conseqüências geobiofísicas, temos também grandes questões sociais que devem ser levantadas. Em primeiro lugar, destacamos a

pressão da expansão urbana atuando de forma intensa sobre a funcionalidade e estado de preservação destes fragmentos. Em muitos espaços urbanos, a pressão é realizada pela expansão imobiliária, representada tanto por construções de segmentos de alta renda como de baixa renda. Em ambos os casos, notamos uma grande dificuldade na aplicação da legislação pelos órgãos fiscalizadores que são muitas vezes impedidos de entrar nas “comunidades” (favelas) pelo crime organizado (traficantes – especificamente na cidade do Rio de Janeiro), ou são corrompidos por propostas que incluem altos valores monetários. Uma outra questão que talvez possa ser detectada em muitos espaços urbanos pelo mundo é a visão que toma estes fragmentos urbanos como amenidades, podendo vir a influenciar na qualidade de vida dos habitantes, assim como nos preços dos imóveis.

Outro ponto, muito específico dos fragmentos florestais urbanos da cidade do Rio de Janeiro é o fato destes estarem, na atualidade, sendo utilizados como áreas de refúgio para o crime organizado quando a polícia “invade” as favelas (incursões para prender criminosos). Por muitas vezes torna-se necessária a utilização de tropas da polícia florestal para a busca de criminosos na “mata”.

Uma das formas de garantir a preservação destas áreas florestais é transformá-las em áreas de proteção. O modelo adotado no Brasil e em muitos países em desenvolvimento, é, em parte, derivado da concepção de áreas protegidas originada no final do séc. XIX nos Estados Unidos (ARRUDA, 2000). Esta corrente de pensamento trabalha com a idéia de preservação de áreas naturais, selvagens, com o mínimo de interferência humana, frente ao avanço da civilização urbano-industrial. Seria então necessário preservar a vida selvagem no seu estado original, sem a influência do Homem, sendo proibida a permanência (residência) de populações locais, de tal modo que as áreas seriam utilizadas apenas para visitas recreativas e turismo (no geral de altas classes sociais) (WILSON, 1992), onde o ser humano poderia entrar em contato com o mundo natural. A partir, principalmente, dos anos 1960, quando a criação de áreas protegidas aumentou no mundo, esta concepção passou a ser muito difundida (COLCHESTER, 2000).

Mas de fato, o que podemos notar é que a realidade é bem diferente do que o proposto por esta corrente, principalmente no caso dos países em desenvolvimento, “países do Sul”. “Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas - Nupaub - mostram que em 39% do conjunto das unidades de conservação dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná existem

moradores. No Rio de Janeiro 73% delas têm moradores no seu interior, no Paraná, 20% e no Espírito Santo, 25%” (ARRUDA, 2000).

Estas pesquisas também mostram que aproximadamente 88% do entorno das unidades de proteção estudadas são ocupadas por populações tradicionais e não tradicionais, as quais de alguma forma se relacionam com estas unidades. A presença dessas comunidades, tanto no entorno quanto no interior dessas áreas, tem tido como resultado grandes tensões e conflitos com a administração (gestores) dessas unidades, que através da “criminalização” de atos e práticas tradicionais, como a pesca, caça, extração mineral e vegetal, agricultura, pecuária e etc., acusa essas comunidades de degradação ambiental (ARRUDA, 2000).

No Brasil, país com sérios problemas de desemprego urbano, concentração fundiária, distribuição de renda polarizada e grande desigualdade social, a adoção dessa concepção de áreas protegidas, que mobiliza a grande dicotomia Natureza x Sociedade, só contribui para agravar a problemática social, tanto no campo quanto nas cidades (fragmentos urbanos). Desta forma, o modelo brasileiro já apresenta alguma abertura em relação ao modelo norte americano hegemônico. Isto pode ser representado pelas reservas extrativistas na Amazônia, pelo reconhecimento de áreas quilombolas e pela criação de áreas de preservação de usos múltiplos, onde se busca a garantia de permanência e desenvolvimento para as comunidades locais, assim como a preservação do meio ambiente (fundamental para a sobrevivência dessas populações). Esta abertura é fruto da organização das populações locais e do apoio de outros setores da sociedade civil.

Um dos grandes problemas da delimitação de áreas de proteção baseada na ideologia de separação entre sociedade e natureza é a falta de respeito em relação às comunidades locais que já viviam nestas áreas antes dos interesses de conservação, e isto fica claro quando falamos da questão da remoção dessas comunidades. No geral, quando temos este tipo de situação, as populações locais protestam, alegando que o que garantiu a preservação daquela área até aquele momento foram justamente os seus modos tradicionais de uso do solo, e que sua remoção não é, portanto, necessária. A remoção pode criar uma situação de difícil funcionamento e desestruturação da área protegida e um grande impacto na organização e na estrutura das novas áreas para onde as populações serão removidas.

Ao serem removidas as populações perdem toda a sua estruturação econômica, passando então por grandes dificuldades para poderem desenvolver suas atividades

tradicionais. Isto pode levar à busca por atividades ilegais (até mesmo contra o meio ambiente, tais como corte e caça ilegal), mendicância, alcoolismo, prostituição e etc. Outro ponto importante é o fato dessas comunidades também terem grandes perdas culturais, pois ao mudarem de área, seus comportamentos, instituições, organizações, símbolos (SCUDDER & COLSON, 1972), seus sentimentos de identidade (individual e coletiva), de pertencimento ao grupo, e de territorialidade, também são perdidos.

A delimitação de áreas de proteção deve levar em conta as aspirações, os direitos e as necessidades das populações locais. Caso isto seja negligenciado, é possível o surgimento de problemas sociais, assim como, ecológicos, sem solução, o que pode inviabilizar a existência destas áreas em longo prazo (COLCHESTER, 2000).

A proposta deste trabalho é analisar a evolução da paisagem geográfica e os conflitos de interesses em dois fragmentos florestais urbanos protegidos (e conectados entre si) na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. As áreas são o Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP) e o Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG). Ambas sofrem diversas pressões decorrentes da expansão urbana e devido a isso apresentam diversos conflitos de interesse (agentes imobiliários, construtoras, rede hoteleira, ecologistas, turistas, populações locais, surfistas, emissoras de televisão e etc.).

A primeira área seria um modelo da concepção próximo ao modelo hegemônico norte americano, onde não existem residentes, onde podemos encontrar grande fiscalização, com utilização para o lazer e turismo, funcionando como uma possibilidade da sociedade (urbana) entrar em contato com o mundo natural (composto por praia, restinga e Mata Atlântica). Já o segundo caso é bastante diferenciado: temos duas comunidades instaladas na área protegida, a de pescadores na praia e a de agricultores (banana e mudas ornamentais – comercial e roças de subsistência), além dos mesmos interesses do caso anterior.

Conceitos como identidade, comunidade, paisagem, territorialidade e a ecologia da paisagem podem ser importantes ferramentas a serem utilizadas na busca de uma maior compreensão a cerca das questões apresentadas. Mas para tratarmos a questão ambiental de forma efetiva, deve ficar claro que apenas estes conceitos não são suficientes, é necessária uma ampla abertura de pensamento, que deve ser mais maleável.

2) Objetivos

a) Objetivo Geral: A partir da investigação da influência dos avanços técnico-científicos (como a luz elétrica, ferramentas, motores, geradores, televisão e etc.), assim como da alteração das legislações de uso do solo em dois fragmentos florestais urbanos protegidos na cidade do Rio de Janeiro, procuramos, com ênfase nos históricos dos conflitos de interesses que vigoram nas duas áreas, mostrar os rumos da evolução de suas paisagens geográficas entre 1950 e 2011.

b) Objetivos Específicos:

- Comparar a eficiência dos modelos de preservação ambiental nas duas áreas estudadas, onde uma apresenta comunidades residentes (Grumari) e a outra se caracteriza pelo modelo de preservação norte americano hegemônico, funcionando apenas para visitação, sem residentes (Prainha).
- Investigar os conflitos de interesses presentes nas duas áreas e, com auxílio de sistemas de informação geográfica (software ArcGis), espacializar estas questões.
- Na área de Grumari, também com o auxílio de SIG, espacializar os diferentes usos do solo encontrados como roças de subsistência, plantações de bananeiras, produção de mudas ornamentais, áreas residenciais, áreas preservadas, comércios e etc.
- Contribuir para aumentar o diálogo entre as populações locais (maiores interessados na preservação) e os órgãos governamentais responsáveis pela área, buscando, desta forma, garantir a preservação do meio ambiente, assim como, o desenvolvimento e a permanência das comunidades locais (Grumari).

3) Justificativas

A investigação dos fragmentos escolhidos se justifica claramente do ponto de vista geocológico pelo fato de que, no bioma da Mata Atlântica muito fragmentado e com alta diversidade de ecossistemas e espécies endêmicas, a preservação do *status* da diversidade biológica depende da recuperação e conservação do mosaico de fragmentos existentes. Do ponto de vista social, experiências têm demonstrado que é de fundamental importância criar modos de manejos que permitam o uso sustentável destes fragmentos, possibilitando a geração de renda para as populações locais, e fazendo com que estas “ilhas de florestas” possam ser preservadas / conservadas. Outro ponto importante é a grande pressão sofrida por estas áreas (mesmo sendo áreas protegidas), no geral, decorrente da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, o que pode estar sendo responsável pelo surgimento e intensificação de diversos conflitos de interesse, assim como por grandes impactos ambientais diretos (ex: queimadas no entorno das áreas).

Este projeto também se justifica pela potencial contribuição dos resultados do estudo proposto para o entendimento do conceito de *comunidade* e de suas possíveis articulações com outros conceitos relevantes já bastante trabalhados no âmbito geográfico, tais como o de *identidade*, o de *territorialidade*, o de *paisagem*, o de *espaço geográfico*, dentre outros. Como todo trabalho de zoneamento (seja residencial, industrial, ambiental etc), esta pesquisa traz ainda em seu horizonte de contribuições a possibilidade de uma maior compreensão de questões relativas à lógica espacial, sob o “olhar” diferenciado da geografia sobre a distribuição dos elementos na superfície da terra. Apoiando-se na formação caracteristicamente ampla do geógrafo, a pesquisa proposta permite, por fim, relacionar de forma coerente e relevante informações e dados físicos (quantitativos) com dados sociais (por vezes qualitativos), como é o caso, por exemplo, da idéia de simbologia dos elementos do espaço (COSGROOVE, 1998).

4) Revisão Conceitual

4.1) Um Breve Histórico da Questão Ambiental e da Delimitação de Áreas Protegidas

4.1.1) O Cenário Mundial

Desde os tempos pré-agriculturais, as florestas do mundo diminuíram em grandes proporções. Um dos biomas mais afetados foram as florestas temperadas (ocupação mais antiga), seguidas pelas savanas subtropicais e florestas decíduas e, por fim, mas com uma enorme redução em área, as florestas equatoriais e tropicais (ocupação mais recente) (CASTRO JUNIOR et al, 2008).

Nas civilizações ocidentais, no geral, nota-se uma grande separação entre a sociedade e a natureza, onde, em princípio, a primeira possuiria ou busca possuir domínio sobre a segunda. A natureza não dominada, na Grécia antiga, por exemplo, era vista como lugar das forças selvagens e irracionais, em contraste com a cultura racional das cidades. Nesta visão, o mundo selvagem era uma ameaça à cidade-estado (COLCHESTER, 1981, 2000). Ao longo da história da humanidade esta idéia foi sendo transmitida com grande papel da religião cristã, principalmente por levar esta visão para o novo mundo ao tentar catequizar os povos tradicionais, vistos como selvagens. A sociedade ocidental teria assim, um “destino manifesto” para dominar o “mundo selvagem” (DISILVESTRO, 1993).

Em contraposição a esta visão, ocorreu o surgimento de correntes como a romântica, a qual defendia a idéia do “nobre selvagem”, parte da natureza pura, sem pecados, imaculada, ainda não transformada pelo homem civilizado (branco) (COLCHESTER, 2000).

Uma das principais formas que as sociedades encontraram para lidar com questões ambientais foi a delimitação de áreas protegidas. Esta prática tornou-se, de certa forma, comum ao longo do séc. XX, mas em realidade, este processo é bem mais antigo e assumiu diferentes aspectos ao longo da história. Na Índia, 400 anos antes de Cristo, temos um forte fator religioso determinando “áreas sagradas” (florestas) com usos restritos. No Império Persa na Ásia Menor, em 550 a.C., podemos notar o estabelecimento de áreas de reservas de caça; dentre muitos outros exemplos (DAVENPORT & RAO, 2002). Mas o que importa, é que a delimitação de “áreas com

usos restritos”, é uma prática milenar que, apresenta diferentes objetivos e motivações, em diferentes períodos, sociedades e situações.

Sendo assim, quanto à noção de proteção, podemos notar três principais pensamentos diferenciados, influenciando esta questão ao longo do processo histórico de delimitação de áreas protegidas. Em um primeiro momento, até o séc. XIX temos uma idéia gerencial de controle do espaço; no período seguinte, até a segunda metade do séc. XX a idéia principal era a de “preservar” a paisagem como testemunho da natureza selvagem, como patrimônio coletivo; por fim, ao longo do séc. XX e no início do séc. XXI temos a idéia de proteger pensando nas gerações futuras (idéia de sustentabilidade), além de questões relativas à manutenção da biodiversidade (MEDEIROS, 2003).

4.1.1.1) O Preservacionismo e o Conservacionismo

Uma das grandes discussões apresentadas é relativa ao debate entre uma visão preservacionista e uma visão conservacionista, visões estas, que apresentam papel norteador nos processos de delimitação de áreas protegidas. Sendo assim, de forma geral, ao falarmos em conservacionismo, estamos falando em utilizar os recursos naturais de forma planejada, de forma sustentável, enquanto que, ao falarmos em preservacionismo, estamos falando em preservar áreas naturais (selvagens) contra qualquer forma de uso, preservá-las pelo seu próprio valor. É importante destacar que, em ambos os casos, existe uma preocupação em relação às gerações futuras. Deve ficar claro que estas visões (conservacionismo e preservacionismo) são construções sociais da cultura ocidental, e que não necessariamente diferentes povos e sociedades existentes concordam sempre com estas idéias (COLCHESTER, 2000).

Neste processo de delimitação de áreas protegidas, nos Estados Unidos da América, no séc. XIX surge a idéia de criação de parques como áreas de proteção da natureza e visitação. Desta forma, em 1872, baseado fortemente em um ideal preservacionista, temos o estabelecimento do primeiro parque norte-americano, o *Parque Nacional de Yellowstone* (este evento é considerado um marco pioneiro). Este modelo foi adotado por diversos países como Canadá, Austrália, África do Sul, México, Argentina, Brasil e etc. ao longo dos séculos XIX e XX (MEDEIROS, 2003).

Podemos vir a associar a visão conservacionista ao espaço europeu e a visão preservacionista ao espaço norte-americano. Os processos históricos de ocupação, assim como, as extensões territoriais destas duas regiões são muito diferenciadas. Na Europa, temos uma ocupação milenar, em extensões de terra não muito grandes, desta forma, tornou-se necessária a intensa utilização do espaço e de seus recursos para a manutenção da vida social. Estas características acabam por influenciar o pensamento europeu, levando a uma visão conservacionista em relação à proteção da natureza. Já para os norte-americanos, o processo se deu de forma diferenciada. Nesta região, de ocupação mais recente chamada inclusive de “novo mundo”, o território era vasto, e terrenos mais difíceis, foram muitas vezes deixados intocados, não existia uma grande idéia de relação harmônica entre homem e natureza, e desta forma, temos o surgimento da visão preservacionista (CASTRO JUNIOR *et al*, 2008). As diferentes percepções em relação ao espaço e à natureza implicam em formas de atuação diferenciadas.

Portanto, de forma resumida, segundo a corrente preservacionista, os ambientes naturais deveriam ser então preservados para a recreação, satisfazendo as necessidades humanas de contato com o mundo natural, mas ninguém deveria residir nessas áreas, não poderiam ser exploradas, deveriam permanecer intocadas (REDFORD & STEARMAN, 1993). Em contraposição, segundo a corrente conservacionista, existe a possibilidade de preservação de ambientes naturais, conciliando esta ação com o desenvolvimento econômico e permanência das comunidades locais em suas áreas originais. Desta forma, torna-se possível a manutenção da biodiversidade, assim como a preservação dos hábitos e costumes culturais tradicionais destas populações. No interior desta dessa visão é de suma importância escutar as necessidades e os interesses das populações locais. Estas devem possuir papel importante no processo decisório quanto às normas da área de proteção, pois estas populações são as maiores interessadas na preservação da área – se o ambiente é preservado, suas práticas, costumes, simbologia, ou seja, sua cultura, também é preservada (“ética da conservação”) – além de serem os mais próximos e os maiores conhecedores do ambiente em questão (COLCHESTER, 2000).

Na maioria dos casos, em países em desenvolvimento temos a adoção do modelo preservacionista na delimitação das áreas de proteção. Isto por muitas vezes implica na remoção das populações “tradicionais” de suas áreas originais. Como já foi discutido podemos ter graves conseqüências nessas situações, tanto para a área em questão (que

pode ter sua estrutura funcional quebrada), quanto para a nova área destino (a qual pode ser completamente desestruturada).

Estes países em desenvolvimento também apresentam intensas críticas ao modelo preservacionista, alegam que, a implantação de medidas preservacionistas pode retardar e até mesmo impedir o desenvolvimento destes países. Criticam os desenvolvidos por já terem atingido o desenvolvimento às custas de grandes impactos ambientais, sendo assim, não querem pagar uma conta, na qual possuem uma parcela de culpa relativamente pequena (se analisarmos todo o processo histórico de degradação). Os modelos podem ser gerais, mas devem ser adequados às realidades sociais, culturais e econômicas locais.

4.1.1.2) Organizações, Conferências e Financiamentos Internacionais

Com o agravamento das questões ambientais em escala global, torna-se necessário que cooperações e acordos internacionais bilaterais e multilaterais, sejam realizados na busca por formas comuns de solucionar as problemáticas. Neste processo, devido aos diferentes jogos de interesse, é natural que conflitos e divergências ocorram. A Organização das Nações Unidas (ONU) possui importante papel nestas discussões, sendo responsável pela promoção de conferências internacionais que abordem esta temática.

Neste contexto, a comunidade conservacionista mundial apresenta a possibilidade de desenvolvimento econômico sustentável, através da utilização sustentável de recursos naturais (VAN SCHAIK & RIJKSEN, 2002). Sendo assim, temos uma associação do desenvolvimento econômico com a idéia de proteção da natureza em prol das gerações futuras.

Nas últimas décadas, a questão ambiental deixou de ser tratada apenas em âmbito governamental, e ganhou grande relevância nos movimentos sociais, que dentre uma gama de temas (no geral, em defesa de minorias), passam a discutir também questões ambientais. Desta forma, a sociedade passa a ter um papel cada vez maior na luta pela proteção da natureza.

Quanto ao financiamento dos projetos e medidas que visam a proteção de ambientes naturais, o Banco Mundial, junto com o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) e outras agências internacionais são, nos dias atuais, as principais fontes de recursos financeiros. Esta situação leva a uma questão um tanto quanto problemática, os órgãos financiadores citados, representam os interesses dominantes dos países desenvolvidos (corporações internacionais e governos), portanto, por muitas vezes, os projetos financiados atendem aos interesses destes países, e não aos interesses dos países em desenvolvimento onde os projetos estão sendo aplicados. Em casos extremos, estes projetos acabam por até mesmo impactar o ambiente de forma intensa, aumentando também as desigualdades sociais. É bem verdade, que no presente momento já existe uma maior preocupação quanto a legalidade e as condicionantes ambientais dos projetos propostos, e isto se deve a evolução das legislações ambientais onde o financiador também passa a ter responsabilidade.

Segundo as Nações Unidas, o “Desenvolvimento sustentável é o modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

Na tentativa de organizar cronologicamente importantes marcos nas políticas internacionais para o desenvolvimento sustentável, podemos destacar a Conferência *das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano* em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972. Nesta conferência, a dimensão ambiental foi introduzida pela primeira vez na agenda política internacional (necessidade de responder ao problema de degradação ambiental). Em 1980 temos o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que gera um documento chamado: *A Estratégia Mundial para a Conservação* (Nova York, 1980). Neste momento temos a introdução do conceito de “desenvolvimento sustentável”. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1982, elabora um documento denominado: *O Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como "*Relatório Brundtland*", onde permanece a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente (CASTRO JUNIOR *et al*, 2008).

Em 1992 podemos destacar a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento e Fórum Global – Eco 92, realizados na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Como resultado, foram elaborados dois documentos, a *Declaração Rio* e a *Agenda 21*, ambos tratando questões relativas a proteção ambiental e ao desenvolvimento social e econômico como fundamentais para o desenvolvimento Sustentável.

Devido a constatações da intensa rapidez nas variações climáticas globais, temos uma intensa discussão quanto ao chamado “aquecimento global”, tratado como o grande vilão do séc. XXI. Estas mudanças climáticas estariam associadas ao aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, principalmente pela aceleração de processos industriais percebida em diversas partes do mundo, assim como pelo aumento das queimadas e da utilização de combustíveis fósseis. De forma geral, o padrão de desenvolvimento e de consumo hegemônico no mundo atual seria o grande culpado. O “*protocolo de Kyoto*”, ratificado em 1999, é um exemplo de esforços realizados na tentativa de solucionar esta problemática. Quanto a este protocolo, é importante lembrar que, países considerados como os maiores poluidores do mundo (como Estados Unidos da América e China), não o assinaram, deixando uma questão em aberto: De que vale o esforço mundial, se os maiores culpados não desejam caminhar na mesma direção?

No ano de 2002 realizou-se a Cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável – Rio + 10, em Joanesburgo, África do Sul, que gerou a *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*, a qual consistia em um balanço das ações planejadas e na reconfirmação das prioridades da Rio 92, assim como na introdução de propostas para a *Agenda 21*. Neste momento, temos compromissos focados nas questões humanas, principalmente na pobreza e na injustiça social.

Em 2007, notamos dois pontos que merecem destaque no âmbito da discussão ambiental internacional. É importante ressaltar, que neste momento, a questão relativa ao “aquecimento global” torna-se o ponto mais discutido em todas as esferas da vida social. Este termo, além de ser utilizado dentro do meio acadêmico, assim como por governos e ambientalistas, foi também, apropriado de tal forma pelo senso comum, que não é difícil, em uma mesa de bar, ou até mesmo em um ponto de ônibus, escutarmos uma discussão sobre variações climáticas, principalmente sobre suas catastróficas conseqüências. Isto pode estar associado ao grande papel da mídia sensacionalista, que trata o tema de forma um tanto quanto superficial. Para contrapor esta visão um tanto alarmista, temos o papel dos chamados “céticos”, cientistas que defendem que, em uma escala de tempo geológica, o planeta já passou por variações climáticas maiores do que a enfrentada no momento.

O primeiro ponto está relacionado justamente ao poder da mídia, onde o ex. vice-presidente norte americano Al Gore, lançou um filme denominado “*Uma Verdade Inconveniente*”, que tratava justamente sobre a temática do aquecimento global. No mesmo ano, tivemos a divulgação de um alarmante relatório sobre variações climáticas

produzido pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Ambos indicavam a grande parcela de culpa da raça Humana frente ao processo de aquecimento global, além de alertarem para a necessidade de mudanças imediatas nos padrões de desenvolvimento e de consumo. Por levantarem estas questões, estas duas iniciativas dividiram o Prêmio Nobel da Paz de 2007, aumentando ainda mais a visibilidade do problema.

Ainda em 2007, no mês de dezembro, realizou-se uma importante Conferência sobre Clima em Bali. Este encontro buscava reavaliar as metas do *protocolo de Kyoto*, assim como propor a determinação de novas metas. Mas acima de tudo, foi um grande esforço para tentar mudar a postura de países como Estados Unidos da América e China, que começam a ceder, mas ainda apresentam uma postura muito distante da necessária. Estes países alegam que as medidas propostas para que seja atingida uma redução significativa na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, implicariam em grandes perdas econômicas e redução nas taxas de desenvolvimento industrial. Mas a questão que deve ser colocada é, de que vale este “desenvolvimento” se não tivermos um planeta para desfrutá-lo?

Em 2008, ocorreu uma das maiores crises financeiras da história mundial, e uma grande gama de questionamentos surgiu com isso. Até que ponto podemos basear nossas ações no capital especulativo da economia neoliberal globalizada? Quais serão as influências diretas e indiretas no debate e na prática ambiental? Este modelo de desenvolvimento deve permanecer? O setor financeiro voltará mais forte após este “crash”, seguindo os exemplos que a história nos dá? O que importa é que as questões devem ser levantadas e discutidas em prol de ações efetivamente sustentáveis nas áreas econômica, social e ambiental e nas escalas local, regional e global.

4.1.2) O Cenário Brasileiro

Apenas a partir da década de 1930 é que torna-se possível notar alguma influência significativa da discussão internacional sobre áreas protegidas na política brasileira para conservação. Internamente, nota-se também a formação de grupos de atuação, os quais realizavam pressões no governo, em prol da questão ambiental.

Em 1934, temos a realização da Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, a qual buscava pressionar o governo mostrando a necessidade da criação de um sistema nacional de unidades de conservação (SAMPAIO, 1935).

Ainda no ano de 1934 temos a aprovação do código de caça e pesca e as medidas de proteção aos animais, além do surgimento do Código das Águas e do Código Florestal (MEDEIROS *ET AL.*, 2006). Este último possibilitou a implementação de parques nacionais no país, e em 1937, Getúlio Vargas decretou a criação do primeiro Parque Nacional Brasileiro, o *Parque Nacional do Itatiaia* (este evento é considerado um marco na política ambiental brasileira). Em 1939, são implantados os *Parques Nacionais do Iguaçu e da Serra dos Órgãos* (DEAN, 1997; DIEGUES, 2001).

Apesar da influência do modelo preservacionista norte-americano, a implementação de parques nacionais no Brasil, apresenta algumas particularidades se comparada à implementação de parques nacionais nos Estados Unidos da América. No caso norte-americano, as áreas preservadas, no geral, eram áreas com baixa densidade de ocupação humana, muitas vezes, áreas quase intocadas, desta forma, acabavam por ser uma proteção quanto a possíveis perturbações futuras. Já no caso brasileiro, a situação era bem diferente, na maioria das vezes, as áreas delimitadas eram áreas que já sofriam grandes pressões por intensa ocupação e uso social. Portanto, neste caso, a implementação de parques nacionais visava lidar com pressões e impactos já presentes nestas áreas e, sendo assim, os conflitos de interesse são muito maiores, terminando muitas vezes em violência e crimes. As questões fundiárias e ambientais são realmente problemáticas neste tipo de situação. Todo este panorama dificultou e continua dificultando em muito a gestão destas áreas protegidas (CASTRO JUNIOR *et al.*, 2008).

Uma das principais ações realizadas nos parques nacionais é o combate aos impactos ambientais, assim como o combate a aqueles que cometem estes crimes. Portanto, pelo fato de notarmos uma grande densidade populacional em quase todos os parques nacionais brasileiros, é de se esperar que as pressões, os impactos e alterações,

sejam de extrema grandeza, necessitando de intensa fiscalização e punição. Com isso, o planejamento e a ação propositiva acabaram por ficar em segundo plano, apresentando pouca efetividade.

De modo geral, na década de 1950, as bases necessárias já estavam criadas, e durante o período militar, devido à influência de uma visão nacionalista de defesa do território, a política de proteção a natureza pôde evoluir mais alguns passos, principalmente, do ponto de vista jurídico e institucional.

Em 1965 temos a reedição do Código Florestal, e o surgimento das Áreas de Proteção Permanente (APPs), além da definição de reservas legais (áreas que os proprietários são obrigados a manter em suas propriedades). Como ponto negativo nesta reedição, podemos destacar a permissão de corte de florestas para o plantio de “florestas homogêneas” (possibilitou a grande expansão do eucalipto) (CASTRO JUNIOR et al, 2008).

Durante o período militar temos também a ampliação das categorias de unidades de proteção, com isso, temos o surgimento de Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, aumentando assim a gama de possibilidades de ação em prol de uma melhor qualidade ambiental. Outro ponto importante foi a centralização das questões ambientais, com a criação de órgãos e instituições responsáveis por esta temática.

Em 1967 o governo criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e em 1973 fundou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) (órgão que, posteriormente, serviu de base para a criação do Ministério do Meio Ambiente). Já sob a “política de distensão”, foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). E por fim, ainda no período militar, temos a implementação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) (CASTRO JUNIOR et al, 2008).

Mesmo com estes avanços na área institucional, é apenas a partir de meados da década de 1980, com a redemocratização, que a questão ambiental realmente se faz presente no Brasil. Neste novo período, a discussão ambiental deixa de estar concentrada no Estado, e passa a fazer parte da vida social. A sociedade passa a ter importante papel no processo de proteção da natureza. Em 1985 temos a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e em 1988, temos a política ambiental se consolidando no país, através da nova constituição, que passa a apresentar um capítulo sobre meio ambiente. É importante deixar claro que, todo este

desenvolvimento está acompanhando a situação similar que ocorre, concomitantemente, em diversas regiões do mundo. Neste meio tempo, temos o surgimento de inúmeras áreas protegidas no Brasil, incluindo a Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis, a primeira a ser criada no país no ano de 1982.

Com o intuito de otimizar as ações em defesa do meio ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi criado em 1989. Este órgão possibilitou a centralização da execução da Política Nacional de meio Ambiente, que antes era realizada por diversos órgãos e instituições. Suas atribuições incluíam desde a gestão de todas as Unidades de Conservação federais do país, a fomentação de políticas ambientais que levassem a criação de áreas de proteção em todos os níveis (federais, estaduais e municipais), até a fiscalização e punição de infrações e crimes ambientais. Este último ponto foi facilitado após a promulgação da lei nº 9605, a Lei de Crimes Ambientais em 1998, além da intensificação da parceria entre Ministério Público (MP) e IBAMA. A lei nº 9985, de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), organizou a gestão de Unidades de Conservação no Brasil (CASTRO JUNIOR *et al*, 2008).

No Brasil são criadas diversas classificações de unidades de conservação, que se diferenciam pelas categorias de manejo, usos e propriedade e posse da terra e são determinadas através de lei específica de criação (quadro 1). Esta lei pode originar-se de três esferas administrativas diferentes: federal, estadual ou municipal.

Um dos maiores problemas apresentados pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente é o fato de seu financiamento ainda ser considerado insuficiente, levando a criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) (além de fundos estaduais e recursos internacionais). A burocracia relativa a financiamentos e licitações acaba por, de certa forma, travar um maior desenvolvimento de projetos que visem a proteção ambiental no país. Nesta questão, podemos destacar o papel das chamadas organizações não governamentais (ONGs), capazes de agilizar o processo de obtenção e alocação de recursos. Este tipo de organização contribuiu também para aumentar o papel da sociedade, mas o Estado continua possuindo importante função na efetivação da política ambiental.

Recentemente, tivemos o desmembramento do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, descentralizando mais uma vez a política e as ações ambientais governamentais brasileiras. A principal justificativa

seria a incapacidade exposta pelo IBAMA em cumprir todas as suas atribuições. A proposta foi de dividir as tarefas entre diferentes órgãos menores, para que desta forma, as ações sejam otimizadas e aceleradas, garantindo o processo de proteção ambiental no país. É importante deixar claro que este é um ponto muito controverso, sendo motivo de inúmeros debates no ambiente de discussão ambiental brasileiro atual.

QUADRO 1- CATEGORIAS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INSTRUMENTOS LEGAIS DE PROTEÇÃO DE ÁREAS NATURAIS				
CATEGORIAS DE MANEJO	CARACTERÍSTICAS GERAIS			
	USOS E BENEFÍCIOS	PROPRIEDADE E USO DA TERRA	ÁREA	LEGISLAÇÃO BÁSICA
PN- Parque Nacional	Indiretos	Poder Público	Área natural, pouco ou nada alterada, ecologicamente representativa e relativamente extensa (> 1000 ha).	Lei 4771 de 15/09/65 e Decreto 81.017 de 21/09/79.
RB- Reserva Biológica	Indiretos	Poder Público	Área natural intocada, cuja superfície varia em função do ecossistema ou ente biológico de valor científico a preservar.	Lei 4771 de 15/09/65 e Lei 5.197 de 28/02/67.
EE – Estações Ecológicas	Indiretos	Poder Público	Idem a Reserva Biológica, permitindo alteração antrópica em até 10% da área.	Lei 6.902 de 27/04/81, Lei 6.938 de 31/08/81 e resolução do CONAMA 004/58 de 18/09/85.
MN – Monumento Natural (ou Nacional)	Indiretos	Poder Público	Áreas com valores naturais ou paisagísticos únicos e superfície variável com as características do ambiente a proteger.	Decreto 58.084 de 23/03/95.
RE – Reserva Ecológica	Indiretos	Privado e/ou poder público	Pode ter as mesmas características das Reservas Biológicas e Estações Ecológicas ou simplesmente constituem áreas de preservação, conforme artigo 2º da	Lei 6.938 de 31/08/81 e Decreto 89.336 de 31/01/84.

			Lei 4.771.	
FLONA – Floresta Nacional	Diretos e Indiretos	Poder público	Área normalmente vasta e coberta principalmente por florestas manejáveis, produtivas, onde se permite a ação humana direta com o objetivo de usos múltiplos.	Lei 4771 de 15/09/65.
PC – Parque de caça	Diretos e Indiretos	Poder público ou privado	Áreas com habitat e população de fauna silvestre, manejáveis, com finalidades esportivas, recreativas e/ou econômicas cujo tamanho é variável em função do habitat e populações a manejar.	Lei 5.197 de 28/02/67.
APA – Área de Proteção Ambiental	Diretos e Indiretos	Privado	Áreas normalmente vastas, de propriedade privada nas quais, através de zoneamento e regulamentação, define-se a utilização possível, objetivando manter a qualidade ambiental.	Lei 6.902 de 27/04/81 e Lei 6.938 de 31/08/81
QUADRO 1- CATEGORIAS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INSTRUMENTOS LEGAIS DE PROTEÇÃO DE ÁREAS NATURAIS (Continuação)				
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico	Indiretos		Áreas de até 5000 há, com pouca ou nenhuma ocupação humana, que abrigue características naturais extraordinárias e/ou exemplares raros da biota regional. Pode integrar uma APA.	Lei 6.938 de 31/08/81 e Decreto 89.336 de 31/01/84.
AEIT – Área de Especial Interesse Turístico	Diretos e Indiretos	Privado e/ou poder público	Áreas com bem históricos ou culturais artísticos ou naturais, de importância às atividades turísticas recreativas, sobre as quais estabelecem diretrizes de uso e ocupação.	Lei 6.153 de 20/12/77 e Decreto 86.176 de 06/06/81.
Tombamento	Diretos e Indiretos	Privado e/ou poder público	Áreas com características e tamanhos variáveis em função do bem que quer proteger. O tombamento pode incidir sobre as áreas	Decreto 25 de 30/11/37.

			definidas como Unidades de Conservação.	
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural	Indiretos	Privado	Área natural ou pouco alterada, de tamanho variável, cuja preservação, por iniciativa do proprietário, é reconhecida pelo IBAMA. Há inserção de ITR após cadastro da área da RPPN.	Decreto 98.914 de 30/01/90.

(Fonte: UNILIVRE, 1997 apud COSTA, 2002)

Ao analisarmos a participação dos diferentes atores ao longo do processo de discussão e implementação da questão ambiental no Brasil, podemos notar que no período entre 1930 e 1971, encontramos apenas o Poder Público Federal; já no período entre 1972 e 1987, temos a presença do Poder Público Federal, das Agências Regionais, das ONGs e das Empresas. Por fim, de 1988 até os dias atuais, podemos perceber um grande aumento no número e nos tipos de atores, neste último período, encontramos o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, as Agências regionais, as Empresas; as ONGs, as alianças entre governos e ONGs e as comunidades. Desta forma, notamos um gradual aumento no número de atores participantes e atuantes no cenário ambiental brasileiro.

4.2) Degradação Ambiental: um problema em diferentes escalas

As paisagens naturais tem sido alteradas pela ação humana desde os primeiros passos do homem na superfície terrestre. Neste momento, onde a utilização dos recursos naturais se dava de forma primária (sociedades nômades e coletoras), as transformações eram mínimas, e ainda tínhamos o predomínio da “natureza natural” em relação à “natureza artificial ou humanizada”. Com a fixação das sociedades ao solo, com o domesticação de animais e com o domínio da agricultura, a paisagem passou a sofrer maiores alterações, desta forma, o sistema de objetos antes constituído apenas de elementos naturais, passou a ser cada vez mais composto por elementos construídos pelo homem, por sua vez, o sistema de ações também tornou-se mais complexo (SANTOS, 2002).

Nesta fase, as alterações e impactos ambientais ainda se davam em escala local. Com as técnicas e avanços obtidos ao longo da história, o Homem passou a aumentar gradativamente a intensidade dos impactos causados. O desenvolvimento dos espaços urbanos sem condições de higiene proporcionou a proliferação de inúmeras pragas, pestes e doenças. Em meados do séc. XVIII, na Inglaterra, tivemos a chamada Revolução Industrial, considerada um grande marco no processo de desenvolvimento econômico. Este novo período foi caracterizado por intensos avanços tecnológico, que vieram a permitir a utilização de diversos recursos naturais, que antes nada valiam. Este foi o caso dos combustíveis fósseis, que tornaram-se a principal fonte energética no mundo atual.

Juntamente com a intensificação dos avanços econômicos e tecnológicos, temos também uma intensificação do agravamento das condições ambientais, assim como um aumento das injustiças e desigualdades sociais, representadas por uma má distribuição de renda e de acesso aos meios de telecomunicação (concentrados nos países desenvolvidos e emergentes).

Ao longo dos séculos XIX e XX, os problemas ambientais deixaram de ser apenas locais, e passaram a ser percebidos em escala regional. A poluição de rios, gerada pelas indústrias de um país, já eram capazes de afetar outros países. Problemas similares também começaram a ser sentidos em relação à poluição atmosférica. Desta forma, conflitos e acordos bilaterais foram responsáveis pelo tratamento destas questões.

Principalmente na segunda metade do séc. XX, a questão sofreu nova mudança. O modelo de desenvolvimento econômico hegemônico passou a estar baseado em uma intensa utilização dos recursos naturais (por muitas vezes de forma indiscriminada e não planejada), com os combustíveis fósseis como matriz energética. A adoção deste modelo por parte dos países desenvolvidos, já acontece por mais de dois séculos, soma-se a isso o grande desenvolvimento industrial dos chamados países emergentes (que também adotam este modelo) e assim, temos uma situação que muitos denominam de crise ambiental, onde os problemas passaram a ocorrer em escala local, regional e global.

Um dos principais pontos levantados é relativo ao chamado “aquecimento global”, onde ações impactantes (emissão de gases de efeito estufa) realizadas em determinados países podem afetar não apenas alguns países, mas sim o mundo como o todo (aumento da temperatura global levando a graves consequências ambientais).

Na realidade, este é o assunto mais abordado pela mídia na atualidade, e por muitas vezes, é tratado em excesso e apenas superficialmente. Também é um dos principais temas de debate científico, com a existência de grandes financiamentos para o desenvolvimento de pesquisas nesta área.

Portanto, por ser um assunto já muito abordado, opto por trabalhar com a idéia de perda de áreas florestais, representada pelos processos de fragmentação florestal. Este não é um tema novo, mas devido à grande atenção dada à problemática do “aquecimento global”, acaba sendo discutido apenas quando vinculado a emissão de gases de efeito estufa decorrentes de queimadas. De fato, esta questão, muito freqüente no Brasil, é grave, mas não é a única associada à destruição de florestas.

No bioma da Mata Atlântica, muito fragmentado e com alta diversidade de ecossistemas, são necessários modos de manejos que possibilitem a sustentabilidade destes fragmentos (com a geração de renda para as populações locais associada a preservação das áreas florestais). Nesta tarefa, os diagnósticos geobiofísicos são fundamentais, pois nos indicam o estado de preservação / degradação das áreas estudadas (PEREIRA, 2005).

Esta situação induz a uma participação mais direta da sociedade nos processos decisórios relativos ao uso dos fragmentos, uma gestão participativa se faz essencial. Os conhecimentos locais devem ser mais valorizados, pois, na maioria das vezes, são justamente os manejos tradicionais dos fragmentos, os maiores responsáveis pela manutenção de um bom estado de funcionalidade. Isto fica nítido em um exemplo

básico: Comunidades rurais tradicionais sabem que não podem desmatar as encostas da bacia de drenagem de onde fazem a captação de água. É um conhecimento empírico, tradicional, mas que foi responsável pela sobrevivência de diversos fragmentos florestais.

Os processos de fragmentação ocorrem tanto em ambientes rurais como urbanos. Os impactos causados serão diferenciados, em princípio, são mais intensos no espaço urbano, mas isto não significa que possamos generalizar esta afirmação. E para exemplificar isto, podemos citar a expansão da lavoura de soja no estado do Mato Grosso (Brasil), avançando e fragmentando áreas de floresta amazônica em gigantescas proporções e de maneira mais intensa do que o desmatamento pela ocupação irregular das encostas, o qual pode lavar a movimentos de massa, assoreamento dos rios e enchentes nas cidades.

4.3) A Resposta dos Atores Sociais

Devido ao agravamento das condições ambientais no planeta, assim como a descentralização do tratamento desta problemática, que no passado estava muitas vezes concentrada apenas nas mãos dos Governos, no final do séc. XX e início do séc. XXI, a questão ambiental passou a possuir diversos outros atores como, o setor público, o setor empresarial, as ONGs, as comunidades e a sociedade civil em geral, os empregados, os fornecedores, clientes e consumidores, os investidores, os bancos e as seguradoras e etc. (MERCHANT, 2005).

Neste momento, temos também um forte movimento mundial de consciência ambiental, que associado a este envolvimento de diversos atores sociais, acaba por gerar novas demandas por parte da sociedade civil. Estas novas demandas apresentam grande preocupação ambiental e isto leva os setores público e empresarial a necessidade de apresentar novas respostas, que estejam adequadas as “novas exigências dos consumidores” mais críticos.

Algumas diretrizes ambientais foram apresentadas como respostas do setor público a esta nova demanda a partir da segunda metade do séc. XX. Dentre elas, podemos destacar a *Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano* (1972), a *Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1992), as diversas convenções internacionais, a elaboração da *Agenda 21* e a evolução das

legislações ambientais. Quanto ao setor empresarial, dentre as diretrizes ambientais apresentadas como resposta, temos o *Programa de Atuação Responsável* (Responsible Care – 1984), a *Carta do Meio Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável* (Carta Roterdã – Câmara Internacional do Comércio – 1991), o *Princípio CERES – Coalisão para as Economias Ambientalmente Responsáveis* (1992) (antigo Princípio Valdez – 1989) e normas de gestão ambiental *ISO 14.000* (MALHEIROS, 2002).

A associação destas respostas às demandas e práticas sociais levou a criação de políticas ambientais, que possibilitaram a elaboração de planejamentos ambientais, assim como experiências de gestão de áreas protegidas e de recursos naturais.

Sendo assim, podemos destacar duas formas de gestão ambiental. A *gestão ambiental empresarial*, e a *gestão ambiental pública*. O primeiro caso refere-se ao gerenciamento da questão ambiental pelas empresas, sejam elas públicas ou privadas (ex: Petrobrás e Vale do Rio Doce). Já a gestão ambiental pública, refere-se ao papel do Estado como gestor do meio ambiente, que ao gerenciar a questão ambiental, trabalha com diversos mecanismos, instrumentos e práticas, relacionando-se com diferentes atores ao longo deste processo.

Estas duas formas de gestão ambiental estão intimamente relacionadas. Aos Governos cabe a tarefa de legislar quanto às questões ambientais, desta forma, as leis produzidas tornam-se *diretrizes ambientais obrigatórias*, representadas pelas políticas ambientais públicas. Por outro lado, temos também a presença das chamadas *diretrizes ambientais voluntárias*, representadas por consumidores conscientes, que apresentam novas exigências de mercado, dentre outros fatores. As empresas estão no meio deste jogo e na busca por uma melhor adaptação as diretrizes ambientais obrigatórias e voluntárias, traçam suas estratégias empresariais, representadas pelas *políticas ambientais empresariais* (MALHEIROS, 2002). Este é apenas um exemplo didático, simplificado, no jogo real, as rodadas se tornam bem mais complexas.

A política ambiental pública conta com alguns instrumentos para se fazer valer. Primeiramente, podemos destacar os chamados *instrumentos repressivos / corretivos*, representados por sanções administrativas, civis e penais. Temos então os *instrumentos preventivos*, compostos por avaliações ambientais estratégicas, licenciamentos ambientais, avaliações de impactos ambientais e auditorias ambientais legais. Por fim, encontramos os *instrumentos de promoção, incentivo e fomento*, representados pelo auto

controle ambiental, licenças negociáveis, taxaço ambiental, financiamentos e incentivos, instituiço de prêmios e etc. (MALHEIROS, 2002).

Seguindo uma estrutura de raciocínio similar, podemos identificar três estágios distintos da *gestão empresarial*. O primeiro estágio é representado por uma *postura reativa*, onde as empresas desconhecem as legislaçoes ambientais referentes às suas atividades, e no geral, só solucionam os problemas e adotam ações devido à pressão da sociedade, a determinação do órgão de controle ambiental, a decisão judicial ou pelo recebimento de multas. No segundo estágio notamos uma *postura adaptativa*, onde encontramos empresas conhecedoras da legislaço ambiental referente às suas atividades, e apresentam um gerenciamento ambiental que busca atender e cumprir a legislaço ambiental. Por último, no terceiro estágio, temos a chamada *postura pró-ativa*, onde a empresa apresenta um gerenciamento voltado para ir além do cumprimento da legislaço ambiental, acabam por trabalhar na antecipação de problemas através da prevenço de poluiço e gerenciamento de riscos. Neste ponto, percebemos a integraço da questão ambiental ao planejamento estratégico da empresa. Ao relacionarmos os diferentes estágios da gestão ambiental empresarial com os diferentes instrumentos da política, do planejamento e da gestão ambiental pública, podemos notar que o estágio reativo associa-se aos instrumentos repressivos / corretivos, já a postura adaptativa, pode ser associada aos instrumentos preventivos, enquanto que a postura pró-ativa relaciona-se com os instrumentos de promoço, incentivo e fomento (MALHEIROS, 2002).

Os estágios de gestão ambiental empresarial não são iguais em todas as partes do mundo, os países europeus, no geral, apresentam estágios avançados, representados por uma postura pró-ativa. Com a intensificaço das transaçoes comerciais internacionais, as avançadas normas de conduta ambientais destes países acabam por ser exportadas para todos os países que participem destas transaçoes. Desta forma, países com legislaçoes ambientais pouco desenvolvidas, por vezes, são obrigados a adotar e cumprir determinadas normas para que possam continuar negociando com os países com legislaço ambiental mais desenvolvida (isto contribui para a evoluço da questão ambiental de acordo com parâmetros globais). É bom lembrar que os consumidores possuem papel fundamental neste processo, e que uma mudanço nos padrões de consumo, ajudaria muito na busca pelo desenvolvimento sustentável.

O avanço do neoliberalismo a partir do final do séc. XX, em princípio negligenciou as questões ambientais, em favor de intenso crescimento econômico. Por

muitas vezes, países em desenvolvimento (e até desenvolvidos) optaram pela realização de projetos impactantes em termos ambientais, mas rentáveis em termos financeiros. Esta prática, com o passar do tempo, veio a demonstrar sérias conseqüências ambientais, e desta forma, os Governos acabaram por voltar a dar ênfase para questões relativas à proteção da natureza. Mas de qualquer forma, o cenário estava realmente aberto para diversos atores (CASTRO JUNIOR et al, 2008).

Sendo assim, o surgimento das ONGs e o papel desempenhado pelas mesmas, muitas vezes substituindo o Estado, facilitou em muito a ampliação da atuação da sociedade no movimento ambientalista mundial. De maneira geral, estas organizações lutam por demandas de minorias, como maior justiça e igualdade social, igualdade na distribuição de renda, direitos humanos, além de questões ambientais. Devido a isso, podem, por vezes, ser consideradas como críticas em relação ao sistema neoliberal (CASTRO JUNIOR et al, 2008). Um dos melhores e mais conhecidos exemplos que podem ser citados é o Greenpeace, uma ONG internacional que por décadas vem lutando pela proteção da natureza em nosso planeta. Suas ações vão desde medidas extremas como bloquear rotas de petroleiros, exercer pressão sobre governos e grandes corporações internacionais, até investir em propaganda na busca por difundir informações sobre a condição ambiental do planeta, realizando críticas e propondo soluções (muitas vezes baseadas em conhecimentos tradicionais, o que as torna baratas e eficientes). Sua atuação pode ser percebida em todo o mundo.

Apesar de apresentarem posturas críticas, em associação ao avanço do neoliberalismo, as ONGs apresentam grande desenvolvimento ao longo da década de 1990, onde por muitas vezes, acabavam por substituir alguns “nichos” que Estado preenchia, tornando-se, de certa forma, instrumentos de governos na política ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2002). É importante citar que, em alguns casos, estas ONGs foram e ainda são utilizadas para realização de atividades ilegais, muitas vezes envolvidas como lavagem de dinheiro, desvio de verbas e etc, ou seja, acabam funcionando apenas como fachada. Devido a esta situação, em países onde a corrupção é uma forte realidade, por muitas vezes as ONGs são mal vistas pela sociedade civil. Apesar disso, estas organizações ganham cada vez mais legitimidade frente a órgãos financiadores.

Como os Governos ainda apresentam papel determinante nas políticas ambientais, são essenciais as associações e cooperações entre Estados e ONGs (financiamentos, liberação de verbas nacionais e internacionais, aplicação de projetos e etc.). Estas

associações, que se materializam em ações de cunho social e ambiental, são cada vez mais frequentes e, em grande parte, bem sucedidas.

Ao tratarmos a questão ambiental, principalmente em países em desenvolvimento, com altas taxas de degradação da natureza, devemos estar preparados para lidar com uma diversa gama de conflitos de ordem social, onde podemos destacar como um dos principais, os conflitos fundiários. Como já foi exposto, no Brasil e em outras regiões do mundo, a delimitação de áreas de proteção, acaba por funcionar como uma estratégia na luta frente à intensa degradação ambiental já presente nos ecossistemas. Sendo assim, podemos pressupor que diversas famílias habitam e utilizam esta área de inúmeras formas. Ao delimitarmos uma área de proteção seguindo um modelo preservacionista, torna-se necessária a remoção destas pessoas, as quais, por sua vez, alegam ter o direito sobre a posse da terra por viverem na região por gerações. Outro argumento é que, frente a grande degradação das áreas no entorno do local em questão, fica claro que o modo de manejo exercido por estas comunidades está em consonância com as condições naturais do ambiente. Em alguns casos, como os Massai e os Aborígenes, os ecossistemas, manejados por milênios por estas comunidades, passam a ser dependentes deste manejo para apresentarem uma funcionalidade ótima. Sendo assim, homem e natureza acabam por se fundir de forma “harmoniosa”.

Muitos dos conflitos acabam de forma trágica, com violência e mortes. Com a intensificação das discussões ambientais em escala global, dos acordos e cooperações multilaterais, assim como das diversas organizações e corporações internacionais, estes pontos passam a ter grande papel na determinação e na gestão de áreas protegidas em todo o mundo. Com isso, uma nova gama de conflitos passa a surgir, são conflitos onde decisões tomadas em uma escala (ex: conferências internacionais e acordos multilaterais e exigências dos grandes órgãos financiadores externos), acabam por impactar, de forma *local*, diferentes partes do mundo. Comunidades que talvez nem estejam “inseridas” no chamado “mundo globalizado”, ou seja, comunidades sem acesso aos meios de telecomunicação e muitas vezes sem informações quanto aos seus direitos como cidadãos, acabam passando por intensos processos de luta pela permanência em suas terras de origem, (consequência de decisões e ações de pessoas que, em alguns casos, nunca pisaram na região em questão).

Esta nova situação, onde o problema ambiental é visto de forma global, acaba por gerar questionamentos quanto à soberania dos estados sobre os territórios nacionais. É

possível, que em um futuro não muito distante, conflitos entre nações ocorram em decorrência de divergências quanto a questões ambientais. Mas o mais provável é que estes conflitos aconteçam (como já acontecem) por disputas por recursos naturais como por exemplo o petróleo e a água.

A sociedade civil vem atuando de diversas formas, principalmente através do movimento ambientalista. Podemos perceber grandes mobilizações populares em prol de uma melhor qualidade ambiental, onde protestos contra grandes indústrias e corporações internacionais tornaram-se parte do cotidiano. Cada vez mais pessoas buscam fazer a sua parte da melhor forma possível, seja através de manifestos na Internet, seja através da separação do “lixo” (material reciclável) doméstico, ou até mesmo através de denúncias contra crimes ambientais. A idéia de a responsabilidade ser de todos está realmente conseguindo atingir diversos setores e níveis da vida social.

Desta forma, o grande avanço nos meios de transporte e comunicação, assim como a forte presença da mídia (por vezes um tanto quanto sensacionalista) apresenta grande papel na questão ambiental ao difundirem está problemática por praticamente todos os lugares do planeta, mas é importante lembrar que o excesso também pode ter conseqüências negativas. Diversas empresas exploram este “mercado ambiental”, e isto fica nítido nos comerciais vinculados às redes de televisão brasileiras e internacionais. Muitos destes comerciais fazem grande apelo às questões ambientais visando atrair consumidores mais exigentes e que se preocupam com a proteção do meio ambiente. Um dos maiores problemas é a superficialidade com que as informações são passadas, além de por vezes, as fontes e conteúdos não serem confiáveis. Isto pode levar a um resultado negativo, onde as pessoas passam a banalizar o tema, não realizando assim as mudanças necessárias para vivermos em um mundo sustentável.

É necessário perceber que os momentos de disputa, de competição, já foram encerrados com o fim da Guerra Fria, não é mais uma questão de supremacia de uma nação (ou modelo – capitalista X socialista) sobre as outras, é uma questão mais simples, trabalhar em prol do desenvolvimento comum como a única possibilidade de sobrevivência da raça humana. Neste processo, os deveres são de todos, mas também serão os benefícios.

É bem verdade que, uma visão crítica em relação à distribuição dos deveres torna-se necessária. Em princípio, não é justo que países desenvolvidos, de industrialização mais antiga e países em desenvolvimento, com industrialização mais

recente, paguem o mesmo preço. Ao analisarmos o processo histórico de agravamento da situação ambiental, principalmente pós-revolução industrial, podemos perceber que o acúmulo de impactos apresentados pelos países desenvolvidos é maior do que o dos países em desenvolvimento.

A questão é que este ponto tem relevância, mas deve ser superado. Não é possível continuarmos a seguir o modelo de desenvolvimento urbano-industrial fortemente influenciado pelos padrões de consumo norte-americanos. O mundo não tem capacidade para sustentar este tipo de desenvolvimento, as demandas por recursos, os impactos ambientais e as intensas alterações climáticas, colocam a raça humana em uma situação limite, onde novas opções devem ser feitas.

Portanto, não importa quem tem maior culpa, ou quem vai pagar a conta pelo outro, a única solução é que todos nós realmente paguemos a conta, ao buscarmos novas formas de desenvolvimento que levem a maior igualdade e justiça social, a uma melhor distribuição de renda, a mudanças de matrizes energéticas (busca por fontes de energia alternativas e não poluentes), enfim, a uma relação mais “harmoniosa” entre Homem e natureza, onde a raça humana passa a se perceber como parte integrante do meio ambiente, e não mais como parte dominante no ambiente.

4.4) O Papel da Academia

Com a Revolução Francesa são estabelecidos os fundamentos sociais da ciência moderna. Com isso, temos a substituição dos mitos pela ciência, onde o papel de determinar as regras do jogo do comportamento social que os primeiros exerciam, deve ser então exercido pela ciência moderna ocidental. Esta acaba por construir sua própria mística e, a partir de então, a imagem dos homens da ciência substitui a do herói ou as dos deuses. Desta forma, ao longo do séc. XIX, o modelo científico passa a estar presente nas diversas facetas da vida social, afetando inclusive, através de sua imagem, os sistemas de valores (CHRÉTIEN, 1994).

Podemos perceber que, ao longo da história da evolução da ciência moderna, os paradigmas (racionalistas e empiristas) se alternaram como ondas com períodos de sintagmas críticos (fenomenológicos). Em todos os momentos, métodos foram adotados, como métodos indutivos, dedutivos, dialéticos e etc.; e procedimentos seguidos, com algumas correntes apresentando maiores preocupações referentes à objetividade e à busca por leis gerais, enquanto outras apresentavam maior inclinação

para a subjetividade e singularidade, mas todas seguindo determinados procedimentos adotados (HOEFLE, 1998). Estes pensamentos também apresentaram diferentes visões e práticas em relação à natureza, ao longo da história, esta já foi vista como organismo, como máquina e como sistema. Estas diferentes percepções possibilitaram diferentes relações entre o homem e a natureza (GOMES, 2000).

No geral, os paradigmas racionalistas enxergam a natureza como algo a ser utilizado, conquistado pelo Homem (distanciamento entre Homem e natureza), desta forma, o pensamento racional pode ser considerado como o mais atuante, e ao produzir conhecimento aplicável, é capaz de realizar intervenções, apresentando assim, grande papel no desenvolvimento do pensamento e da vida social. Já nos paradigmas empiristas e sintagmas fenomenológicos, a experiência individual possui importante papel, com isso, podemos detectar uma maior relação entre Homem e natureza, apesar de as práticas e ações resultantes serem diferenciadas entre estes paradigmas.

A grande desvalorização e o sentimento de superioridade em relação ao senso comum (incluindo saberes tradicionais) presente na busca pela diferenciação entre o que é e o que não é científico, realizada por Karl Popper (1973), acaba por dificultar e de certa forma impedir possíveis avanços na ciência. Paul Feyerabend (1989) enxerga a separação entre ciência e não-ciência como algo artificial e nocivo para o avanço do conhecimento. Como isso, valoriza outras formas de conhecimento e acaba por criticar os próprios critérios de separação entre o que é científico e o que não é, buscando desta maneira, aceitar e valorizar o conceito de cultura, os saberes populares e tradicionais e, portanto, uma grande dose de subjetividade. Sendo assim, o conhecimento ocidental não pode ser visto como o único possível e verdadeiro é relativo.

Frente a situação atual de agravamento das condições ambientais, na busca por soluções para esta problemática, é necessário que a racionalidade científica do ocidente, seja mais auto-crítica, esta deve renunciar o cientificismo e deve também realizar novas alianças com saberes culturais e tradicionais. Em segundo lugar, necessita confrontar-se com saberes exóticos, com outras tradições culturais e de pensamento, com outras visões de mundo, podendo desta forma enriquecer com quem desconhece e fazer-se conhecer pelos desconhecidos (CHRÉTIEN, 1994).

A seguir são apresentadas algumas áreas do conhecimento (de cunho ambientalista) que podem contribuir para um maior entendimento e gerenciamento da questão ambiental. Mas é importante lembrar que, qualquer medida que possa restringir

a relação entre as diferentes formas de conhecimento, científicos ou senso comum, deve ser evitada. As associações e cooperações devem ser fundamentais.

4.4.1) Ecologia da Paisagem

Podemos encontrar a origem da palavra paisagem (*landscape*) no antigo idioma Indo-Europeu, o qual serviu de base para quase todas as línguas modernas européias. Com isso, temos inúmeras variações desse termo, todas oriundas da mesma raiz, mas nem sempre possuindo o mesmo sentido (JACKSON, 1984). A *landschaft* alemã pode vir a se referir a uma pequena unidade administrativa (ex: um bairro); já nas línguas latinas, na maioria das vezes, significa um distrito rural definido (ex: *paysage e campagne* no francês). Desta forma percebe-se que o termo paisagem antigo, no geral, estava associado à divisão administrativa ou unidade territorial.

Formas modernas do termo paisagem (fim do século XVI e início do XVII) foram fortemente influenciadas pelos pintores alemães de paisagem, os quais resgataram a idéia de representação de cenários ou cenas particulares. Com isso, em uma concepção popular, a paisagem passa a ser vista como “uma porção de terra ou território, que o olho pode apreender em um golpe de vista; ou área, ou cenário visto por um observador humano” (MIKESELL, 1972).

O conceito de paisagem tem sido trabalhado na geografia desde o início do século XX, seguindo basicamente a tradição de grandes naturalistas como Humboldt, os quais viam a paisagem como porções amplas do espaço, as quais possuíam características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade (HOLZER 1999).

Outros geógrafos trabalharam esse conceito de acordo com diferentes abordagens, como por exemplo, Carl Sauer, que definiu a paisagem como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SAUER, 1998). Nesta abordagem, é privilegiada a análise morfológica da paisagem, onde são considerados os aspectos materiais da cultura.

TROLL (1997) trabalha com uma abordagem funcional, enfatizando a relação entre os elementos de paisagem, a qual forma um conjunto harmonioso e interdependente.

TUAN (1980) interpretou a paisagem como uma imagem, uma construção mental, unindo a perspectiva funcional e moral-estética. Na perspectiva de COSGROVE (1998), a paisagem cultural passa a receber valor simbólico, valor este que irá estar diretamente relacionado com a percepção da paisagem por parte do sujeito (BRUNET, 1982). Desta forma, podemos perceber que a paisagem geográfica pode vir a assumir diversas dimensões: morfológica, funcional, espacial e simbólica. Assim, como com as definições, podem também vir a existir inúmeras interpretações e percepções em relação à paisagem, as quais estarão de acordo com os diferentes “olhares”, filtros das formações científicas e culturais dos observadores.

A Ecologia da Paisagem ou Geoecologia é uma área do conhecimento que possui fundamentalmente duas escolas com abordagens distintas. A primeira escola, originada na Alemanha com Carl Troll, privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território, sendo menos centrada nos estudos bioecológicos, podendo ser vista como uma disciplina integradora das ciências sociais e geo-biofísicas.

A segunda escola, originada por biogeógrafos e ecólogos americanos na década de 1980, dá uma maior ênfase às paisagens naturais; à conservação da diversidade biológica, e ao manejo de recursos naturais, enfatizando a importância do contexto espacial (que é a paisagem geográfica) sobre os processos ecológicos.

Em ambas as visões, a paisagem pode ser vista como um mosaico heterogêneo, composto por unidades interativas; na primeira abordagem, essa heterogeneidade é vista pelos “olhos” do homem, enquanto que na segunda, pelos “olhos” das espécies ou comunidades estudadas. Temos, portanto, uma abordagem geográfica e uma ecológica. Ambas as abordagens podem contribuir muito na busca pela proteção de áreas naturais, mas de fato, na presente situação, torna-se fundamental uma visão que aborde questões sociais, negligenciar estes importantes atores, certamente induzirá o projeto ou a pesquisa ao fracasso.

4.4.2) Ecologia Política

A Ecologia Política surge após 1985, a partir da convergência de questões levantadas no ambientalismo, no Neo Marxismo e no Pós-modernismo. Do ambientalismo, incorpora a forte preocupação com a questão da degradação ambiental, assim como dos recursos naturais. Apresenta assim uma crítica a visão de mundo

urbano-industrial vigente, servindo de base para as pressões e ações políticas de movimentos sociais e ONGs em diversas escalas. Do Neo Marxismo, absorve o método analítico histórico, assim como o estudo dos processos de expansão e transformação do sistema capitalista em escala mundial, que acaba por implicar em desigualdades sociais regionais e locais. Por fim, do Pós – modernismo, adquire o interesse pela diferenciação cultural das sociedades e de suas minorias (HOEFLE, 1998).

Desta forma, a Ecologia Política vai contra a tendência de especialização disciplinar presente no meio científico, é capaz de integrar em uma mesma pesquisa diferentes escalas de análise, além de apresentar forte poder de síntese das críticas sociais e ambientais, o que é essencial no tratamento da questão ambiental no mundo atual.

4.4.3) Ecologia Profunda (Deep Ecology)

A partir da separação entre “ecologia profunda” e “ecologia superficial” realizada na década de 1970, diversos autores apresentam a “ecologia profunda” como a base filosófica para práticas e estilos de vida realmente “verdes” (ecológicos) (NAESS, 1989).

A “ecologia profunda rejeita a visão dualística que separa o Homem da natureza (ecologia superficial), defende a idéia do Homem estar intimamente ligado a natureza, sendo parte do ambiente natural (*total field view*). A visão de sociedade desenvolvida por esta corrente é baseada na bioética e no valor intrínseco da natureza, desta forma criticam o antropocentrismo, que coloca os valores humanos como a fonte de todos os valores. Como uma das muitas influências, podemos notar alguns traços do pensamento anarquista. Trabalha, principalmente, com comunidades autônomas, descentralizadas e em pequena escala (valoriza o conceito de lugar e de identidade). Existe grande busca na literatura e filosofia oriental, como no taoísmo, no hinduísmo, confucionismo, budismo, meditação e etc, com isso, uma variada gama de visões é aceita. Ao valorizar todas as formas de conhecimento, defende a diversidade. Não baseia-se apenas na ciência “ecologia”, composta por dados numéricos, lógica, estatística e etc., trabalha também com valores emocionais e intuitivos. Apesar de ser relativista quanto aos valores sociais, alega que o Homem (assim como todos os organismos) deve seguir as leis da natureza, deve tentar viver de acordo com ela e não tentar resistir aos ritmos naturais (isto pode levar ao determinismo, devemos ter cuidado). Acredita que a

mudança social deve partir da consciência individual, quando pessoas suficientes tiverem feito isso, então a sociedade se transformará (PEPPER, 1996).

Segundo PEPPER (1996), a “ecologia profunda” recebe inúmeras críticas, tanto internas quanto externas ao movimento, como no caso da bioética (natureza apresentando valor intrínseco), do grande determinismo imposto pelas leis e limites naturais e etc. É acusada de ingênua por acreditar que a mudança na consciência individual levará a transformação da sociedade, os críticos alegam que isto pode ser interpretado como idealismo. Em diversos momentos menospreza o papel do Estado e das grandes corporações transnacionais. Por valorizar o tradicional, a harmonia, o equilíbrio, é muitas vezes vista como reacionária, pois este discurso aplicado para a sociedade pode soar como conservador. Por fim, é também acusada de abordar as questões sociais de forma superficial, não levando, portanto, a transformações profundas na sociedade.

Por muitas vezes, a ecologia profunda vê o desenvolvimento apenas como destruidor da natureza e não como parte dela, isto acaba por desenvolver um sentimento anti-humano, onde o Homem em casos extremos pode ser visto como um parasita destruindo a terra (Gaia) (ALLABY, 1989).

4.4.4) Ecologia Social

A “ecologia social” tenta responder as críticas expostas em relação a “ecologia profunda”. Assim como na “ecologia profunda” também encontraremos elementos do anarquismo, sendo influenciada principalmente pelo anarco-comunismo de Kropotkin e por Bookchin (mais recentemente). A mensagem fundamental desta corrente é que os problemas ecológicos que sofremos, são decorrentes dos problemas sociais que criamos. A solução proposta é eliminar hierarquias e relações patriarcais, gerando então uma sociedade anarco-comunista, uma “sociedade natural” (PEPPER, 1996). A “ecologia social” não se declara nem biocêntrica nem antropocêntrica, tenta relacionar o bem da humanidade com o bem do planeta (CLARK, 1990), o que deve ocorrer através de ações em organizações geograficamente descentralizadas, em pequena escala, baseadas na autonomia local e regional e na auto-suficiência.

Bastante ênfase é colocada em eliminar a injustiça social através do desenvolvimento altamente controlado, e a estratégia é superar coletivamente os obstáculos políticos e econômicos em busca da “sociedade ecológica”. Neste processo é

fundamental superar o capitalismo e estabelecer um “verdadeiro” socialismo como base para esta nova sociedade. Alegam que os objetivos dos “verdes” só serão alcançados após atingirmos a justiça social. No geral, o pensamento “verde” rejeita os objetivos, os meios e a ideologia moderna, que são apresentadas como as causas para os problemas ecológicos, mas a ecologia social ainda acredita na promessa iluminista do progresso material universal levar ao desenvolvimento sustentável e ao aumento da qualidade de vida para todos (PEPPER, 1996).

4.4.5) Ecologia Radical

A “ecologia radical” é, de certa forma, uma versão mais recente e atualizada da “ecologia social”. Critica os aspectos políticos e econômicos que dificultam o acesso as necessidades básicas por toda a sociedade. Tenta transformar os sistemas sociais e ecológicos alterando os padrões de produção, reprodução e consciência, o que levaria a melhoria da qualidade de vida, assim como, das condições ambientais. As teorias apresentadas por esta corrente (que como toda corrente também apresenta debates internos) relacionam os problemas ambientais aos problemas sociais (causas), neste caso, os movimentos sociais apresentam importante papel em eliminar as causas da degradação ambiental (os problemas sociais). A “ecologia radical” também apresenta atuação política através da fundação de partidos como o “partido verde” (MERCHANT, 2005).

Os objetivos da produção devem ser subordinados aos da reprodução da vida e da satisfação das necessidades básicas da sociedade, garantindo assim uma ética de parceria entre natureza humana e natureza não humana. Sendo assim, segundo MERCHANT (2005), os problemas ambientais são interpretados como decorrentes de duas contradições fundamentais. A primeira tem relação com as tensões entre as forças econômicas de produção e as condições ecológicas locais. A segunda tem relação com as tensões entre reprodução e produção. A crise ecológica global é vista como resultante do agravamento destas duas contradições. Por fim, a ecologia radical nos permite desenvolver um pensamento crítico em relação ao movimento ambientalista, assim como, ao modelo de civilização ocidental e seus valores. Apesar do radicalismo, no geral, não gerar mais revoluções, pode ajudar a transformar atitudes, consciências e estilos de vida, levando a transformação da sociedade.

4.5) Os “Ambientalistas” (Greens)

Podemos perceber que diversas correntes de pensamento apresentadas possuem muitos pontos em comum em relação ao tratamento da questão ambiental. Desta forma, é possível agrupar as diferentes abordagens ambientalistas em um grupo maior o qual podemos denominar de “verdes” (greens). Vale lembrar que existem diversas outras linhas de pensamento que não foram abordadas neste trabalho que também se enquadrariam neste agrupamento (“verdes”) como o ecofeminismo e a ecologia espiritual.

Segundo WALL (1994), os “verdes” (o pensamento ambientalista) possuem uma história e, ao nos aprofundarmos neste ponto, podemos perceber as origens, assim como, os contextos sociais das idéias desenvolvidas, o que nos ajuda em muito a avançar e compreender este debate. Uma perspectiva histórica em relação às idéias sobre natureza possibilita a compreensão da situação material e ideológica do momento em que as idéias foram desenvolvidas, isto nos ajuda a perceber que quando escutamos estas idéias sendo resgatadas, não podemos simplesmente aceitá-las de imediato por seu valor, devemos sim relacioná-las com a posição ideológica daqueles que realizam este resgate e avançam com a idéia (PEPPER, 1996). Assim poderemos ter maior embasamento nas escolhas metodológicas, ideológicas e conceituais em relação à questão ambiental

A abordagem histórica também nos ensina que não existe apenas um ponto de vista, uma verdade, sobre a relação sociedade - natureza. Existem diferentes verdades para diferentes grupos, sociedades e indivíduos com diferentes ideologias, origens e condições sociais. Por exemplo, os ambientalistas radicais alegam que a natureza possui uma lenta capacidade de se recuperar de impactos causados pela ação humana, sendo muito vulnerável a alterações (“mito da natureza efêmera”). Já para pessoas ligadas ao setor de exploração de recursos naturais, a natureza pode apresentar uma rápida velocidade de recuperação frente aos impactos ambientais (“mito da natureza benigna”). Por outro lado, podemos ter uma visão que alega que o desenvolvimento é aceitável desde que observe os limites e leis da natureza (“mito da natureza perversa / tolerante”) (PEPPER, 1996).

Os “verdes” apresentam certa desconfiança em relação ao modelo de ciência moderna ocidental desenvolvido a partir do iluminismo. As guerras, miséria, problemas ambientais e etc., são grandes questões intensificadas após este período. Desta forma,

também desconfiam das grandes teorias políticas da modernidade, do liberalismo e do socialismo. Esta reação em relação a estes pensamentos, faz com que os “verdes” resgatem muitas idéias em relação a natureza desenvolvidas em períodos pré modernos como o Holismo, o Gaianismo, a hermenêutica, a fenomenologia, a astrologia e etc. (isto foca nítido na ecologia profunda). Mas de fato, estas idéias sempre estiveram no campo de discussão, apesar de em alguns momentos (séc. XIX e XX) terem ficado um pouco afastadas do debate principal, acabam por auxiliar na formação da base do ambientalismo moderno. Assim como os românticos rejeitam a idéia da ciência clássica, que concebe a natureza como uma máquina manipulável separada do Homem (MERCHANT, 2005).

Dentro do ambientalismo, podemos encontrar duas correntes principais, os “verdes radicais” e os “verdes reformistas”. Apesar de apresentarem alguns pontos diferenciados, existe uma visão geral compartilhada por ambos. Neste sentido, de forma ampla, os “verdes” apresentam uma visão de mundo centrada na sociedade, pois se preocupam justamente com a relação entre a sociedade (principalmente ocidental) e a natureza. Mas de fato, os “valores verdes” são majoritariamente ecocêntricos, ou seja, a preocupação inicia-se com a natureza não humana e com todo o ecossistema, não parte de valores humanistas, adotam uma visão holística (PEPPER, 1996).

Alegam que nossos problemas ambientais são decorrentes dos valores “incorretos” e indesejáveis que temos em relação à natureza, que também reflete a forma como valorizamos e tratamos uns aos outros em nossa sociedade. São, portanto, a favor de um mundo sustentável, sem atitudes de exploração em relação à terra. Invocam os valores da “bioética”, na qual a natureza apresenta valor intrínseco, assim como a noção de Gaia (terra como um organismo vivo e auto regulador). Sendo assim, para os “verdes”, o Homem é parte da natureza, devemos (moralmente) respeitá-la e protegê-la por ela mesma, não importando o valor que tenha para nós, devemos obedecer às leis e os limites da natureza, dar valor as emoções e intuições tanto quanto as outras formas de conhecimento, buscar outras formas além da tecnologia para resolver os problemas ambientais, produzir bens e serviços necessários para a sociedade independente de serem rentáveis ou não, evitar o crescimento econômico indiscriminado, valorizar as comunidades locais e associá-las a comunidade internacional, criar uma sociedade não industrial e etc. Mas para que tudo isso aconteça, são necessárias profundas transformações na organização social e nos valores ocidentais. Mudando nossos valores,

atitudes e estilo de vida como indivíduos, realizamos grande contribuição para a mudança da política geral (PEPPER, 1996).

5) Área de Estudo

5.1) Breve Histórico do Maciço da Pedra Branca

Pela maior distância em relação ao centro de urbanização, o maciço da Pedra Branca sofreu (e ainda sofre) um processo de ocupação bem diferenciado do que ocorreu no maciço da Tijuca. Ainda podemos notar paisagens características de espaços rurais no seu entorno, que muitas vezes, ainda guardam registros das primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região: roças, engenhos, pecuária, lenha e carvão para abastecimento da área urbana e para subsistência (FREITAS et. al, 2005).

Toda a área pertencia a D. Vitória de Sá, que ao morrer deixa-as para o mosteiro de São Bento, que divide a área em três grandes fazendas (engenhos): Camorim, Vargem grande e Vargem Pequena. Estas terras foram perdidas pelos monges para o Banco de Crédito Móvel (hipoteca), que passa a arrendar glebas. Este projeto deixa de ser lucrativo (alta taxa de inadimplência) e as terras ficam aparentemente abandonadas, o que permite um breve período de reestruturação da floresta (ENGEMANN, 2005). Mas, nos anos 1940 a 1960, a lenha e o carvão para abastecimento do espaço urbano crescente tornam-se os principais motivos para o desmatamento de encostas. Paralelo a esta atividade, desenvolve-se também roças de subsistência na região (FREITAS et. al, 2005). O excedente desta produção era comercializado, desta forma surgiram pontos de comercialização (aglomeração – encontro). Isto passa a alterar a relação dos habitantes desta área (rural) com a cidade, pois com a geração de renda, existe a possibilidade de obtenção de bens já “produzidos”. Com o passar do tempo, temos profundas alterações nos sistemas de produção, onde a subsistência passa a dar espaço para produção comercial (GALVÃO, 1957).

Ao longo deste processo, todo o maciço sofreu intensa fragmentação florestal, gerando uma paisagem composta por um mosaico de áreas rurais (agricultura e pecuária), remanescentes florestais (em diferentes estágios de sucessão) e manchas de expansão urbana (crescimento muitas vezes ilegal e desordenado).

As áreas de estudo abordadas encontram-se no denominado bairro de Grumari, localizado no extremo sudoeste do Maciço da Pedra (Figs. 1 e 2). Este bairro, criado em

1981, possui área de 959,88 hectares, pertence à Região Administrativa da Barra da Tijuca (XXIV) e encontra-se na Área de Planejamento 04 (AP4). Esta área composta majoritariamente por “áreas naturais” (90,97%), porém, grande parte destas áreas florestais é composta por “florestas alteradas”, caracterizando um mosaico de diferentes estágios sucessionais e cultivos. Aproximadamente 15% do bairro correspondem a áreas de restinga, brejos, praias e costões rochosos. Destes 15%, 10% são compostos por vegetação de restinga, ecossistema altamente impactado no processo de ocupação e expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro (GUERRA, 2005).



Figura 1: Bairro de Grumari no extremo sudoeste do Maciço da Pedra Branca – RJ
(Fonte Imagem Orbital cedida pela prefeitura, 2003).

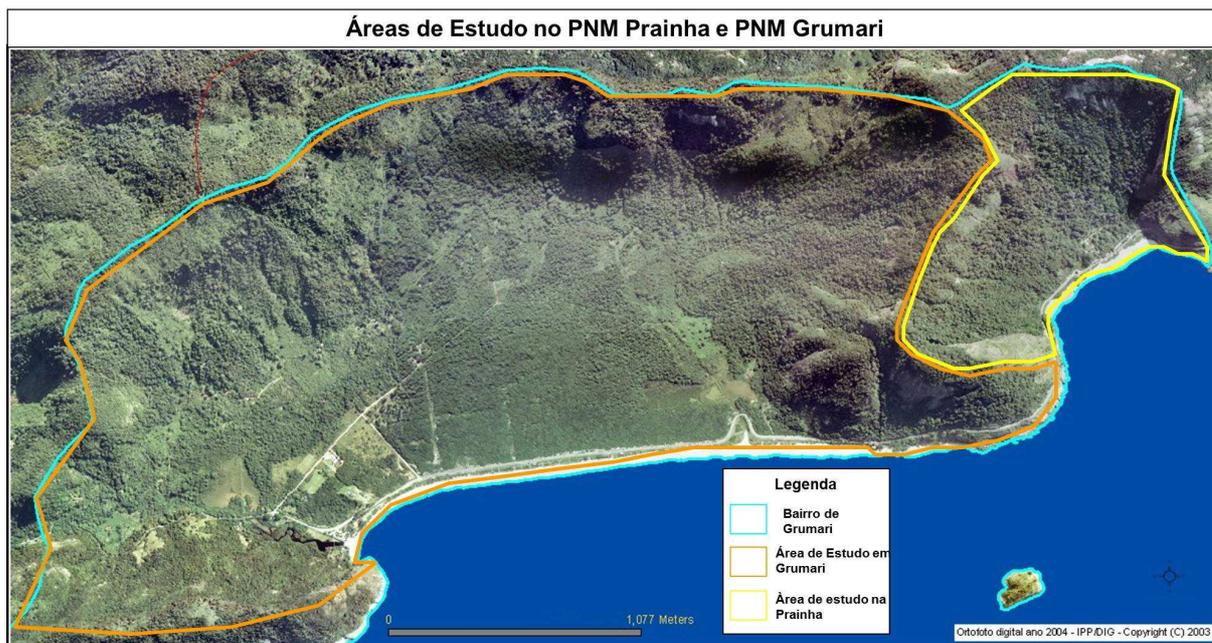


Figura 2: Áreas de estudo no Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari, maciço da Pedra Branca – RJ (Fonte Imagem Orbital cedida pela prefeitura, 2003).

O Parque Natural Municipal da Prainha é hoje visto como uma das áreas mais preservadas neste mosaico (sua legislação e seus usos possibilitam esta situação). Já o Parque Natural Municipal de Grumari, também situada nesta porção do maciço, apresenta-se altamente fragmentada com áreas de floresta, roças de banana, roças de subsistência e uso residencial e situação fundiária não regularizada.

5.2) Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari.

As áreas de estudo representam ecossistemas diferenciados dentro do bioma Mata Atlântica. A primeira é a área denominada Prainha, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Esta área por muito tempo permaneceu isolada, principalmente pelo difícil acesso. Toda a sua região fazia parte de propriedades rurais conhecidas como fazendas do Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande. Após a década de 70, com a abertura da Avenida Estado da Guanabara, a qual interligou as Estradas do Pontal e de Grumari, esta área tornou-se mais acessível e por fim, no início dos anos 90 passou por

grandes alterações pelo projeto Rio-Orla. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL *et al.*, 1998).

Frente a essa situação, a área passa a sofrer maiores perturbações, e, em 1990, a existência de um projeto de construção de um hotel e um condomínio na localidade acabou levando a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Prainha, na tentativa de se resguardar a integridade deste sistema florestal.

O Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP) foi criado em 1999 e atualmente se encontra sob a tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SMMA. O Parque (Fig. 3) e possui uma área de 126,30 ha e localiza-se entre o bairro do Recreio dos Bandeirantes e o PNM de Grumari. As encostas variam de 0 a 460m de altitude, constituindo um pequeno anfiteatro natural (Fig. 4).

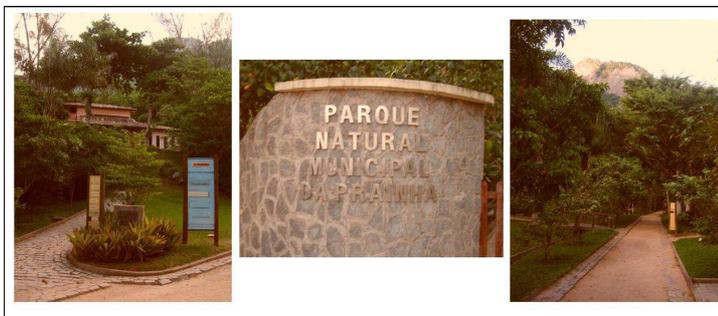


Figura 3: Parque Natural Municipal da Prainha (Fotos: Thiago Pereira, 2009).



Figura 4. Anfiteatro natural Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP) (Foto: Thiago Pereira, 2009).

Quanto à vegetação, encontramos uma Floresta Ombrófila Densa Atlântica Submontana, popularmente denominada de Floresta Atlântica. Esta floresta, neste caso, é predominantemente secundária tardia; no entanto, notam-se também trechos mais

preservados, possivelmente representando áreas remanescentes de floresta nativa (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 1983).

As encostas são íngremes e os topos de morro, em geral, são dominados por afloramentos rochosos gnáissicos (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL *et al.*, 1998).

Apesar de não possuir um plano de manejo definido (CALVENTE, 2005), a criação deste parque, contribui para a manutenção da integridade de áreas de remanescentes florestais frente à expansão urbana.

A segunda área, situada no extremo sudoeste do maciço da Pedra Branca, seria o Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG) (Fig.5), com aproximadamente 805 ha, compartimentada entre dois domínios geomorfológicos principais: a planície litorânea e o sistema de encostas (Fig. 6). Na planície encontra-se uma densa vegetação de restinga e a articulação das bacias de drenagem (nem sempre perenes) nos brejos, drenando para o mar através de duas saídas principais (uma em cada extremo da praia) (Figs. 7 e 8). Nas encostas (anfiteatro formado pelas serras de Guaratiba e Grumari com altitudes em torno de 400m) percebe-se um mosaico composto por vegetações secundárias (em diferentes estágios de recuperação) e plantações de banana, sendo esta última uma das principais causas de degradação na área (FREITAS, 2003) (Figs. 9 e 10).

Em meados da década de 1980, a praia de Grumari foi tombada pelo poder público na categoria “Monumento Natural” ficando sob a tutela do Instituto estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac). Em 1986 o bairro de Grumari foi declarado Área de Proteção Ambiental (APA de Grumari). Em 1990 esta área passa a ser considerada como área de preservação permanente pela Lei Orgânica Municipal (Art. 463). Em 1992, temos a regulamentação da APA de Grumari (publicação do Decreto Municipal nº 11.849, de 21/12/1992), o que definiu as possibilidades de uso e ocupação da área. Ainda na década de 1990, foi desenvolvido o projeto Rio-Orla Ecológico responsável por intervenções urbanísticas na orla de Grumari (SMAC, 1998). Em 2001, ocorre a criação do Parque Natural Municipal de Grumari, desta forma, uma área de aproximadamente 805 ha passa a ser de proteção integral. Este parque está totalmente inserido na APA Grumari, além de possuir áreas sobrepostas ao Parque Estadual da Pedra Branca (acima da cota 100m de altitude) e à APA do Maciço da Pedra Branca (acima da cota 300m). Na prática, apesar da criação do parque, o zoneamento estabelecido para a APA de Grumari (zonas de ocupação controlada - ZOCs) ainda

prevalece. Isto se deve principalmente pela ausência de um plano de manejo, assim como, pela situação fundiária ainda não regularizada (GUERRA, 2005).



Figura 5. Parque Natural Municipal de Grumari (PNM – Grumari)
(Foto: Thiago Pereira, 2009).

De acordo com a legislação, o PNM de Grumari não permite usos múltiplos, porém, por não ter sua situação fundiária regularizada torna-se possível à permanência de comunidades locais residentes na área. Nota-se então a existência de dois grupos diferenciados: o primeiro grupo, composto pela comunidade de pescadores (Fig. 11), situa-se na planície costeira, bem próximo da praia. Os pescadores não possuem uma cooperativa própria e, no geral, não retiram sua renda diretamente da pesca (não comercializam seu pescado nos mercados de peixe); possuem restaurantes na praia, onde vendem pratos produzidos com sua pesca. Desta forma, apresentam maior lucro no verão do que no inverno (pelo maior movimento na praia). Muitos moradores também desenvolvem o artesanato. Na área de planície também encontramos um dos quatro hortos municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro (Fig. 12). Este horto é responsável pela a produção de mudas de plantas de restinga, que serão plantadas em diversos canteiros espalhados pela cidade.



Figura 6. A planície litorânea e o sistema de encostas no PNM de Grumari – RJ (Foto: R. Drommond, 2006).



Figura 7. Drenagem localizada na extremidade esquerda do PNM de Grumari – RJ (Foto: R. Drommond, 2006).



Figura 8. Drenagem localizada na extremidade direita do PNM de Grumari – RJ (Foto: R. Drommond, 2006).



Figura 9. Manejo de plantações de banana no PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 10. Mosaico composto por vegetações secundárias (em diferentes estágios de recuperação) e plantações de banana no PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 11. Comunidade de pescadores do PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira).



Figura 12. Horto municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro (Foto: Thiago Pereira. 2009).

Quanto à comunidade de agricultores (Figs. 13 e 14), esta encontra-se na interface entre a planície costeira e o sistema de encostas, com as plantações subindo estas encostas. No passado, esta comunidade vivia inteiramente da plantação de bananas (comercial). No entanto, com as modificações sócio-econômicas intensificadas pela rápida expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, esta comunidade foi sendo aos poucos excluída do eixo comercial. Atualmente, apesar da grande extensão de áreas com bananas, existem poucos produtores, e muitas dessas áreas são arrendadas. A maioria dos ex-produtores está integrada na Cooperativa do Projeto Mutirão Reflorestamento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a qual visa à recuperação ambiental da área (FREITAS, 2003). Outros ex- produtores, assim como os moradores

da comunidade de pescadores, buscam na atividade comercial o seu sustento, com alguns quiosques na praia (Fig. 15). Ainda existem alguns que buscam na produção de mudas ornamentais (ex: Palmeiras e orquídeas), para comercialização, a base de seu sustento (Figs. 16 e 17). É importante citar o fato desta comunidade apresentar uma certa estruturação, possuindo inclusive uma organização de moradores, que luta por seus direitos, além de desenvolver atividades como coleta seletiva de lixo (mais uma fonte de renda) (Fig. 18) e mutirões de limpeza na orla.



Figura 13. Entrada para a comunidade de agricultores do PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 14. Residências na comunidade de agricultores do PNM de Grumari. (Foto: Thiago Pereira, 2009).

Ambas as comunidades, bem antigas, passaram anos em uma espécie de isolamento devido ao difícil acesso. O contato sempre foi maior com Barra de Guaratiba, e isto, até os dias atuais, se reflete no fato de a maioria dos serviços utilizados por estas populações estarem nesta área. As mudanças tornam-se mais intensas nos últimos anos, tendo a “nova” acessibilidade um grande papel nesta questão. Mas, o abastecimento de água para esta comunidade ocorre através de poços artesianos e utilização dos cursos d’ água, cerca de 20% das residências não possuem banheiros, não existindo assim rede geral de água e esgoto. Quanto à luz elétrica, em um primeiro momento esta foi levada para região apenas para o atendimento de um clube situado na Avenida Estado da Guanabara. Devido à demanda da comunidade local, em meados da década de 1990, a rede elétrica foi estendida, de forma precária, para os moradores e atualmente, uma grande área do parque permanece sem energia elétrica (GUERRA, 2005).

Os interesses na região parecem aumentar cada vez mais por diversos setores da sociedade (turismo, lazer, imobiliário, cinematográfico, ambiental e etc.) (Figs. 19, 20, 21 e 22) isto faz com que os impactos ambientais no entorno (e no interior) das áreas de proteção como incêndios (muitas vezes criminosos) e construções irregulares (de alta e baixa renda) aumentem em frequência e intensidade (Fig. 23). E frente a todas estas mudanças, as comunidades locais buscam determinar as suas formas de inserção na sociedade, assim como a possibilidade e a garantia de permanência na área.



Figura 15. Quiosques na praia de Grumari
(Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 16. Produção de mudas ornamentais.
(Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 17. Viveiro com mudas ornamentais
(Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 18: A coleta seletiva também funciona
como fonte de renda (garrafas pet)
(Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 19. Estrutura e equipamento cinematográfico para gravação de novela no PNM de Grumari- RJ (Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 20. Banhistas no canto esquerdo da praia de Grumari – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 21. Estacionamento dos restaurantes no canto esquerdo da praia de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2009).



Figura 22. Estabelecimentos comerciais na comunidade de pescadores no canto esquerdo da praia de Grumari - RJ (Foto: Thiago Pereira, 2009).

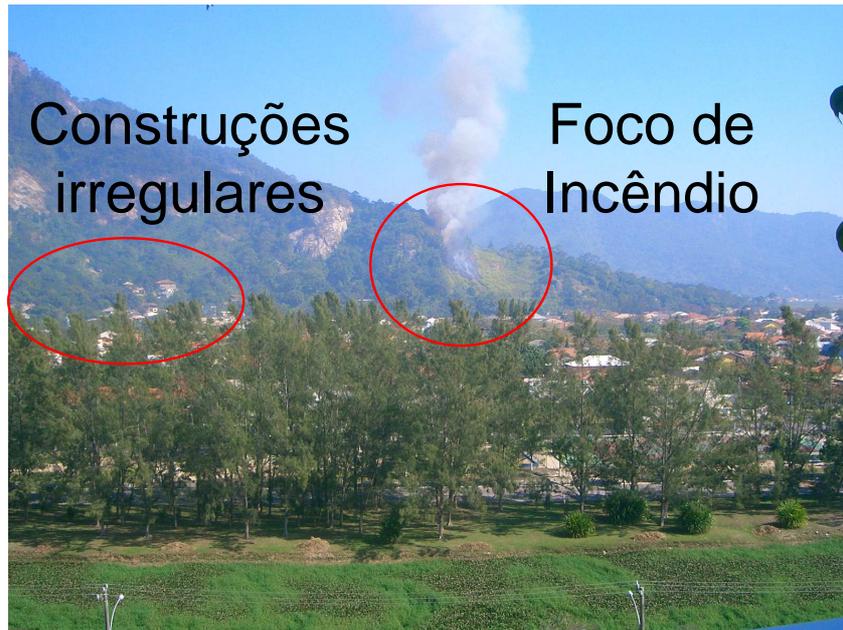


Figura 23. Foco de incêndio e construções irregulares no entorno do Parque Natural Municipal da Prainha (Foto: Thiago Pereira, 2009).

Um ponto que merece destaque é o movimento de massa decorrente dos fortes eventos de chuva que atingiram a cidade do Rio de Janeiro em abril de 2010. Neste caso, em um primeiro momento ambos os acessos à Grumari ficaram interditados. A serra de Grumari foi rapidamente reaberta, mas na Av. Estado da Guanabara as proporções do movimento de massa foram de maior magnitude (Figs. 24 e 25) e a liberação da pista ocorreu apenas em dezembro de 2010 (Figs. 26, 27 e 28). Esta mudança na acessibilidade alterou o padrão de distribuição e frequência, assim como os interesses dos diferentes atores, gerando uma situação atípica.



Figura 24: Movimento de massa na Av. Estado da Guanabara em Abril de 2010. (Foto: Thiago Pereira, 2010).

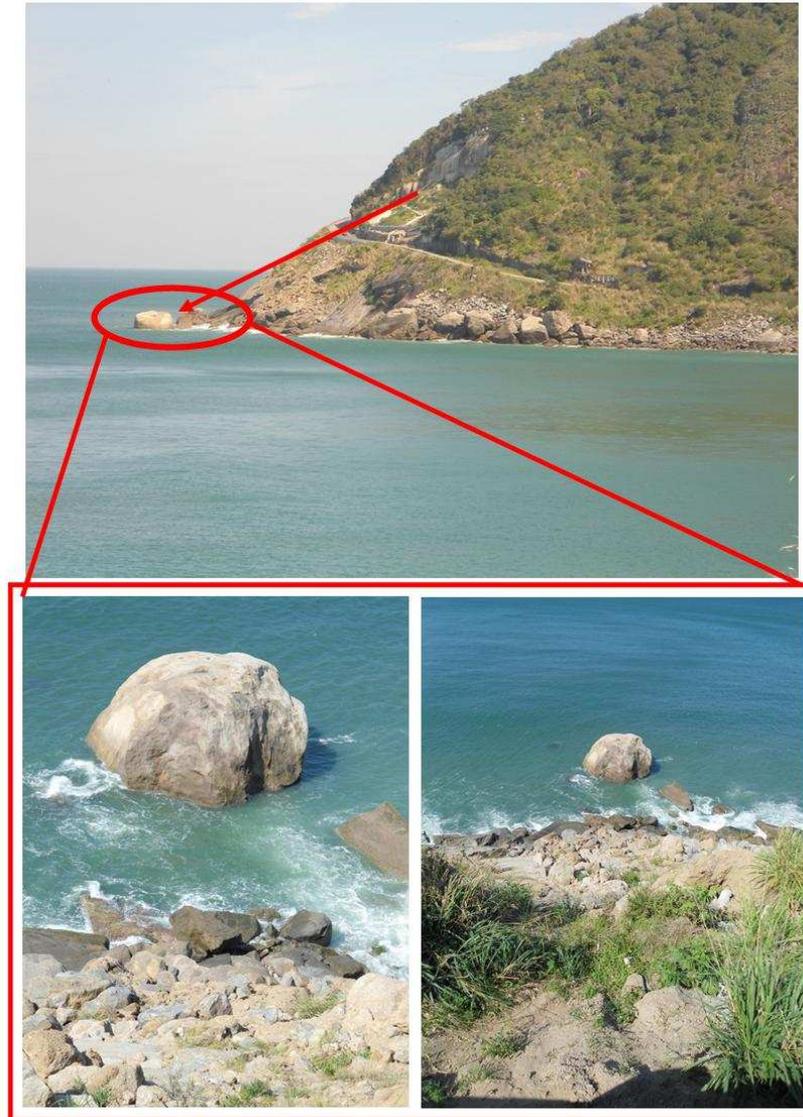


Figura 25. Bloco movimentado no evento de Abril de 2010 na Av. Estado da Guanabara - Prainha (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 26. Máquinas trabalhando na liberação da pista após movimentos de massa de abril de 2010 (Fotos: Thiago Pereira, 2010).



Figura 27. Reabertura da Av. Estado da Guanabara (Fonte: <http://videos.r7.com/foi-liberado-o-acesso-a-praia-de-grumari-na-zona-oeste-do-rio-/idmedia/5c8d12d68b7d164c97c3291df2d6b38c.html> acessado em 17/01/11).

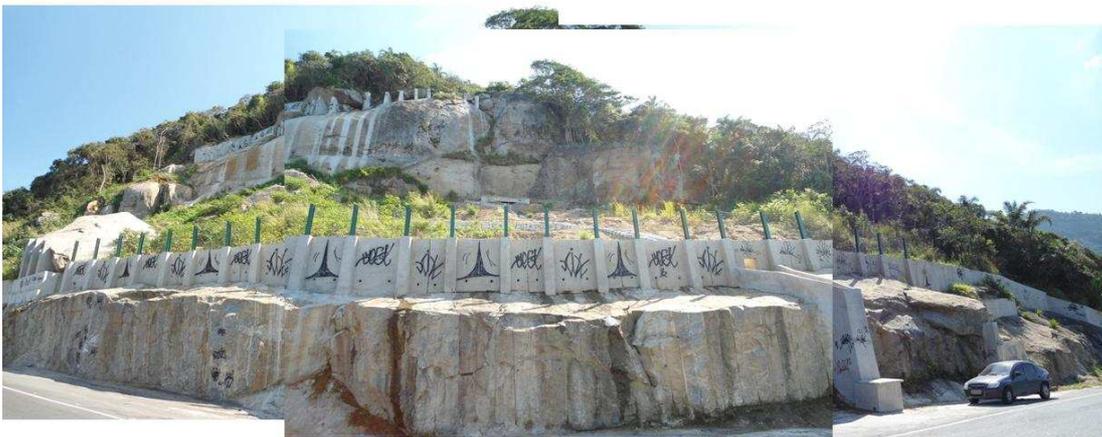


Figura 28. Obra de contenção de encosta na Av. Estado da Guanabara – Prainha (Foto: Thiago Pereira, 2011).

6) Materiais e Métodos

6.1) Protocolo Amostral

Como já apresentado anteriormente, neste estudo foram analisados dois fragmentos florestais urbanos de mata Atlântica, protegidos pela legislação como áreas de preservação. No primeiro caso tem-se o Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP), área onde não existe nenhuma comunidade residente, e onde encontramos apenas a atividade de lazer e turística, além de projetos de reflorestamento. No segundo caso, tem-se o Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG), onde encontramos uma comunidade residente (agricultores na interface planície-encosta), uma comunidade de pescadores (não residentes e instalados na faixa de areia), além de um horto florestal da prefeitura.

Estudos comparativos foram realizados, mas deve ficar claro que são áreas que passaram por processos históricos de ocupação diferenciados, portanto possuem suas singularidades quanto à evolução de suas paisagens, assim como, quanto aos conflitos de interesses presentes.

É importante ressaltar o fato de que nas áreas de sistemas florestais trabalhamos tomando como unidade básica de estudo as bacias de drenagem existentes no interior das mesmas, pois entendemos a bacia de drenagem como unidade espacial de estudo, já que o comportamento hidrológico da bacia é produto da interação dos diversos componentes internos deste sistema e da natureza e magnitude dos fenômenos que nela ocorram (COELHO NETTO, 1994). Vale lembrar que, muitas vezes, as comunidades locais não adotam esta unidade (bacia hidrográfica) em suas delimitações e práticas espaciais.

6.2) Metodologia

6.2.1) Análises dos conflitos de interesse e da evolução da paisagem geográfica de Grumari e Prainha e produção do mapa de conflitos de interesse

Para a análise da evolução do histórico de ocupação das duas áreas foram realizados levantamentos bibliográficos em documentos, jornais, plantas cadastrais, fotos aéreas e livros. Estas pesquisas foram desenvolvidas nas principais bibliotecas do Município do Rio de Janeiro, assim como nos principais órgãos governamentais

responsáveis pelo espaço urbano da cidade, como o Instituto Pereira Passos, a secretaria de urbanismo e de meio ambiente, a sub-prefeitura da Barra da Tijuca e a própria prefeitura da cidade.

Para tentar compreender com mais clareza os conflitos de interesses nas áreas, estas foram divididas em três compartimentos principais (faixa de areia, restinga e encosta – Figs. 29 e 30). Com as inferências baseadas no levantamento bibliográfico dos históricos, e com a identificação dos principais agentes atuantes neste espaço, também foram realizadas entrevistas com representantes dos diferentes segmentos que podem apresentar convergências ou divergências de interesses. Foram adotadas entrevistas livres e também entrevistas pré-elaboradas, com questionários (fechados) preparados previamente. Nesta etapa, foram trabalhados, principalmente, os conceitos de comunidade, identidade, territorialidade, paisagem, e espaço geográfico, abrindo espaço desta forma para o simbolismo e para a subjetividade. Algumas dessas informações foram quantificadas e trabalhadas estatisticamente, facilitando assim a comparação e a visualização dos resultados.

As informações obtidas foram então inseridas em um sistema de informação geográfica, o que facilitou a espacialização destes dados, assim como, o cruzamento de informações. O software utilizado para a tarefa foi o ArcGis 9.2, por ser de simples manuseio e apresentar resultados satisfatórios. É importante deixar claro, que o resultado desta etapa do trabalho deve ser encarado apenas como uma ferramenta para que fosse possível atingir uma maior compreensão dos fatos e eventos ocorridos, e que ainda ocorrem nas duas áreas.

É importante deixar claro, que as ilustrações referentes à espacialização de questões específicas (ex: localização da comunidade de agricultores em Grumari, divisão dos compartimentos faixa de areia, planície costeira e encosta e etc.) não podem ser interpretadas como mapas, no máximo como “mapas esquemáticos”, pois não foram destacados os sistemas de coordenadas geográficas, portanto, diferentemente do mapa de uso do solo elaborado, podem e devem ser interpretados apenas como ilustrações.

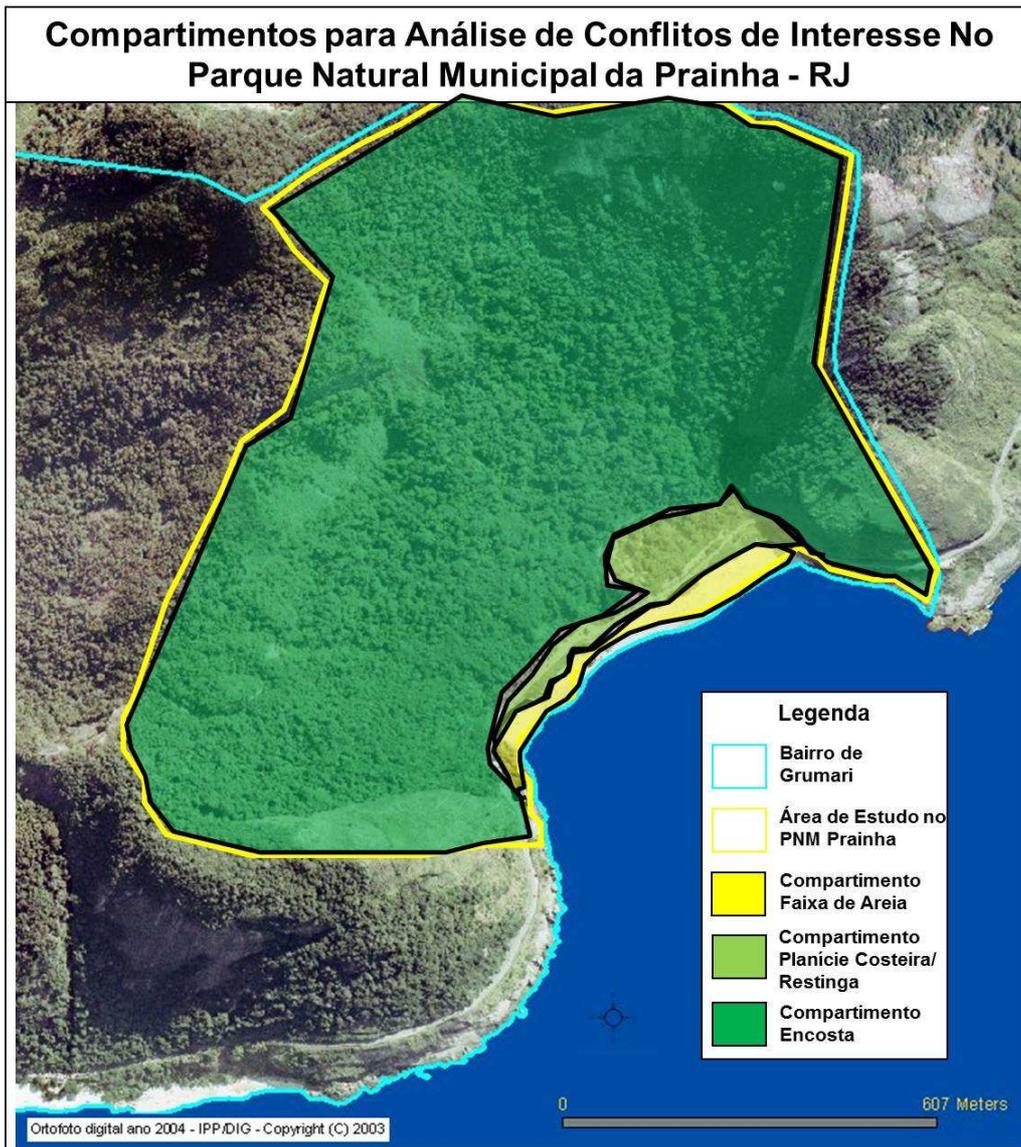


Figura 29: Compartimentos para análise de conflitos de interesse no PNM da Prainha (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

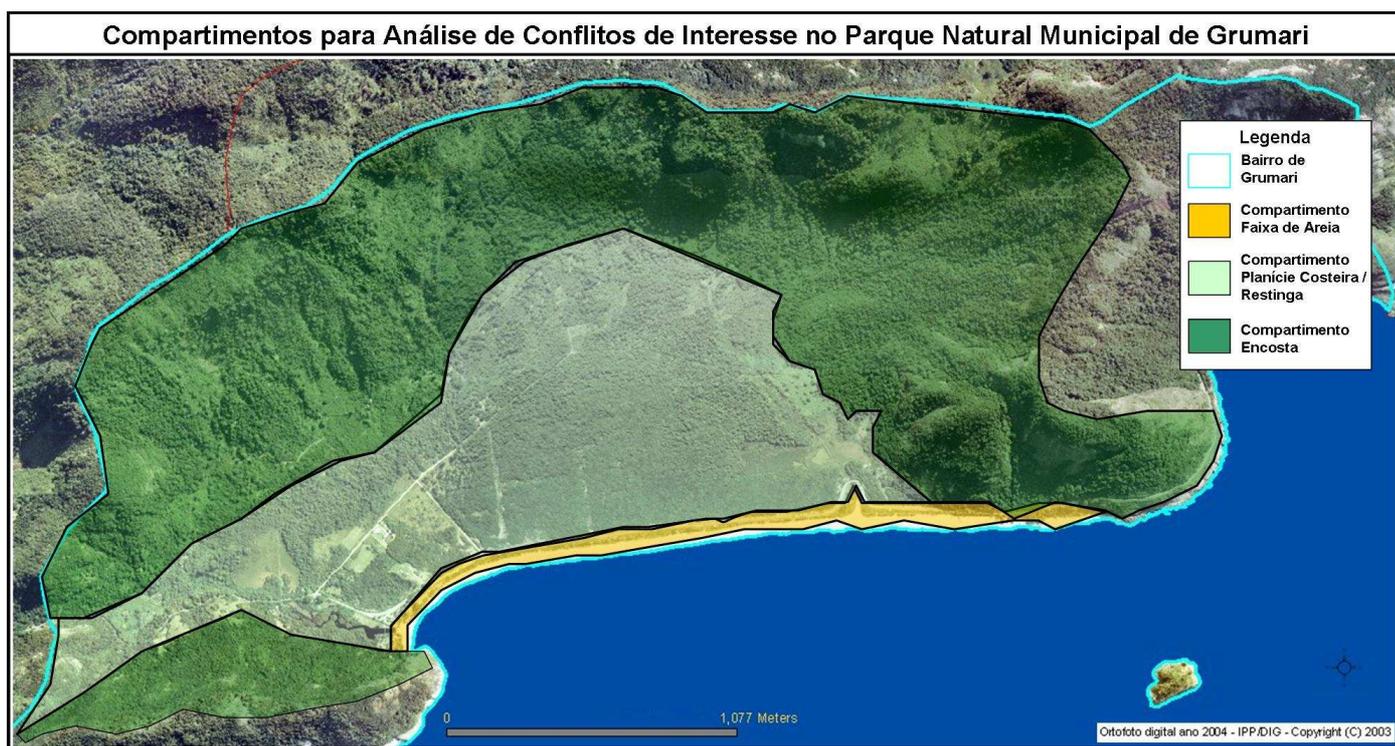


Figura 30. Compartimentos para análise de conflitos de interesse no PNM de Grumari (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

6.2.1.1) Entrevistas semi-estruturadas

A partir da identificação dos principais atores que influenciam a organização do espaço geográfico de Grumari, assim como, o manejo de seus recursos, perguntas específicas foram elaboradas para guiar as entrevistas com representantes destes grupos. É importante frisar que estas entrevistas possuem questões com respostas abertas. No intuito de proteger os atores (informantes) de possíveis problemas futuros como represarias, preconceitos, processos judiciais, discriminação e etc., realizou-se a opção de não divulgar os nomes (identidades) dos entrevistados nesta pesquisa. Apresentar as identidades destes indivíduos poderia, na realidade, gerar mais conflitos, ao invés de contribuir para a busca de soluções. Sendo assim, mesmo os entrevistados que desejavam ter seus nomes citados também permaneceram com as identidades em sigilo. Maiores informações sobre a realização das entrevistas, como número amostral, períodos de realização e etc., são apresentados em conjunto com os resultados.

1) Questões para poder público municipal – aplicadas ao gestor do Parque:

Questionamento sobre breve histórico da criação do parque.

Questionamento sobre o papel da prefeitura na região.

Questionamento quanto aos principais interesses da gestão.

Questionamento quanto permanência da comunidade local na área de Grumari.

Questionamento quanto à regularização fundiária na área.

Questionamento sobre a forma como vê e como lida com os conflitos.

Questionamento sobre as principais dificuldades na gestão.

Questionamento sobre os atuais projetos desenvolvidos pelo órgão gestor.

Questionamento quanto ao posicionamento frente às propostas de empreendimentos imobiliários.

Questionamentos quanto à fiscalização e ordenamento das atividades desenvolvidas no parque, assim como, na faixa de areia.

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

2) Questões para a comunidade de Grumari –aplicadas aos representantes da associação de moradores:

Questionamento quanto ao processo histórico de ocupação da área por parte da comunidade.

Questionamento sobre características da comunidade (total de habitantes, número de residências e etc.).

Questionamento sobre a questão fundiária.

Questionamento sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas.

Questionamento quanto aos principais tipos de cultivo.

Questionamento sobre possíveis conflitos de interesse em relação ao uso do solo e a legislação vigente.

Questionamento quanto à relação com a prefeitura (gestão do parque).

Questionamento quanto aos principais anseios e reivindicações da comunidade.

Questionamento quanto à posição da comunidade frente à especulação imobiliária.

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

3) Questões para a colônia de pescadores – aplicadas aos representantes da colônia:

Questionamento quanto ao processo histórico de ocupação da área por parte dos pescadores.

Questionamento sobre características da colônia (número de integrantes, local de residência e etc.).

Questionamento sobre a questão fundiária.

Questionamento sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas.

Questionamento sobre possíveis conflitos de interesse em relação ao uso do solo e a legislação vigente.

Questionamento quanto à relação com a prefeitura (gestão do parque)

Questionamento quanto aos principais anseios e reivindicações da comunidade.

Questionamento quanto à posição da comunidade frente à especulação imobiliária.

Questionamento quanto à intensificação da frequência de visitantes na praia de Grumari

Questionamento quanto à produção da atividade pesqueira (variação ao longo dos anos)

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

4) Questões para empreendedores, construtores e especuladores imobiliários / indústria hoteleira – aplicadas aos representantes das empresas que tenham apresentado propostas para área de Grumari:

Questionamento sobre a legalidade dos projetos frente à legislação vigente.

Questionamento sobre a idade dos projetos.

Questionamento sobre a solução apresentada para comunidade local.

Questionamento quanto à relação com a comunidade local.

Questionamento quanto à relação com a prefeitura (órgão gestor e fiscalizador).

Questionamento quanto às principais justificativas para implementação dos projetos.

Questionamento quanto à posse e titulação de terrenos por parte destas empresas.

Questionamento quanto à relação com os proprietários.

Questionamento quanto à intensificação da frequência de visitantes na praia de Grumari.

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

5) Questões para indústria cinematográfica, televisiva e publicitária – aplicadas a representantes dos três ramos (produtoras e emissoras de televisão):

Questionamento quanto ao principal motivo para realizar filmagens e fotos na área de Grumari.

Questionamento quanto ao processo de autorização para realização dos trabalhos.

Questionamento quanto aos interesses de conservação para esta área.

Questionamento quanto às contrapartidas oferecidas pela utilização do espaço e de seus recursos cênicos (paisagem natural).

Questionamento quanto à relação com a comunidade local.

Questionamento quanto à relação com a prefeitura (órgão gestor e fiscalizador).

Questionamento quanto à posição deste setor frente à especulação imobiliária.

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

6) Questões para ONGs que desenvolvam projetos na área – aplicadas aos representante legais destas ONGs

Questionamento quanto ao histórico de atuação da ONG na área.

Questionamento quanto aos projetos desenvolvidos.

Questionamento quanto aos principais interesses para região.

Questionamento quanto à relação com a comunidade local.

Questionamento quanto à relação com a prefeitura (órgão gestor e fiscalizador).

Questionamento quanto à posição deste setor frente à especulação imobiliária.

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

7) Questões para Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (ASAG) e Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP)– aplicadas aos presidente das associações:

Questionamento quanto ao processo histórico de surgimento da associação (tempo de existência, número de integrantes).

Questionamento sobre as principais atividades realizadas no Parque de Grumari.

Questionamento quanto às propostas e atividades de recuperação e conservação ambiental.

Questionamento sobre o papel da associação nesta área.

Questionamento quanto à relação com a comunidade local.

Questionamento quanto à relação com a prefeitura (órgão gestor e fiscalizador).

Questionamento quanto à posição frente à especulação imobiliária.

Questionamento quanto à questão de alteração da acessibilidade devido ao movimento de massa de abril de 2010 e suas conseqüências para este ator.

6.2.1.2) Questionários pré –elaborados (questões fechadas)

A partir da realização de trabalhos de campo iniciais para reconhecimento dos principais atores que influenciam na organização dos espaços geográficos de Grumari e da Prainha, assim como, das principais problemáticas existentes nas relações entre estes agentes, foi possível a elaboração de questionários estruturados (com questões fechadas) que pudessem abranger os pontos mais relevantes para a compreensão dos fenômenos estudados.

Este tipo de metodologia de coleta de informações (através de entrevistas) possibilita maior padronização no levantamento de informações, permitindo que os resultados sejam quantificados com maior facilidade, mas, principalmente, com maior confiabilidade, com produção de tabelas, matrizes, gráficos e mapeamentos (SILVERMAN, 2001).

Outro ponto relevante é a possibilidade de coleta de um número maior de dados, pois os questionários fechados podem ser aplicados por uma equipe, ao longo de um período de tempo, otimizando a coleta de informações. Em contrapartida, entrevistas semi-estruturadas (questões com respostas abertas) e entrevistas livres, necessitam de maior reflexão na interpretação dos dados e, no geral, espera-se que estas entrevistas (mais longas por natureza) sejam realizadas em sua totalidade pelo mesmo pesquisador, pois este terá, em princípio, a capacidade de criar um panorama geral, percebendo e relacionando questões fundamentais. Este processo de coleta de dados é bem mais trabalhoso, assim como, a quantificação destas informações.

Na presente pesquisa diversos questionários fechados foram aplicados aos diferentes atores identificados. Nesta etapa, a identidade dos entrevistados também foram preservadas.

Podemos destacar:

- 1) Questionário aplicado aos Comerciantes do PNMP e PNMG (quiosques, restaurantes e tendas na areia).
- 2) Questionário aplicado a Comunidade de Agricultores - Grumari – RJ.
- 3) Questionário aplicado a integrantes da Colônia de Pescadores - Grumari – RJ.
- 4) Questionário aplicado a bombeiros do GMAR (Guaratiba)

Deixo claro, que neste estudo não houve uma proposta efetiva de análise de discurso, as informações apresentadas foram analisadas em seu conteúdo e, não necessariamente, em sua forma de apresentação e linguagem. Mas, apesar de não serem questões fundamentais na pesquisa, os variados discursos e linguagens apresentados pelos diferentes atores acabaram por influenciar diretamente na percepção do pesquisador em relação aos dados informados. Maiores informações sobre a realização das entrevistas, como número amostral, períodos de realização e etc., são apresentados em conjunto com os resultados.

6.2.2) Produção de Mapas de Uso do Solo para o PNM de Grumari

No mapeamento dos principais tipos de uso do solo da área de Grumari foram utilizadas técnicas de geoprocessamento e, para a marcação dos pontos em campo foi utilizado um GPS (de mão). O software escolhido para esta tarefa foi o Arcgis 9.2.

As imagens de satélite das áreas do PNMP e PNMG do ano de 2004, obtidas inicialmente, foram utilizadas para a elaboração das figuras representativas das delimitações das áreas de estudo, da distribuição dos pontos de coleta, assim como, dos diferentes compartimentos (utilizados na análise dos conflitos de interesse) e estas ilustrações não devem ser interpretadas como mapas. Estas imagens são disponibilizadas gratuitamente pela prefeitura através de meio digital (Portal Geo).

Na elaboração dos mapas que ilustram a sobreposição de UC's nas áreas estudadas, assim como, na produção do mapa de uso do solo do PNMG foram utilizadas imagens de satélite de 2010 das áreas de estudo, obtidas (através de solicitação de uso) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), além de shapes¹ (arquivos criados para o programa ArcGis) dos limites das UC's, habitações e outros elementos identificados nos mapas, cedidos também pela SMAC.

Porém, como destacado por Jensen (2009), “Os intérpretes experientes raramente analisam uma fotografia aérea, ou dados de sensoriamento remoto, sem ter previamente algum outro tipo de informação. Na realidade, o intérprete deve coletar o maior número possível de informações colaterais (frequentemente chamadas de anteriores ou auxiliares)”.

Sendo assim, estes dados foram complementados com as informações levantadas ao longo do processo de pesquisa, onde diversos trabalhos de campo foram realizados no intuito de verificar informações e dúvidas geradas a partir da interpretação das imagens. A função trekking¹ do aparelho de GPS foi utilizada nesta etapa possibilitando a visualização de fenômenos, feições, usos ou coberturas do solo que poderiam ser de difícil entendimento pelas imagens.

7) Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir das pesquisas bibliográficas, assim como, com base nos diversos trabalhos de campo realizados (estudo geobiofísico e entrevistas) são apresentados na seguinte ordem: em um primeiro momento, são abordadas, de maneira geral, questões associadas a ambas as áreas estudadas (como breve histórico e questões legais); em um segundo momento, são apresentados os resultados referentes ao Parque Natural Municipal da Prainha; em um terceiro momento as informações referentes à área do Parque Natural Municipal de Grumari, onde são abordadas, essencialmente, questões de uso do solo e conflitos de interesse; em um quarto momento, são realizadas considerações gerais comparando a eficiência dos modelos de gestão e práticas efetivas desenvolvidas em cada área; e, por fim, são apresentadas algumas propostas no intuito de contribuir para tomada de medidas que visem a conservação dos ecossistemas presentes, associada à possibilidade de permanência da comunidade local, assim como, à redução dos conflitos de interesse entre os diferentes atores que atuam nesta paisagem.

É importante frisar que os resultados apresentados (especialmente os qualitativos) já estão impregnados com as percepções do pesquisador em relação às informações obtidas ao longo do processo de levantamento de dados, portanto, a

¹ A função trekking do GPS é um marcado contínuo para caminhadas com o auxílio do aparelho, indicando a localização georreferenciada do trajeto realizado.

realização da discussão e apresentação de inferências de forma concomitante à apresentação dos resultados propriamente ditos apresentou-se como opção.

Outra questão relevante está associada à confiabilidade, ou veracidade das informações obtidas de forma oral através das diversas entrevistas realizadas. Neste caso, parto do princípio que, apesar da falta de comprovação científica (o que para alguns seria suficiente para questionar a validade dos dados), estas informações são de fundamental importância para a compreensão das relações entre os diferentes fatores, agentes e, principalmente, percepções, que acabam por refletir na estruturação do mosaico da paisagem. Apesar da possibilidade de não serem consideradas como conhecimento científico (POPPER, 1973), são estas visões que levam às práticas e conflitos que são efetivamente refletidos no espaço geográfico.

Portanto, a valorização de conhecimentos e discursos associados ao senso comum (FEYERABEND, 1989), assim como, conhecimentos de comunidades locais, pode ser determinante para a elaboração de planos de manejo que possibilitem caminhos para a conservação da área em questão, tanto em relação aos seus atributos ecológicos, quanto às diversas relações sociais existentes.

Em relação à área do PNMG, a partir da realização dos campos de entrevista, ficou nítido que a problemática associada à questão fundiária, refletida nas relações sociais que ocorrem neste espaço, possui papel preponderante nos rumos da dinâmica de alteração da paisagem. Desta forma, os esforços foram realizados no intuito de compreender com melhor clareza os jogos de conflitos de interesse presentes no parque, fator diretamente relacionado com as pressões sofridas pelos ecossistemas locais.

As maiores dificuldades encontradas foram relativas à obtenção de documentação de origem confiável (legal), que comprovasse o histórico de ocupação das áreas. Os moradores mais antigos já faleceram e muito da história (passada de forma oral através de relatos) pode ter sido perdida. Em Grumari, os conflitos internos por disputas na associação de moradores também apresentaram-se como pequeno impedimento. Outro problema, de origem mais recente, estava associado à crescente violência urbana que já afeta as duas áreas, impossibilitando a permanência no local em determinadas situações. Possibilidades de assaltos geraram preocupação quanto ao instrumental utilizado nos campos. Estas questões são discutidas com maior profundidade ao longo da apresentação dos resultados.

7.1) Breve Histórico e Principais Decretos para Ambas as Áreas

Para maior compreensão dos resultados apresentados torna-se fundamental ter clareza quanto aos limites das unidades de conservação encontradas nas áreas de estudo abordadas nesta pesquisa. Um breve resumo da cronologia dos momentos de criação destas unidades pode ser útil. No ano de 1985 a área do Grumari passou por um processo de tombamento estadual e no ano de 1986 foi criada a APA de Grumari através da lei municipal nº 944, de 30/12/86, que passou a estar sob a tutela da SMAC. Esta unidade abrangia ampla área, incluindo a área da Prainha. No ano de 1990, através da lei municipal nº 1.534, de 11/01/1990 foi criada a APA da Prainha (também sob a tutela da SMAC). No ano de 1992 o Decreto Municipal nº 11.849 de 21/12/92, estabeleceu o zoneamento ambiental para ambas as APAs. Em 1999 o Decreto Municipal nº 17.445 de 25.03.1999 criou e delimitou o Parque Ecológico da Prainha (implementado no final de 2001). Ainda em 2001 foi criado o Parque Natural Municipal de Grumari (também inserido na APA Grumari) e em 2003 o Decreto Municipal nº 22.662, de 19/02/2003 renomeou o Parque da Prainha, que passou a ser denominado Parque Natural Municipal da Prainha. É importante frisar que toda esta área esta inserida no Parque Estadual da Pedra Branca.

Para melhor visualização da sobreposição destas unidades de conservação foram elaborados dois mapas (Figs. 31 e 32)

Sobreposição de Unidades de Conservação PNMG / PNMP / APA Grumari

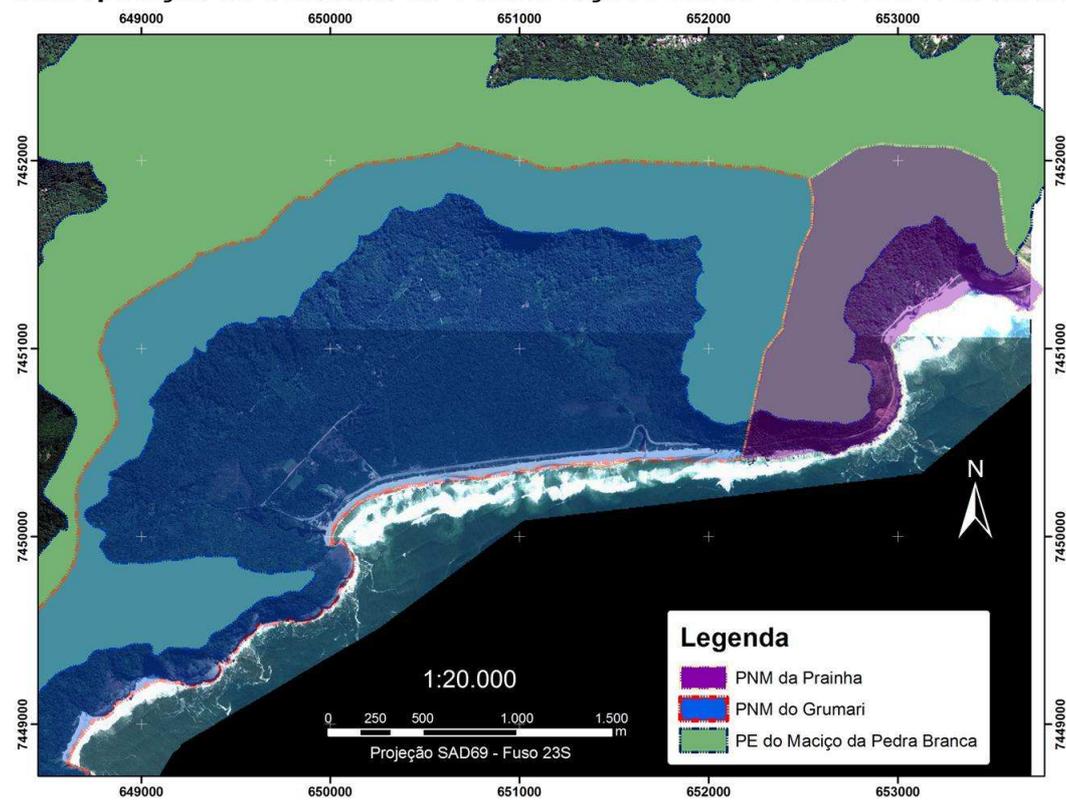


Figura 31. Mapa de sobreposição de unidades de conservação PNMG, PNMP e APA Grumari (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, alterada por Thiago Chagas).

Sobreposição de Unidades de Conservação APA Grumari / Parque Estadual da Pedra Branca

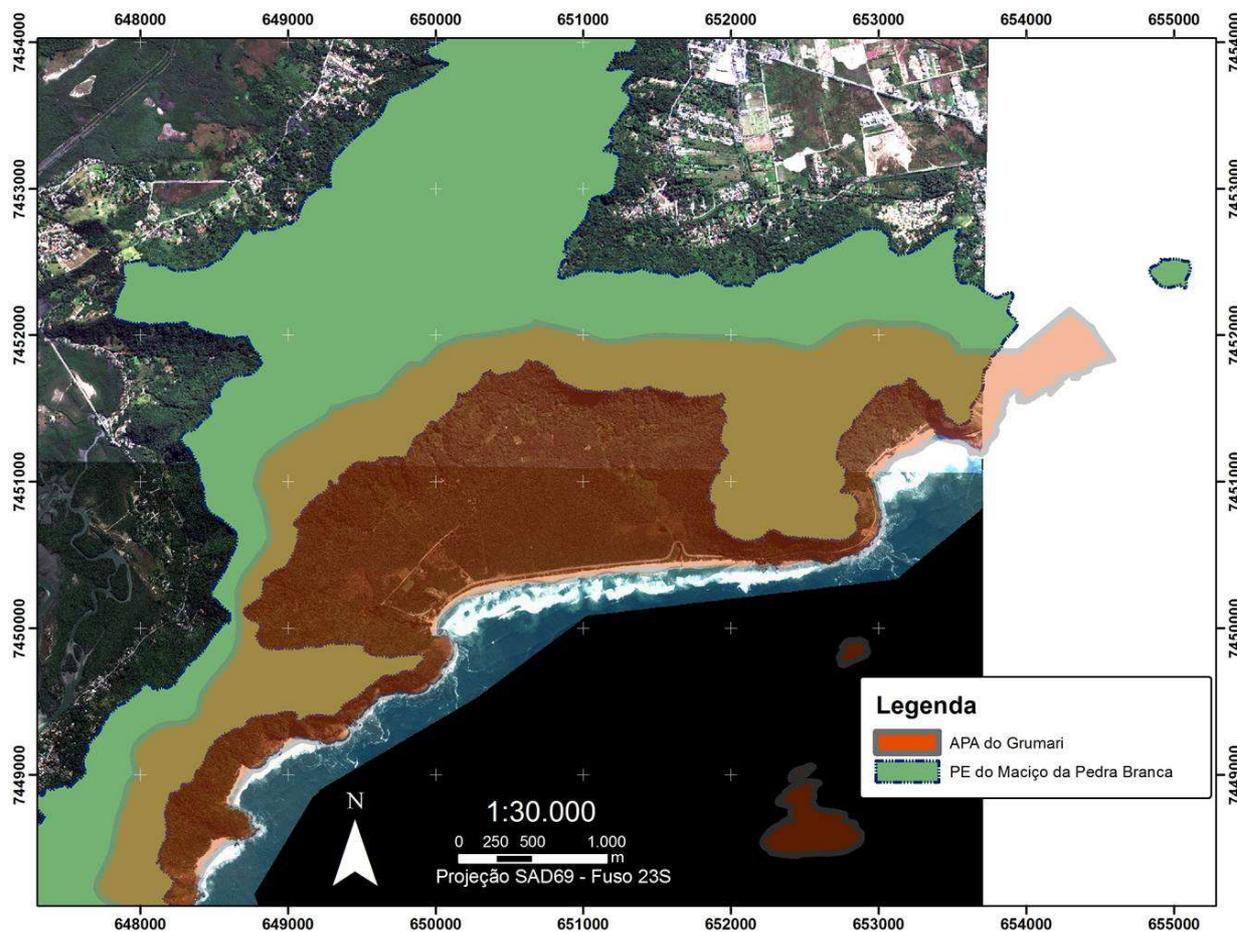


Figura 32. Mapa de sobreposição de unidades de conservação APA Grumari e Parque Estadual da Pedra Branca (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, alterada por Thiago Chagas).

7.2) Levantamentos e Inferências sobre Conflitos de Interesse Presentes no Parque Natural Municipal da Prainha

Aqui são apresentadas algumas inferências realizadas a partir das entrevistas desenvolvidas com os principais atores identificados nesta área. No caso das entrevistas semiestruturadas, os resultados são apresentados através de texto contínuo, onde já foram inseridas observações do pesquisador. É importante frisar que, os resultados aqui ilustrados são interpretações subjetivas das informações apresentadas pelos entrevistados. Quanto aos resultados gerados a partir da aplicação dos questionários fechados, ocorreu a tentativa de quantificar estes dados no intuito de possibilitar melhor visualização com a geração de gráficos, tabelas e matrizes.

Breve Introdução sobre o Histórico do PNMP

Nesta etapa do trabalho, a proposta é abordar os processos presentes a partir do momento de criação da unidade de conservação (APA Prainha). O resgate do processo histórico de ocupação para esta área é apresentado juntamente como o histórico de Grumari.

Segundo relatos do presidente da ASAP, assim como, de comerciantes da área, supostamente, no ano de 1989, um surfista frequentador da Prainha conhecido como “*Grande*” iria vender uma moto para o filho de um dos donos da construtora Santa Isabel, ao chegar ao local combinado para a realização da transação, se deparou com uma maquete da área da Prainha que continha quatro grandes edifícios e um condomínio localizados próximos à faixa de areia.

Ao retornar para a praia, o surfista indignado com a possibilidade de ter seu acesso, assim como o de outros frequentadores, impedido, divulgou a notícia para todos os presentes. Este era um momento concomitante a criação da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha, que acabou por ser impulsionada pelo ocorrido. Seria uma forma de possuir poder político institucionalizado. Vale lembrar que muitos dos integrantes da associação, além de muitos dos frequentadores possuíam familiares influentes (militares, políticos e etc), o que auxiliou na pressão e manifestação popular para que os projetos imobiliários fossem suspensos. A proposta seria a criação de uma área de proteção ambiental, no intuito de garantir a existência deste fragmento remanescente, área de paisagem natural de extrema beleza cênica.

A prefeitura do Rio de Janeiro, representada pela figura do político Alfredo Sirkis (secretário de meio ambiente na ocasião) trabalhou na negociação pela permuta da terra com o antigo proprietário Sr. Draut Ernani, o qual recebeu terrenos em outras partes do município do Rio de Janeiro. Este processo levou a criação da APA da Prainha no ano de 1990, através da lei municipal nº 1.534, de 11/01/1990, que posteriormente passou a ser denominada Parque Ecológico da Prainha em 1999 (Decreto Municipal nº 17.445 de 25.03.1999) e em 2003, parte da área foi transformada em Parque Natural Municipal da Prainha (Decreto Municipal nº 22.662, de 19/02/2003). Vale lembrar que parte desta área já fazia parte do Parque Estadual da Pedra Branca desde 1974 (Lei Estadual 2.377 de 28/07/74). Como já apresentado anteriormente, todas estas categorias existem até o presente momento e encontram-se sobrepostas.

Atualmente, o parque encontra-se em efetivo funcionamento, apesar de diversos problemas enfrentados pela gestão realizada pela SMAC. A frequência de surfistas, de visitantes cariocas e de turistas nacionais e estrangeiros é alta o ano inteiro, sendo maior no verão, quando os problemas e conflitos se agravam. De qualquer forma, uma coisa é certa, apesar das dimensões reduzidas, esta é uma das unidades de conservação mais representativas do município do Rio de Janeiro, apresentando grande visibilidade nacional e internacional.

Com os resultados obtidos através das pesquisas e entrevistas, que são agora apresentados, a complexidade de práticas e interesses presentes nesta paisagem se tornará evidente.

7.2.1) Entrevista com representante do poder público municipal – Questões aplicadas ao gestor do Parque Natural Municipal da Prainha

A entrevistada classificou o PNMP como uma área remanescente bem conservada e com alta representatividade no município do Rio de Janeiro, todavia, também informou a baixa frequência na realização de estudos científicos, assim como na realização de parcerias com universidades e laboratórios de pesquisa, sendo que atualmente existe apenas uma parceria efetiva com o departamento de veterinária da Universidade Estácio (campus Vargem Grande), que é responsável por tratar os animais silvestres em caso de necessidade ou solicitação por parte da gestão do Parque. Também existem parcerias com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, mas pesquisas não vêm sendo realizadas.

Esta situação levou a SMAC a dar início ao processo para contratação de empresa especializada para realizar o diagnóstico do estado de conservação dos ecossistemas presentes no parque. Por ser uma unidade de conservação pública seria interessante que parcerias com diversos laboratórios capacitados (de diferentes áreas do conhecimento) presentes nas universidades públicas e particulares da cidade do Rio de Janeiro fossem estimuladas. Desta forma, estaríamos atingindo o objetivo de levantamento para geração do diagnóstico, mas também estaríamos incentivando o desenvolvimento de pesquisa básica, possibilitando a produção de diversas monografias, dissertações e teses. Outro fato relevante que estas parcerias efetivas possibilitariam seria a realização de estudos regulares e contínuos (não apenas pontuais como o gerado pela empresa), levando a uma maior compreensão da dinâmica dos processos ao longo do tempo, e não apenas de forma estática. Com isso, poderíamos acompanhar as respostas dos ecossistemas presentes frente às pressões impostas pelos conflitos de interesse e de uso no interior e no entorno do parque. Vale destacar que este diagnóstico será o primeiro passo para a elaboração do plano de manejo para a área, que também será desenvolvido por esta empresa. Atualmente a manutenção da área de restinga é feita pelo Instituto E.

O PNMP já possui um conselho consultivo composto por 16 membros, oito representantes do poder público e oito representantes da sociedade civil (ex: Associação de Surfistas e Amigos da Prainha, Associação de Moradores do Recreio e etc.). No presente momento, este conselho caminha para sua terceira reunião onde busca montar seu regimento para posterior publicação no diário oficial.

Alguns problemas para o efetivo funcionamento e manutenção do parque foram apresentados. A própria sustentabilidade do parque é colocada em cheque pela baixa disponibilidade de recursos financeiros públicos para manter unidades de conservação no município o Rio de Janeiro. Uma saída pensada seria a cobrança de entrada para visitação nestas unidades, mas este projeto encontra impedimento na legislação municipal que impossibilita este tipo de cobrança.

Alguns outros problemas de ordem técnica apresentados foram relativos à dificuldade na comunicação (não possuem telefone fixo, fax, nem internet e o sinal de celular e rádio são muito ruins), a energia ser gerada por painel solar (não sendo suficiente para o funcionamento de todo o instrumental presente), a falta efetivo do GDA (Grupamento de Defesa Ambiental) e a falta de veículo disponível (dificuldade no patrulhamento). Este contexto gera uma situação de isolamento da área, o que dificulta e por vezes impede a realização efetiva do trabalho de gestão do parque.

Quanto à frequência de visitantes na área do PNMP (incluindo a faixa de areia), foi destacado que, pela beleza cênica da área, assim como, pelas boas condições de incidência de ondas para a prática do surfe, a área apresenta alta frequência de visitantes durante todo o ano. Mas, de fato, no período do verão a situação torna-se bem mais complexa. Por ser período de férias, com dias com altas temperaturas, a praia é muito procurada por frequentadores habituais, frequentadores esporádicos da própria cidade do Rio de Janeiro, turistas brasileiros e, cada vez mais, por turistas estrangeiros, que passam a buscar alternativas ao circuito turístico tradicional da cidade (Copacabana, Cristo-Redentor, Pão-de-Açúcar e etc.).

Pelas dimensões da área, fica nítida a incapacidade de suportar uma procura tão intensa, por exemplo, a acessibilidade a esta praia é realizada apenas por carro, bicicleta ou a pé, não existe transporte público para esta região (apenas o surf bus, patrocinado pela Petrobras, mas direcionado para um determinado público alvo – Fig. 33), por outro lado, em toda a Prainha só existem 200 vagas (regulares) para veículos, os visitantes que não conseguem estacionar nestes espaços determinados iniciam um processo caótico de criação de vagas em lugares irregulares, o que acaba por gerar grandes congestionamentos (em casos extremos já foi contabilizado duas horas para atravessar a extensão da praia).



Figura 33. Surf Bus, patrocinado pela Petrobras (Foto: Thiago Pereira, 2011).

No intuito de minimizar esta situação, a gestão do parque em conjunto com a Guarda Municipal, com a CET RIO e com o 31º Batalhão da Polícia Militar desenvolve uma espécie de “operação verão”, onde é permitida a passagem de apenas 200 carros, o que significa a lotação dos espaços de estacionamento. A partir deste número o acesso de veículos é restrito, apenas carros oficiais em serviço possuem autorização para passar. A cancela fica fechada até o final do dia (Fig. 34), não existe a possibilidade de liberar a entrada de acordo com a saída de carros que tenham conseguido entrar, a justificativa é que isso geraria uma enorme fila atrapalhando ainda mais o trânsito no restante da orla (Macumba e Recreio), assim como, na estrada do Rio Morto. Por configurar uma prática que impede a circulação dos veículos, muitos visitantes “barrados” alegam que esta é uma prática inconstitucional, que fere o direito de ir e vir, e, no geral, quanto mais alto o nível social do visitante impedido de passar, maior o grau de ofensas e desrespeito apresentado. Esta condição não é considerada ideal e só é adotada em situação de emergência. Quanto às trilhas, ainda não existe um estudo de capacidade de suporte efetivo, mas a postura atual para a trilha para o mirante do Caeté é limitar a visitação a grupos de 15 pessoas por vez.



Figura 34. Bloqueio de carros no acesso à Prainha – “Operação Verão” (Fotos: Thiago Pereira, 2010).

O último caso registrado de invasão da área do Parque Natural Municipal da Prainha ocorreu no ano de 2008, quando na ocasião agricultores (bananeiros) de Piabas (área no entorno do parque caracterizada por intenso cultivo de bananais) criaram trilhas que atravessavam o divisor topográfico atingindo áreas no interior do parque (Fig. 35). Neste processo, no intuito de abrir áreas para lavoura (a banana não se desenvolve em áreas com docel com densa cobertura) árvores foram cortadas e aneladas (prática que induz a morte da árvore), além disso, próximo à drenagem, que servia para abastecimento dos burros utilizados no transporte da produção, diversas armadilhas foram instaladas, desta forma, associavam a prática de cultivo de banana com a prática de caça de animais silvestres.

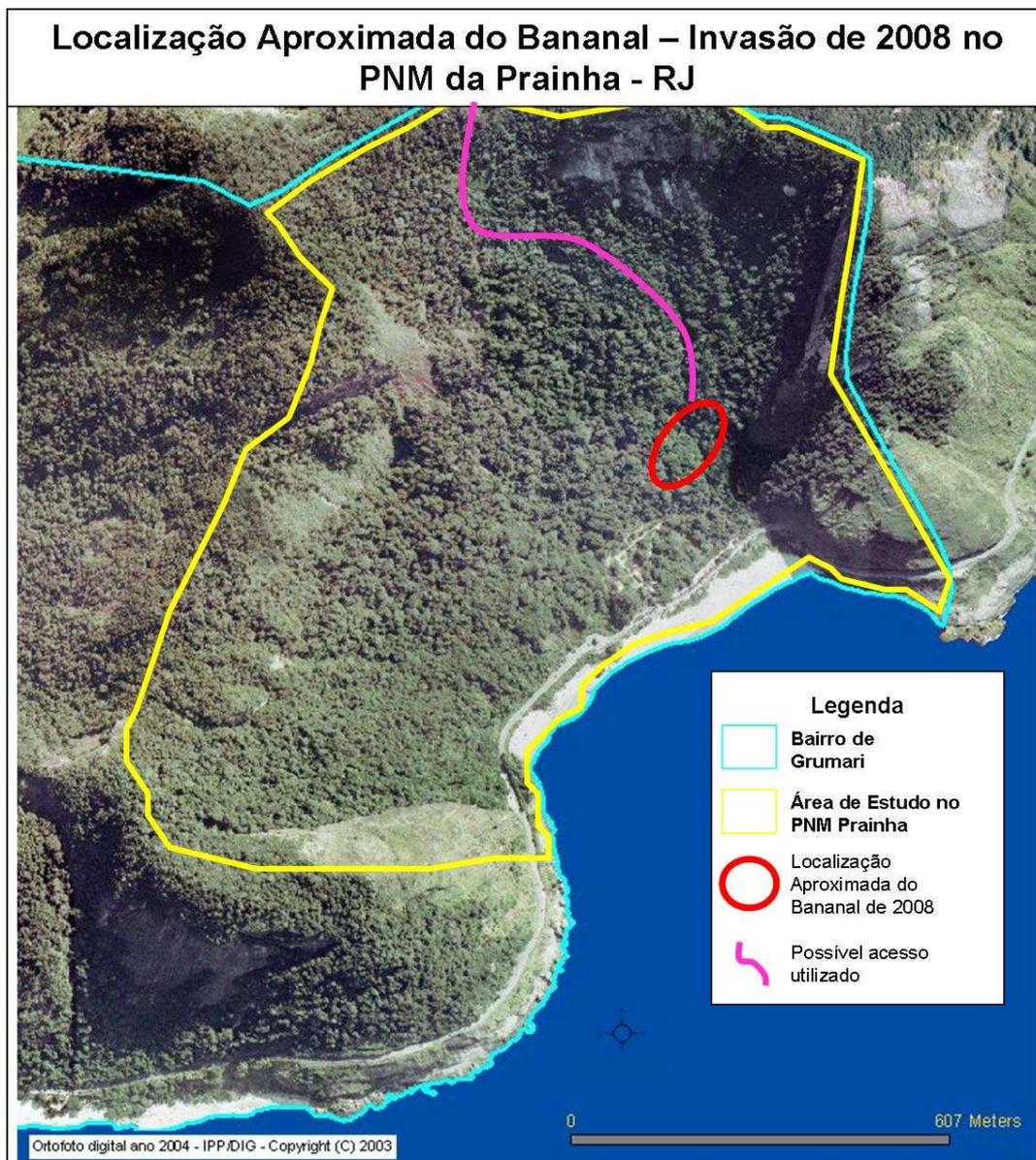


Figura 35. Localização Aproximada do Bananal – Invasão de 2008 no PNM da Prainha – RJ.

Em operações de rotina voltadas para fiscalização das áreas florestais do parque, o grupamento de defesa ambiental da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GDA) encontrou este bananal que apresentava sinais de intenso manejo. Diversas outras operações “surpresa” foram realizadas na tentativa de localizar e identificar os infratores, mas todas sem sucesso, estas eram operações conjuntas do GDA e do Batalhão florestal, que por vezes totalizaram 35 integrantes e eram realizadas em média a cada 15 dias.

A opção adotada frente a esta situação foi realizar operações de limpeza do bananal (Fig. 36) além de instalar placas informativas sobre a existência do parque,

assim como, sobre as restrições em relação à prática desenvolvida por esses agricultores na área. Todavia, pelas características de crescimento deste tipo de cultivo, assim como, pela falta de equipamentos apropriados, esta tarefa se torna árdua e demorada. A idéia é que a limpeza continua do bananal, associada à capacidade de regeneração da floresta, possam fazer com que o desenvolvimento de uma densa cobertura do docel impeça o desenvolvimento da banana.



Figura 36. Operações de limpeza do bananal não PNM da Prainha –RJ – invasão de 2008 (Foto: Thiago Pereira, 2011).

É surpreendente que, em pleno ano de 2008, momento em que a questão ambiental já está constantemente presente na mídia, quase uma década após a inauguração do parque, parque este de pequenas proporções, mas com grande visibilidade e importância para a sociedade carioca, com sede própria, gestores e GDA diariamente presentes, agricultores de áreas vizinhas tenham tido a “audácia” de desenvolver práticas ilegais de cultivo no interior da unidade de conservação, utilizando, desta forma, um espaço público para atividades econômicas particulares.

Após as medidas tomadas pela gestão do parque, desde o caso de 2008 não tivemos nenhuma outra tentativa de invasão por parte de agricultores de banana.

Entretanto, em agosto de 2011 ocorreu outro problema associado a cultivos ilegais dentro da área do parque. O Parque Natural Municipal da Prainha possui duas trilhas oficialmente abertas ao público (a trilha circular ecológica e a trilha do mirante Caeté), além de trilhas utilizadas pelo GDA para fiscalização. Uma dessas trilhas restritas, que apresenta alto grau de dificuldade pela alta declividade, leva ao topo do

morro dos Cabritos, área pouco visitada pelo público em geral (algumas pessoas também realizam a prática de escalada neste morro). Neste contexto, infratores iniciaram o desenvolvimento de cultivo de *cannabis sativa* (maconha) camuflada em meio à vegetação presente na área de topo (Fig. 37). Qualquer tipo de cultivo agrícola dentro da unidade de conservação já seria uma infração, crime que é acentuado por ser um cultivo de espécie ilícita.



Figura 37. Desenvolvimento de cultivo de *cannabis sativa* (maconha) camuflada em meio à vegetação presente na área de topo do morro dos Cabritos no PNMP – RJ

(Foto: Thiago pereira, julho de 2011).

Através de sobrevôos a polícia militar do estado do Rio de Janeiro detectou a presença deste cultivo e no dia 22/07/2011 realizou uma operação com auxílio de um helicóptero, onde dois policiais chegaram na área (através da prática de rapel) e retiraram e apreenderam em torno de 15 pés de *cannabis sativa* (maconha) (Fig.38).



Figura 38. Operação da PMRJ de apreensão de pés de *cannabis sativa* cultivados no morro dos Cabritos no PNM da Prainha – RJ (Imagens: R7 Rede Record - 22/07/2011- www.videosr7.com acessado em 28/07/2011).

A gestão do parque soube do ocorrido através da mídia (reportagem exibida na Rede Record – Programa RJ Record 22/07/2011) e prontamente organizou uma operação com o GDA (na qual tive oportunidade de estar presente), para verificação da área em busca de pés remanescentes (27/07/2011). Nesta ocasião encontramos um pé de maconha, ferramentas, sacos de adubo e garrafas para irrigação (Fig. 39), material que foi apreendido e levado para 42ª Delegacia de Polícia Civil do Rio de Janeiro, onde foi registrado boletim de ocorrência no qual servi como testemunha (Anexo II). Este fato foi relatado tanto pela mídia digital quanto impressa.



Figura 39. Compilação de imagens referentes à operação de apreensão de pés de *cannabis sativa* realizada pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro – Grupamento de Defesa Ambiental no Morro dos Cabritos PNM da Prainha RJ (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

“Extraído de: Prefeitura do Rio de Janeiro - 28 de Julho de 2011

Guardas municipais apreendem pé de maconha no Parque Municipal da Prainha

No local também foram encontrados sacos de adubo, ferramentas de jardinagem e garrafas pet com água.

Agentes do Grupamento de Defesa Ambiental (GDA) da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio) encontraram ontem, 27, no Parque Municipal da Prainha, um pé de maconha localizado entre o Recreio dos Bandeirantes e a Área de Proteção Ambiental do Grumari. Ao lado da planta, os guardas também encontraram ferramentas de jardinagem (uma pá e duas enxadinhas), cinco garrafas pet com água, um saco aberto com adubo e alguns sacos vazios no chão. A apreensão ocorreu perto de uma trilha, no Morro dos Cabritos.

Os agentes do GDA estavam acompanhando um professor de geografia, que tinha autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e (SMAC) e da gestora do parque para fazer pesquisas de um trabalho de doutorado pela UFRJ no local, quando avistaram a uma cova adubada perto da trilha, com os materiais de jardinagem próximos.

Os guardas se dirigiram ao local e identificaram, pelas características da planta e pelo forte odor, que se tratava de um pé de maconha. A planta foi apreendida e encaminhada pelos guardas, junto com o material, para a 42ª DP (Recreio).”

Fonte: <http://pref-r-janeiro.jusbrasil.com.br/politica/7390996/guardas-municipais-apreendem-pe-de-maconha-no-parque-municipal-da-prainha> (acessado em 16/08/11).

Estas ocorrências nos ilustram de forma clara que, apesar de uma aparente tranquilidade no que tange conflitos de interesse por não existirem questões fundiárias mal resolvidas, práticas ilegais de cultivo desenvolvidas no interior do parque configuram uma pressão negativa na busca pela manutenção da integridade florestal desta área. Fica nítida a falta de contingente por parte do GDA para que fiscalizações periódicas sejam feitas no intuito de identificar possíveis práticas danosas ao ambiente. A gestão do parque confirmou esta necessidade de maior número de pessoal para garantir um trabalho eficiente. No presente momento, a escala realizada conta com um efetivo de apenas dois guardas por dia, os quais devem permanecer na guarita de entrada durante toda a jornada, desta forma, as operações de fiscalização são negligenciadas, ocorrendo apenas em situações especiais como no caso da invasão de 2008, no cultivo de *cannabis sativa* em 2011, ou em operações esporádicas para fiscalização de trilhas.

Em uma destas operações esporádicas ocorreu um fato curioso, um dos guardas do GDA encontrou um pneu e fuselagens de um avião que teria caído na área, mas maiores informações quanto à data da queda, o tipo de avião, se houve feridos ou mortos e etc, não foram apresentadas.

Por sua grande beleza cênica, esta área é muito procurada para realização de fotos e filmagens dos mais variados tipos, desde fotos amadoras para casamentos, festas de quinze anos, concursos de beleza e etc. (Fig.40) até grandes filmagens de comerciais televisivos e novelas de produtoras e emissoras renomadas. No geral, produções de grande porte realizam todo o processo burocrático para obtenção de autorização para filmagem e fotos no PNMP, na maioria das vezes reconhecem que estão dentro de uma

unidade de conservação, desta forma, respeitam os termos presentes nesta autorização e buscam deixar o local utilizado de forma similar ao estado anterior a filmagem / foto (em princípio não podem realizar nenhuma construção permanente, nem alterar o ecossistema local). Quando não conseguem a autorização (ex: solicitação com prazo muito curto para filmagem) não realizam a produção, pois em situações passadas emissoras como a Rede Record e a Rede Globo já foram multadas por este motivo.



Figura 40. Produção amadora de fotos para concurso de beleza sem autorização prévia (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Quanto às produções amadoras, a grande maioria não realiza o procedimento para obtenção de autorização, muitas vezes por nem saberem da necessidade de autorização. A visão da sociedade em geral é que o PNMP só existe a partir da guarita, acreditam que a praia não se encontra no interior da unidade de conservação, sendo assim, práticas como utilização de animais em filmagens (ex: cachorros), grande produção de lixo (ex: confetes e papel picado) e etc, todas restringidas pela legislação vigente para a área, ainda são comuns. Mais uma vez, cabe ao GDA solucionar estes problemas e em casos extremos torna-se necessária a intervenção do próprio gestor.

De acordo com a legislação municipal, é proibida a cobrança de taxas de locação para produções (filmagens e fotos) em áreas públicas no município do Rio de Janeiro, portanto, as produtoras e empresas responsáveis por produções nesta área (e principalmente em Grumari) não possuem obrigatoriedade de pagar pelo uso do espaço.

Caso esta cobrança fosse viável (especialmente para produções de grande porte) a arrecadação poderia ser revertida como recurso para a unidade de conservação em questão. Algumas produções decidem oferecer contrapartidas diretas para o parque buscando contribuir para a manutenção da paisagem, que torna-se o principal elemento motivador para realização destas produções neste espaço (a Rede Globo costuma desenvolver esta prática).

Seguindo esta ideia de oferta de contrapartidas, passa a ser discutida a possibilidade de realização de melhorias na infra-estrutura do Parque financiadas por grandes construtoras que vêm desenvolvendo enormes empreendimentos no bairro do Recreio dos Bandeirantes, influenciando, portanto, diretamente no uso do solo e na configuração do mosaico da paisagem na área do entorno do parque, parque este que é apresentado como uma das principais amenidades nestes empreendimentos (Fig. 41). Mais uma vez, percebemos que, neste caso específico, para maior valorização dos empreendimentos no entorno do parque é interessante que o PNMP seja conservado. Devemos destacar que um setor dentro da indústria de construção, associado aos especuladores imobiliários, visualiza grandes projetos para a área do parque, indo contra ao interesse do setor acima apresentado, notamos também a pressão da expansão urbana na zona do entorno (zona de amortecimento), como no caso do empreendimento imobiliário de alto padrão Quintas do Pontal (Fig. 42), assim como, no crescimento de comunidades como Piabas (Fig. 43) e Caeté (Fig. 44), todas localizadas na Estrada do Pontal, na vertente oposta aos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari. Na tentativa de coibir esta expansão, placas informativas foram instaladas pela gestão do PNMP (Fig. 46).

Ainda segundo informações apresentadas pela gestora do PNMP, outra ameaça a biodiversidade que pode ser encontrada é a prática da caça através da utilização de armadilhas (por vezes com “trabucos”). É bem verdade que este problema vem sendo reduzido a partir da criação do parque, mas a invasão dos bananeiros em 2008, associada à instalação de armadilhas, nos mostra que devemos estar atentos a esta questão. É importante relatar que ao longo das inúmeras áreas visitadas durante as jornadas de campo não foi encontrada nenhuma armadilha.



Figura 41: Exemplo de empreendimento imobiliário realizado no Recreio dos Bandeirantes, utilizando a paisagem do PNMP como amenidade. (Fonte: Folder informativo, alterado por Thiago Pereira).



Figura 42. Empreendimento imobiliário localizado no entorno dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Vale frisar que a falta de fiscalização das áreas florestadas não acontece por falta de interesse ou vontade da gestão do parque, o esforço da equipe presente é grande, mas o problema de efetivo do GDA é uma questão que cabe a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, fugindo então da alçada da SMAC.

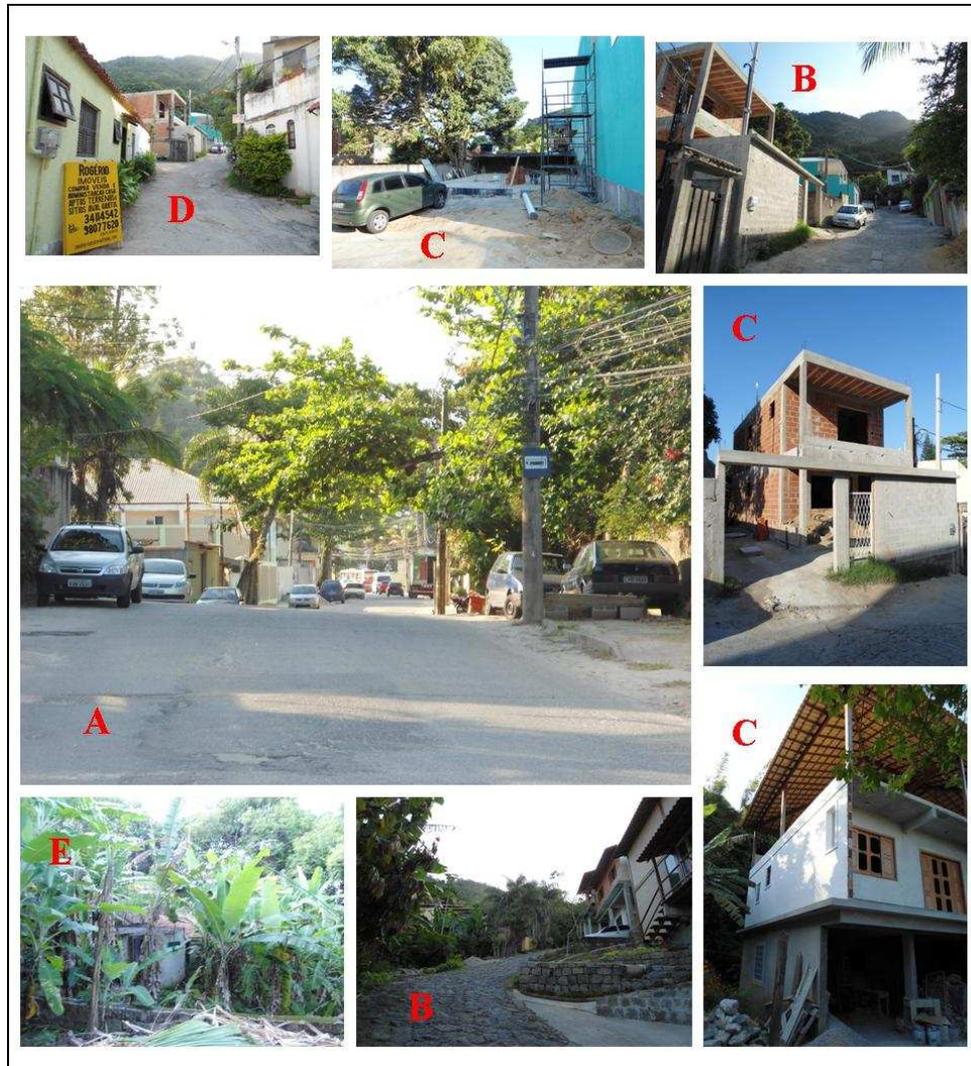


Figura 43. Localidade Caeté na Estrada do Pontal no entorno do Parque Natural Municipal da Prainha (RJ). A) Estrada do Pontal; B) Ruas secundárias; C) Casas em construção (expansão urbana); D) Escritório de imobiliária e; E) Plantação de Banana (Fotos: Thiago Pereira 2011).



Figura 44. Comunidade de Piabas no entorno dos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari (RJ). A) Plantações de banana; B) Estrada do Grumari (início em Piabas); C) Vias secundárias e; D) Material para construção de novas residências (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Mas, a maior ameaça à integridade florestal da área está associada a eventos de incêndios recorrentes no entorno do parque. Acredita-se que alguns eventos apresentam causas naturais, mas a grande maioria está supostamente relacionada com a prática de atear fogo ao lixo, exercida pela população do entorno, fogo este que pode se espalhar rapidamente devido a ação dos ventos, principalmente entre os meses de maio e setembro. No intuito de minimizar a possibilidade do fogo atingir a área do parque, aceiros são realizados pelo GDA em conjunto com os funcionários do projeto Mutirão de Reflorestamento, e durante os eventos as operações também contam com o apoio

corpo de bombeiros. Devemos destacar que estes eventos apresentam alta recorrência ameaçando a funcionalidade deste fragmento ao possibilitarem maior ocorrência de efeito de borda, assim como, por aumentar a chance de desenvolvimento de espécies invasoras como a banana.



Figura 45. Placa informativa sobre restrições quanto a construções no entorno do PNMP (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

A pista, a calçada, assim como, o estacionamento (Fig. 46) também estão inseridos na área do parque e é justamente aí que podemos detectar o maior conflito de interesse, que se dá entre a secretaria de meio ambiente do município do Rio de Janeiro e os comerciantes responsáveis pelos quiosques. Neste caso, dentro da compreensão da SMAC, por não possuírem fossa, estes quiosques não apresentam estrutura para possuir cozinha e, portanto, não poderiam oferecer alimentos que já não estivessem prontos, pois esta prática poderia implicar em danos ambientais, principalmente no que concerne aos resíduos produzidos (ex: óleo de cozinha, detergente utilizado para lavagem de louças e panelas e etc.). Por outro lado, os comerciantes (“quiosqueiros”) argumentam que a venda de alimentos é a principal fonte de renda no funcionamento dos quiosques e que a proibição da comercialização destes produtos impossibilitaria a sustentabilidade econômica do empreendimento comercial, o que os obrigaria a encerrar suas atividades.



Figura 46. Estacionamento no PNM da Prainha – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Desta forma, por diversas vezes a SMAC tem de intervir na tentativa de solucionar este problema através de conversas e avisos no intuito de ilustrar que esta seria uma prática que fere a atual regulamentação vigente na área, todavia, a receptividade por parte dos comerciantes não é positiva, levando a possíveis tensões entre estes dois grupos de atores. Ainda não houve registro de medidas punitivas como a aplicação de multas, mas este mecanismo ainda pode ser aplicado pela SMAC para coibir a prática de venda de alimentos preparados no local.

Em relação ao movimento de massa de abril de 2010, inicialmente a frequência de visitantes foi reduzida, mas em pouco tempo este processo se inverteu, a frequência aumentou, principalmente na extremidade próxima ao restaurante (Fig. 47), onde muitos visitantes desinformados impedidos de seguir para Grumari decidiam parar na Prainha. Mas, de forma geral, este evento não alterou a dinâmica de funcionamento do PNMP. Até o presente momento não existe estudo sobre a influência deste evento nas dinâmicas locais.



Figura 47. Canto esquerdo da Parinha, área que sofreu aumento na frequência de visitantes durante a interdição da Av. Estado da Guanabara (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Como propostas apresentadas estão a criação de dois portais, um na entrada da Av. Estado da Guanabara (início do acesso para Prainha) e outro na entrada por Grumari, isto possibilitaria um maior efeito visual na delimitação da área do parque, o que poderia influenciar na postura e nas práticas desenvolvidas pelos visitantes. Outras idéias seriam possibilitar a implementação de transportes alternativos para circulação no interior do parque, impedindo a circulação de veículos particulares, estipular horário de funcionamento para toda a área, cobrar entrada, aumentar o efetivo GDA e melhorar os sistemas de comunicação na sede do parque.

Dois pontos merecem destaque na análise das propostas apresentadas, o primeiro já foi anteriormente discutido, que seria o impedimento legal para cobrança de taxa de entrada na área. O segundo ponto está diretamente associado ao processo de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, que tem a zona oeste como principal área de expansão. Grandes obras de estruturação das vias de transporte, assim como, projetos de melhorias nos transportes públicos estão sendo realizados na região, como exemplo podemos citar o “túnel da Grotta Funda” (TransOeste) (Fig. 48) e o “Trans BRT”. Mas, atualmente, antes do fim destas obras, a principal via de conexão entre o Recreio dos Bandeirantes e as áreas de Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, ilha de Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Itaguai e etc, é realizada através da serra da Grotta Funda que, pelo aumento do fluxo de veículos detectado nas últimas décadas, apresenta trânsito congestionado com bastante frequência. Neste contexto, a Av. Estado da

Guanabara, que conecta o Bairro do Recreio dos Bandeirantes com Barra de Guaratiba, passa a servir como rota alternativa. Sendo assim, assume papel fundamental no deslocamento de moradores da cidade, que “passam” pela área sem efetivamente “visitá-la”. Este cenário impediria a possibilidade de fechar o acesso à área a partir de determinado horário, o que poderia ser um problema para a implementação desta proposta.

De acordo com a gestora, o foco de interesse da SMAC abrange todas as áreas do Parque e que, apesar dos inúmeros problemas citados, o Parque Natural Municipal da Prainha representa uma das unidades de conservação mais protegidas e menos impactadas do município, com conflitos de interesse bem reduzidos, o que se deve principalmente ao fato da questão fundiária estar resolvida (praticamente toda a área do Parque pertence à prefeitura), situação bem diferente do caso do Parque Natural Municipal de Grumari.



Figura 48. Obras de abertura do túnel da Grota Funda (TransOeste) no Recreio dos Bandeirantes (RJ) (Fotos: Thiago Pereira 2011).

7.2.2) Entrevista com representantes do Grupamento Marítimo (GMAR) de Guaratiba – Questões aplicadas a diversos bombeiros em serviço nas praias de Grumari e Prainha

A coleta de dados associada à rotina do GMAR de Guaratiba no trabalho realizado nas praias da Prainha e de Grumari foi desenvolvida através da aplicação de questionários (apresentados na metodologia) em diversas entrevistas com bombeiros em diferentes turnos e postos em ambas as praias, no total quatorze salva-vidas foram entrevistados nos meses de maio e junho de 2011.

Os resultados aqui apresentados são uma compilação das informações levantadas nas diferentes entrevistas, vale destacar que muitos entrevistados não quiseram informar seus nomes e patentes.

O Grupamento responsável por cobrir as regiões estudadas é o GMAR de Guaratiba, onde aproximadamente 80% do efetivo residem em Guaratiba e os outros 20% reside em Campo Grande. Os turnos dos bombeiros funcionam em uma escala 12/36h e estes trabalham sempre em duplas e são transportados por viaturas do quartel. Quanto à distribuição por postos dentro da área de abrangência deste grupamento, existem salva-vidas “fixos” nestas áreas, ou seja, que trabalham apenas na Prainha ou apenas em Grumari, existem salva-vidas que trabalham em ambas as áreas, como também existem aqueles que trabalham em diferentes postos em outras praias de acordo com as necessidades apresentadas. No geral, os mais antigos dentro do grupamento (maiores patentes) são os que podem ser “fixos” e os mais novos são os que assumem a função de “móveis”.

No período de inverno, apesar de uma maior constância de incidência de ondas de grande magnitude, a frequência de visitantes (em ambas as áreas) é menor, desta forma o número de resgates é reduzido, assim como, a necessidade de efetivo.

No caso específico da Prainha, a frequência é alta o ano inteiro, inclusive no inverno (apesar de menor se comparada ao verão), todavia, o público frequentador neste período é composto majoritariamente por surfistas (que possuem ao menos algum conhecimento e experiência quanto à dinâmica de ondas e correntes), salvo os dias de sol e calor mais intenso, quando a praia apresenta frequência similar a do verão. Este perfil dos frequentadores surfistas também contribui para a diminuição nos resgates realizados.

Já no verão, a situação se inverte, a incidência de ondulações fortes é reduzida, mas o clima quente com dias de sol forte, associados ao horário de verão (que permite a

permanência na praia por um período mais prolongado) e ao período de férias escolares e festividades de final de ano, faz com que a frequência de visitantes (cariocas e turistas) aumente de forma exponencial. O perfil deste grupo de frequentadores é bem diferente do perfil dos frequentadores praticantes de surfe. Muitos visitam a praia de forma esporádica, outros estão pisando na praia pela primeira vez e, em ambos os casos, a falta de experiência e conhecimento quanto às dinâmicas de ondas e correntes possibilita um maior risco de afogamentos, o que é refletido no aumento significativo no número de resgates realizados.

Desta forma, durante o período de verão são destacados aproximadamente 17 bombeiros (salva-vidas) para serem distribuídos pelos postos das praias de Grumari (06 postos) e Prainha (01 posto). Já no período de inverno este número é reduzido para aproximadamente 10 bombeiros.

Ao longo do estágio probatório, todos os entrevistados realizaram salvamentos e plantões (turnos) em diversas praias do estado, no geral, praias do Niterói até praias de Guaratiba. A partir desta visão mais ampla, ao serem questionados quanto à forma como classificam a Prainha e Grumari quanto ao risco de afogamento, de maneira unânime, estas praias foram classificadas como praias de alto risco de afogamento.

Em relação à Prainha (considerada como uma das praias com maior número de ocorrências de resgates no Rio de Janeiro), esta se torna muito perigosa por não possuir “valas” (correntes de retorno e correntes laterais) bem definidas. O canto esquerdo, onde localiza-se o costão do Roncador (Fig. 49), é o local com maior quantidade de casos de afogamento, fato explicado por ser um local muito frequentado por pescadores, que podem ser levados por ondas (em ressacas) ou até mesmo escorregar nas pedras e necessitar de resgate. Na grande maioria dos casos, as ocorrências neste costão terminam em óbito.

Segundo informações apresentadas pelos salva-vidas, esta é uma área muito difícil para realização de resgates, as correntes são fortes e a incidência de ondas no costão torna o trabalho bem perigoso. Devido a este fato, alguns salva-vidas optam por não trabalhar na Prainha, todavia, a maioria dos entrevistados (09 em 14) deixou claro que gostaria de trabalhar apenas na Prainha, justificando esta escolha pela beleza do lugar, assim como, por já terem criado laços afetivos como os frequentadores habituais. Quatro entrevistados informaram que gostariam de permanecer apenas em Grumari e apenas um entrevistado apresentou vontade de trabalhar em outra praia, justificando esta opção pela dificuldade na comunicação.



Figura 49. Área do Costão do Roncador no PNM da Prainha – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

O canto direito da praia (Fig. 50) apresenta uma vala (corrente de retorno) mais definida e, no geral, a incidência de ondas é mais suave, com isso, comparado com outras partes da praia, esta é considerada a mais segura quanto a risco de afogamentos, o que acaba influenciando na distribuição dos visitantes na faixa de areia. Neste espaço encontramos uma maior quantidade de famílias com crianças e idosos. É importante destacar que diversos outros fatores irão influenciar na lógica de distribuição espacial dos frequentadores na faixa de areia desta praia, não devemos ser tão deterministas e atribuir importância tão grande a um único fator (a proximidade com pontos comerciais como “quiosques” pode ser um outro exemplo dentre vários). Os surfistas também possuem papel relevante ao ajudarem em diversos resgates, muitas vezes realizando a primeira abordagem, auxiliando o afogado até a chegada do salvamento. Segundo os entrevistados, sem a ajuda dos surfistas os casos com óbito seriam mais frequentes.

Apesar da beleza cênica do “ambiente de trabalho”, quanto às “condições de trabalho”, diversos problemas foram apresentados, dentre eles podemos destacar o fato de não existir estrutura para a permanência dos bombeiros nos postos distribuídos pelas duas praias. Na Prainha contamos com uma base (torre) sem banheiro nem energia, a saída neste caso é utilizar o banheiro da sede do PNMP. Apesar desta não ser uma

situação ideal, o problema se torna realmente grave no caso de Grumari, onde dos seis postos distribuídos ao longo da praia, apenas dois possuem estrutura (base/torre), também sem banheiro e sem energia, mas no caso de Grumari temos o agravante de não existir o banheiro que existe no PNMP. Dos outros quatro postos, três possuem barracas (que montam e desmontam na areia todos os dias), e que apenas protegem do sol, e um posto utiliza espaços (sobras) de quiosques. Segundo palavras dos entrevistados, “o Salva-vidas fica ao relento”.

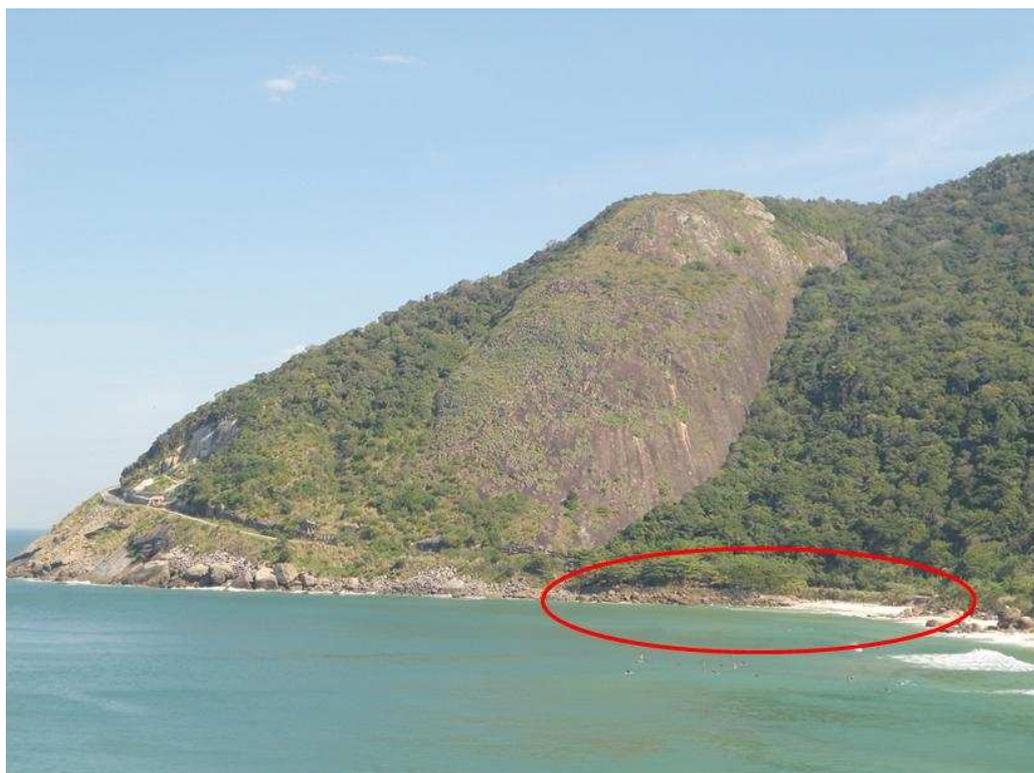


Figura 50. Canto direito da Prainha (Foto: Thiago Pereira, julho de 2011).

Outra questão problemática evidenciada por todos os entrevistados foi a dificuldade na comunicação, tanto com o quartel, quanto em situações particulares. Alegam que apenas uma operadora de celular consegue sinal em Grumari e, mesmo assim, apenas em alguns trechos. A comunicação via rádio com o quartel ou entre salva-vidas de um mesmo turno em diferentes postos é precária. Especificamente no caso da Prainha, apesar de estar mais longe de Guaratiba, a comunicação via rádio com o quartel é muito melhor do que em Grumari, geograficamente mais próxima do GMAR de Guaratiba. A geomorfologia do local influencia muito nesta questão, sendo assim, seria necessário instalar novas antenas na área para tentar melhorar a qualidade da comunicação, que pode ser fundamental para determinar o tempo de um resgate e,

portanto, a sobrevivência ou não da vítima. Os salva-vidas puderam expor de maneira evidente como se sentem em alto grau de isolamento.

Outro grande problema destacado, e muito comum no período de verão, é a situação caótica em que se transforma o trânsito e estacionamento de veículos em ambas as áreas. Por diversas vezes, em casos mais graves, ambulâncias são necessárias para transportar o afogado para hospitais com maior infraestrutura e que possibilitem o socorro correto e eficiente, mas para que isso aconteça, a ambulância precisa chegar ao local do resgate, e como já apresentado anteriormente, em algumas situações são necessários em torno de 40 minutos para transpor 300 metros. Caso chegue, a ambulância encontra novo problema, onde estacionar para resgatar a vítima? Em muitos casos o helicóptero de resgate “Águia” é acionado, pois é nítido que a ambulância não teria condições de chegar a tempo. E neste caso, mais uma vez percebemos a importância de maior qualidade na comunicação (em casos de afogamento cada segundo é determinante).

O movimento de massa de abril de 2010, com conseqüente bloqueio do acesso entre Grumari e Prainha, influenciou negativamente o funcionamento da rotina dos salva-vidas da Prainha. O GMAR se localiza em Guaratiba, portanto, o caminho mais curto para as viaturas é através da Av. Estado da Guanabara (que liga Grumari e Prainha), com o bloqueio da pista os salva-vidas eram deixados no final de Grumari e tinham que andar até seus postos na Prainha. Em ocasiões em que eram realizadas explosões dos matacões que bloqueavam a pista, as viaturas eram obrigadas a contornar pela serra da Grota Funda, o que, de certa forma, atrapalhava a logística.

Quanto ao número de frequentadores e conseqüentemente a maior ou menor possibilidade de ocorrência de afogamentos, destacaram que enquanto a pista estava fechada, o movimento aumentou na Prainha e diminuiu consideravelmente em Grumari (ficou sendo frequentada basicamente por moradores de bairros da zona oeste), o que fez o número de resgates ser bastante reduzido neste período nesta segunda área.

Este agente, que possui papel importante em ambas as áreas estudadas, apresenta maior foco de interesse no compartimento faixa de areia / mar, são majoritariamente a favor dos projetos de conservação presentes nestas unidades de conservação, e alegaram não possuir conflitos de interesse com nenhum dos outros agentes abordados neste estudo.

Vale frisar que apesar de todas as dificuldades encontradas para o exercício da profissão, o GMAR de Guaratiba realiza um trabalho de extrema eficiência e

importância para todos os frequentadores destas praias, de certa forma, isoladas do restante da cidade. As demandas apresentadas pelos entrevistados são pertinentes e necessárias para que tenham melhores condições de trabalho. Um fato curioso é que durante o período em que realizava o processo de entrevistas com os diversos salvavidas, ocorreu uma grande manifestação dos bombeiros (chegaram a invadir um quartel na região central da cidade) em busca de melhorias salariais e de condições de trabalho. Com a prisão dos manifestantes sob a acusação de motim, este protesto tomou grandes proporções na mídia e conquistou forte apoio da sociedade civil, que passou a valorizar de forma mais efetiva a importância do trabalho desenvolvido por este profissional. Desta forma, fica nítida a deficiência em infraestrutura, condições de trabalho e na remuneração dos profissionais desta corporação, o que pode ter grande influência na qualidade da tarefa desenvolvida.

7.2.3) Entrevista com comerciantes do PNMP - Questões aplicadas aos proprietários de quiosques, restaurantes e tendas na areia e vendedores ambulantes

Pelas dimensões reduzidas do anfiteatro, assim como, da faixa de areia na Prainha, não existe espaço físico para a instalação de um grande número de estabelecimentos comerciais, desta forma, apenas três estabelecimentos são contabilizados, um restaurante na extremidade direita (existente há mais de trinta anos) e dois quiosques, os quais apresentam situações de funcionamento diferenciadas entre si (Fig. 51). A meta sempre foi entrevistar o proprietário, ou o responsável pelo arrendamento, na ausência destes, a entrevista foi realizada com o funcionário mais antigo no estabelecimento.

Além dos estabelecimentos comerciais formais, notamos também o funcionamento de barracas / tendas que comercializam bebidas e alugam cadeiras e guarda-sóis na faixa de areia. Estas tendas se instalam principalmente no canto direito da Praia, mas em dias de “pico” (dias de sol em finais de semana no período de verão), estas tendas ocupam áreas em toda a extensão da praia.

As informações foram obtidas a partir da aplicação de questionários em entrevistas realizadas em cada estabelecimento comercial formal e informal (tendas) no período de junho de 2011. Pelo fato de encontrarmos um número reduzido de estabelecimentos com características bem distintas entre si, no caso dos estabelecimentos formais, foi feita a opção por apresentar os resultados de cada uma das entrevistas separadamente. Já no caso dos comerciantes informais, os resultados das entrevistas são apresentados de forma conjunta, possibilitando assim uma compreensão geral da prática desenvolvida.



Figura 51. Localização dos estabelecimentos comerciais situados na orla da Prainha no PNMP (RJ) (Fonte: imagem cedida pela SMAC-RJ, alterada por Thiago Pereira).

7.2.3.1) Entrevista com comerciante do quiosque 01

Este é o primeiro quiosque encontrado na praia ao se chegar pelo acesso do Recreio dos Bandeirantes, por este fato, nesta pesquisa será denominado como “quiosque 01” (Fig. 52). Esta entrevista foi realizada em junho de 2011 com a responsável pelo estabelecimento, que juntamente com seu marido, arrenda este quiosque há quatro meses.



Figura 52. Quiosque 01 localizado na orla da Prainha no PNMP – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

A entrevistada informou que possui pouca experiência no ramo, sendo esta a primeira vez que trabalha em um quiosque. Ela e o marido já conheciam o proprietário do quiosque e em conversas souberam da necessidade / interesse do mesmo em arrendar o quiosque na Prainha, neste momento enxergaram uma oportunidade de inovar, de realizar algo diferente. Mas, de fato, esta não é a única fonte de renda do casal, a outra fonte de renda (não informada) continua sendo mantida, desta forma, o quiosque funciona como um projeto paralelo e secundário, portanto, não dependem exclusivamente do funcionamento / rendimento deste estabelecimento para conseguirem o sustento.

Em relação à clientela, informou que a praia possui movimento o ano inteiro, por isso abrem todos os dias, mas que o maior rendimento se dá no verão, quando mais turistas e visitantes esporádicos frequentam a praia, alegou que este tipo perfil de visitantes consome mais produtos, principalmente alimentícios (que custam valores mais elevados), já os frequentadores habituais (no geral, surfistas), quando consomem algo, costumam consumir apenas bebidas (de baixo valor) e, na maioria das vezes só perguntam sobre a possibilidade de guardar a chave do carro no quiosque enquanto realizam a prática de surfe. Portanto, ficou nítido que, apesar da alta frequência de visitantes durante todo o ano, o perfil dos visitantes que predominam no verão acaba por levar ao maior rendimento neste período do ano. É importante frisar que a entrevistada ainda não passou por um período de verão a frente deste negócio, estas informações passadas por ela foram obtidas através de conversas com a pessoa que arrendava o quiosque anteriormente, assim como, com o próprio proprietário.

Mas, mesmo com o pouco tempo na área já foi capaz de realizar uma sugestão que poderia aumentar o lucro do estabelecimento, a proposta seria a instalação de iluminação para que os frequentadores pudessem permanecer na praia no período noturno, aumentando a possibilidade de vendas.

No que concerne aos visitantes do próprio município do Rio de Janeiro, até o presente momento conseguiu perceber que a maioria de seus fregueses é oriunda da Zona Sul, da Barra da Tijuca ou do Recreio dos Bandeirantes e Vargens, poucos são os visitantes de bairros da zona oeste.

Quanto à relação desenvolvida com a gestão do Parque Natural Municipal da Prainha, esta foi classificada como negativa e fato justificado pelas inúmeras restrições impostas para o funcionamento. Alegou que suas atividades são sempre restringidas, mas que alternativas não são oferecidas. Tem consciência que exerce sua atividade no

interior de uma unidade de conservação, e colocou as regras e normas desta unidade como o maior problema encontrado para um bom funcionamento do seu negócio.

Ambos os quiosques da Prainha estão vinculados a Rio-Orla, e sobre este assunto, a insatisfação quanto às demandas apresentadas, assim como, aos serviços realizados foi evidente no discurso da entrevistada. Informou que ao pagar as taxas exigidas está cumprindo seu papel, mas que as atribuições da Rio-Orla não são realizadas de maneira satisfatória (ex: manutenção da estrutura do quiosque).

Em relação à infra-estrutura do quiosque, este não possui luz, água encanada, nem fossa, toda a água utilizada é trazida em galões para o enchimento da caixa, situação que leva a um uso racional deste recurso no funcionamento do quiosque. Quanto à utilização de sanitários, assim como os salva-vidas, também utilizam as dependências do PNMP. Esta situação torna o trabalho bem difícil e cansativo, o que levou a entrevistada a dizer que pretende ficar apenas o quanto aguentar, pois acredita que seria mais fácil trabalhar em outro quiosque em outro lugar com maior acessibilidade e infra-estrutura e menos restrições para o funcionamento.

Outro problema apresentado é a concorrência com os barraqueiros (tendas na faixa areia) e ambulantes, neste caso, acredita ter prejuízo, pois a proximidade das tendas e dos vendedores em relação aos frequentadores na areia facilita a venda, onde o banhista percorre uma menor distância para obter o produto desejado. Além disso, os barraqueiros e ambulantes, por serem informais, não pagam taxas, conseguindo permanecer com 100% do lucro.

Ao analisar as informações apresentadas, os conflitos de interesse surgem de maneira clara. O primeiro que podemos destacar se dá entre o comerciante e a gestão do parque, principalmente pelas restrições quanto à venda de produtos alimentícios preparados no local devido à falta estrutura. Como segundo conflito, podemos destacar a relação entre o comerciante e a Rio-Orla, onde fica nítida a insatisfação por parte do empreendedor em relação aos serviços prestados frente as taxas cobradas. Por fim, podemos destacar um aparente conflito entre integrantes do mesmo ramo de atividade, problemática esta que se dá entre o comerciante formal (quiosqueiro) e o comerciante informal (barraqueiro e ambulante).

Neste último caso, podemos nos questionar se esta situação se configura como conflito de interesse ou se devemos caracterizá-la apenas como “concorrência”. Ao refletir sobre a questão pode perceber que, na realidade, os interesses são os mesmos, as práticas apresentam vários pontos em comum (inclusive os produtos oferecidos), a

clientela é a mesma e a área de interesse (faixa de areia e calçada) também é a mesma, portanto, acredito não ser pertinente classificar esta relação como conflito de interesse, no sentido que este termo é entendido neste trabalho. Nota-se a existência de conflito, mas este está associado apenas à maneira adotada para atrair o cliente. Desta forma, ambos apresentam o mesmo interesse, que a atividade comercial continue sendo permitida na área.

7.2.3.2) Entrevista com comerciante do quiosque 02

Este quiosque se localiza ao lado do quiosque 01, bem em frente à guarita de entrada do parque. Nesta pesquisa será denominado como “quiosque 02”, mas localmente é conhecido como “quiosque do Pedrão” (Fig. 53). A entrevista foi realizada em junho de 2011 com o proprietário do quiosque que já desenvolve esta atividade há mais de vinte anos. Nesta entrevista podemos notar uma situação bem diferenciada da acima apresentada.



Figura 53. Quiosque 01 localizado na orla da Prainha no PNMP – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Este comerciante é natural de Fortaleza (CE) e veio para o Rio de Janeiro há aproximadamente 25 anos, há 20 anos teve a oportunidade de iniciar a venda de produtos (ainda em trailer) nesta área. Há muitos anos esta é sua única fonte de renda e

por ter estado presente, participando efetivamente nos principais momentos de transformação nos rumos das dinâmicas de alteração desta paisagem, considera-se uma espécie de “guardião da prainha”. Também por sua longa permanência na área criou laços afetivos com diversos frequentadores, gerando uma grande rede de contatos.

Por ser um estabelecimento frequentado por personalidades conhecidas (ex: atores “globais”, músicos e etc.), por vezes aparece na mídia tornando-se o quiosque mais conhecido, e quem sabe até o mais “tradicional” da Prainha. A maior parte da clientela é oriunda da zona sul, da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes e Vargens, sendo também muito frequentado por turistas brasileiros e estrangeiros. Mas, no dia a dia, os principais visitantes são os surfistas, que, no geral, apresentam uma ótima relação com o comerciante.

O quiosque apresenta funcionamento diário e conta com cinco funcionários, o horário é dado de acordo com a luz do sol. A situação de infra-estrutura é similar à encontrada no quiosque 01, não possui luz elétrica, água encanada, nem banheiros. Possui apenas um pequeno painel solar responsável por gerar energia suficiente para uma lâmpada. Quanto à relação com a Rio-Orla, assim como, com os comerciantes informais, o discurso de insatisfação também é similar ao apresentado na entrevista anterior.

Já no que se refere à relação com a gestão do Parque Natural Municipal da Prainha, o conflito mais uma vez fica evidente e os motivos apresentados foram similares aos do caso anterior (quiosque 01).

Este comerciante possui um discurso ambiental no diálogo com sua clientela, mas sua atividade mais rentável está associada à venda de produtos alimentícios preparados na hora, atividade que fere as normas da unidade de conservação. Por possuir uma grande rede de contatos e de influência, o entrevistado pretende lançar-se como candidato a vereador pelo município do Rio de Janeiro, pelo Partido Verde nas eleições de 2012, e uma de suas principais bandeiras está associada a projetos ambientais no PNMP.

Classificou a Prainha como sua vida, em seu discurso não apresentou desejo de mudar de ramo ou de local de trabalho, considera-se feliz com a atividade que realiza e evidenciou que depende exclusivamente dela para garantir seu sustento. Todavia, caso seja eleito, as mudanças no ramo e local de trabalho, assim como, no estilo de vida serão grandes.

Neste caso, os conflitos detectados estão na relação com a Rio-Orla e principalmente na relação com a gestão do PNMP. No caso da relação com os comerciantes informais esta também foi classificada como concorrência.

7.2.3.3) Entrevista com comerciante do Restaurante

O terceiro estabelecimento comercial encontrado na Prainha situa-se na extremidade direita da praia (Fig. 54). Por não ser classificado como quiosque e sim como restaurante, notamos uma situação completamente diferente das anteriormente apresentadas. Esta entrevista foi realizada em junho de 2011 com uma funcionária que trabalha no estabelecimento há mais de 20 anos do estabelecimento.

Este restaurante já está em funcionamento há mais de 30 anos, seu proprietário vive exclusivamente da renda gerada no estabelecimento. O funcionamento é determinado pelo sol, permanecendo fechado em muitos dias de chuva. Aproximadamente três empregados trabalham no restaurante, mas este número é variável de acordo com a necessidade em cada estação do ano. Por não possuir luz elétrica, o horário de funcionamento também é dado pela duração da luz do dia, funcionando até mais tarde no verão.

O restaurante apresenta uma estrutura bem mais desenvolvida se comparada com a dos quiosques, possui banheiros, fossa com recolhimento do material a cada quinze dias no inverno e a cada semana no verão (maior movimento) e cozinha, mas mesmo assim também necessitam trazer gelo e gás. Esta situação possibilita a obtenção de permissão por parte da SMAC para preparar alimentos no local (se enquadram nos requisitos apresentados), sendo estas refeições o principal atrativo para os clientes.

Neste sentido, não participam do conflito existente entre os quiosqueiros e a gestão do PNMP no que diz respeito à preparação de alimentos. Pelo contrário, deixaram claro que foram a favor da criação do parque e que continuam apoiando sua manutenção e regulamentação, acreditam que a criação desta unidade de conservação acabou por beneficiar o negócio pelo aumento no número de visitantes. Desta forma, por cumprirem todas as normas estabelecidas pela SMAC, classificaram a relação com a gestão como altamente positiva.

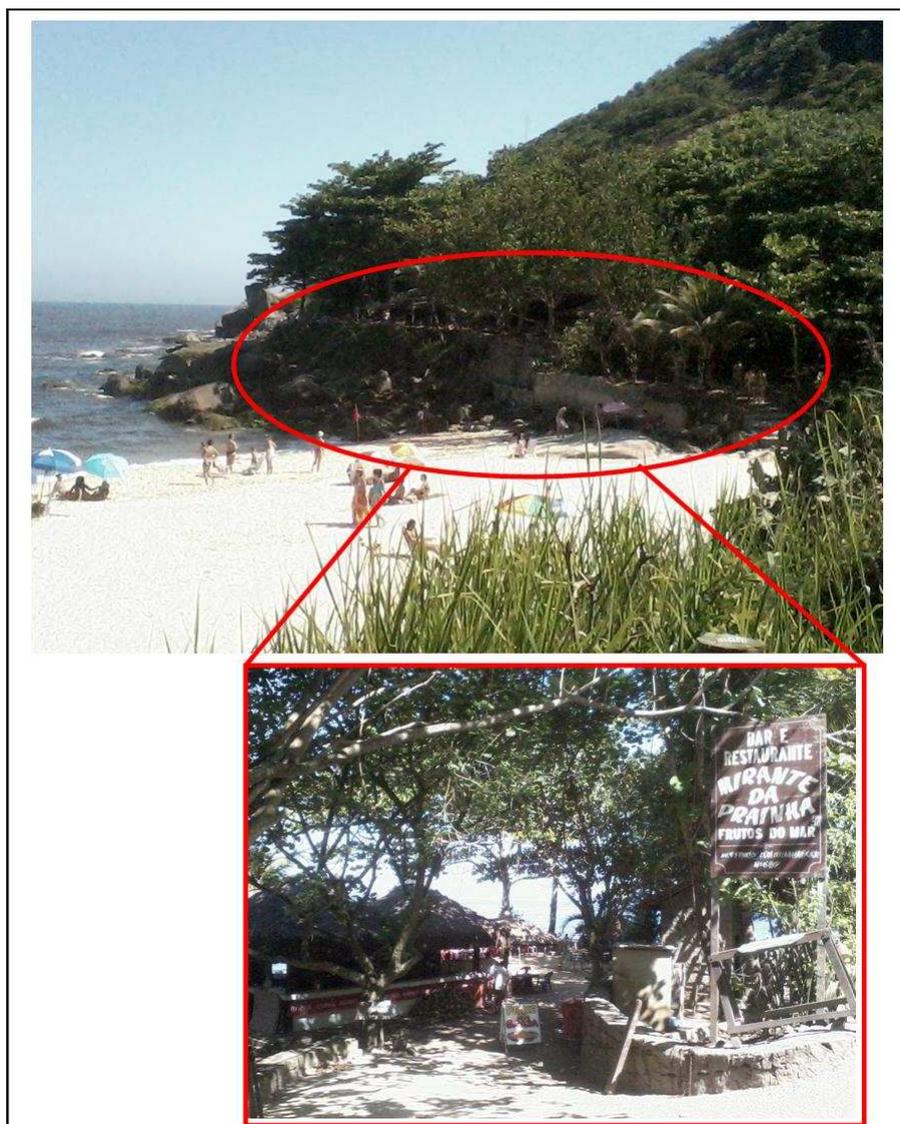


Figura 54. Restaurante localizado no extremo oeste da orla da Prainha no PNMP – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Seu público é composto basicamente por visitantes cariocas, turistas de outros estados brasileiros e turistas estrangeiros. Mas, de forma geral, o perfil dos frequentadores está associado à busca por refeições, principalmente cardápios com peixe. Sendo assim, os surfistas não costumam frequentar muito este estabelecimento, o que faz com que o movimento não seja tão constante durante o ano inteiro como acontece nos quiosques, sendo assim a diferença entre o rendimento do período de verão e de inverno acaba por ser bem maior. Afirmaram que o funcionamento e o rendimento estão diretamente associados ao sol.

Este perfil de frequentador é um perfil diferente do frequentador que acaba por comprar produtos dos barraqueiros e ambulantes. Muitos dos visitantes que consomem

no restaurante nem chegam a pisar na faixa de areia, visitam a área apenas por sua beleza cênica. Já em outros casos, o cliente é o mesmo, mas em situações completamente diferentes, em um primeiro momento está na areia (consumindo com os barraqueiros e ambulantes), e em um segundo momento está no restaurante (em busca de uma refeição). Com isso, nesta relação, aparentemente não temos nem conflitos, nem concorrência.

Existe uma trilha (fechada para o público em geral), que leva ao morro dos Cabritos, que se inicia em frente ao restaurante, muitas pessoas que percorrem esta trilha acabam por consumir algo no restaurante no momento do retorno.

Por não ser um quiosque, é independente em relação a Rio-Orla, desta forma, também não apresentam conflito de interesse desta natureza, como ocorreu nos casos anteriores.

Quanto ao movimento de massa de abril de 2010, informaram que a situação de interdição da pista aumentou o movimento do restaurante significativamente, pois muitos carros impedidos de prosseguir para Grumari decidiam aproveitar para parar no restaurante.

Interpretam o ambiente de trabalho como muito positivo, a acessibilidade não é problema (existe um carro para transportar os funcionários), o horário de funcionamento é dado pela duração da luz do dia, o rendimento é bom e o lugar além de tranquilo apresenta grande beleza. O desejo expressado é de permanecer na área e no ramo enquanto for possível.

Aparentemente, apresentam uma situação bem mais estável e tranquila se comparada com os conflitos identificados a partir das entrevistas realizadas nos quiosques. Na realidade, nenhum conflito de interesse com nenhum outro agente abordado nesta pesquisa foi detectado ao longo desta entrevista.

7.2.3.4) Entrevista com comerciantes “barraqueiros” e ambulantes

Os resultados apresentados aqui foram obtidos a partir da aplicação de questionários em entrevistas realizadas em maio de 2011 com comerciantes “barraqueiros” com tenda (quatro) e ambulantes (cinco) que desenvolvem suas atividades na faixa de areia da Prainha. Estes dados foram então apresentados de forma conjunta (associando as informações de todos os entrevistados) buscando uma visualização geral do papel deste agente.

Alguns barraqueiros trabalham durante todo o ano apenas nesta praia (finais de semana no inverno além dos dias de semana nas férias de verão), já possuem seu pontos determinados, sendo bastante complicada a entrada de um novo barraqueiro nesta área. Outros trabalham apenas nos períodos de pico (principalmente no verão) e se distribuem por toda a extensão da praia, mas também com pontos pré definidos (no geral, por tempo de trabalho no local). Muitos dos barraqueiros e ambulantes moram em áreas próximas como Jacarepaguá, Terreirão, Guaratiba, Santa Cruz, Grumari, e etc.

Como principal problema para o funcionamento da atividade comercial informal na areia foi destacado a fiscalização por parte da prefeitura, que em algumas situações desenvolve operações de ordenamento territorial e de atividades na orla do município (ex: operação choque de ordem), onde, muitas vezes a mercadoria é apreendida, gerando grande prejuízo para estes comerciantes. O mesmo ocorre com os ambulantes. Sendo assim, este é um grande conflito de interesse presente na relação entre comerciantes informais (barraqueiros e ambulantes) e poder público municipal.

Dentro da visão destes comerciantes informais, a relação com os quiosqueiros não é considerada negativa e sim indiferente, pois no geral, como já foi exposto anteriormente, pela proximidade com o consumidor acaba tendo vantagem na concorrência com os quiosques.

Uma prática questionável realizada pelos barraqueiros seria a apropriação de espaço público para fins privados, que se dá da seguinte forma: Ao chegar à praia, normalmente bem cedo, o barraqueiro, além de montar sua tenda, instala diversos guarda-sóis distribuídos na faixa de areia, para que sejam alugados posteriormente. Mas enquanto este não está alugado, está ocupando um espaço, como que, “reservando um lugar”, impedindo que pessoas que não queiram alugar o guarda-sol possam ficar naquele local. Em dias de praia cheia este problema se agrava. Vale lembrar que, em

teoria, existe uma associação de ambulantes, mas que na prática não funciona de forma efetiva.

Com isso, fica nítido que, apesar da atividade desenvolvida pelos quatro agentes abordados ser similar (comércio), a forma como as atividades são realizadas, assim como, as propostas e visões apresentadas são um tanto quanto diferenciadas.

7.2.4) Entrevista com representante da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP) – Questões aplicadas ao presidente da associação

Os resultados aqui apresentados são referentes às informações fornecidas durante entrevista com o presidente e sócio fundador da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha, realizada em dezembro de 2011.

Quanto ao histórico de criação da associação, o entrevistado informa que ele e diversos amigos (alguns de áreas próximas como Recreio e Vargens e outros da zona sul) já freqüentavam esta praia (com seus pais) desde a década de 1970, em um período anterior a abertura da Av. Estado da Guanabara. Neste momento, não havia infraestrutura para os visitantes, e a área onde hoje situa-se a sede do parque, assim como, as encostas do anfiteatro eram propriedade particular de Drau Ernani, onde a “casa velha” em que vivia o encarregado, por muitas vezes serviu de abrigo para estes jovens. Este grupo, de certa forma reduzido, estava presente na época da abertura da avenida e pôde acompanhar o processo de valorização e aumento de visibilidade da área, que acarretou em um incremento exponencial de visitantes / freqüentadores nas duas últimas décadas.

Os surfistas sempre apresentaram uma grande preocupação em relação à manutenção dos ecossistemas nativos nesta área, percebiam o privilégio de possuírem uma paisagem onde a montanha, coberta por Mata Atlântica (na época com algumas manchas de bananeiras) chega ao mar e ondas de alta qualidade ocorrem com freqüência. No ano de 1989, um dos surfistas da Prainha, conhecido como “Grande”, acaba por descobrir a existência de um projeto de construções de edificações de alto padrão nesta área tão valorizada e interpretada como espaço vivido por este grupo de surfistas, que já se considerava “local” (esta questão é discutida com maior detalhamento no capítulo sobre o histórico do PNMP). Sendo assim, o processo de mobilização iniciou-se quase que de forma instintiva, e reuniões e protestos começaram a acontecer. Muitos dos surfistas pertenciam a famílias influentes na política carioca e em 1990 foi decretada a APA da Prainha. Mesmo assim, a necessidade de maior organização, que pudesse

garantir a continuidade da política de conservação na área, acabou por levar a criação da associação no ano de 1992 (Fig. 55), o que possibilitou maior representatividade perante os olhos dos órgãos públicos. Passaram a ser ouvidos de maneira institucional e ganharam força ao longo do tempo.

Muitos dos integrantes da atual diretoria são representantes deste grupo de “pioneiros do surf” na Prainha e apresentaram importante papel na luta que levou a criação do Parque Ecológico da Prainha em 1999, assim como, na criação do Parque Natural Municipal da Prainha em 2003. Ouso dizer que, caso não estivessem presentes no momento de grande pressão exercida pela indústria imobiliária no final da década de 1980, talvez, onde hoje encontramos um dos remanescentes florestais mais representativos do município do Rio de Janeiro, pudéssemos encontrar um condomínio de luxo, com o acesso a este recurso reduzido a uma pequena parcela da sociedade.



Figura 55. Logotipo da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=ASAP+Prainha+RJ&um=1&hl=pt> <http://www.feserj.org/site> acessado em 29/12/11).

Atualmente, a postura da ASAP mantém-se em prol da conservação e sustentabilidade do parque. Neste sentido, acredita que unir esforços com a SMAC pode ser interpretado como o melhor caminho, a final, o interesse maior é comum. A ASAP, que possui mais de dois mil sócios, conquistou grande representatividade nos processos de tomada de decisão associados ao funcionamento do parque, fazendo, inclusive, parte do conselho consultivo desta unidade de conservação. Projetos em conjunto são desenvolvidos, como exemplo podemos citar a tentativa de adequação do parque aos pré-requisitos para obtenção do selo “Bandeira Azul”, o que pode trazer benefícios para o parque, assim como, para seus frequentadores.

Ao longo do ano, diversos campeonatos de surfe são organizados pela associação (Fig. 56), onde palanques são montados na faixa de areia. Vale frisar que para a realização destes eventos, todo o processo burocrático para obtenção das autorizações dos diversos órgãos competentes é realizado previamente. Caso as autorizações não sejam fornecidas, os campeonatos não são realizados. Eventos de pequeno, médio e grande porte apresentam potencial para gerar impactos, principalmente no que se refere à produção de lixo, no intuito de minimizar este problema, a ASAP desenvolve atividades de coleta e conscientização com os participantes e espectadores.

O movimento de massa ocorrido em abril de 2010 não alterou significativamente o cronograma de atividades da ASAP, nem reduziu a frequência de visitação dos associados.

Os integrantes da Associação de Surfistas e Amigos da Prainha acabam por funcionar como guardiões da faixa de areia, da pista / estacionamento e de algumas trilhas. Em diversas ocasiões assumem uma postura de reprimir atividades irregulares no interior do parque, por sentirem-se pertencentes a este espaço, acabam por protegê-lo de possíveis ameaças (ex: coíbem churrascos na praia, som alto nos carros estacionados, assaltos, denunciam irregularidades nos processos de filmagens / produções e etc.). São atores de fundamental importância na dinâmica social da área do PNMP.

Este grupo valoriza e preocupa-se com a manutenção da biodiversidade em todos os compartimentos delimitados nesta pesquisa para a área do PNMP, todavia, suas principais áreas de atuação estão na faixa de areia e na área de planície / restinga.

Como conflitos de interesse apresentados, podemos destacar as relações entre ASAP – Especuladores imobiliários / indústria hoteleira (interesses divergentes) e ASAP – Indústria cinematográfica / publicitária e ASAP – frequentadores (interesse convergente, mas com práticas / caminhos diferenciados).



Figura 56. Campeonato “Wave Giant – Prainha Máster 2011”, organizado pela ASAP em julho de 2011 (Foto: Thiago Pereira, 2011).

7.2.5) Entrevista com representantes da indústria cinematográfica, televisiva e publicitária – Questões aplicadas a produtores em atividade no local

A indústria cinematográfica, televisiva e publicitária desempenha importante papel na dinâmica dos jogos sociais presentes no Parque Natural Municipal da Prainha. É um agente que atua neste espaço com alta intensidade. As rotinas de gravações, fotos e outras produções cinematográficas ocorrem quase que diariamente e, como previamente apresentado, por vezes podem ser responsáveis por impactos intensos na paisagem, assim como no cotidiano social de frequentadores e moradores de áreas vizinhas. Sendo assim, a compreensão em relação às visões e práticas apresentadas por estas empresas (grande, médio e pequeno porte) torna-se fundamental para a interpretação do mosaico da paisagem atual do PNMP.

Ao longo do processo de pesquisa, as diversas tentativas formais para solicitação de realização de entrevistas (através de meio digital e telefonemas) com representantes deste setor sequer receberam algum retorno. Frente a esta situação, a estratégia adotada foi a de abordar produtores durante eventos de filmagens / produções em ambas as áreas.

Desta forma, as informações aqui apresentadas foram baseadas no discurso apresentado durante as entrevistas realizadas com seis profissionais responsáveis por toda a logística da produção. Dois destes profissionais são funcionários da Rede Globo, um da Rede Record e um da produtora Cine. Os nomes dos entrevistados não são citados pela postura adotada na pesquisa, assim como por solicitação dos mesmos, fato justificado por não possuírem autorização de superiores diretos para a realização destas entrevistas.

Portanto, não podemos interpretar os dados apresentados como posições oficiais das respectivas empresas. Todavia, são informações provenientes de indivíduos envolvidos diretamente no processo de filmagem / produção (desde a solicitação de autorização até preparação do set), o que, de certa forma, atribui credibilidade às informações, tornando-as pertinentes para as análises propostas neste estudo.

Muitas das informações / reflexões apresentadas neste momento são também pertinentes à problemática encontrada no Parque Natural Municipal de Grumari, porém no PNMG as questões apresentam-se de maneira mais complexa (ex: relação com a comunidade local). Estes pontos são discutidos com maior profundidade nos resultados referentes à Grumari.

Seguindo os questionamentos pré-elaborados (semi-estruturados), através das informações apresentadas nas entrevistas, foi possível perceber que a beleza cênica de ambas as áreas configura-se como a principal razão para a escolha destas locações para as mais variadas produções. Outro fator determinante para a escolha destas áreas está associado à relativa baixa frequência de visitantes (se comparado com praias da orla da zona sul do Rio de Janeiro), o que facilita a logística da realização da filmagem / produção (disposição de câmeras, interdição de vias públicas, áreas de estacionamento e etc).

A reduzida taxa de ocupação nas áreas (no caso do PNMP não são encontrados residentes) possibilita a existência de paisagens com grande quantidade de elementos naturais compondo o mosaico, paisagens que aparentemente “pararam no tempo”. Neste contexto, diversas produções (principalmente cinematográficas) utilizam as orlas de Grumari e da Prainha no intuito de representar um Rio de Janeiro de décadas passadas. Comerciais televisivos também recorrem a esta paisagem “natural” com grande intensidade e é recorrente a presença de ambas as áreas em propagandas de automóveis e cervejas.

Em todas as entrevistas realizadas, ficou claro a preocupação em cumprir de maneira correta todo o procedimento burocrático para obtenção de autorização para realização de filmagens / produções. Muitas vezes, o intenso dinamismo deste setor leva às situações onde o prazo necessário para obtenção de autorização é maior do que o prazo apresentado pelo cliente, pelo roteirista ou pelo diretor. Em ocasiões passadas, grandes empresas tentaram realizar suas produções, mesmo sem autorizações, e foram multadas. No presente momento, é raro encontrar produções de médio e grande porte que sejam desenvolvidas sem que toda a burocracia seja cumprida.

No que concerne às produções de pequeno porte (principalmente fotos), na grande maioria dos casos, as autorizações não são solicitadas, e isto se deve a falta de informação por parte dos responsáveis pela filmagem / foto, que, no geral, desconhecem a necessidade deste processo. Nestas situações, o GDA, ou o próprio gestor impedem a realização destas produções e indicam o caminho correto para obtenção do documento de autorização.

Devemos destacar que a obtenção de autorização para realização da filmagem / produção não significa que tudo correrá dentro do apresentado no momento de solicitação do documento. Em diversos casos, os materiais e estruturas efetivamente utilizados são muito diferentes dos listados nos pedidos. Nestas situações, quando a infração é detectada pela fiscalização, a filmagem / produção é interrompida e, em casos extremos, a empresa pode ser multada.

De maneira geral, apresentaram forte interesse na manutenção da paisagem natural em ambas as áreas (PNMP e PNMG), desejam a continuidade da situação representada por baixa densidade demográfica e escassez de construções ao longo da orla, repudiando as possibilidades associadas à especulação imobiliária. Mas, apesar desta postura, pouco, ou nada, é feito por estas empresas em prol da conservação destas áreas e, em alguns casos, suas atividades podem chegar a gerar grandes impactos (perturbação na flora e na fauna, produção de lixo, construção de estruturas temporárias e etc.). O impedimento da circulação de pessoas e veículos gera insatisfação por parte dos frequentadores e moradores que, muitas vezes, não respeitam as interdições das vias, prejudicando as filmagens / fotos. Apesar destes problemas, os entrevistados não configuraram esta relação (“produção” – frequentador) como negativa ou divergente.

Portanto, nos discursos apresentados, foi possível perceber que a relação com a prefeitura pode ser tensa em momentos de prazos muito curtos para obtenção de

autorizações, assim como, em momentos de fiscalização onde irregularidades são encontradas.

No município do Rio de Janeiro não são cobradas taxas para utilização de espaços públicos como locação para produções cinematográficas / publicitárias, sendo assim, apesar de todo o lucro obtido a partir das imagens realizadas, não existe uma obrigatoriedade legal que leve a necessidade de compensação (financeira) por parte das empresas na utilização destas paisagens, que, neste caso, devem ser interpretadas como recursos naturais.

É bem verdade, que algumas das empresas citadas, como a Rede Globo e a Rede Record, muitas vezes apresentam a iniciativa de oferta de compensação destinada diretamente para a unidade de conservação onde se situa a locação utilizada. Esta prática pode ser interpretada como uma ação em prol da conservação dos ecossistemas nativos, mas, pelo porte destas empresas, valores mais expressivos poderiam ser oferecidos. As contrapartidas também podem ser realizadas em doação de materiais ou investimento em infra-estrutura fixa.

De qualquer forma, mesmo com todos os pontos controversos associados à realização destas produções nas áreas em questão, o fato é que este agente torna-se responsável por intensa divulgação de ambos os parques, situação que pode ser revertida de forma positiva para estas unidades, pois ao contribuir para o aumento da visibilidade, leva ao crescimento no número de visitantes, assim como, a possibilidade de captação de recursos.

O movimento de massa de abril de 2010 pode ser interpretado como um grande impacto negativo na logística de realização das filmagens / produções. Muitas empresas optaram por utilizar áreas litorâneas próximas (ex: praia da Macumba e praia da Reserva), principalmente quando o interesse era Grumari. Vale frisar que o ritmo de gravações / fotos na Prainha não apresentou alterações significativas frente à ocorrência deste evento.

Quanto aos compartimentos delimitados neste estudo (faixa de areia, planície costeira e encosta), este ator apresentou grande interesse nas áreas de planície costeira / Restinga e faixa de areia, onde realiza quase que a totalidade de suas produções.

No Parque Natural Municipal da Prainha, os conflitos de interesse destacados nas entrevistas estão na relação com a SMAC, com a ASAP, com os frequentadores e com as ONGs. É importante destacar que estes conflitos podem ser classificados no

máximo como de média intensidade, pois na maioria dos casos os interesses são convergentes, mas com práticas / caminhos diferenciados.

7.2.6) Entrevista com ONGs e empresas privadas – Questões aplicadas aos representantes destas instituições

Durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, em nenhum momento foi observada a atuação expressiva de ONGs ou empresas privadas nas áreas dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari. Neste sentido, apenas o Instituto Iguazu, o Instituto Atlantis, o Instituto Aqualung (ONGs) a empresa Banani Tour e o Projeto Surf Bus Beach Tour apresentam (ou apresentaram) alguma participação na dinâmica dos interesses diversos presentes na área.

Atualmente, o Instituto Aqualung não desenvolve nenhum projeto, mas mantém o vínculo com a gestão. Já o Instituto Atlantis faz parte do conselho consultivo do PNMP e o Instituto Iguazu oferece estagiários para auxiliar no funcionamento do parque (PNMP). Quanto às empresas, a Banani Tour foi mais presente em momentos passados, tendo inclusive realizado um projeto de sinalização das trilhas (PNMP) no intuito de estimular a atividade turística na área (muitas das placas ainda encontram-se no local). Nos dias atuais, o Surf Bus Beach Tour configura-se como a ação mais marcante, apresentando funcionamento diário, contribuindo para a redução do isolamento geográfica da Prainha (aumentando a acessibilidade) e proporcionando uma maior integração da população em geral com a unidade de conservação em questão.

As informações aqui apresentadas são fruto de entrevistas realizadas em novembro de 2011, com o coordenador geral do Instituto Iguazu e com o idealizador e responsável pelo Surf Bus Beach Tour.

Segundo o coordenador geral do Instituto Iguazu, desde 1998 esta ONG (Fig. 57) desenvolve parcerias em projetos ambientais com a prefeitura, atuando em diversas unidades de conservação do município do Rio de Janeiro, tendo realizado o reflorestamento do canal das tachas, assim como, ações nos Parques Chico Mendes e Marapendi, todos no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Especificamente no PNMP, em momentos passados, a atuação desta ONG foi mais intensa, chegaram a oferecer quatro estagiários presentes diariamente na sede do parque desenvolvendo projetos de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, auxiliando na gestão, recebendo e guiando visitantes, realizando a

manutenção de trilhas e etc. Estes foram períodos em que existiam projetos com “assinaturas” formais da prefeitura, o que funcionava como garantia para execução.

Atualmente não possui parceria formal com a prefeitura em relação ao PNMP, mesmo assim, no ano de 2011 disponibilizou um estagiário para dar suporte a esta unidade de conservação.



Figura 57. Logotipo da ONG Instituto Iguacu – Pesquisa e Preservação Ambiental (Fonte: www.institutoiguacu.com.br/ acessado em 29/12/11).

Uma das grandes críticas apresentadas por ambos os entrevistados está na burocracia existente para a formação de parcerias com o poder público. Informaram haver disponibilidade para investimentos em infra-estrutura provenientes da iniciativa privada, a qual apresenta enorme interesse na área, todavia, estes impedimentos burocráticos impossibilitam a execução de projetos que podem ser determinantes para a manutenção dos ecossistemas nativos.

No caso específico do Surf Bus, o projeto existe há aproximadamente dez anos, já tendo obtido enorme espaço na mídia espontânea televisiva, impressa, digital e de rádio, sendo nacional e internacionalmente conhecido. Ao longo destes anos, diversos foram os patrocinadores, onde podemos destacar inicialmente a empresa Redley (surfware) e, em um segundo momento, a empresa de telefonia Oi, ambas da iniciativa privada. Com a crise econômica mundial de 2008, o projeto acabou por perder o patrocínio e seu idealizador Guanabara manteve o funcionamento do serviço utilizando recursos financeiros pessoais. Em 2010 conseguiu o patrocínio da empresa Petrobrás, estatal que vem investindo massivamente no surfe Brasileiro (ex: Projeto Petrobrás nas Ondas, Patrocinador do Circuito Brasileiro de Surfe masculino e feminino, Petrobrás Longboard, apoio a projetos do surfista Rico de Souza e etc.), o que garantiu a oferta atual do serviço (Fig. 58).

As relações apresentadas com os diferentes atores que atuam nesta área, no geral, são positivas, onde o interesse final está na conservação dos ambientes naturais. As únicas relações conflitantes encontram-se associadas à indústria cinematográfica /

televisiva, que, como citado anteriormente, apesar de apresentar interesse na conservação da paisagem atual, acaba por realizar diversos impactos ambientais durante suas produções, passando a ser alvo de críticas por parte das ONGs. Esta relação pode ser classificada como um conflito de média intensidade.

A segunda questão divergente refere-se ao conflito de interesse no que concerne às práticas de especulação imobiliária, assim como aos planos de expansão urbana desenvolvidos pelas indústrias de construção civil e do turismo (hoteleira) para as áreas do PNMP e PNMG. Sendo assim, classificaram este conflito como de alta magnitude.

Apresentaram interesse nos três compartimentos destacados neste trabalho, mas, até o presente momento, a maior atuação se deu nas áreas de restinga e encosta por parte das ONGs e na faixa de areia, por parte das empresas (especificamente o projeto Surf Bus Beach Tour).

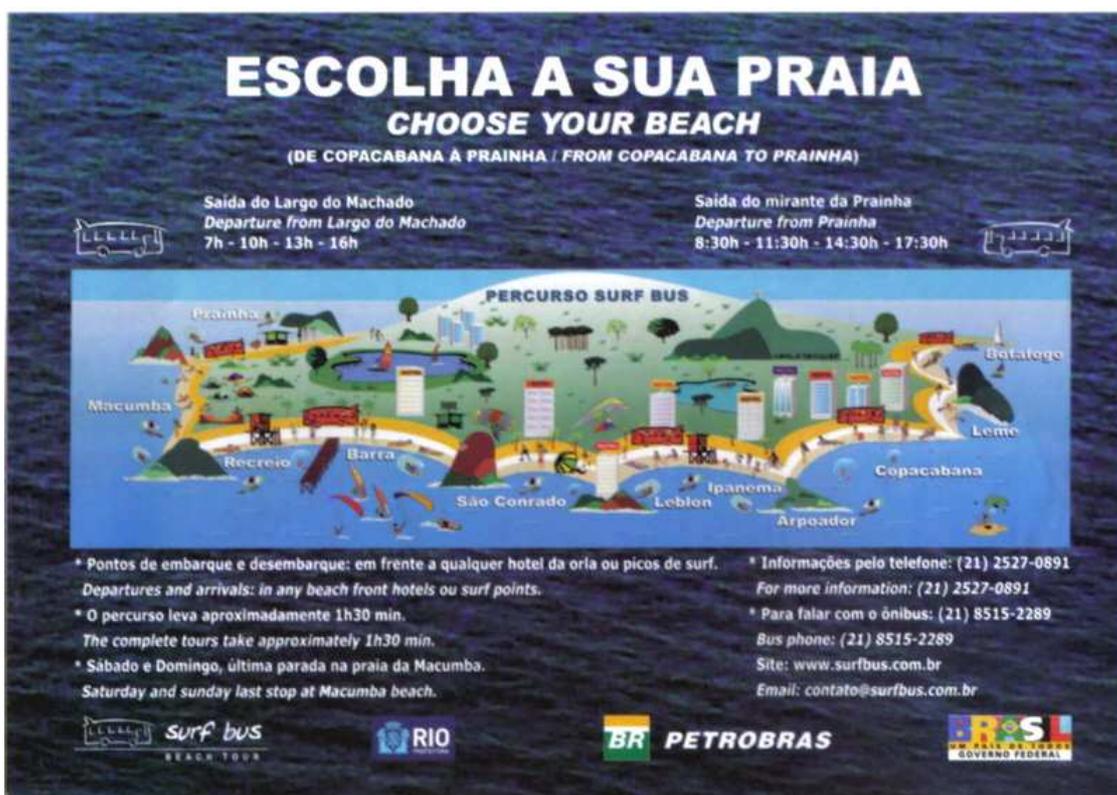


Figura 58. Folder informativo do Surf Bus Beach Tour (Fonte: Fornecido por Antonio Carlos Guanabara e escaneado por Thiago Pereira).

Como propostas, o Instituto Iguazu oferece a criação de cursos e oficinas de educação ambiental, a possibilidade de enviar mais estagiários, de realizar o levantamento de fauna e flora (inventário), assim como de melhorar a infra-estrutura do

parque atraindo novos investimentos. Mas informou que a prefeitura deve auxiliar como facilitadora neste processo (reduzindo as burocracias).

O cenário aqui apresentado é similar ao encontrado no Parque Natural Municipal de Grumari, com o agravante de no segundo não termos uma sede em efetivo funcionamento, ou seja, apesar da estrutura existir, não é utilizada para esta função, além do fato de não haver pessoal qualificado para receber o visitante. O Surf Bus também não inclui a praia de Grumari em seu itinerário, e o principal argumento está associado ao problema de vagas de estacionamento e grande quantidade de veículos. Ainda em relação ao PNMG, o coordenador geral do Instituto Iguaçu destacou de forma enfática, que qualquer projeto que seja desenvolvido nesta área deve inserir, de alguma forma, a comunidade local. Mas o fato é que no presente momento, muito mais poderia ser realizado por estes agentes, caso as burocracias para realização de parcerias entre ONGs, setor público e privado pudessem apresentar maior agilidade e transparência.

7.2.7) Espacialização dos Principais Atores que Atuam no Parque Natural Municipal da Prainha

A partir das pesquisas bibliográficas, levantamentos em órgãos públicos e entrevistas em trabalhos de campo foi possível a identificação dos diferentes agentes que atuam na área do Parque Natural Municipal da Prainha, o que nos permitiu a elaboração de uma imagem para tentar ilustrar as áreas / compartimentos específicos de interesse destes atores neste espaço (Fig. 59)

Atores e Interesses no Parque Natural Municipal da Prainha - RJ

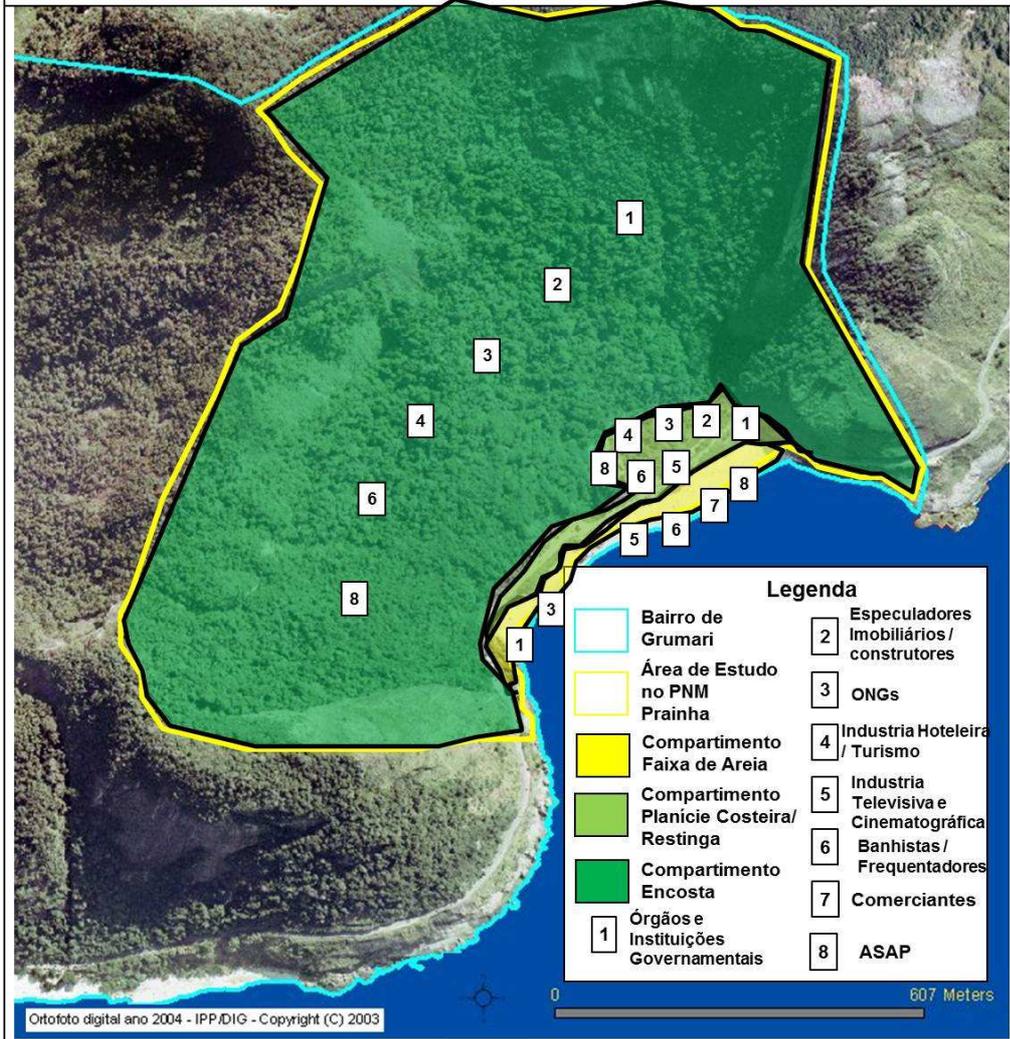


Figura 59. Atores e interesses no PNM da Prainha (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

7.2.8) Matriz de Conflitos de Interesse no PNM da Prainha

Os resultados apresentados nesta seção podem ser interpretados como uma alternativa para melhor visualização das informações obtidas através da realização das entrevistas com os diferentes atores, que de alguma maneira influenciam (ou podem influenciar) na dinâmica de alteração do mosaico da paisagem do Parque Natural Municipal da Prainha. Sendo assim, existe a tentativa de quantificação das diferentes visões e interesses apresentados pelos agentes identificados e espacializados ao longo do processo de pesquisa.

As matrizes apresentadas (Figs. 60, 61 e 62), assim como as tabelas (1, 2 e 3) e gráficos (1, 2 e 3) gerados com base nas mesmas, permitem uma quantificação mínima destas informações, o que nos possibilitou comparar com mais nitidez as variações encontradas entre os diferentes compartimentos (faixa de areia, planície costeira / restinga e encosta) no que concerne a presença de interesses convergentes; Interesses convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados e; Interesses Divergentes. Os resultados são apresentados em percentuais.

É importante frisar que esta quantificação, inevitavelmente, acaba por generalizar algumas questões particulares, trabalhadas com mais profundidade na seção anterior, mesmo assim, esta alternativa de tratamento dos dados obtidos pode auxiliar na visualização das discussões já realizadas, possibilitando, de forma abrangente, a classificação dos compartimentos quanto à quantidade e intensidade de conflitos presentes.

Matriz de Conflitos de Interesse entre os Diferentes Agentes no Parque Natural Municipal da Prainha –
Faixa de Areia

Faixa de Areia Prainha	Secretaria de Meio Ambiente	ONGs	Indústria Cinematográfica	Frequentadores /Banhistas	Comerciantes (quiosques e restaurantes)	ASAP
Secretaria de Meio Ambiente						
ONGs						
Indústria Cinematográfica						
Frequentadores /Banhistas						
Comerciantes (quiosques e restaurantes)						
ASAP						

 Interesses Convergentes
 Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados
 Interesses Divergentes

Figura 60. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal da Prainha – Faixa de areia.

Tabela 1. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMP.

PNMP	Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Faixa de Areia	57,14	38,10	4,76

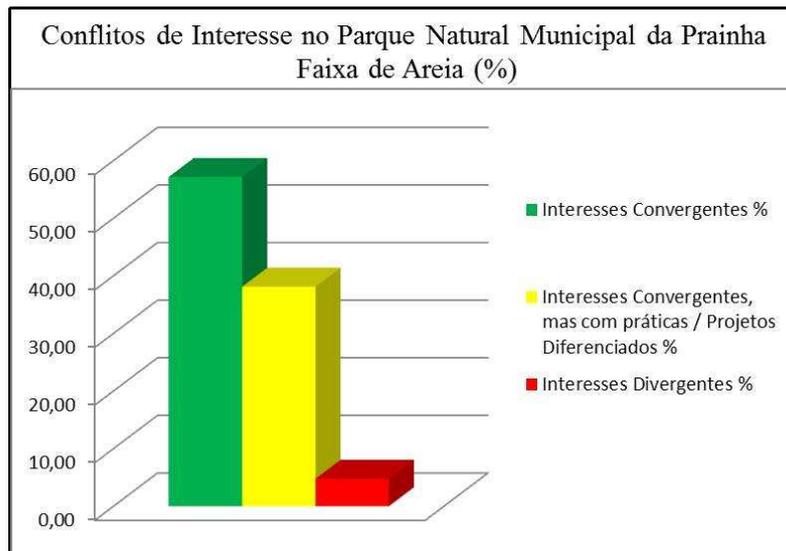


Gráfico 1. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMP.

Matriz de Conflitos de Interesse entre os Diferentes Agentes no Parque Natural Municipal da Prainha – Planície Costeira / Restinga

Planície Costeira / Restinga - Prainha	Secretaria de Meio Ambiente	Especuladores Imobiliários / Construtoras	ONGs	Indústria Hoteleira / Turismo	Indústria Cinematográfica	Frequentadores /Banhistas	ASAP
Secretaria de Meio Ambiente	●	●	●	●	●	●	●
Especuladores Imobiliários / Construtoras		●	●	●	●	●	●
ONGs			●	●	●	●	●
Indústria Hoteleira / Turismo				●	●	●	●
Indústria Cinematográfica					●	●	●
Frequentadores /Banhistas						●	●
ASAP							●

- Interesses Convergentes
- Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados
- Interesses Divergentes

Figura 61. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal da Prainha – Planície Costeira / Restinga.

Tabela 2. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMP.

PNMP	Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Planície Costeira / Restinga	39,29	25,00	35,71

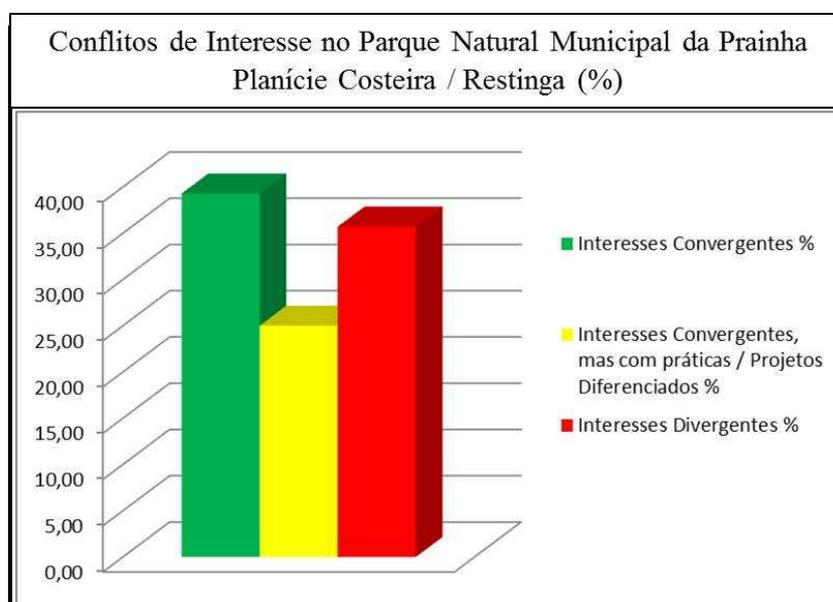


Gráfico 2. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMP.

Matriz de Conflitos de Interesse entre os Diferentes Atores no Parque Natural Municipal da Prainha –

Encosta

Encosta - Prainha	Secretaria de Meio Ambiente	Especuladores Imobiliários / Construtoras	ONGs	Indústria Hoteleira / Turismo	Frequentedores /Banhistas	ASAP
Secretaria de Meio Ambiente						
Especuladores Imobiliários / Construtoras						
ONGs						
Indústria Hoteleira / Turismo						
Frequentedores /Banhistas						
ASAP						

 Interesses Convergentes

 Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados

 Interesses Divergentes

Figura 62. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal da Prainha – Encosta.

Tabela 3. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMP.

PNMP	Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Encosta	47,62	14,29	38,10

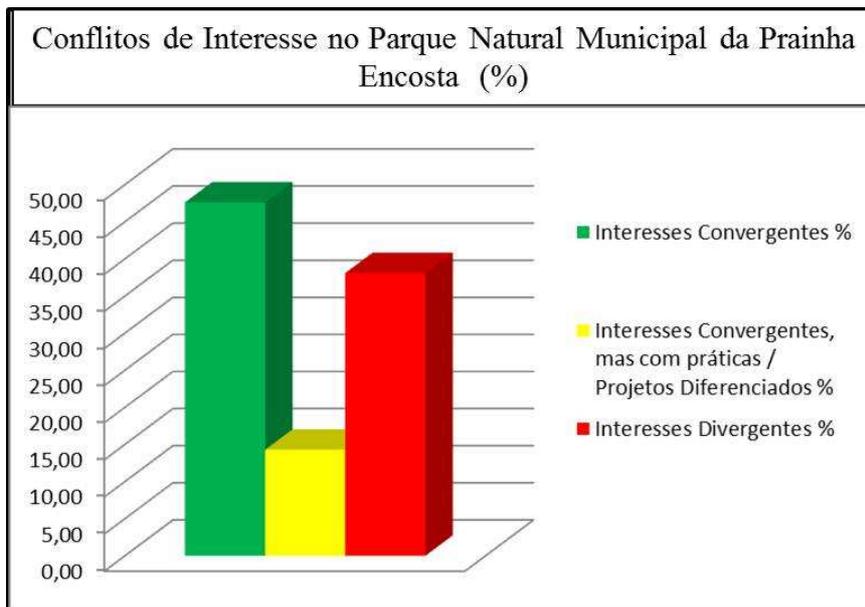


Gráfico 3. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMP.

A partir dos percentuais encontrados para cada tipologia de interesse presente nos diferentes compartimentos da paisagem definidos nesta pesquisa, buscou-se também calcular os valores percentuais médios de interesses convergentes, interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados e, interesses divergentes no Parque Natural Municipal da Prainha, com os quais foram gerados a tabela 4 e o gráfico 4. Neste sentido, existe a tentativa de visualização do comportamento destes diferentes compartimentos frente aos valores médios encontrados para o parque como um todo.

Tabela 4. Valores Médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP.

PNMP		Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Faixa de Areia		57,14	38,10	4,76
Planície Costeira / Restinga		39,29	25,00	35,71
Encosta		47,62	14,29	38,10
	Média	48,02	25,79	26,19
Total PNMP	Desv. P	8,94	11,92	18,60
	CV %	18,61	46,23	71,00

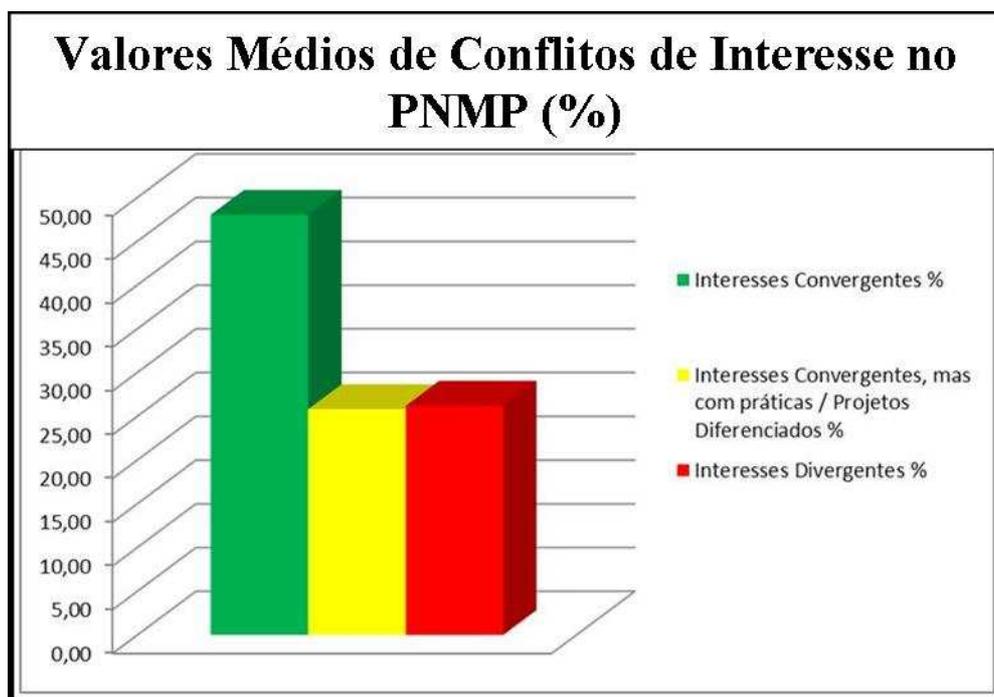


Gráfico 4. Valores médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP.

De acordo com a tabela 4, assim como com o gráfico 4, no que se refere ao compartimento Faixa de Areia, podemos notar que, no geral, os valores associados aos

interesses convergentes (57,14%), assim como, aos interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (38,10%), são bem superiores aos valores médios encontrados (47,62% e 14,29% respectivamente). Já em relação aos interesses divergentes, ao contrário dos casos anteriores, apresentam valor (4,76%) muito inferior ao valor médio (38,10%), evidências que nos levam a crer, que este é um compartimento com baixa intensidade de conflitos de interesse, apesar de possuir grande quantidade de atores presentes.

No que tange o compartimento Planície Costeira/ Restinga, notamos que os valores de interesses convergentes (39,29%) estão abaixo da média encontrada (48,02%). Já os valores de interesse convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (25,00%) estão muito próximos da média (25,79%), enquanto os interesses divergentes (35,71%) superam os valores médios (26,19%). Estes dados evidenciam um compartimento com maior intensidade de conflitos de interesse se comparado com a Faixa de Areia.

No compartimento Encosta, podemos notar valores de interesses convergentes (47,62%) bem próximos a média (48,02%), valores de interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (14,29%) inferiores a média (25,79%) e valores de interesses divergentes bem superiores aos percentuais médios encontrados para o PNMP (26,19%). Estes dados permitem interpretar um comportamento similar ao compartimento Planície Costeira/ Restinga, mas com maior intensidade de interesses divergentes. Vale destacar que, em todos os casos, os coeficientes de variação não apresentam valores significativos.

7.2.9) Intensidade de Conflitos por Compartimentos no PNM da Prainha

Nesta etapa, a proposta foi utilizar os valores associados à presença de interesses divergentes, o que pode configurar situação de conflito. Desta forma, bandas (faixas) foram criadas para delimitar os diferentes graus de intensidade destes conflitos.

Sendo assim, compartimentos com menos de 20% de interesses conflitantes foram classificados como áreas com baixa intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 21% e 40% foram classificados como áreas com baixa / média intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 41% e 60% foram classificados como áreas com média intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 61% e 80% foram classificados como

áreas com média / alta intensidade de conflitos de interesse e; compartimentos com valores de interesses divergentes a cima de 80% foram considerados como áreas com alta intensidade de conflitos. Estas informações podem ser percebidas com mais clareza na figura 63.

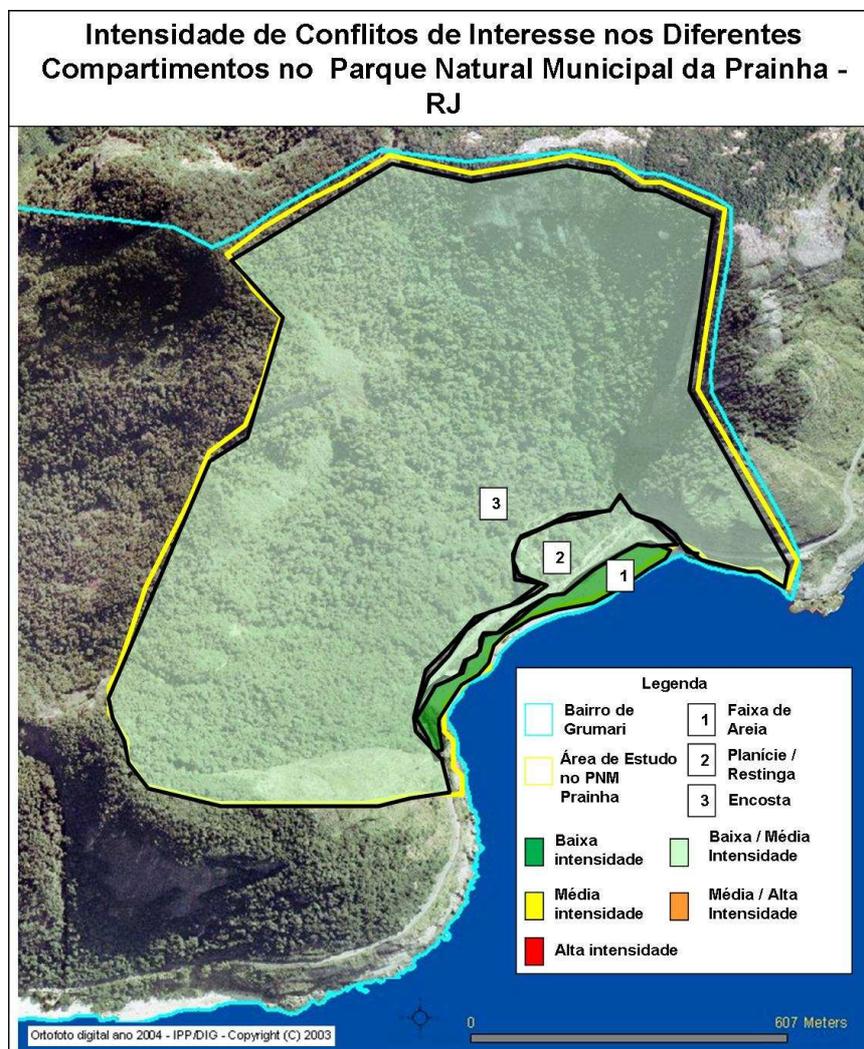


Figura 63. Intensidade de Conflitos de interesse nos diferentes compartimentos do PNMP (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

No compartimento faixa de areia, podemos notar grande presença de interesses convergentes (57,15 %) e Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (38,10 %), assim como, um número muito baixo de interesses divergentes (4,76 %), o que nos leva a crer que esta área está isenta de conflitos, todavia, na prática, a maior parte dos problemas materializados no espaço está nesta faixa, assim como na planície costeira / restinga (Av. Estado da Guanabara e estacionamento), onde a presença de interesses divergentes corresponde a 35,71 % das

relações. Apesar dos interesses dos diferentes atores serem, de alguma forma, convergentes, as práticas desenvolvidas, principalmente pelos comerciantes (produção de alimentos de maneira ilegal) e pelos frequentadores, (trânsito e estacionamento caótico, churrascos, poluição sonora, produção de lixo e etc.) resultam em uma postura de constante repressão por parte da SMAC-RJ, o que pode ser interpretado como conflito. Logo, este compartimento pode ser classificado como de baixa / média intensidade de conflitos de interesse.

Em contrapartida, o maior percentual de interesses divergentes encontrado nas encostas (38,10 %) corresponde principalmente à visão dos especuladores imobiliários, que está associada a uma busca por maior flexibilidade nos usos permitidos para a área em questão. Estes objetivos encontram impedimentos legais para serem concretizados, portanto, os interesses conflitantes permanecem na esfera de pressão política para a alteração da legislação vigente, não se materializando no espaço, o que leva, na prática, a uma aparente ausência de conflitos neste compartimento, apesar dos valores mostrarem o contrário, sendo assim, também pode ser classificado como de baixa / média intensidade de conflitos de interesse.

De qualquer forma, um fator, que pode ser interpretado como grande responsável pela presença de uma quantidade reduzida de conflitos aparentes em toda a área abordada está no fato da questão fundaria ser resolvida em toda a área do Parque Natural Municipal da Prainha, processo que foi realizado em um momento prévio a criação (por decreto) do parque. Esta prática deveria ser tomada como exemplo na elaboração e desenvolvimento de novas unidades de conservação (independente da categoria a qual pertença), pois com isso tornam-se muito maiores as possibilidades de uma gestão efetiva.

7.3) Levantamentos e Inferências sobre Conflitos de Interesse Presentes no Parque Natural Municipal de Grumari

De maneira similar aos resultados apresentados para a área do PNMP, aqui também são apresentadas algumas inferências realizadas a partir das entrevistas desenvolvidas com os principais atores identificados nesta área. As informações relativas às entrevistas semiestruturadas, também foram apresentadas através de texto contínuo, onde já estão inseridas observações do pesquisador. A partir dos resultados gerados com a aplicação dos questionários fechados, gráficos, tabelas e matrizes foram elaboradas.

Desta forma, como resultados da pesquisa desenvolvida no Parque Natural Municipal de Grumari, podemos destacar: o resgate do processo histórico de ocupação da área; a produção do mapa de uso do solo do PNMG; a identificação e espacialização dos diferentes atores e interesses na área (por compartimentos), assim como os resultados das entrevistas realizadas, que possibilitaram inferências quanto aos conflitos de interesse presentes (matriz de conflitos de interesse nos diferentes compartimentos) e geração de mapa de intensidade de conflitos por compartimento.

7.3.1) Informações sobre o Histórico de Ocupação de Grumari

A partir das pesquisas realizadas na reduzida bibliografia sobre o histórico de ocupação da área de Grumari e com base nos relatos apresentados nas entrevistas desenvolvidas com os diferentes atores, foi possível elaborar um resgate histórico dos principais acontecimentos que contribuíram para a formação do mosaico da paisagem geográfica que hoje pode ser encontrada neste local.

As paisagens são dinâmicas, assim como a atuação dos diferentes atores que podem influenciar na estruturação, na funcionalidade e nas relações dos elementos presentes no mosaico. Entender os processos históricos é fundamental.

Nesta etapa, a intenção é apresentar um panorama geral, as particularidades dos processos relativos a cada agente destacado são discutidas com mais profundidade nas seções referentes aos mesmos. Vale lembrar que as informações contidas no capítulo sobre a área de estudo podem ser úteis para complementar este resgate.

Como já discutido anteriormente, na ocasião do casamento de D. Victória (Correa) de Sá com D. Luis de Céspedes Y Xeria, esta recebeu as terras de Vargem

Grande, dentre outras, como dote de seu pai Gonçalo Correa de Sá. Em 1667, após a morte de seu marido, D. Victória (sem filhos) elaborou um testamento onde destinava uma grande quantidade de terras ao sul do Rio de Janeiro (onde estava incluída a chamada Fazenda Vargem Grande) aos Beneditinos e, neste mesmo ano ocorreu seu falecimento (SALVATERRA, 2011).

Segundo Manuel Castelar Salvaterra (2011), a área da chamada Fazenda Vargem Grande incluía terras de Jacarepaguá à Guaratiba, onde encontramos as Vargens (Grande e Pequena), Grumari, Prainha e Pontal. Durante o período em que foram propriedade dos Beneditinos, o sistema de uso do solo para a maior parte da área estava baseado em arrendamento de parcelas. No ano de 1797, um inventário realizado pelos monges declarava a existência de 25 arrendatários na Fazenda da Vargem e estas terras estavam localizadas principalmente nas áreas de Grumari e Prainha. Afirma ainda que durante o período de arrendamentos regulares, a terra foi ocupada por lusos continentais, açorianos e seus descendentes brasileiros e trabalhada com produção de gêneros, anil e depois café.

Este autor evidencia o fato de existirem inúmeros contratos particulares que não estão no Livro Tombo dos Beneditinos e que não foram copiados / impressos, aos quais o mesmo não teve acesso.

Relatos e documentos ilustram que alguns dos produtores de café da área do Grumari, mesmo sendo arrendatários, ostentavam grande riqueza como no seguinte trecho referente a Manoel de Campos e Azevedo (um dos arrendatários de terras em Grumari):

“Quando testou, em 1818, seu monte-mor estava avaliado em 80 contos de réis; muita coisa para quem não possuía terras e fazia suas instalações de forma precária nas terras arrendadas. A Fazenda da Guaratiba tinha casa-grande no Grumari, com dois pisos, móveis em jacarandá, serviços em prata, cerca de doze escravos no serviço da casa, cerca de 160 escravos no total da fazenda, ‘professor de primeiras letras’ para os filhos do senhor...”

(SALVATERRA, Manuel Castelar Jamardo, Anotações sobre a ocupação de Grumari / Guaratiba no século XVIII, p. 02).

Francisco Alves Siqueira em seu livro “Os Mistérios do Grumari” (1997) destaca João Caldeira de Alvarenga, sua esposa Deolinda Maria de S. Rita e Jacintho Telles Barbosa como pioneiros na exploração desta área. Todavia, segundo

SALVATERRA (2011), Deolinda, nascida por volta de 1813/1814 em Grumari, é neta de André Luiz Guimarães, um dos arrendatários que já vivia na área desde meados do século XVIII. Quanto a João Caldeira de Alvarenga, este só teria chegado em Grumari por volta de 1820 e Jacintho Telles Barbosa só se estabelece em 1855.

Desta forma, apesar da escassez de informações sobre este período, fica evidente que, ao longo do século XVIII, esta área já apresentava altas taxas de ocupação e produtividade, gerando grandes riquezas para os arrendatários.

“A partir do Século XVIII, com sua ocupação, começou a produzir muita mercadoria.

De início, a terra começou a ser explorada por posseiros e, mais tarde, partes do seu território, por senhores de engenho, dentre eles Deolinda Maria de Santa Rita, João Caldeira de Alvarenga, Jacinto Barboza e Francisco das Chagas.

O local passou a denominar-se Fazenda do Grumari.”

(SIQUEIRA, Francisco Alves, Os Mistérios do Grumari, p. 15).

Índios Tupis que viviam na região foram influenciados pelo estilo de construção dos africanos, sendo assim, passaram a viver em casebres de pau-a-pique. As varas necessárias para estas construções (e também utilizadas para elaborar flechas e castigar escravos) eram provenientes da vegetação denominada pelos índios de Grumarim (*Esembeckia rigida* - Rutaceae), e era abundante na área entre o Recreio dos Bandeirantes e Barra de Guaratiba. O nome Grumari deriva, portanto, de Grumarim que originalmente significa “madeira amarela, pouco porosa, substituindo o buxo – serve para xilografia e bengala; aquilo que gera varíola ou urticária, coceira – sarna má” ou coisa má (SIQUEIRA, 1997).

“A atividade no Grumari era tão intensa e controlada que a produção atingia níveis elevados de produtos colhidos e distribuídos entre os consumidores, tanto assim que num formal de partilha do inventário de Deolinda Maria de Santa Rita e João Caldeira de Alvarenga, processado em 1846, foram avaliados entre outras plantações 40 mil pés de café (...) Tem-se conhecimento também que existiam mais de 40 fábricas de farinha de mandioca (farinha de roça como diziam), tudo feito pelo processo manual, usando roda, cocho, prensa, tipiti, forno, pá, rodo etc (...) um povoado alegre e festeiro, onde danças típicas da época, como o Xote e a Mazurca, eram improvisadas. Porém, a ciranda e a batucada predominavam (...) em 1888 foi criada uma Escola Municipal e uma Agência de Correio e em 1895 já eram duas escolas, sendo que na

Fazenda do Grumari Grande as aulas eram ministradas pela própria dona Mafalda Teixeira de Alvarenga”.

(SIQUEIRA, Francisco Alves, Os Mistérios do Grumari, p. 17).

Esta estrutura fundiária baseada em grandes propriedades, onde era possível destacar os fazendeiros Jacinto Barbosa, João Caldeira de Alvarenga, Francisco Chagas e quatro pequenos sítios, perdurou até pouco depois do período monárquico.

Grumari apresentava-se como importante ponto de escoamento da produção agrícola da região para o Rio de Janeiro, o transporte era realizado através de canoas e pequenas embarcações, que levavam os produtos produzidos para as áreas centrais (café, farinha, mandioca e peixe) e retornavam com produtos manufaturados para os habitantes locais. Esta situação durou até 1890, quando a construção do Ramal Ferroviário de Santa Cruz possibilitou uma alternativa mais eficiente para o escoamento da produção. Com o passar do tempo, as antigas áreas de plantio de café, mandioca e frutos diversos, (além das tradicionais culturas de subsistência) passaram a ser ocupadas pela monocultura da banana (BARROS & ANDRADE, 2001). Evidências deste período são encontradas com frequência pelos habitantes locais (Fig.64), principalmente na área próxima a chamada “Pedra dos Escravos” (esta localidade possui importante papel no imaginário local e este tema é discutido com mais profundidade na apresentação dos resultados referentes à comunidade de Grumari).

Já no século XX, as terras foram perdidas pelos Beneditinos para o Banco de Crédito Móvel (hipoteca), que passou a arrendar glebas (ENGEMANN, 2005). Segundo informações obtidas em entrevista realizada com um dos grandes proprietários de terras em Grumari, um conflito iniciou-se neste momento, onde os herdeiros dos antigos arrendatários dos Beneditinos (principalmente a família Caldeira de Alvarenga) apresentaram grande insatisfação por as terras não terem sido oferecidas a eles antes da oferta ao Banco de Crédito Móvel. Por meio de ações judiciais, os Caldeira de Alvarenga ganharam a propriedade da terra através do *uso capião* e fizeram um acordo de reconhecimento mútuo com o Banco de Crédito Móvel que também passou a ser proprietário de terras na região.



Figura 64. Evidências de ocupação durante o século XVIII encontradas pelos habitantes locais do PNM de Grumari (Fotos: Claudinéia, 2011).

Até os anos de 1960, o êxodo rural deixou a área de Grumari com baixa densidade demográfica, situação bem diferente de seu período “áureo” de alta produtividade agrícola, com isso, a maior parte da infra-estrutura e serviços (como escola e correio) também acabaram por desaparecer.

A dificuldade de acesso ao litoral também foi um importante fator que levou ao isolamento da área. Somente com a abertura da Av. Estado da Guanabara na década de 1970, ligando o Recreio dos Bandeirantes com Barra de Guaratiba (pelo litoral), é que as áreas da Prainha e Grumari passaram a ter mais visibilidade e a serem mais procuradas pelos banhistas. Neste contexto, surgiram novos proprietários de terras que as adquirem de antigos herdeiros do período anterior. Estes novos proprietários se tornarão importantes atores na configuração da paisagem, assim como figuras representativas nos conflitos de interesse encontrados nos dias atuais.

Neste período também podemos destacar o Condomínio Grumari (configurado nas glebas 1, 2 e 3 do PAL² nº 16.686), empreendimento realizado pelo Banco Halles, que, mesmo sem um projeto aprovado pela prefeitura, vendeu cotas para proprietários,

² Projeto aprovado de loteamento

os quais não sabiam a localização exata de seus terrenos, que corresponderiam a 1000m² na área do ecossistema de restinga (Fig. 65). A dificuldade na localização dos proprietários acabou por tornar a situação fundiária complexa e ainda não finalizada.



Figura 65. Demarcação do plano em “grelha” na área de restinga onde seria construído o Condomínio Grumari (fonte: Google Earth, 2010).

As informações referentes aos logradouros, que compõem o plano em grelha na área de restinga, podem ser encontradas em algumas bases de dados como exposto na figura 66. Algumas vias chegaram a ser abertas no período inicial do empreendimento, mas, como o projeto não evoluiu, o processo de sucessão florestal possibilitou a recuperação vegetal nas áreas impactadas. Na atualidade, estes logradouros não existem na paisagem real, o que encontramos são apenas algumas “picadas” (trilhas como o “Caminho do Padre”), que conectam a área da comunidade de Grumari à orla.

É importante destacar que esta faixa remanescente de vegetação de restinga apresenta-se como uma das mais significativas do município do Rio de Janeiro (FREITAS, 2003).

Neste contexto, o Decreto Municipal nº 834, de 31/01/77 “Aprova o projeto de urbanização, alinhamento e loteamento da área do Grumari”, onde constavam Lotes Residenciais Unifamiliares: 1.548; Lotes Residenciais Multifamiliares: 106; Lotes Comerciais: 87 e; Lotes Institucionais: 11; distribuídos da faixa litorânea até a cota 100 das encostas dos morros do Grumari, da Faxina e da Boa Vista. Vale ressaltar que neste projeto não foram respeitados os traçados dos logradouros então existentes no local (Estrada do Grumari, Avenida Prof^ª. Francisca Caldeira, Largo Francisco Caldeira

de Alvarenga e Rua Santa Beatriz), nem a presença dos corpos hídricos da região. Sendo assim, 28 lotes estariam sobre o espelho d'água da Lagoa Feia, assim como, sobre os leitos dos rios do Mundo e das Almas. A efetiva aplicação deste projeto geraria impactos ambientais de grande magnitude nesta área (BARROS & ANDRADE, 2001).

Segundo informações obtidas em entrevista realizada com um comerciante local (proprietário de quiosque e presente na área desde 1986), com a maior procura por freqüentadores, comerciantes foram então atraídos para a região, onde podemos destacar a figura do Sr. Almir (Fig. 66), um dos pioneiros na atividade comercial na orla de Grumari, o qual instalou-se ainda na década de 1960 (proprietário do estabelecimento que se transformou no Restaurante Flor do Grumari, já falecido). Neste período, diversos trailers também se instalaram na área, chegando a um total de 59.



Figura 66. Foto do Sr. Almir, um dos comerciantes pioneiros na orla de Grumari (Foto: Acervo Carlinhos).

No ano de 1985, o Governo Estadual através da Secretaria Estadual de Ciência e Cultura, com a Resolução nº 11, de 11/04/85 em ato de 22/03/1985, estabeleceu o tombamento da região litorânea de Grumari. Segundo informações orais apresentadas por um dos maiores proprietários fundiários no local, é provável que esta ação de tombamento da área possa estar relacionada a conflitos de interesse de uso pessoal da área da praia Pequena (entre Grumari e Barra de Guaratiba) por parte do então Governador Brizola, que ao não conseguir utilizar esta área de acordo com seus interesses (por resistência dos proprietários) acabou por realizar o tombamento de toda a área do Grumari. Desta forma, os proprietários também seriam impedidos de concretizar seus interesses e empreendimentos. Vale destacar que, caso este fato seja realmente verídico, esta ação não “prejudicou” apenas os proprietários da área em questão, mas também todos os outros proprietários de Grumari, que tiveram as suas possibilidades de

atividades reduzidas. Ainda em 1985 saiu o Decreto nº 5.467, de 13/11/85 que estabelecia “critérios de parcelamento, uso e ocupação para a área tombada da Praia de Grumari”, o qual foi revogado pelo Decreto nº 5.591, de 16/12/85. (BARROS & ANDRADE, 2001).

No ano de 1986, o Governo Municipal, através da Lei nº 944, de 30/12/86 “constitui o bairro de Grumari em área de proteção ambiental (APA)”. Neste momento a área original do tombamento foi ampliada. O Decreto nº 11.849, de 21/12/92 Regulamenta a lei e dá outras providências, das quais podemos destacar o art. 4º onde são estabelecidas as seguintes zonas para efeito de zoneamento: I - Zona de Vida Silvestre (ZVS) constituída de: a) Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS); b) Zona de Conservação da Vida Silvestre 1 (ZCVS-1); c) Zona de Conservação da Vida Silvestre 2 (ZCVS-2); II - Zona de Ocupação Controlada 1 (ZOC-1); III - Zona de Ocupação Controlada 2 (ZOC-2); IV - Zona de Ocupação Controlada 3 (ZOC-3); V - Zona de Ocupação Controlada 4 (ZOC-4) (Fig. 67) (TCMRJ, 2005).

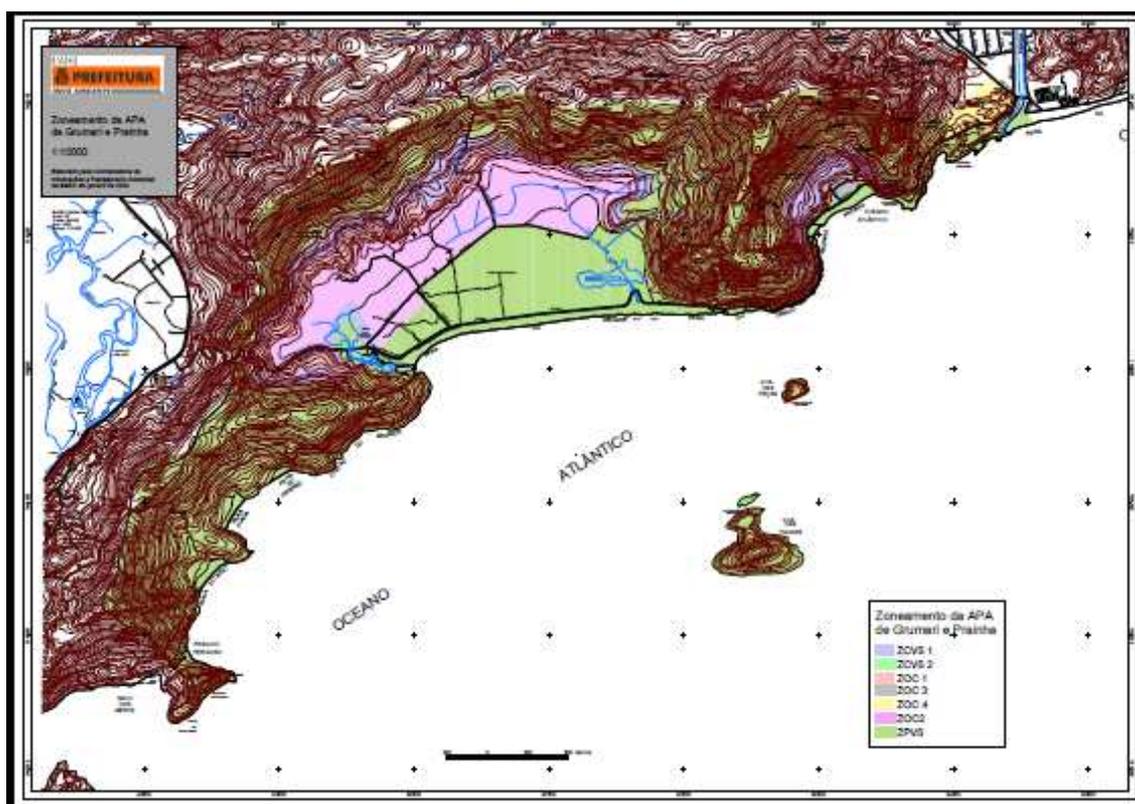


Figura 67. Mapa do Zoneamento da APA de Grumari e Prainha (Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro - SMAC).

O Decreto nº 13.664, de 09/02/95 “Revoga o Decreto nº 834, de 31/01/77 e, na segunda metade da década de 1990, foram iniciadas as obras de urbanização da orla de

Grumari e Prainha visando à adequação às condições previstas no Decreto Municipal 11.849 de 21/12/92. Neste projeto constavam modificações na Av. Estado da Guanabara (que passou a ser de paralelepípedo para permitir maior infiltração de água no solo, assim como, reduzir a velocidade dos veículos), construção de uma pista lateral de saibro (ciclistas e pedestres) (Fig. 68), construção de uma praça na área do antigo Restaurante "Flor de Grumari" (demolido no ano de 1997, no governo do prefeito César Maia); criação de vagas de estacionamento, instalação de placas de sinalização ecológica e construção de quiosques padronizados (projeto Rio-Orla Ecológico) (TCMRJ, 2005).



Figura 68. Av. Estado da Guanabara e pista lateral de saibro (ciclistas e pedestres) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

No ano de 1998 a luz elétrica chegou a alguns pontos de Grumari, incluindo a comunidade de agricultores, algumas grandes propriedades particulares, a colônia de pescadores, assim como alguns estabelecimentos comerciais.

O Parque Natural Municipal de Grumari foi criado em 02 de julho de 2001 (Decreto Municipal nº 20.149 de 02/01), estando sua área inserida dentro dos limites da APA criada em 1986. A legislação que criou o PNMG tornou o uso da área muito mais restritivo, pois conforme o § 4º do art. 11 da Lei 9985/2000, nos municípios, os Parques Naturais Municipais são classificados como Parques Nacionais em relação às UC's.

Neste momento, o interesse da prefeitura era restringir a ocupação urbana local visando à efetiva preservação da área em questão. No ano de 2002 foi inaugurado no local um horto para produção de mudas (da prefeitura), o qual utiliza mão-de-obra local (comunidade de moradores do Grumari). Em princípio, a edificação construída nesta área funcionaria como a sede do PNMG e, de fato, diversas reuniões com a comunidade, SMAC, colônia de pescadores e associações (surfistas) já foram realizadas no local.

Uma questão relevante, que merece destaque, é o fato de Grumari nunca ter deixado de ser habitado. Na atualidade, podemos encontrar uma comunidade residente na área de restinga / transição para encosta (Fig. 69), a qual alega ser descendente de antigos habitantes do Grumari, alguns ainda do tempo dos Caldeira de Alvarenga, mas registros não são encontrados / apresentados. Esta comunidade, representada pela Associação de Moradores e Agricultores do Grumari, possui aproximadamente 230 moradores distribuídos em 52 casas, sendo o cultivo de mudas ornamentais a principal atividade econômica realizada, seguida pela participação no projeto Mutirão – Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro.

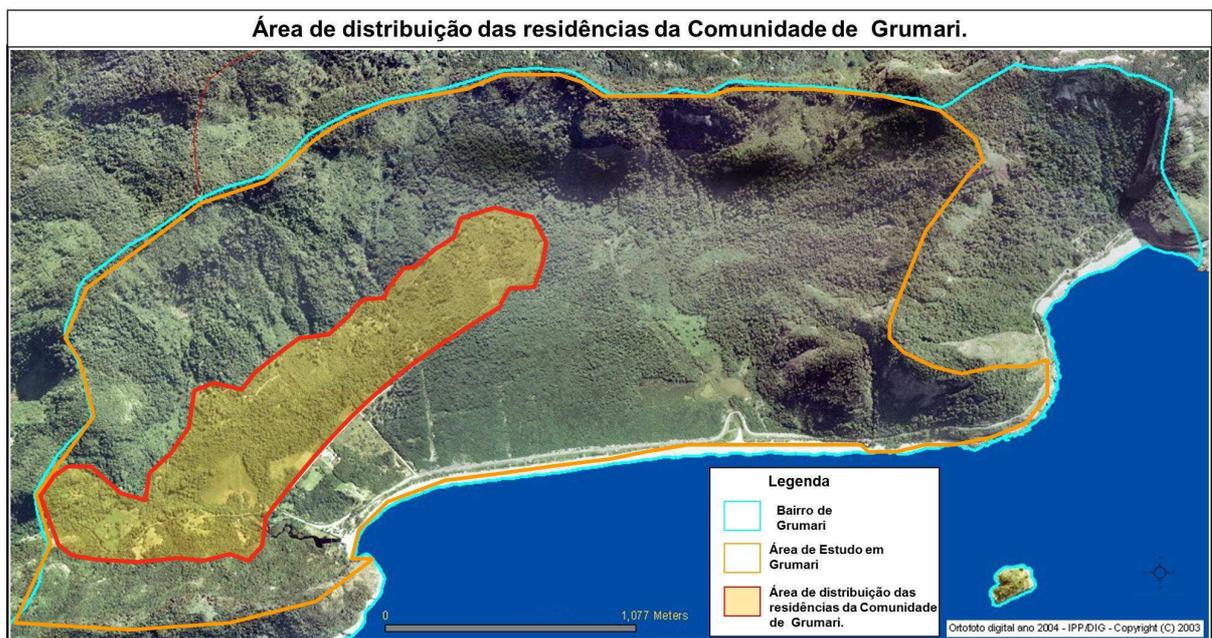


Figura 69. Representação da área aproximada de distribuição das residências da comunidade de Grumari, na faixa de restinga / transição para encosta (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

Durante o período de existência do parque (pelo menos no papel), podemos notar a presença de intensos conflitos de interesse entre os diversos atores que atuam no local (ex: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, comunidade de moradores, proprietários fundiários, comerciantes, produtoras cinematográficas e televisivas, freqüentadores, associações, colônia de pescadores, especuladores imobiliários e etc.). A escassez de recursos financeiros, a falta de pessoal qualificado, a subutilização da infra-estrutura, o problema fundiário, as pressões do setor imobiliário e hoteleiro, a falta de efetivo do Grupamento de Defesa Ambiental da Guarda Municipal (GDA), dentre

outros, também se apresentam como fatores limitantes ao real funcionamento desta unidade de conservação.

No segundo semestre do ano de 2011, a Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro selecionou a empresa Detzel Consulting, para elaborar o Plano de Manejo referente aos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari, o qual deve ser finalizado no primeiro semestre de 2012.

7.3.2) Mapa de Uso do Solo do PNM de Grumari

Os mapas de uso e cobertura do solo são importantes ferramentas nos planejamentos e estudos referentes às unidades de conservação (UCs), sendo assim, podem ser úteis tanto no manejo de unidades já existentes, como na escolha de áreas mais adequadas para criação de novas áreas protegidas. “A análise do uso e cobertura do solo, mediante informações de Sensoriamento Remoto, constitui uma técnica de grande utilidade ao planejamento e administração da ocupação ordenada e racional do meio físico, além de possibilitar avaliar e monitorar a preservação de áreas de vegetação natural” (ROSA, 2003).

Através da elaboração e análise de mapas, podemos observar as localizações, as extensões, os padrões de distribuição e as relações dos componentes distribuídos no espaço, além de representar generalizações e extrapolações (SANTOS, 2004).

As mudanças demográficas, econômicas e sociais exercem considerável pressão na redução de ecossistemas naturais de maneira geral, sendo assim, o monitoramento sobre uso e cobertura vegetal é ferramenta fundamental para se investigar e controlar os avanços da ocupação antrópica sobre os remanescentes florestais (REIS, 2008).

“Em um trabalho cujo objetivo é a obtenção de indicadores por geoprocessamento, a elaboração de uma base de dados é, sem dúvida, etapa fundamental para que possam ser realizados todos os procedimentos e análises pretendidos” (BAHIANA, *et al.* 2005). Portanto, além das análises das imagens obtidas através de sensoriamento remoto, ocorreu também a realização de diversos trabalhos de campo para verificação de informações, que talvez não estivessem claras nas imagens (estes pontos foram referenciados com a utilização de GPS em campo), assim como, para o desenvolvimento de entrevistas e aplicação de questionários no intuito de obter informações que permitissem maior precisão na espacialização dos dados.

Para a produção do mapa de uso do solo do anfiteatro do PNMG apresentado neste trabalho (Fig. 70), foram utilizadas imagens de satélites de 2010 da área de estudo, obtidas (através de solicitação de uso) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), além de shapfiles (arquivos criados para o programa ArcGis) dos limites das UC's, habitações e outros elementos identificados nos mapas, cedidos também pela SMAC. Estes dados foram complementados com as informações levantadas ao longo do processo de pesquisa.

Mapa de Uso do Solo do Anfiteatro do Parque Natural Municipal de Grumari – RJ
(2011)

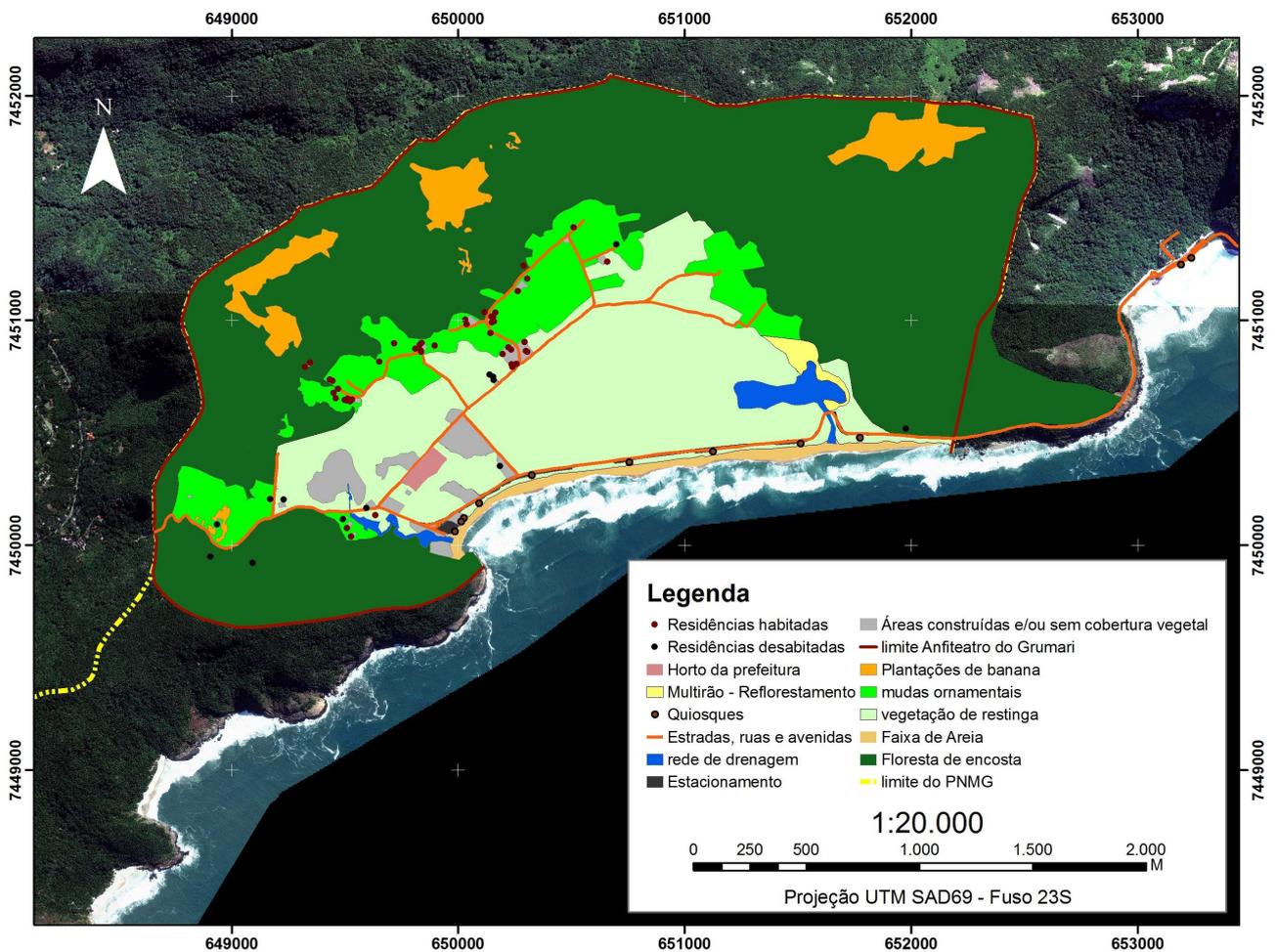


Figura 70: Mapa de Uso do Solo do Anfiteatro do PNM de Grumari – 2011(Fonte Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2011, alterada por Thiago Chagas & Thiago Pereira).

7.3.2.1) Descrição das Classes Destacadas no Mapa de Uso do Solo na Área Abordada no PNM de Grumari

Uma etapa de fundamental importância para a produção / análise do mapa de uso do solo produzido para a área do PNMG, foi a identificação das classes referenciadas, principalmente, as que interagem de maneira significativa na formação da paisagem do “anfiteatro” de Grumari. Estas classes identificadas são, portanto, elementos definidores do mosaico da paisagem encontrada nesta área.

Neste trabalho, as classes identificadas foram:

A) Floresta de encosta:

Essa classificação foi usada para definir as áreas de floresta encontradas, em sua maior parte, nas encostas do “anfiteatro”. Estas encostas são compostas por um mosaico de vegetações em diferentes estágios sucessionais (em sua maioria fragmentos de floresta secundária regenerada de antigos bananais) permeadas por áreas de cultivo de banana (Figs. 71 e 72).

No mapa, esta classe é representada com a cor verde escuro.



Figura 71. Floresta de encosta no “anfiteatro” do PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).



Figura 72. Floresta de encosta no PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).

B) Vegetação de restinga:

Corresponde a grande parte da planície encontrada entre a faixa de areia e as encostas do anfiteatro. Uma densa vegetação de restinga (fig. 73) ocorre sobre a extensa planície quaternária de areias quartzosas, sendo considerada o remanescente mais expressivo dentro do município (FREITAS, 2003).

Essa classe está representada no mapa pela cor verde claro.

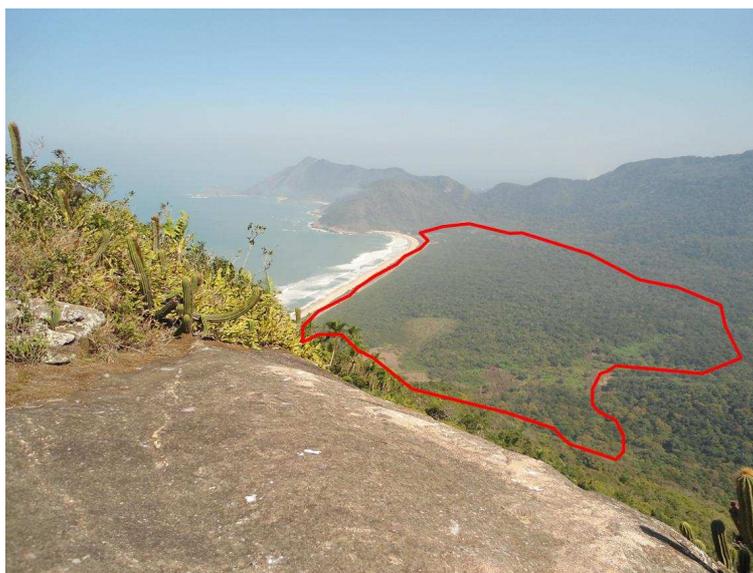


Figura 73. Vegetação de restinga na planície costeira do PNM do Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).

C) Rede de drenagem:

São duas redes de drenagem principais, uma a centro-sul do mapa e a outra a sudoeste, elas são responsáveis pela recepção da maioria dos canais locais. “As bacias de drenagem, caracterizam-se por canais nem sempre perenes, e com classificação hierárquica de 2ª ordem, com algumas ocorrências de bacias de 3ª ordem, tendo como referência a planície. Estas bacias articulam-se com os brejos que drenam lentamente da planície em direção ao mar por duas saídas principais nos extremos opostos do anfiteatro” (Figs. 74 e 75) (FREITAS, 2003).

É identificada pela cor azul no mapa de uso e cobertura do solo.



Figura 74. Rede de drenagem localizada no extremo oeste da praia do Grumari (Foto: Nilo Lima).



Figura 75. Rede de drenagem localizada no extremo leste do anfiteatro de Grumari – Lagoa Feia (Foto: Thiago Pereira, 2011).

D) Plantações de banana:

As plantações de banana localizam-se, majoritariamente, nas encostas do “anfiteatro” do PNM de Grumari. O mosaico nestas encostas é composto por áreas de cultivo com diferentes proporções, intercaladas com fragmentos de floresta secundária (em diferentes estágios sucessionais). Podemos destacar duas áreas onde o cultivo é mais intenso, a primeira na porção central do anfiteatro (Fig. 76) e a segunda na porção leste (Fig. 77), em ambos os casos as plantações sobem as encostas até atingirem o divisor topográfico.

Esta classe é representada no mapa pela cor laranja escuro.



Figura 76. Cultivo de banana na porção central das encostas do anfiteatro do PNM de Grumari (Foto: Thiago Chagas, 2011).



Figura 77. Cultivo de banana na porção leste das encostas do anfiteatro do PNM de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).

E) Cultivo de mudas ornamentais

Esta classe, fundamental na interpretação do mosaico da paisagem do PNM de Grumari, pode ser percebida, principalmente, no compartimento referente à área da planície (Fig. 78), assim como, na transição para as encostas do anfiteatro (em sub-bosque) (Fig. 79). Na produção de mudas ornamentais uma grande diversidade de espécies é utilizada, onde muitas são exóticas ao bioma Mata Atlântica.

No processo de interpretação das imagens orbitais, estes cultivos podem ser facilmente confundidos com outro tipo de cobertura vegetal. Portanto, trabalhos de campo foram de grande importância para realização de verificações.

Esta classe é representada no mapa pela cor verde fluorescente.



Figura 78. Cultivo de mudas ornamentais na planície do PNM de Grumari (Fotos: Thiago Chagas, 2011)

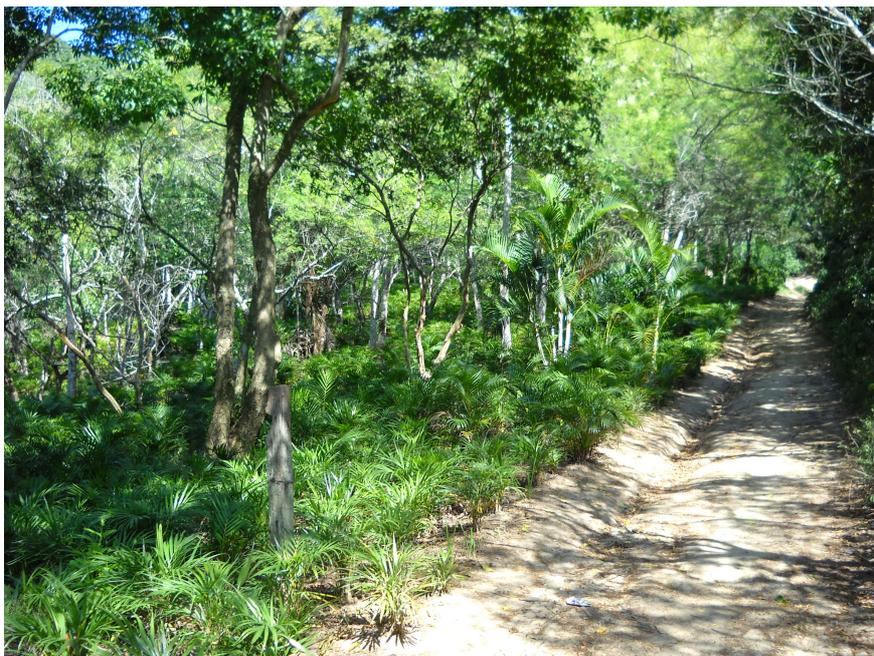


Figura 79. Cultivo de mudas ornamentais na transição planície / encosta (sub-bosque) no PNM de Grumari (Foto: Thiago Chagas, 2011).

F) Horto da Prefeitura

Na construção edificada na área do Horto funciona a administração do PNMG (Sede), neste local também notamos a produção de mudas utilizadas no processo de recuperação da vegetação de restinga, assim como, da floresta de encosta (Fig.80) (Projeto Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura). Mudas produzidas no horto de Grumari também são utilizadas em outras localidades no município.

Esta classe é representada no mapa pela cor coral.



Figura 80. Produção de mudas no horto florestal de Grumari (Foto: Luís Felipe Fragoso, 2011).

G) Mutirão de reflorestamento

Esta classe representa as áreas onde podemos encontrar a atuação do Projeto Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, através do plantio de mudas de vegetação de restinga, nativas da Mata Atlântica. Este projeto também atua em áreas nas encostas do anfiteatro, mas, esta ação não está destacada no mapa, que visa ilustrar a principal frente de plantio atual (Fig. 81).

Boa parte da mão-de-obra utilizada no plantio, assim como, na produção de mudas é proveniente da própria comunidade de moradores e agricultores de Grumari, os quais recebem uma remuneração mensal da prefeitura, mas não possuem carteira assinada.

Esta classe é representada no mapa pela cor amarelo.

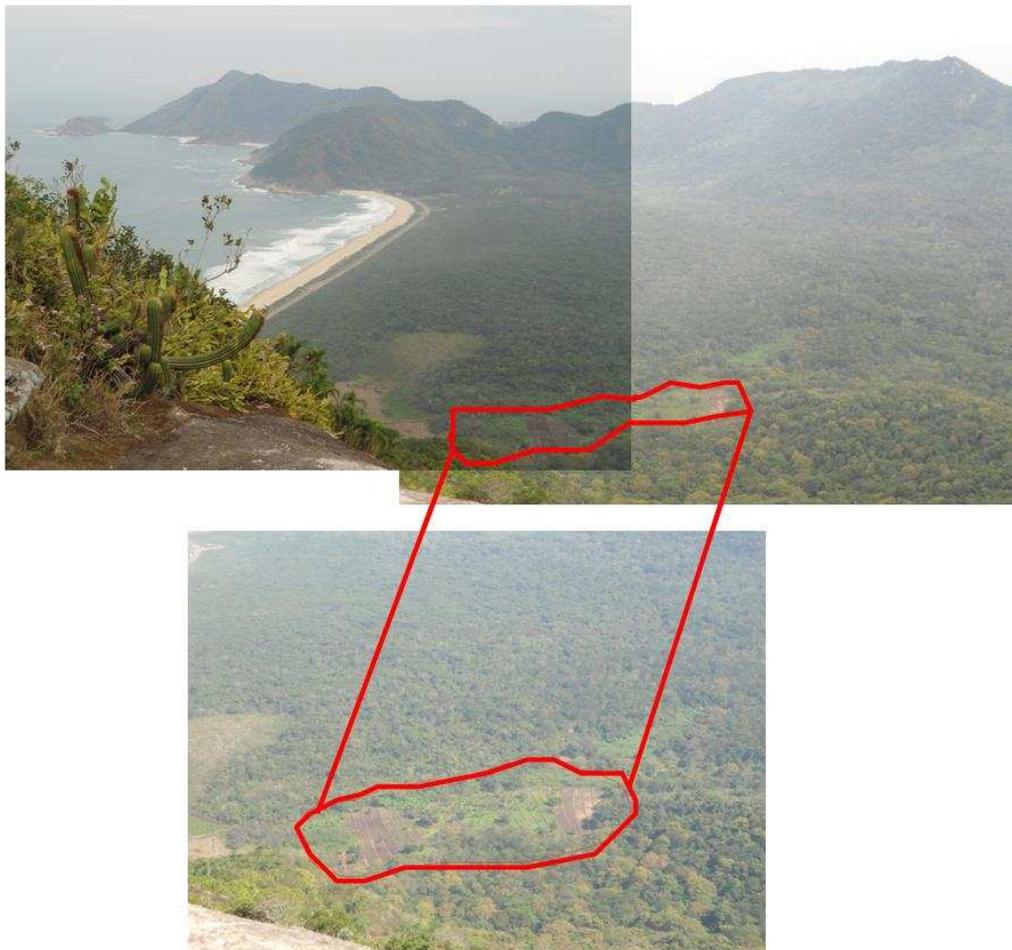


Figura 81. Áreas de atuação do Projeto Mutirão de Reflorestamento na restinga do PNM de Grumari (fotos: Thiago Pereira, 2011).

H) Quiosques

Os quiosques e restaurantes (Fig. 82) estão distribuídos ao longo da faixa de areia, nas margens da Av. Estado da Guanabara (alguns se localizam sobre a faixa de areia). Vale ressaltar que os estabelecimentos comerciais encontrados na colônia de pescadores não foram incluídos nesta classe.

São representados no mapa por pontos com preenchimento vermelho e linhas em preto

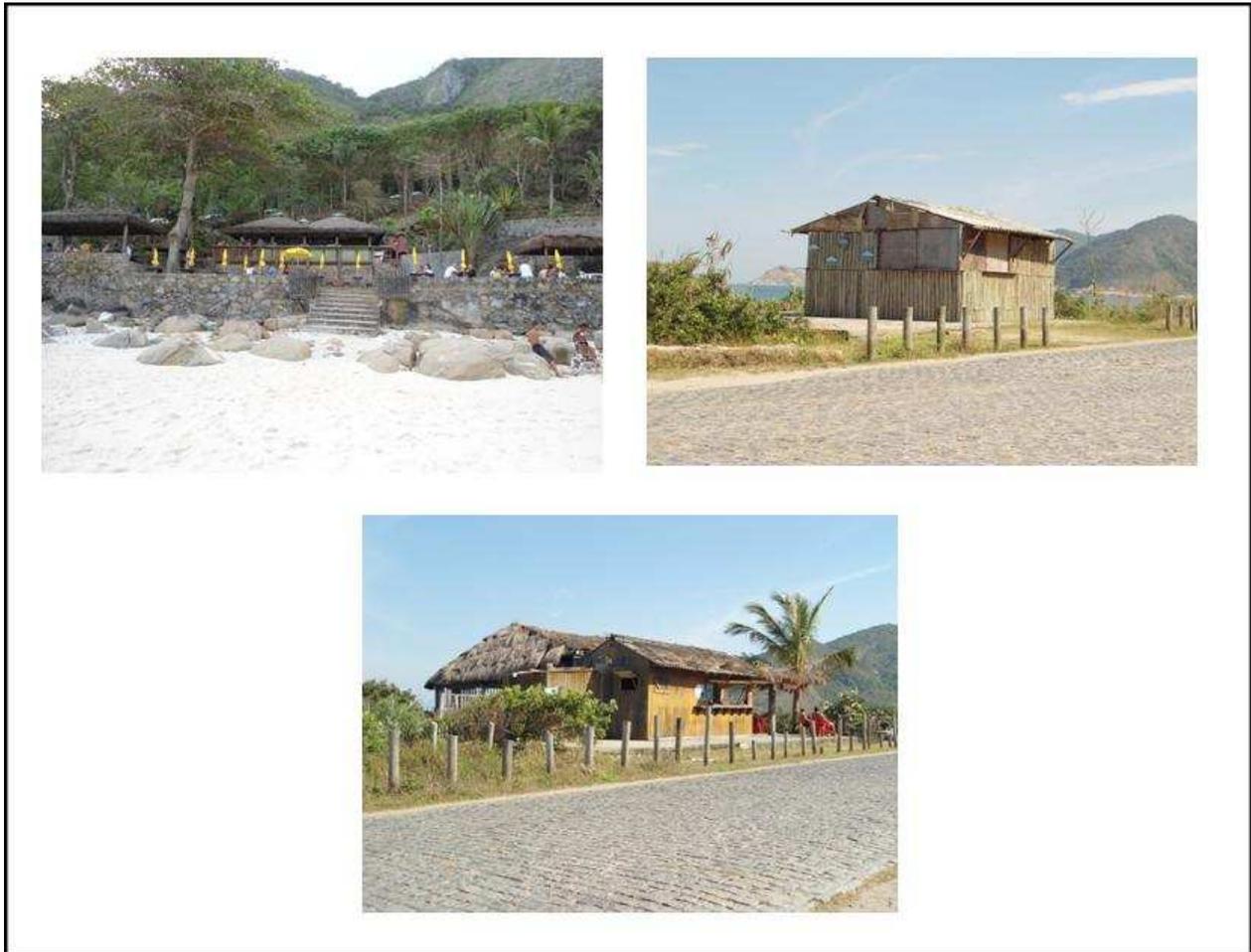


Figura 82. Restaurantes e quiosques na orla do PNM de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

I) Áreas construídas ou/e sem cobertura vegetal

Esta classe é definida pelas áreas onde existem terrenos sem cobertura vegetal e/ou locais com várias residências próximas umas das outras (agrupamentos de casas em um mesmo terreno na comunidade de Grumari) (Fig. 83). Nesta classe também foi incluída a colônia de pescadores (Fig. 84). Algumas das residências desta comunidade (as que não configuram agrupamentos) são representadas por pontos vermelhos (desocupadas) e pretos (ocupadas). Vale frisar que a área do horto não foi incluída nesta classe.

Esta classe é representada no mapa pela cor cinza.



Figura 83. Agrupamentos de residências na comunidade de moradores e agricultores localizada na área da planície do PNM de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 84. Colônia de pescadores localizada no extremo oeste da praia de Grumari
(Fotos: Thiago Pereira, 2011).

J) Ruas e Avenidas

Esta classe apresenta relevância, pois as transformações ocorridas ao longo do tempo permitiram flutuações na acessibilidade à área, o que acabou por gerar grandes flutuações na valorização das terras, assim como, na intensidade e tipos de atividades produtivas desenvolvidas. Uma das vias é pavimentada (Av. Estado da Guanabara – paralelepípedo) (Fig. 85) e o restante ainda é composto por ruas de terra (localizadas no interior da comunidade de Grumari) (Fig. 86).

Mais informações e reflexões associadas às alterações na acessibilidade e seus reflexos nas dinâmicas locais ao longo do tempo são discutidos durante a apresentação dos resultados sobre Grumari.

Esta classe está representada no mapa por linhas de cor laranja.



Figura 85. AV. Estado da Guanabara (Foto: Thiago Pereira).



Figura 86. Estrada do Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).

K) Faixa de areia

Representa à classe com maior visibilidade. Encontra-se localizada entre o mar (linha de costa) e a pista da Av. Estado da Guanabara (Fig. 87). Pode ser considerada como o local de maior visitação por freqüentadores e turistas no PNM de Grumari (Fig 88).

Esta classe é representada no mapa pela cor bege (areia)

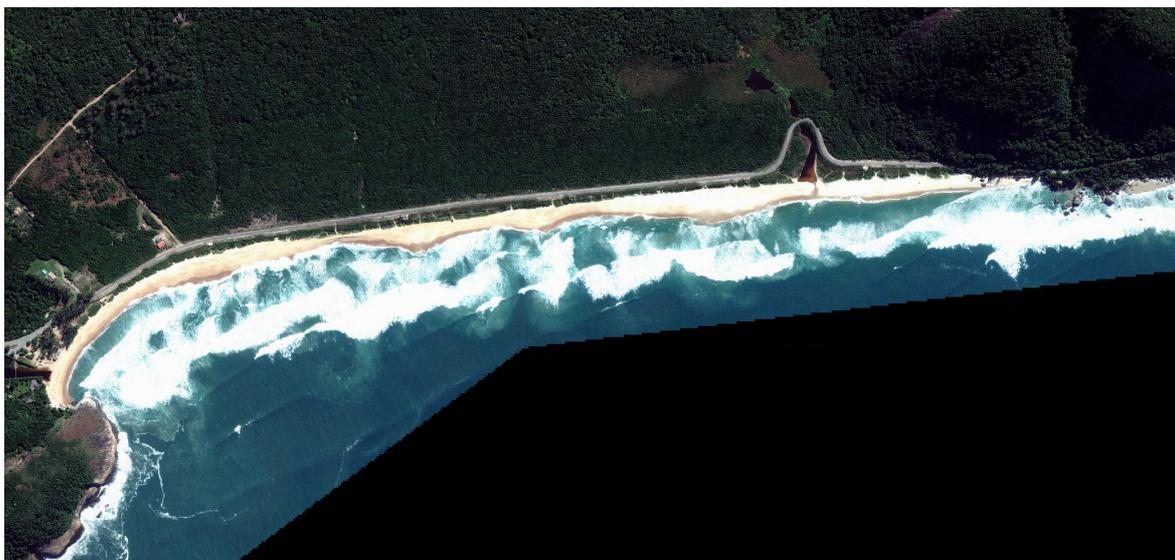


Figura 87. Faixa de areia no Parque Natural Municipal de Grumari (Fonte: SMAC – imagens orbitais de 2010).



Figura 88. Praia de Grumari no município do Rio de Janeiro – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Considerações Gerais

No que concerne à atividade agrícola no interior do PNM de Grumari, há a necessidade de pensar os cultivos de mudas ornamentais e as culturas de banana de maneira diferenciada. Esta abordagem pode ser justificada pelas significâncias diferenciadas na estruturação do mosaico da paisagem, assim como, no cotidiano social da comunidade local ao longo do tempo (questão abordada com maior profundidade nos resultados relativos aos levantamentos sobre a comunidade de Grumari). Outro ponto relevante está associado aos impactos nos ambientes naturais, que também se apresentam de forma distinta ao compararmos estas culturas (os modos de manejo e as características das espécies possuem grande influência nas dinâmicas e resultantes encontradas na paisagem).

As classes aqui descritas podem auxiliar na busca por uma maior compreensão da distribuição espacial dos fenômenos que são refletidos na paisagem e representados no mapa de uso e cobertura do solo.

È importante evidenciar que, o resultado apresentado nesta etapa deve ser interpretado como um mapa de uso (ou cobertura) do solo. Em sua produção, não existiu o objetivo de realizar uma diferenciação mais profunda entre os variados estágios sucessionais encontrados no mosaico de coberturas vegetais das encostas do anfiteatro do PNM de Grumari. Portanto, devemos ser cuidadosos ao utilizá-lo como um mapa de uso do solo e “cobertura vegetal”, o estado da vegetação na área é muito mais complexo do que as generalizações aqui apresentadas.

Desta forma, a proposta de sua elaboração foi possibilitar uma melhor visualização dos fenômenos e dinâmicas (principalmente as de cunho social) que acabam por influenciar na estruturação do mosaico da paisagem. Neste contexto, o mapa apresenta-se como um “retrato”, um momento, um diagnóstico, etapa fundamental na elaboração de planos de manejo em unidades de conservação. Sendo assim, o uso do solo pode ser planejado de maneira mais eficiente, levando em consideração tanto a conservação da vegetação, como também as aspirações e anseios das comunidades locais.

No caso específico do PNMG, além de contribuir para identificação dos diferentes atores presentes no parque, pode auxiliar na compreensão dos principais conflitos de interesse encontrados, assim como, na busca por caminhos que possam minimizar os impactos ambientais gerados pelas divergências de pensamentos, visões e

práticas desenvolvidas por estes diversos agentes. Estas questões são discutidas com maior grau de detalhamento ao longo da apresentação dos resultados em relação aos diferentes atores destacados.

7.3.3) Levantamento de Conflitos de Interesse no PNM de Grumari

7.3.3.1) Entrevista com representante do poder público municipal – Questões aplicadas a servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro

As informações apresentadas são resultados da realização de entrevistas com três representantes da SMAC-RJ (Gestor do PNMP, Gerente de Gestão de Unidades de Conservação, e um servidor), em agosto de 2011, assim como, de observações de campo desenvolvidas ao longo do estudo.

Muitos dos atores presentes no PNM de Grumari atuam também no PNM da Prainha, desta forma, podemos notar algumas questões e interesses semelhantes. Especificamente no que concerne a atuação do GMAR e da indústria cinematográfica, televisiva e publicitária, os pontos em comum são marcantes, o que possibilita que seus resultados sejam apresentados dentro desta seção (evidenciando as particularidades). Estas informações foram geradas a partir de entrevistas com quatro bombeiros do GMAR Barra de Guaratiba (lotados em Grumari) e seis profissionais responsáveis por toda a logística de produção de filmagens das duas emissoras de televisão de grande porte e de uma produtora (comerciais) renomada.

Quanto ao processo de criação do PNMG, fica evidente que esta medida, a qual restringiu em muito as possibilidades de uso do solo no interior do parque, está muito mais associada a um momento político favorável, do que a um efetivo planejamento de caminhos e justificativas para a criação de uma unidade de conservação nesta área.

Sendo assim, apesar do decreto de criação do PNMG em 2001, o ponto básico associado à resolução da questão fundiária não foi trabalhado, as negociações de valores referentes às indenizações dos proprietários nunca foram efetivamente realizadas (no caso dos proprietários de lotes do Condomínio Grumari, existe uma enorme dificuldade em localizá-los). Esta situação permite a existência de interesses divergentes entre estes atores.

Outra questão que merece destaque é o fato da comunidade local (posseiros) não ter sido envolvida no processo de criação do parque, foi informada sobre a existência do

PNMG após o decreto já ter saído. Esta situação possibilitou a existência de um sentimento de exclusão e desconfiança por parte desta comunidade em relação à prefeitura, o que também levou a interesses e práticas divergentes.

Segundo os entrevistados, a questão fundiária não resolvida no PNMG apresenta-se como principal entrave para o efetivo funcionamento do parque. Apenas o terreno onde localiza-se a sede e horto é propriedade da prefeitura, o restante, a maior parte pertence a grandes e médios proprietários fundiários (que possuem documentação legal e registros de propriedade) e uma parcela menor “pertence” a comunidade local de residentes e agricultores (terrenos de posse em situação ainda não regularizada). Nos relatos apresentados, todos são enfáticos em afirmar que, enquanto não chegarmos à efetiva resolução da questão fundiária, os problemas serão diversos e contínuos, ameaçando, desta forma, a manutenção dos ecossistemas presentes na área, os quais possuem grande representatividade no Município do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que esta problemática é encontrada, principalmente, nas áreas de restinga e encosta.

A comunidade residente na área de Grumari apresenta-se como uma das questões fundamentais para a real compreensão a cerca dos conflitos de interesse encontrados no PNMG.

Como apresentado anteriormente, muitos indivíduos desta população alegam ser descendentes de antigos moradores e trabalhadores das fazendas existentes ainda no final século XVIII. Segundo a visão oficial da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a classificação da comunidade local como “tradicional” é um tanto quanto problemática (não possuem língua, práticas nem hábitos particulares, além de estarem intensamente inseridos no mercado, na economia do entorno), desta forma, preferem adotar termo “população nativa” para classificar os residentes que tenham nascido e vivido no interior do parque.

Ao longo do tempo, esta comunidade já praticou diferentes cultivos na área (roça de subsistência, café, banana e etc.). No presente momento, os residentes (agricultores), possuem o cultivo de mudas ornamentais como principal fonte de renda. No que concerne a esta atividade, é importante frisar que, segundo informações apresentadas durante as entrevistas com os servidores municipais, em um primeiro momento, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a prefeitura apresentava grande interesse em reduzir e, até acabar, com o cultivo de banana na área da então APA de Grumari. Neste sentido, uma das alternativas encontradas, sugerida e até estimulada pela prefeitura seria

o cultivo de mudas ornamentais nativas nos sub-bosques já degradados por cultivos anteriores (atividade legalmente permitida na época da APA de Grumari).

A proposta estava baseada no processo de sucessão florestal, onde os bananais abandonados acabariam por servir como pioneiras, possibilitando o desenvolvimento de espécies secundárias nativas, que ao crescerem, com docel além das bananas, alterariam o microclima do sub-bosque, onde fatores limitantes, como menor disponibilidade de insolação, impediriam o desenvolvimento da banana.

Devido a maior rentabilidade, assim como, ao manejo mais simples e menos trabalhoso (não precisavam subir as encostas para chegar aos bananais, o cultivo era localizado predominantemente na área de baixada / transição para encosta), muitos agricultores optaram rapidamente por abandonar seus bananais e investir seus esforços no cultivo de ornamentais. Atualmente, os cultivos de banana ainda presentes são, em sua maioria, realizados por populações do entorno do parque, como a comunidade de Piabas.

Um dos pontos, talvez negligenciado na elaboração da proposta apresentada pela prefeitura, está associado à demanda apresentada pelo mercado de ornamentais. Sendo assim, não foram capazes de prever as prováveis alterações que poderiam ocorrer na escolha das mudas, assim como, na expansão das áreas de cultivo.

O que de fato ficou nítido para estes agricultores, ao longo dos primeiros anos de experiência com mudas ornamentais, é que o mercado é farto, mas demanda mudas ornamentais exóticas. Diversos são os fatores que podem influenciar nesta opção de demanda, como fatores culturais, paisagísticos, estéticos, econômicos e etc., mas a questão fundamental é: A demanda para ornamentais exóticas é muito maior (assim como os valores por muda) se comparada à demanda por ornamentais nativas.

Este cenário levou a uma gradativa substituição do cultivo de ornamentais nativas por ornamentais exóticas, os valores de mercado bem mais atrativos que os valores da banana, levaram a uma expansão de áreas de cultivo em sub-bosques que passaram a ser “abertos” (degradados) para dar lugar a mudas. A influência da demanda (do mercado) também foi responsável por mais uma intensa transformação, além das mudas ornamentais exóticas de sombra (cultivadas no sub-bosque), mudas exóticas “de sol” (com comportamento que necessite grande insolação diária) passaram a ser solicitadas aos agricultores, que para suprir a demanda, começaram a derrubar árvores abrindo clareiras para o cultivo destas mudas. Sendo assim, fragmentam, destroem e

alteram os habitats naturais ao realizarem os chamados “puxadinhos de plantações” (Fig. 89).



Figura 89. Expansão de áreas de cultivo de mudas ornamentais no Parque Natural Municipal de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Neste processo, áreas planas no entorno da Lagoa Feia e as margens do Rio do Mundo passaram a ser valorizadas para o cultivo e tornaram-se foco de interesse dos agricultores (Fig. 90), que no intuito de drenar estas áreas para expandir as zonas de cultivo, acabam por abrir as barragens naturais destes dois corpos hídricos, conectando-os com o mar. Em ambientes naturais, este processo de abertura de barragens é realizado pela ação das ondas, a interferência humana, intensificando os momentos em que as barragens estão abertas, altera todo o equilíbrio dinâmico destes rios e lagoas, afetando diretamente a fauna e flora local.

A justificativa apresentada pela comunidade para realização de aberturas periódicas está na possibilidade remota de alagamento das áreas de cultivo e de residências. No questionário aplicado aos diversos moradores da comunidade, existe uma questão relativa à ocorrência de enchentes, o fato curioso é que nenhum entrevistado relatou ter presenciado eventos de enchentes nas áreas, o que acaba por fortalecer a suposição associada à abertura de barragens com a intenção de expansão das áreas de cultivo.



Figura 90. Áreas planas no entorno da Lagoa Feia e as margens do Rio do Mundo - foco de interesse dos agricultores (Fonte: imagens orbitais de 2003 cedidas pela SMA-RJ).

Ficou claro que a proposta inicial apresentada pela prefeitura tinha enormes possibilidades de associar a manutenção dos ecossistemas locais com a manutenção da geração de renda para a comunidade nativa. Todavia, a ausência, ou melhor, flutuação na presença do poder público na região ao longo dos anos possibilitou que as forças associadas ao mercado (demanda) influenciassem drasticamente no sistema produtivo proposto pela prefeitura. Talvez, se o projeto estivesse acompanhado de práticas de subsídios para os agricultores locais, onde uma parcela das mudas ornamentais nativas fosse comprada pela prefeitura para utilização no reflorestamento ou trabalhos paisagísticos em outras áreas públicas do município, os agricultores poderiam manter uma renda satisfatória sem a necessidade de alteração de práticas de cultivo (de alto impacto ambiental).

A deficiência no efetivo de guardas do GDA impede fiscalizações periódicas, configurando, mais uma vez, uma situação de ausência do poder público, o que acaba por estimular o processo de expansão de áreas de cultivo (tanto em sub-bosque como em clareiras abertas com corte de árvores).

Segundo informações apresentadas pelos servidores entrevistados, no ano de 2008, a prefeitura realizou uma reunião com a comunidade local para informar que as mudas ornamentais teriam que ser retiradas, pois seriam cultivos incompatíveis com as possibilidades permitidas para o uso do solo na área do PNMG. Como alternativa apresentaram o projeto Mutirão Reflorestamento, onde apenas um membro de cada família poderia trabalhar, recebendo aproximadamente um salário mínimo, sem nenhum vínculo empregatício. A intenção da prefeitura neste momento (2008) não foi a de remover os cultivos de forma imediata, a idéia era gradativamente substituí-los por outra atividade.

O projeto Mutirão Reflorestamento, da Prefeitura do Rio de Janeiro (recuperação ambiental), atua no PNMG utilizando essencialmente mão-de-obra residente em Grumari, assim como, as instalações da sede / horto.

Em um primeiro momento, este projeto atuou nos bananais localizados nas encostas, no intuito de substituir a banana por mudas de floresta nativas da Mata Atlântica. Após breve esforço nas encostas, áreas de banana na baixada também foram manejadas no sentido de recuperar as vegetações naturais deste ambiente. Por fim, na ocasião da realização destas entrevistas, a frente de trabalho deste projeto localizava-se na área de vegetação de restinga na interface com as hortas de cultivo de mudas ornamentais dos agricultores de Grumari (Figs. 91, 92 e 93) Esta situação levou ao surgimento de intenso conflito de interesse (talvez um dos mais marcantes), onde os agricultores sentem-se acuados (e prejudicados) com a ameaça da prefeitura de acabar com as hortas e substituí-las por vegetação nativa (este conflito acontece às margens da Lagoa Feia).

Atualmente, o Projeto Mutirão também é responsável por fechar diversas trilhas sem nenhum estudo prévio sobre a condição das mesmas (ex: capacidade de suporte, taxa de erosão e etc.), como no caso da trilha no entorno da Lagoa Feia, que é o final da antiga Estrada do Grumari (Fig. 94). Desta forma, muitas das trilhas que poderiam ser aproveitadas e manejadas de forma sustentável, acabam por terem seus acessos impedidos.



Figura 91. Cultivo de mudas ornamentais na área plana próxima a Lagoa Feia
(Foto: Thiago Pereira, 2011).



Figura 92. Fronteira entre área de atuação do Projeto Mutirão e áreas de cultivo
de ornamentais (Foto: Thiago Pereira, 2011).



Figura 93. Áreas de atuação do Projeto Mutirão Reflorestamento no entorno da Lagoa Feia (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Outro ponto que merece destaque é o rápido crescimento no número de habitantes residentes em Grumari. Em muitos casos, as famílias crescem e os filhos casados permanecem na área (trazendo esposas e maridos), com isso, surge a necessidade de ampliação de residências (e até a construção de novas casas). Nesta situação, o problema fundamental reside no fato da legislação atual referente ao PNMG não permitir a permanência de residentes no interior do parque, portanto, a expansão ou construção de novas residências também são proibidas. A falta de fiscalização regular acaba por permitir que, em períodos curtos (meses), grandes obras de expansão e construção sejam realizadas (Figs. 95, 96 e 97).

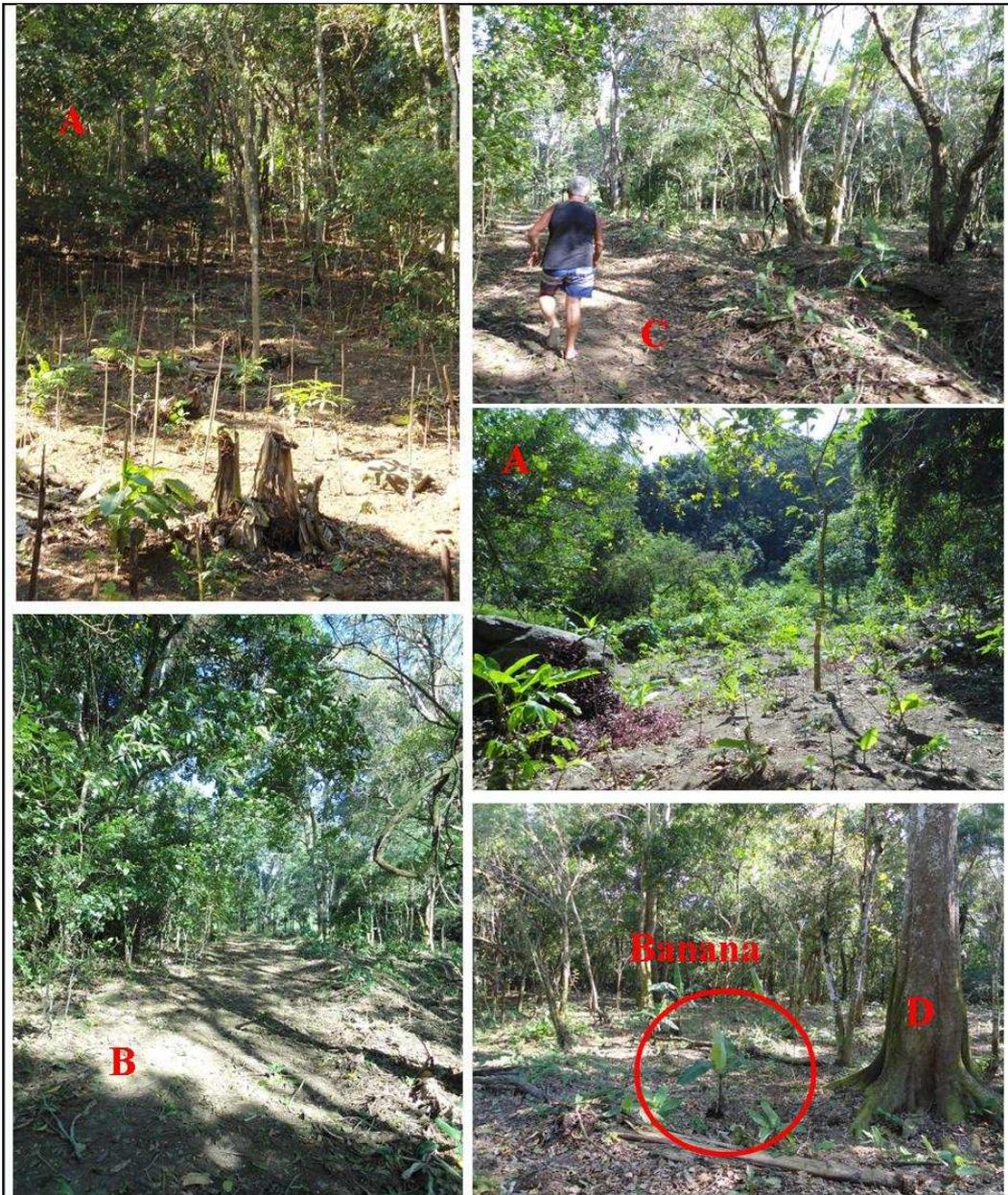


Figura 94. Trilha no entorno da Lagoa Feia no Parque Natural Municipal de Grumari. A) Áreas de plantio de mudas do Projeto Mutirão; B) Trilha; C) dono de quiosque na trilha da Lagoa Feia e; D) Resquício de antigos bananais nas margens da trilha (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

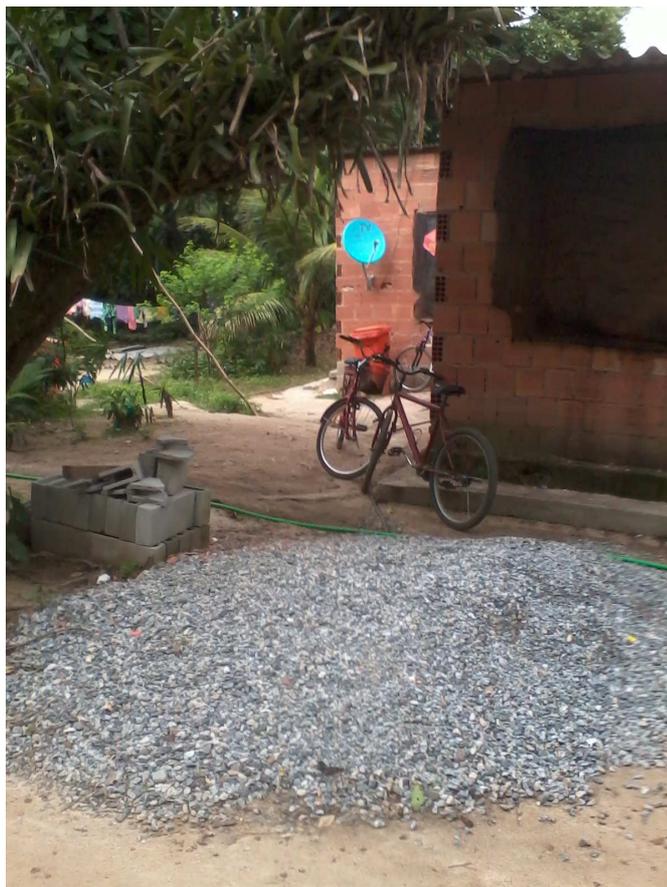


Figura 95. Material para expansão de residências próximas a localidade Rio do Mundo no Parque Natural Municipal de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).



Figura 96. Expansão de residência na comunidade de Grumari (Foto Thiago Pereira).



Figura 97. Residência construída após decreto de criação do Parque Natural Municipal de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Em momentos anteriores, em diversos casos, alguns residentes ganharam autorizações dos gestores, as quais feriam a legislação vigente na área (o gestor não possui autonomia para fornecer tal documento), para realizar expansões, ou até mesmo, construir novas casas (Anexo III). No geral, os beneficiados estavam associados ao Projeto Mutirão (a maioria não era agricultor), o que acabou por ser interpretado como favorecimento e tratamento desigual por outros integrantes da comunidade, que tiveram seus “puxadinhos” (expansões) não autorizados e demolidos. Esta situação é responsável por conflitos internos na associação de moradores até os dias atuais.

O comércio de terrenos também apresenta-se como problema que deve ser combatido com intensa fiscalização. Neste caso, lotes pequenos são vendidos por integrantes da comunidade (posseiros) de forma ilegal (a terra não possui documentação alguma) para pessoas de fora da comunidade, que começam a construir residências com padrão arquitetônico bem diferente do encontrado nas casas da população local. De certa forma, este fato pode ser interpretado como uma prática de especulação imobiliária em pequena escala, realizada pela comunidade de posseiros. Vale frisar que inúmeras comunidades, que existem nas encostas e áreas menos valorizadas do município do Rio de Janeiro, iniciaram seus processos de crescimento rápido e desordenado desta mesma maneira. Mas, de forma geral, a associação de moradores e

agricultores de Grumari auxilia a prefeitura no processo de fiscalização de invasões, comércio de terras e construções irregulares (de pessoas de fora).

A idéia central é que, enquanto a comunidade estiver residindo em Grumari, alternativas devem ser pensadas para a substituição das mudas ornamentais com manutenção da renda para as famílias residentes. Uma proposta é o aproveitamento da mão-de-obra local no funcionamento do parque, mas na atual situação de abandono faltam oportunidades. Acredito que o Projeto Mutirão não possa ser interpretado como alternativa para a ornamental, a partir do momento em que um único integrante de cada família pode participar, ganhando apenas um salário mínimo por mês, sem carteira nem contrato assinado, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, isto não configura-se como vínculo empregatício, estando mais próximo de “trabalho voluntário com ajuda de custo”. Interpreto esta relação de trabalho como exploração da mão-de-obra e insuficiente para manter o padrão de vida alcançado por estas famílias com o cultivo de ornamentais. Sendo assim, a “alternativa” Projeto Mutirão pode, na realidade, configurar-se como uma “expulsão disfarçada”.

Torna-se necessário maior diálogo entre comunidade local (via associação de moradores) e SMAC -RJ. No período de realização das entrevistas, a postura oficial da Gerência de Gestão de Unidades de Conservação era que a comunidade local deveria ser removida da área do PNMG (com indenizações pagas pelas benfeitorias e não pela terra), sendo esta posição amparada pela legislação ambiental vigente. Alegaram que apenas interesses políticos serão capazes de garantir a permanência da comunidade nesta área.

Uma ameaça à integridade dos ecossistemas locais, que merece grande destaque, é a pressão exercida na Secretaria Municipal de Urbanismo por grandes empresários (e seus lobs) associados a indústrias imobiliárias, hoteleiras e de construção civil, os quais interpretam a área como de grande potencial para seus empreendimentos. As pressões realizadas são no sentido de buscar brechas, ou até mesmo, alterações na legislação vigente, para que, desta forma, as restrições para o uso do solo em Grumari sejam reduzidas.

Como já apresentado, o primeiro empreendimento imobiliário desenvolvido na área, antes da criação de APA de Grumari (ainda na década de 1960), foi denominado Condomínio Grumari, e sua efetiva realização nunca se concretizou. Após a criação da APA e posteriormente do PNMG, o uso do solo ficou “congelado”, apesar da pressão do setor imobiliário ter sido intensa nas décadas de 1980 e 1990. No final da década de

2000, o ganho do direito de realizar grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de futebol (2014) e as Olimpíadas (2016) levantaram a questão da maior necessidade de leitos em hotéis para satisfazer a demanda turística nestes eventos (assim como, no pré e pós evento). Este argumento é apresentado pelo setor imobiliário para justificar a construção de diversos hotéis e apart-hotéis no município, e uma das áreas de maior interesse encontra-se no PNMG.

A criação do parque (2001) impediu os interesses dos especuladores imobiliários de se concretizarem, mas agora surgem inúmeras propostas de construção de resorts de alto padrão na área da restinga de Grumari (ex: Proposta apresentada pela empresa Mar Bravio), alguns são projetos antigos, mas apresentados de maneira muito mais estruturada, evidenciando a tentativa de realização de pressão não só política, mas também técnica. Todas as propostas apresentadas até o momento foram vetadas pela SMAC-RJ.

Segundo os entrevistados, a atividade comercial na orla de Grumari será regulamentada na elaboração do plano de manejo do PNMG. A colônia de pescadores também está inserida neste contexto, e uma das propostas é a construção de uma estrutura que comporte todos os ranchos (que terão suas metragens muito reduzidas). Os pescadores não estão satisfeitos com o projeto, mas informam que acatarão a decisão tomada pela SMAC-RJ. Sendo assim, apesar dos interesses serem divergentes, o posicionamento apresentado pelos pescadores caracteriza este conflito como de média / baixa intensidade.

Quanto aos comerciantes localizados na área do PNMG, notamos um perfil heterogêneo, onde podemos destacar três grupos principais: os proprietários de quiosques, os proprietários de restaurantes e as tendas na areia e ambulantes (informais). O conflito mais marcante apresenta-se com o grupo referente aos restaurantes, os quais, em sua maioria, realizam obras de expansão não autorizadas pela SMAC-RJ, como nos casos do restaurante Mar-a-Mar e do Restaurante no Abricó, que são responsáveis por grandes impactos ambientais (esgoto, retirada da vegetação para expansão, pavimentação na areia e etc.). No que concerne aos quiosques e tendas na areia, os conflitos são bem menos intensos e surgem, principalmente, pela ausência de serviços públicos como luz, comunicação, banheiros e etc., assim como, pela falta de regularização (especificamente no caso das tendas), que acabam por dificultar o funcionamento destas atividades comerciais. Similar ao posicionamento dos pescadores, estes dois últimos grupos acatarão as decisões tomadas no plano de manejo.

Vale frisar que, tanto os comerciantes, como os pescadores não eram os focos de ação da SMAC-RJ no momento da realização das entrevistas. Neste período, o principal conflito estava na área da planície costeira / restinga, com os agricultores (mudas ornamentais), o que não significa que não haja preocupação e interesse em atuar em outras áreas (faixa de areia e Av. Estado da Guanabara), o problema são as limitações impostas pela falta de efetivo e recursos.

No que concerne às associações presentes em Grumari, de maneira geral, a SMAC-RJ apresenta uma relação positiva, baseada em interesses convergentes. Em relação à ASAG (Associação de Surfistas e Amigos de Grumari), apesar de apresentar críticas quanto aos impactos gerados durante a realização de eventos e campeonatos de surfe, a SMAC-RJ a interpreta como importante parceiro na fiscalização de irregularidades, principalmente na Av. Estado da Guanabara e na faixa de areia. Quanto à Associação Naturista do Abricó, a relação também é positiva, alegam inclusive que, a prática do nudismo reduziu a frequência na praia do Abricó, reduzindo também (pelo menos potencialmente) os impactos ambientais gerados nesta localidade.

Diversas ONGs e empresas atuam no parque, onde podemos destacar o Instituto Iguaçu e a EcoMarambaia (mergulho). Apresentam interesses convergentes em relação à SMAC-RJ, mas as burocracias existentes no processo de criação de parcerias e prestação de serviços reduzem as possibilidades, assim como a frequência de projetos e atividades no PNMG. São importantes parceiros na busca pela manutenção dos ecossistemas nativos (marinhos e terrestres).

Os bombeiros (salva-vidas) do Grupamento Marítimo de Barra de Guaratiba são responsáveis por fiscalizar a orla da praia de Grumari, estando divididos em seis pontos, dentre os quais, apenas um apresenta uma mínima infra-estrutura (torre) para o salva-vidas durante sua jornada de trabalho (Fig. 98). Vale destacar que esta estrutura funciona apenas para proteção contra o sol e para possibilitar melhor visão para o mar, não possuindo banheiro nem comunicação. Dois dos outros cinco pontos possuem tendas na areia e os outros três não apresentam estrutura alguma, os bombeiros utilizam os quiosques existentes.

O perfil dos frequentadores do PNMG é muito mais diverso se comparado aos frequentadores do PNM da Prainha. Neste caso, a principal área de interesse é a praia, assim como, os serviços oferecidos pelos estabelecimentos comerciais ao longo da Av. Estado da Guanabara. Diversas são as práticas impactantes desenvolvidas por estes frequentadores como, estacionamento de automóveis sobre vegetação de restinga,

intensa produção de lixo, realização de churrascos na areia, intensa poluição sonora (som dos carros em alto volume) (Fig. 99), realização de festas na areia (luais, raves e casamentos) (Fig. 100), pisoteio da vegetação de restinga (dunas frontais), presença de animais domésticos, queima de automóveis (Fig. 101), caça e etc. Quanto à caça, vale destacar que, muitos caçadores (habitantes do entorno) a interpretam como uma questão cultural. A falta de efetivo e transporte (GDA) para fiscalização acaba por permitir a manutenção deste cenário.



Figura 98. Posto salva-vidas (torre) na praia de Grumari no PNMG (Foto: Thiago Pereira, 2011).

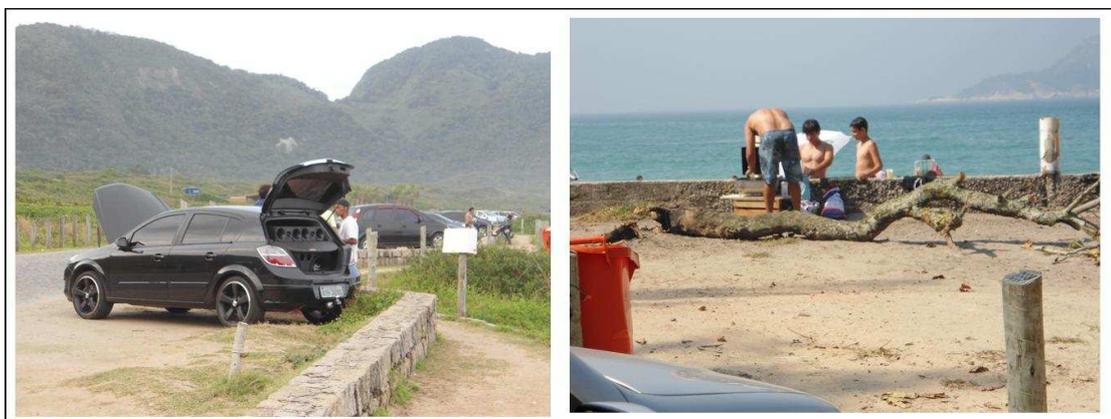


Figura 99. Carros com equipamento de som de alta potência e churrasco realizado na praia de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 100. Estrutura montada sobre a vegetação de restinga (cerimônia) e no interior do espaço Beach Garden (festa) – Grande impacto sobre fauna e flora locais (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 101. Carros queimados abandonados na Estrada do Grumari (A) e na Av. Estado da Guanabara (B) no Parque Natural Municipal de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

O 31º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro realiza rondas periódicas na Av. Estado da Guanabara, mas a atuação não é suficiente para inibir a ação de criminosos que realizam furtos e assaltos a carros, assim como, seqüestros relâmpagos com freqüentadores. Durante o período de verão, o número de ocorrências registradas na 42º DP (Recreio dos Bandeirantes) aumenta exponencialmente e o efetivo da Polícia Militar na área também é intensificado. A “operação verão”, é realizada pela SMAC-RJ (gestão) conjuntamente com a Guarda Municipal (transito e GDA), CET-RIO e 31ºBPM, no intuito de controlar o acesso ao PNMG, assim como ao PNMP. Com isso, espera-se redução tanto nos impactos ambientais causados pelos freqüentadores, como no número de ocorrências policiais registradas.

Um ponto que merece bastante atenção e fiscalização está na atuação da indústria televisiva / cinematográfica / publicitária no interior do PNM de Grumari.

Neste caso, os problemas tornam-se mais complexos, principalmente pela reduzida fiscalização por parte da SMAC-RJ (falta de pessoal). O processo para obtenção de autorização para realização de filmagens e produções no PNMG, assim como os problemas que surgem nesta etapa são idênticos aos apresentados anteriormente para o PNMP e, de maneira similar, as empresas e produtoras, no geral não trabalham sem que a autorização tenha saído.

A questão diferencia-se no momento de realização das produções, no PNMP o gestor está diariamente na sede do parque, o efetivo de GDA está na guarita e, pela menor extensão da área, a fiscalização torna-se de maior facilidade, acontecendo com grande eficiência. Já no PNMG, a sede do parque, além de não possuir visibilidade, é utilizada como horto, não possuindo um gestor presente, também não encontramos guardas do GDA fixos no local (os únicos representantes do poder público efetivamente presentes são o GMAR, a PMERJ e a COMLURB) e a área é bem mais extensa e isolada que o PNMP. Estes fatores acabam por dificultar uma efetiva fiscalização, o que possibilita as produtoras realizarem atividades que não constam no documento de autorização.

Podemos destacar uma produção recente (outubro de 2011) para divulgação de um automóvel off-road (4X4), que obteve autorização para filmagem na Estrada do Grumari (Fig. 102). No dia do evento, escavaram crateras na estrada que, com o auxílio de um caminhão pipa, tornaram-se enormes possas de lama, pelas quais veículos 4X4 passavam com facilidade. O problema é que, nada disso estava descrito no pedido de autorização, além do fato desta ser a principal estrada de acesso às residências da comunidade de Grumari, na qual os habitantes não possuem automóveis off-road (muitos não possuem nem bicicleta), ficando impedidos de transitar na área. A partir da denúncia dos próprios moradores, a SMAC-RJ impediu a continuação desta filmagem, mas o impacto na estrada já estava concretizado. Outro caso, já apresentado anteriormente, é a realização de filmagens para novelas e seriados (ex: Três Irmãs – Rede Globo – Fig. 103), que constroem estruturas temporárias, muitas vezes gerando grandes impactos nos ecossistemas locais.

Questões menores, como a presença de um número maior de automóveis e estruturas do que o exposto no pedido de autorização, também são comuns. Mas, a maior crítica apresentada está na freqüente restrição temporária na circulação de pessoas e veículos para efeito de realização de filmagens, o que afeta o direito de ir e vir do cidadão em um espaço público (Fig. 104). Neste ponto, a parceria com as associações,

moradores, comerciantes e freqüentadores em geral, pode ser fundamental, pois estes atores, ao presenciarem irregularidades, podem realizar denúncias auxiliando o processo de fiscalização por parte da SMAC-RJ.



Figura 102. Propaganda de automóvel com tração nas quatro rodas realizada no Parque Natural Municipal de Grumari –RJ (Fonte:www.youtube.com, acessado em 03/12/11).

Este agente é responsável por constante divulgação deste parque na mídia, o que deve ser revertido de forma positiva para a gestão. Estas produções estão utilizando de forma indireta um recurso natural (paisagem) no interior do parque, logo possuem interesse na manutenção dos ecossistemas presentes, mas, muitas vezes nas suas atividades, ou por falta de conhecimento, ou por um cronograma muito curto, acabam por realizar ações altamente danosas para os ambientes naturais, assim como para as relações sociais locais, o que configura-se como uma grande contradição regida pela busca do lucro. Portanto, no presente momento o conflito de interesse encontra-se essencialmente nas práticas realizadas. Sendo assim, cobrar taxas para realização de produções no interior de unidades de conservação não seria uma idéia absurda, com

isso, recursos diretos poderiam estar disponíveis para a efetiva gestão da unidade em questão.



Figura 103. Estrutura de set de filmagem da novela *Três Irmãs* da Rede Globo na Praia de Grumari no PNMG (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2009.)



Figura 104. Filmagem de comercial televisivo de automóvel da empresa Volkswagen na Av. Estado da Guanabara no PNM de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Ao tomarmos os compartimentos da paisagem destacados nesta pesquisa (Faixa de Areia, Planície Costeira / Restinga e Encosta) como áreas de interesse, fica evidente que a SMAC-RJ possui interesse na conservação dos ecossistemas em todos os três compartimentos.

Muitas das dificuldades evidenciadas para o funcionamento do parque também foram encontradas no PNMP, como principais particularidades é possível destacar: a falta de efetivo GDA, assim como de uma equipe da SMAC no local, a necessidade de vistorias periódicas na comunidade (coibir a expansão de áreas de cultivo e construções irregulares), os problemas associados as freqüentes interferências de interesses políticos na área, a necessidade de maior controle de entrada e saída de frequentadores (construção de guaritas), escassez de recursos financeiros destinados para a unidade de conservação e etc. No que concerne a energia e comunicação, é importante destacar que, de maneira diferente da encontrada no PNMP, a sede de Grumari possui luz elétrica, telefone e internet.

Portanto, o principal conflito presente na área do PNM de Grumari refere-se, justamente, às divergências de interesses e visões quanto às possibilidades de uso do solo nesta unidade de conservação. Por assumir a responsabilidade de planejar, manejar e fiscalizar este parque, a SMAC-RJ apresenta papel fundamental na configuração do mosaico da paisagem de Grumari no momento da realização desta pesquisa.

Neste sentido, notamos relações com todos os diversos agentes que atuam ou possuem interesses na área em questão, onde podemos destacar: SMAC-RJ – Proprietários Fundiários; SMAC-RJ – Comunidade local (moradores e agricultores); SMAC-RJ – Colônia de Pescadores; SMAC-RJ – Comerciantes (quiosques, tendas e restaurantes); SMAC-RJ – Indústria Cinematográfica e Televisiva; SMAC-RJ – Especuladores Imobiliários (Construtoras e Indústria Hoteleira); SMAC-RJ – Freqüentadores; SMAC-RJ – Associações (ASAP e Naturista) e; SMAC-RJ – ONGs.

Na ocasião da realização das entrevistas, o Parque Natural Municipal de Grumari encontrava-se sem gestor. O gestor do PNM da Prainha, estava assumindo a responsabilidade pela resolução de possíveis problemas ou incidentes que poderiam ocorrer em ambos os parques, como filmagens não autorizadas, invasões de residentes e agricultores vindos de fora, expansão de áreas de cultivo, comércio de terras, acampamentos etc. O ideal é que o novo gestor escolhido apresente como pré-requisito o fato de ser servidor público e preferencialmente da SMAC-RJ, mas vale lembrar que estes pontos não são exigências legais, o cargo de gestor também pode ser ocupado por integrante da sociedade civil indicado. Este gestor deve estar presente no parque, não é interessante que ele permaneça apenas no prédio da prefeitura. A maior parte dos incidentes tem necessidade da presença do gestor para efetiva resolução. Todavia, deve ficar claro que o problema de Grumari é muito maior do que as possibilidades do gestor, a questão fundiária e os interesses políticos estão em outras esferas.

No mês de agosto de 2011 foi aprovado no FUNBIO a licitação para escolha de empresa responsável pela elaboração do plano de manejo para os Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari. Após todo o processo a empresa Detzel Consulting foi escolhida. Nos meses de novembro e dezembro de 2011 esta empresa realizou oficinas de diagnóstico rápido participativo (DRP) e de planejamento participativo, onde, os diferentes atores (incluindo a comunidade local, a colônia de pescadores, os comerciantes, ONGs, associações e etc.) foram convidados a expor suas opiniões, visões e anseios. Desta forma, em princípio, a empresa apresentou uma postura mais associada a uma produção participativa na elaboração do plano de manejo,

o que pode resultar em um efetivo funcionamento destas unidades de conservação (algumas idéias e propostas discutidas nestas oficinas também são apresentadas neste trabalho).

7.3.3.2) Entrevista com representantes da comunidade local de Grumari – Questões aplicadas ao presidente da Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Gumari

Os resultados e inferências apresentados nesta seção são oriundos das observações realizadas nos inúmeros trabalhos de campo necessários para uma maior compreensão a cerca da dinâmica de conflitos de interesse presentes no Parque Natural Municipal de Grumari. Desta forma, foram desenvolvidas três entrevistas formais com o presidente da associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari, nos meses de junho, setembro e novembro de 2011 (além das diversas conversas informais) e duas entrevistas com a secretária da associação (setembro e outubro de 2011). As informações também são baseadas nos questionários (Anexo I) aplicados em 34 casas das quarenta e oito residências registradas no cadastro da associação em outubro de 2011. É importante frisar, que o número de casas existentes no interior do parque é maior do que o número de famílias associadas, chegando a aproximadamente 55 (incluindo ocupadas e desocupadas).

Em um primeiro momento, podemos ser levados a interpretar esta comunidade como homogênea, composta por agricultores, posseiros, que desejam permanecer na terra em que nasceram e continuam desenvolvendo a prática econômica (agricultura) passada por seus pais, aprendida com seus avós. Mas, um olhar mais crítico e profundo, revela uma comunidade rica em diversidade de visões, práticas, pensamentos e interesses. O quadro social é complexo e possui grande influência na formação do mosaico da paisagem de Grumari, assim como no efetivo funcionamento do parque. Sendo assim, esta comunidade apresenta-se como ator de grande destaque na área em questão.

Portanto, antes de trabalhar com as posturas apresentadas oficialmente pelo presidente da associação, cabe uma breve descrição desta comunidade, abordando questões sociais, econômicas, ambientais, assim como seus reflexos no espaço geográfico.

Como discutido anteriormente, a maior parte dos moradores alega ser descendente de antigos ocupantes da área, vindos ainda no século XVIII, todavia, não possuem documentos ou registros que possam provar a conexão com os antigos residentes. De qualquer forma, a configuração atual das propriedades (casas e áreas de cultivo) está intensamente associada à presença e atuação de um importante morador e antigo encarregado do falido projeto Condomínio Grumari, o qual alega que seus pais já teriam nascido em Grumari, assim com ele.

Em um primeiro momento, as terras de Grumari eram manejadas por grandes fazendeiros, que as arrendavam dos monges Beneditinos. Com a queda na produção e com o surgimento do ramal ferroviário de Santa Cruz, estas fazendas tornaram-se decadentes, mas os escravos e empregados permaneceram na localidade, concentrando-se principalmente na área atualmente chamada de “Rio do Mundo” (Figs. 105 e 106). Esta situação permaneceu desta forma até a década de 1960, quando novos proprietários adquiriram terras na região, incluindo a área onde residiam os antigos moradores, que acabaram por permanecer nestas terras, realizando cultivos com autorização dos novos donos (no passado majoritariamente bananais).



Figura 105. Área aproximada da localidade denominada “Rio do Mundo” no Parque Natural Municipal de Grumari (Fonte: imagens orbitais de 2003 cedidas pela SMAC-RJ).



Figura 106. Residências e campo de futebol na localidade do “Rio do Mundo” no Parque Natural Municipal de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Recentemente (menos de cinco anos atrás), nesta localidade, faleceram duas irmãs (Maria Siqueira e Lilá), com aproximadamente 105 anos, as quais viveram todas as suas vidas sem nunca terem saído de Grumari e, muitos dizem que teriam morrido virgens. Eram negras, vestiam-se com túnicas, sempre com pés descalços, cultivavam a terra através de roças de subsistência, utilizavam ervas medicinais e eram rezadeiras, falavam dialetos, tomavam banho de rio, escovavam os dentes com fumo de rolo, residiam em casa de “pau-a-pique” (Fig. 107), sem banheiro e cozinhavam com lenha. Viviam praticamente isoladas dos outros moradores de Grumari, com práticas que muitos considerariam “tradicionais”. Os moradores atuais alegam ter as mesmas origens que estas senhoras, e usam este argumento para classificarem-se como “tradicionais” em seus discursos.

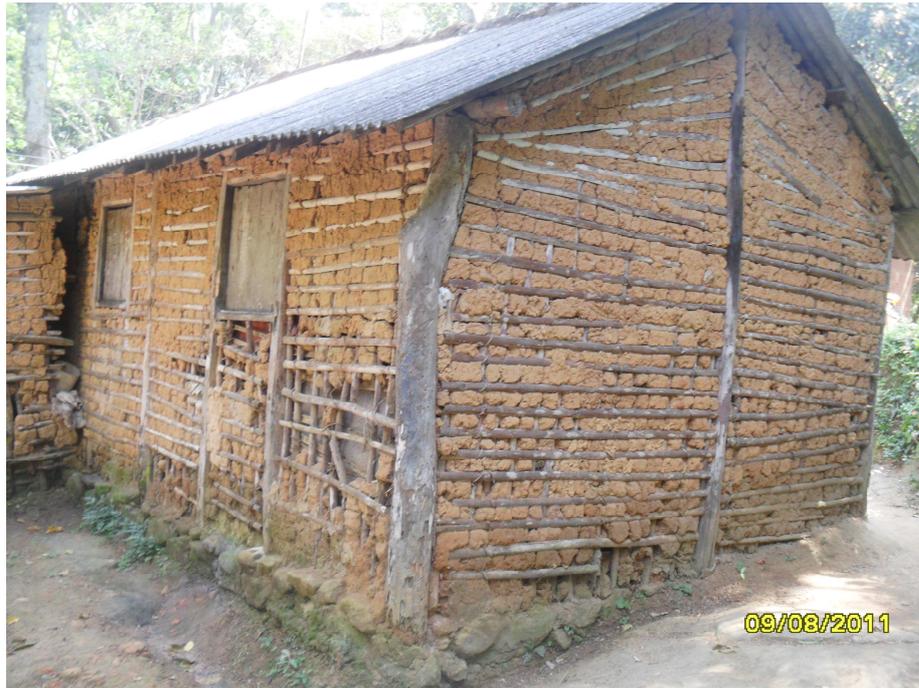


Figura 107. Casa de pau-a-pique na comunidade residente no interior do Parque Natural Municipal de Grumari (Foto: Claudinéia da Costa, 2011).

Na década de 1960, o Banco Halles adquiriu grande parte das terras na área da baixada (planície costeira / restinga) na porção leste de Grumari (Fig. 108), onde iniciou o projeto Condomínio Grumari. Neste processo, aproveitaram a mão-de-obra local e, como encarregado principal contrataram o senhor citado anteriormente, já morador de Grumari. Com a falência do banco, o projeto não foi desenvolvido e as terras ficaram “abandonadas”. Uma grande parte foi ocupada pela vegetação de restinga, a qual se distribuiu na planície através do processo de sucessão secundária, representando (atualmente) um dos remanescentes mais significativos do município do Rio de Janeiro. Outra parte, mais próxima à transição da baixada para a encosta, foi ocupada por posseiros, muitos dos quais, familiares do antigo encarregado, que receberam terras do mesmo (vindos essencialmente de Barra e Pedra de Guaratiba). Neste momento, as casas ainda eram de “pau-a-pique”, sem energia elétrica, sem transporte, saneamento e etc. Os posseiros passaram anos manejando bananais nas encostas e desenvolvendo cultivos alimentares diversos na planície (aipim, abóbora, feijão e etc), sendo a produção vendida para feirantes em diversas partes da cidade.

Ao realizar uma breve análise do processo histórico de ocupação da área, podemos notar a diferenciação de dois grupos distintos entre os habitantes de Grumari. O primeiro grupo refere-se aos antigos ocupantes que recebem autorização por parte dos

novos proprietários para permanecerem residindo e cultivando nas terras próximas ao Rio do Mundo (são donos das residências, pois as construíram, mas não dos terrenos), já o segundo é composto por posseiros localizados na porção leste de Grumari, os quais se consideram “donos” da terra. Estas posturas distintas implicam em sentimentos de pertencimento e práticas espaciais diferenciadas, onde o segundo grupo (posseiros) acaba por apresentar um ímpeto muito maior na luta por permanência no interior do parque, assim como, na expansão de áreas de cultivo (um dos maiores conflitos presentes).

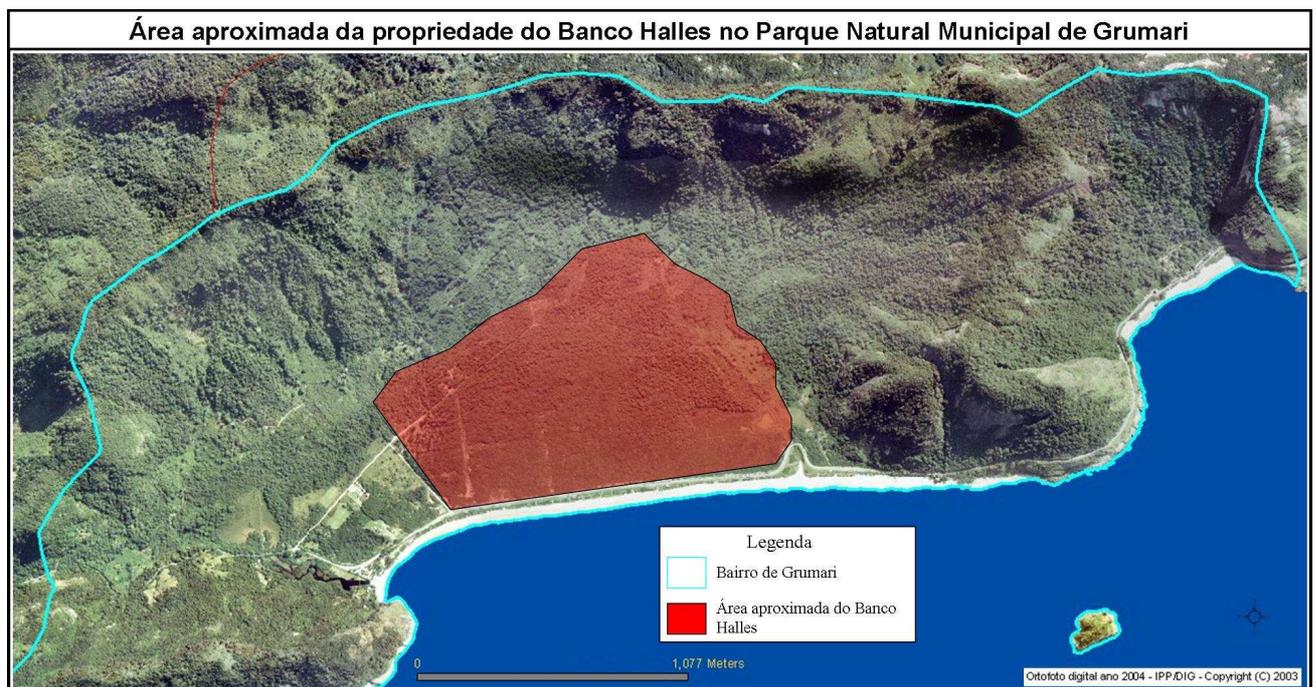


Figura 108. Área aproximada da propriedade do Banco Halles (década de 1960) (Fonte: imagens orbitais de 2003 cedidas pela SMAC-RJ).

De qualquer forma, sendo ou não sendo descendentes dos antigos residentes do Grumari do século XVIII, os atuais moradores já vivem na área há pelo menos 70 anos, muito tempo antes do tombamento de Grumari (1985), da criação da APA (1986) e do decreto do Parque (2001), ações governamentais que apresentaram enorme influência nas práticas econômicas, assim como, nas relações com o espaço desenvolvidas por estes habitantes.

Em um primeiro momento, talvez possuíssem costumes considerados “tradicionais”, mas o fato de sempre terem estado em contato (comercial) com as áreas

centrais, pode levantar uma questão: Algum dia houve uma comunidade tradicional em Grumari?

Alguns moradores (principalmente na localidade denominada Rio do Mundo, onde são majoritariamente negros) defendem a idéia da origem da comunidade estar associada aos antigos escravos alforriados das fazendas do século XVIII, o que os classificaria como “quilombolas”. Esta é uma alternativa interessante para conquista do direito de permanência na terra, fato recorrente em outras unidades de conservação (ex: Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, além de outros casos no sudeste brasileiro, mais especificamente nas antigas áreas de cultivo de café do sul fluminense e redondezas da Serra do Mar). Segundo relatos, até aproximadamente quatro décadas atrás, praticamente todos os moradores de Grumari eram negros, situação que começou a se alterar com os casamentos com brancos “de fora” da comunidade, que passaram a residir na área, transformando a configuração anterior.

Esta tese (quilombola) apresenta grandes dificuldades para ser provada, sendo a falta de registros o principal impedimento. Muitos moradores da comunidade ainda são analfabetos e alegam que os antigos não davam valor aos documentos “letrados” (certidões, registros e etc.), que foram perdidos ao longo do tempo.

Segundo a discussão realizada na revisão conceitual a cerca do conceito de “comunidade tradicional”, fica evidente que o perfil (língua, religião, inserção na sociedade do entorno e etc.) e as práticas (agricultura, comércio e etc.) desenvolvidas pela comunidade nos dias atuais impedem a utilização deste conceito para sua classificação. Neste sentido, uma alternativa é a utilização do termo “comunidade nativa” para classificar aqueles que tenham vivido suas vidas em Grumari.

A partir dos questionários aplicados em 34 casas, totalizando 124 moradores entrevistados, assim como das observações de campo, foi possível traçar um breve panorama do quadro atual desta comunidade que é composta por aproximadamente 52 famílias e 170 pessoas, onde quase todos possuem algum grau de parentesco (muitos são primos, tios, irmãos e netos associados ao antigo encarregado do condomínio Grumari). Os moradores das dezoito casas (habitadas) não entrevistadas não apresentaram interesse em responder os questionários, ou não foram encontrados em suas residências durante o dia (período em que era possível a realização dos campos).

Algumas das principais informações obtidas foram quantificadas e os valores percentuais foram apresentados na forma de quadros, gráficos e textos. O quadro dois refere-se às informações gerais sobre o perfil da comunidade, enquanto o quadro três

refere-se, essencialmente, às características das habitações.

Quadro com Informações Gerais sobre a Comunidade de Grumari							
Total de casas entrevistadas	34						
Total de pessoas entrevistadas	124						
Naturalidade %	Nativo	de Fora					
	90,32	9,68					
Escolaridade %	Analfabeto	E. F. (incompleto)	E. F. (completo)	E.M. (incompleto)	E.M. (completo)	E. S. (incompleto)	E. S. (completo)
	23,39	60,48	6,45	7,26	1,61	0,00	0,81
Nº de Ocupantes (por residência) %	01 a 03	04 a 06	07 a 10				
	41,18	50,00	8,82				
Nº de Pessoas economicamente ativas (por residência) %	01 a 03	04 a 06	07 a 10				
	97,06	2,94	0,00				
Profissão (emprego atual) %	Mutirão	Agricultor	Comércio (praia)	Outros	Carteira assinada		
	36,36	27,27	5,45	20,00	10,91		
Renda familiar (por residência) %	Menos de um salário mínimo		01 a 03	03 a 05	Acima de 05		
	5,88		88,24	5,88	0,0		
Religião %	Evangélica	Católica	Umbanda / Candomblé	Sem religião definida			
	66,94	10,48	0,00	22,58			
Tempo de residência na área %	menos de 10 anos	de 10 a 20 anos	de 20 a 30 anos	mais de 30 anos			
	18,55	21,77	20,16	39,52			
Deseja sair de Grumari? %	Sim	Não					
	16,94	83,06					
Compartimento de maior interesse (por residência) %	Faixa de Areia		Planície Costeira / Restinga	Encosta	Todas		
	8,82		61,76	8,82	20,59		
Relação com os gestores do parque (por residência) %	Excelente		Boa	Ruim	Conflitante	Indiferente	
	5,88		17,65	23,53	8,82	44,12	
Conhecimento sobre a existência do PNMG (por residência) %	Sim		Não				
	97,06		2,94				
% de Famílias que cultivam ornamentais	Sim		Não				
	67,65		32,35				
Meios de transporte utilizados (por residência) %	Carro		Bicicleta	Moto	A pé		
	29,41		44,12	26,47	100,00		
% de Famílias donas das residências, mas que não são donas do terreno			32,35				
% de casas construídas nos últimos dez anos		29,41					

Quadro 2. Informações Gerais sobre a Comunidade de Grumari (%) em outubro de 2011.

Quadro com Informações Gerais sobre a Comunidade de Grumari (Habitação)					
Total de casas entrevistadas	34				
Total de pessoas entrevistadas	124				
Moradia Própria %	Sim	Não			
	100,00	0,00			
Possuí Alguma Documentação %	Sim	Não			
	2,94	97,06			
Tipo de Moradia %	Alvenaria	Estuque	Outros		
	91,18	8,82	0,00		
Banheiros %	Não possui	1	2	3	
	14,71	70,59	11,76	2,94	
Quartos %	1	2	3	4	5
	23,53	50,00	23,53	2,94	0,00
Luz Elétrica %	Sim	Não	Oficial	Clandestina	
	100,00	0,00	41,18	58,82	
Água %	Nascente				
	100,00				
Ampliação no Imóvel %	Sim	Não			
	55,88	44,12			
Possui outra Moradia? (por residência) %	Sim	Não			
	14,71	85,29			
Número de habitantes na residência aumentou nos últimos 10 anos? %	Sim	Não	Redução		
	35,29	64,71	23,53		
Topografia do terreno onde se localiza a casa %	Plana	Suavemente Inclinada		Moderadamente inclinada	Fortemente Inclinada
	61,76	32,35		5,88	0,00
Ecossistema em que se localiza %	Restinga	Floresta de Encosta	Transição Baixada / Encosta		
	23,53	17,65	58,82		

Quadro 3. Informações Gerais sobre a Comunidade de Grumari (Habitação) (%) em outubro de 2011.

De forma geral, é uma comunidade pacífica, mas muito fechada, o que se reflete na materialização de um território, onde cada proprietário domina seu terreno, mas onde o grupo, como associação de moradores, também exerce grande poder sobre toda a área da baixada. Esta questão pode ser verificada na prática de questionar o motivo da visita de estranhos, ou até de impedir a entrada de pessoas “de fora” em áreas públicas como o horto. O fato de 90,32% dos entrevistados considerarem-se nativos (nascidos e criados

em Grumari) também corrobora a idéia de “comunidade fechada”, onde os 9,68 % vindos “de fora”, passaram a fazer parte da comunidade através de casamentos.

Vale ressaltar, que muitos dos partos ocorridos na área eram realizados por parteiras (que hoje não existem mais), mas atualmente as mulheres realizam seus partos em hospitais em outras localidades (Santa Cruz, Campo Grande, Guaratiba e etc.) e estas crianças, apesar de estarem em Grumari desde suas primeiras semanas de vida, são, no geral, registradas como naturais de Guaratiba.

No período áureo das fazendas no século XX, os residentes possuíam a oportunidade de estudar em escolas construídas por seus senhores, com a decadência deste sistema produtivo, hoje encontramos apenas ruínas destes antigos edifícios. Durante décadas, o isolamento geográfico representado pela extrema dificuldade de acesso à área, associado à ausência de escolas na região, levou a existência de um grande número de moradores que nunca tiveram acesso à educação escolar formal, o que é representado pela alta porcentagem de analfabetos dentre os moradores entrevistados (23,39 %). Atualmente, a comunidade ainda não possui uma escola no seu interior, todavia, há aproximadamente cinco anos, as crianças, que estudam majoritariamente em escolas municipais e estaduais como a Florípedes e a Prof. Fazenda Viera (respectivamente) localizadas em Barra de Guaratiba, possuem transporte escolar oferecido pela prefeitura. O maior percentual de moradores possui ensino fundamental incompleto (60,48 %), apenas 1,61 % dos entrevistados possui ensino médio completo, e 0,81 % superior completo, sendo este valor representado por um único morador, que veio “de fora”, através de casamento, já com seu título de bacharel em direito. Dentre os nativos, nenhum residente cursava o ensino superior até o momento da pesquisa.

Outra questão que merece destaque está associada ao choque entre a proibição legal para construção de novas residências e a necessidade real de expansão por parte da comunidade devido ao crescimento das famílias. Esta situação permite alguns desdobramentos. Primeiramente, podemos inferir que uma grande parte das residências apresenta alto número de habitantes distribuídos em poucos cômodos disponíveis. Ao relacionarmos os dados de número de habitantes por residência, com as características das residências, como número de quartos e de banheiros, podemos perceber que 50,00 % das moradias entrevistadas possuem de 04 a 06 ocupantes e, que 50,00 % possuem apenas dois quartos com 70,59 % contando com apenas um banheiro. Estes números comprovam a necessidade de novas construções e expansões por parte da comunidade,

que acaba por ser refletida nos 23,53 % de casas com apenas um quarto, assim como nos 55,88 % de famílias que assumem ter realizado alguma construção / expansão nos últimos 10 anos (irregulares). Os gráficos 5 e 6 permitem uma melhor visualização destes dados.

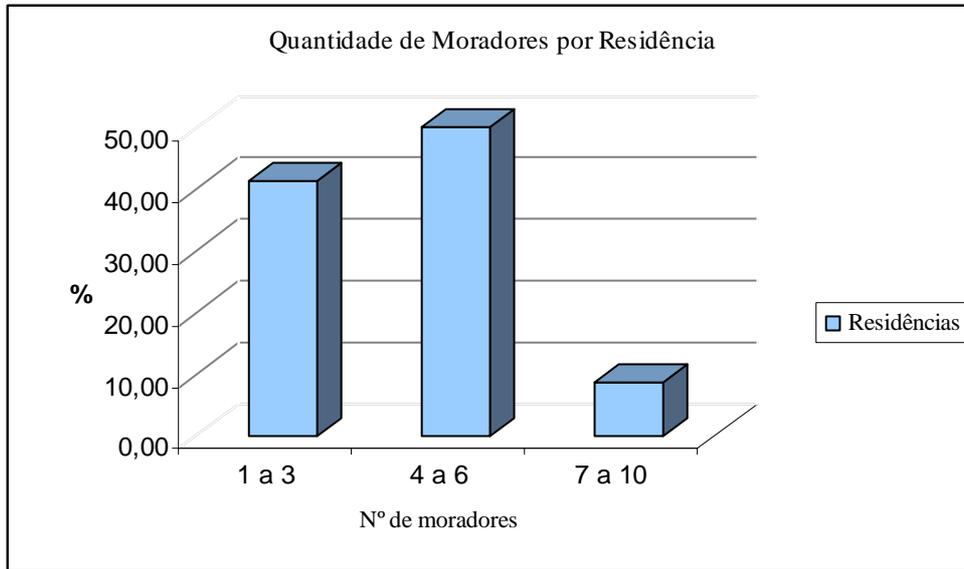


Gráfico 5. Porcentagem de residências contendo diferentes quantidades de moradores na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

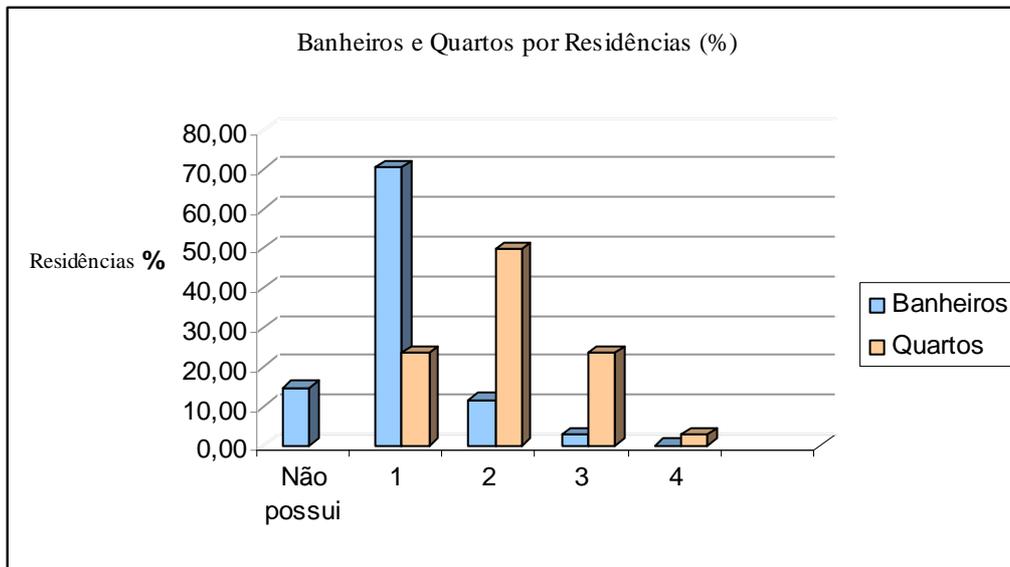


Gráfico 6. Porcentagem de residências contendo diferentes quantidades de banheiros e quartos na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

Frente a esta situação, alguns moradores optaram por fechar suas varandas, expandindo o espaço interno de suas casas, sem alteração (ampliação) dos limites externos, desta forma, alegam que a ação configura-se como benfeitoria, o que seria permitido pela legislação.

Outro ponto relevante é o fato de 14,71 % das casas entrevistadas não possuem banheiro algum, seus habitantes utilizam os banheiros de vizinhos, o da associação, o do trabalho, ou até mesmo o “mato”. Um dos casos mais representativos refere-se à residência de uma senhora de 61 anos (Fig. 109), uma das moradoras mais antigas de Grumari, a qual não possui banheiro e, até pouco tempo vivia em uma casa de pau-a-pique no sopé da encosta (Fig. 110). Esta senhora não sai de Grumari praticamente nunca, apresenta grande desconfiança em relação aos estranhos e visitantes e durante toda a entrevista permaneceu com um cabo de vassoura na mão, mesmo eu estando acompanhado pela secretária da associação de moradores, fato que corrobora a hipótese de comunidade “fechada”.



Figura 109. Residências de alvenaria da senhora de 61 anos na comunidade de Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).



Figura 110. Antiga casa de pau-a-pique (estuque) da senhora de 61 anos na comunidade de Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Em todas as residências que possuem banheiros, o destino do material é realizado através de sumidouros, sem nenhum tratamento prévio, impactando diretamente a qualidade do solo e da água, assim como, os ecossistemas locais (principalmente a restinga). Desta forma, a questão de saneamento básico torna-se fundamental neste contexto.

A permissão para realização de ampliações e novas construções apresenta-se como uma das principais demandas por parte da comunidade local, que ao não conseguirem autorizações, erguem construções irregulares e ilegais, causando grande impacto ambiental e, em alguns casos, gerando práticas de especulação imobiliária. Esta forte demanda está baseada no argumento do crescimento das famílias refletido em um aumento no número de residentes por moradia.

Todavia, 64,71 % das famílias entrevistadas afirmam que o número de habitantes na casa não aumentou nos últimos dez anos e que, em 23,53 % das residências, este número teria até diminuído.

Estes dados parecem animadores, mas não devemos nos enganar com a redução no número de habitantes nas residências, pois isto não significa que as novas famílias formadas estão buscando moradias fora da área do parque, o que auxiliaria em muito na redução dos conflitos de interesse, assim como, nos impactos ambientais gerados pela ocupação. Na verdade, o que ocorre é que, em momentos de pouca fiscalização, novas

casas (no geral com um quarto, sala, cozinha, banheiro) são construídas com imensa velocidade, intensificando em grandes proporções o número de residências existentes, assim como, a degradação dos ecossistemas naturais presentes na área. Isto fica evidente ao compararmos os 23,53 % de casas com redução de moradores, com os também 23,53 % de residências com apenas um quarto (todas construídas nos últimos dez anos) (Fig. 111).



Figura 111. Exemplo de residência de um cômodo construída nos últimos cinco anos na comunidade de Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

A maior parte dos entrevistados vive na área há mais de trinta anos (39,52 %), como pode ser percebido no gráfico 7. Estes dados também nos permitem interpretar, de forma indireta, a faixa etária média da população, onde o maior número é representado por pessoas com mais de trinta anos, seguido pela faixa 11- 20 anos, posteriormente pela de 21 -30 e por fim as crianças menores de dez anos.

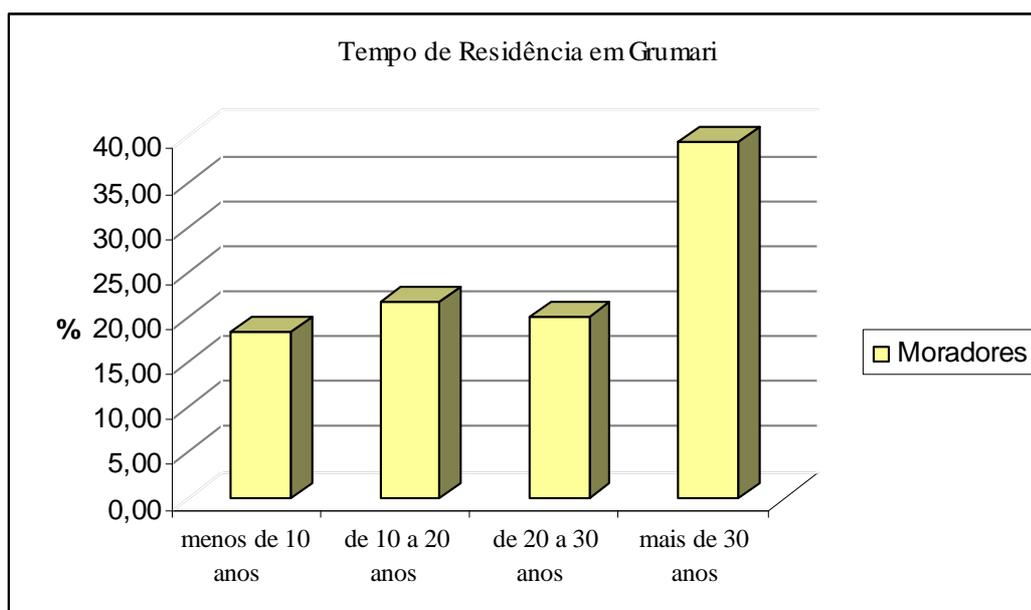


Gráfico 7. Porcentagem de moradores por tempo de residência na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

Portanto, com novos nascimentos e casamentos, novas famílias são formadas, e o desejo de permanência na área é evidente, onde 83,03% dos moradores afirmam não serem capazes de se adaptar ao estilo de vida “lá de fora” (Gráfico 8), o que se reflete no aumento real no número de construções no interior do parque.

Em inúmeros casos encontramos relevantes situações de ampliação e construção de novas residências para suprir a necessidade por espaço frente ao aumento no número de integrantes da família. Em um terreno específico (não citado para preservar a identidade dos moradores), notamos a existência de oito casas vinculadas a um mesmo número, com uma distribuição espacial muito particular, onde na fachada percebemos apenas uma residência (com pouco aproveitamento do terreno), com as demais construídas como anexos, ou casas individuais (nos fundos e amontoadas) (Fig. 112) (o mesmo ocorre em diversos outros lotes, mas em menor proporção).

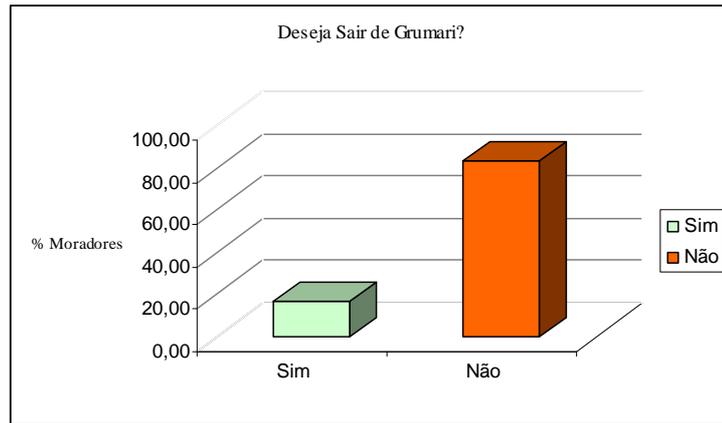


Gráfico 8. Porcentagem de moradores que desejam ficar e, que desejam sair da comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.



Figura 112. Construção / expansão de residências no interior do Parque Natural Municipal de Grumari – RJ (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

É importante destacar que, no interior da comunidade, ainda existem famílias residindo em casas de estuque (pau-a-píque) construídas de forma tradicional, correspondendo a 8,82 % das residências entrevistadas. O percentual real é maior, pois três das casas onde entrevistas não foram realizadas apresentam esta tipologia. Vale

destacar que estas três habitações não fazem parte da quantificação desenvolvida neste trabalho. Com o passar dos anos, e com o aumento da renda familiar, proporcionado principalmente pelo maior valor de mercado das mudas ornamentais, assim como pelas vagas no Projeto Mutirão, estas antigas casas passaram a ser gradativamente substituídas por construções de alvenaria de diversas proporções (Fig. 113), as quais são “levantadas” no mesmo local que a antiga ou em áreas próximas dentro do mesmo terreno. Este fato também explica o grande número de famílias que afirmaram ter realizado construções / ampliações na última década.



Figura 113. Exemplo de casa de estuque que será substituída por uma residência de alvenaria na comunidade de Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

A diversidade de rendas familiares (Gráfico 9), associadas às atividades econômicas desenvolvidas (Gráfico 10), às flutuações na presença e atuação do poder público ao longo das últimas duas décadas, assim como aos tratamentos diferenciados dados para alguns moradores por gestões anteriores (ex: autorizações para ampliações ou construções de novas residências), possibilitam a existência de uma grande variedade de estilos e proporções nas construções encontradas, onde notamos residências de um único cômodo até casas de quatro quartos com uma suíte em anexo (Figs. 114 e 115).

Cabe ressaltar, que este “tratamento diferenciado”, o qual favoreceu alguns moradores, é responsável por gerar intenso conflito interno na associação, onde muitos integrantes que, de maneira humilde, ampliam e constroem suas casas ilegalmente (um único cômodo), correndo o risco de serem derrubadas, incomodam-se com o fato de outros moradores terem ampliado suas residências em grandes proporções (casas de três ou quatro quartos) de maneira supostamente legal e sem ameaças (com autorização da gestão).

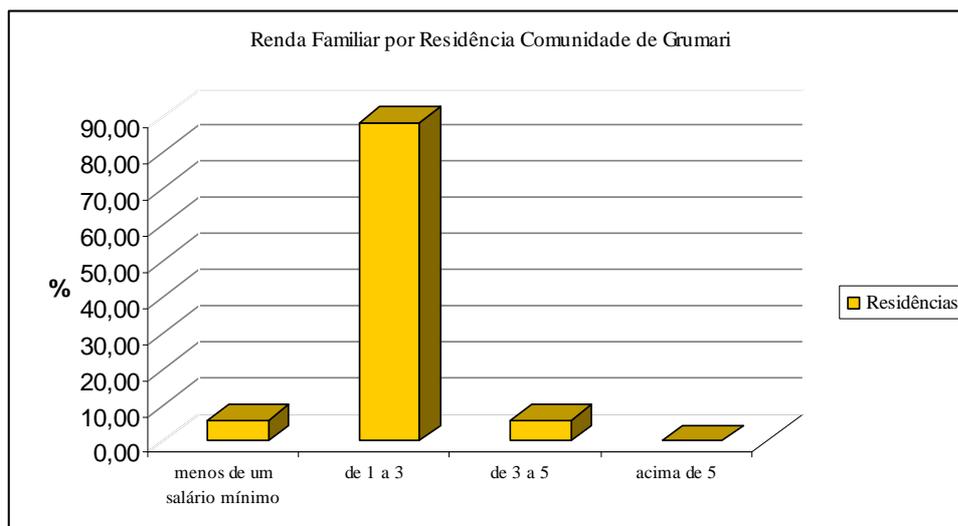


Gráfico 9. Porcentagem de residências com diferentes valores de renda familiar na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

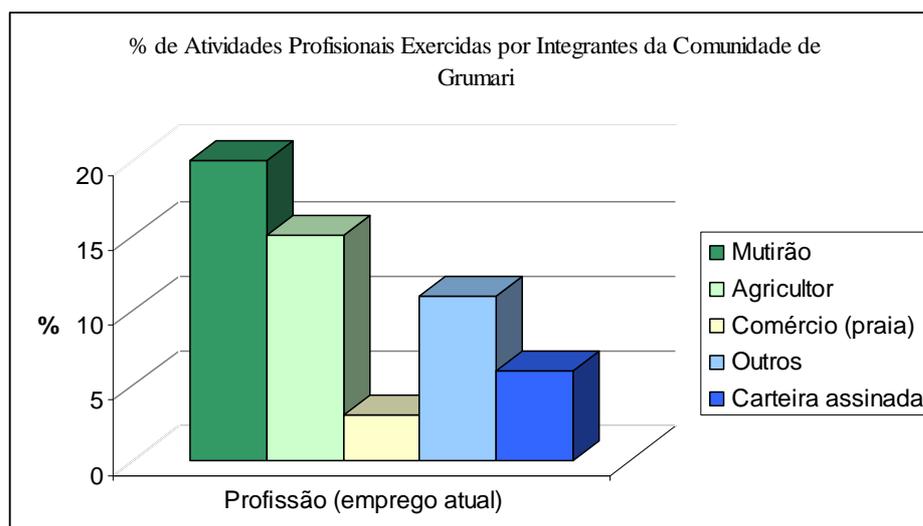


Gráfico 10. Porcentagem de moradores exercendo diferentes atividades econômicas (mutirão, agricultura, comércio na praia, outros e empregos com carteira assinada) na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.



Figura 114. Exemplos de residências na comunidade de Grumari (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 115. Diferentes tipos de residências na comunidade de Grumari (RJ)
(Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Outra irregularidade (de cunho fundiário) de alto impacto na conservação dos ecossistemas nativos, desenvolvida por uma pequena minoria de integrantes da comunidade (sem a aprovação da associação de moradores), refere-se ao comércio ilegal de terrenos, onde pessoas de fora da comunidade estão comprando pequenos lotes (sem documentação alguma) e construindo residências de padrão econômico mais elevado, alterando desta forma, a configuração, assim como a funcionalidade da paisagem, que também passa a ser utilizada como área de veraneio.

Uma observação torna-se fundamental, o comércio de terrenos a cima referido não se assemelha a venda de residências por moradores que optam por sair da comunidade. Duas casas vendidas recentemente para pessoas “de fora”, permanecem com as mesmas proporções, e apenas benfeitorias foram realizadas, já nos casos de lotes

vendidos, novas casas foram construídas. É importante ressaltar que estes novos proprietários manifestam interesse em participar da associação de moradores.

Grande parte das construções situa-se na área de baixada no sopé das encostas, com relevo plano (61,76 %), outra parcela localiza-se na transição da baixada para a encosta, em relevo suavemente inclinado (33,25 %) e poucas casas encontram-se nas vertentes (Gráfico 11). Os ecossistemas mais afetados pela presença das residências estão justamente na transição da baixada para as encostas (incluindo as áreas planas próximas às vertentes), poucas casas estão efetivamente em locais de vegetação de restinga, este ecossistema sofre maior pressão dos cultivos de ornamentais e, no que concerne a floresta de encosta, o principal impacto também não é gerado pela ocupação (construção de casas) e sim pelos bananais (Gráfico 12).

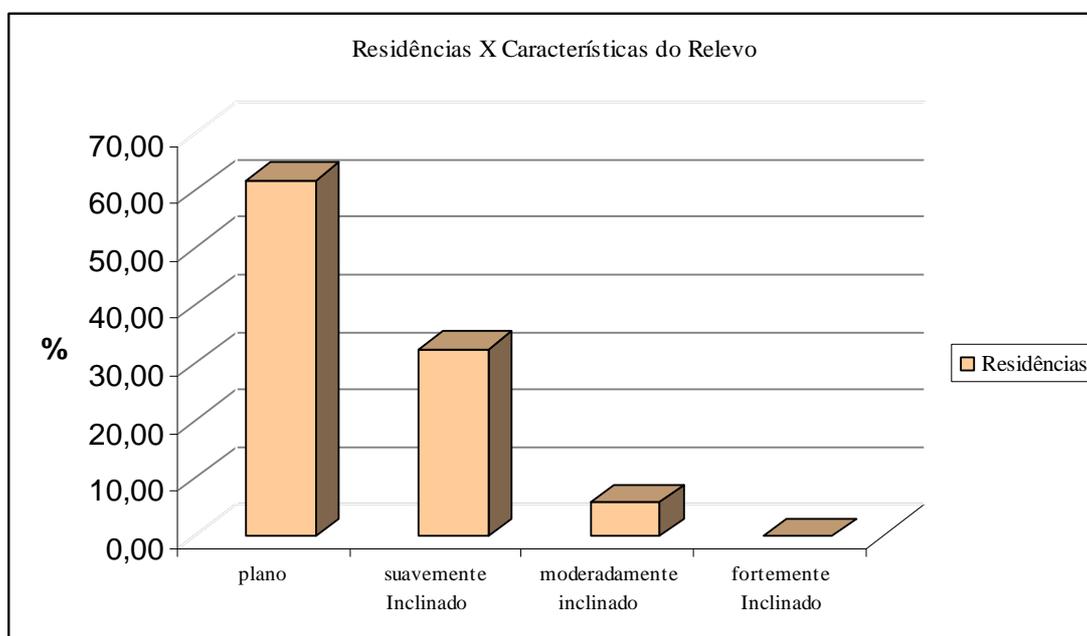


Gráfico 11. Porcentagem de residências localizadas em áreas com características de relevo diferenciadas (plano, suavemente inclinado, moderadamente inclinado e fortemente inclinado) na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

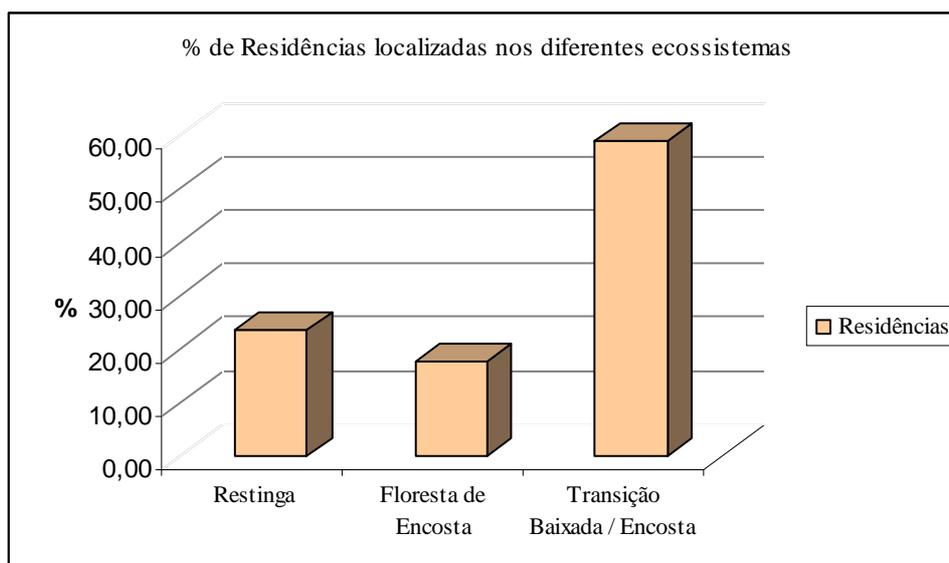


Gráfico 12. Porcentagem de residências localizadas nos diferentes ecossistemas (restinga, floresta de encosta e transição baixada / encosta) na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

O Parque Natural Municipal de Grumari não conta com abastecimento de água fornecido pela CEDAE, todas as residências da comunidade retiram água através da captação de diversas nascentes encontradas na área. Na maioria dos casos, estas fontes são compartilhadas por quatro ou cinco famílias, mas encontramos situações em que nascentes são exploradas por uma única residência. Estas captações também são utilizadas no processo de irrigação dos cultivos de mudas ornamentais (Fig 116).



Figura 116. Processo de irrigação de áreas de cultivo de mudas ornamentais no Parque Natural Municipal de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Devido à freqüente incidência de massas de ar frio (principalmente no inverno), causando chuvas frontais, assim como pela influência do relevo (causando chuvas orográficas) (Fig. 117), a região possui chuvas bem distribuídas ao longo do ano, com uma estação mais seca no período de inverno. Portanto, em raros casos estas nascentes chegam a secar, e ainda não há relatos de conflitos por recursos hídricos nesta comunidade. As captações são feitas nas encostas na tentativa de garantir boa qualidade, desta forma, a água não será salobra (a planície está muito próxima do nível do mar) nem poluída pelo esgoto produzido pelas residências, assim como pelos insumos químicos utilizados nas plantações.



Figura 117. Combinação entre chuva frontal e orográfica no anfiteatro de Grumari
(Foto: Thiago Pereira, 2011).

Todas as casas da comunidade possuem luz elétrica, mas o índice de ilegalidade, refletido por ligações clandestinas (gatos), é muito alto entre as residências entrevistadas (58, 82 %) (Gráfico 13 e Fig. 118). Os serviços da Companhia de Gás do Rio de Janeiro (CEG) não são oferecidos na região, desta forma, 100 % das casas entrevistadas utiliza gás de botijão. No passado, os fogões eram “a lenha”, o que gerava grande impacto com abertura de trilhas para coleta de madeira. O recolhimento do lixo é realizado pela COMLURB, mas não diariamente, desta forma, o acúmulo excessivo nos pontos de coleta torna-se um problema freqüente. Os moradores contam com o serviço oferecido

pelos correios, mas algumas famílias recebem suas correspondências no endereço da sede da associação.

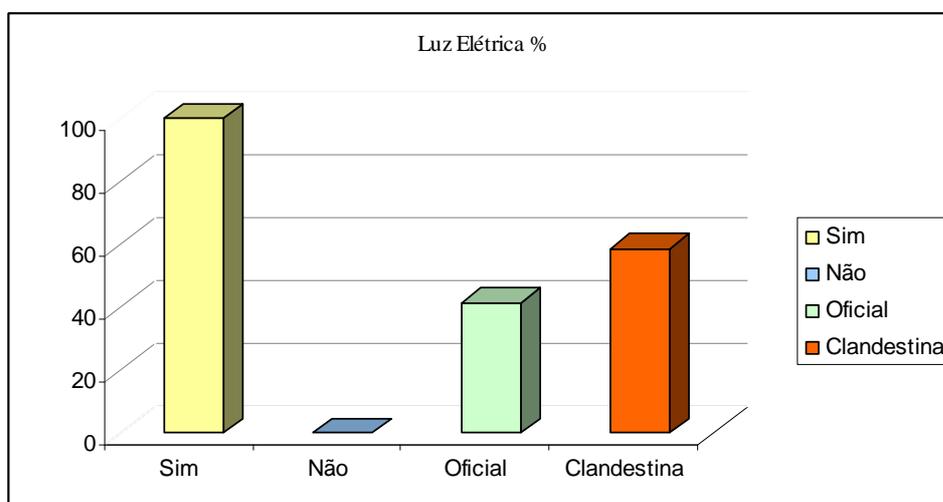


Gráfico 13. Porcentagem de residências que possuem luz elétrica e porcentagem de residências com luz oficial e luz clandestina na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.



Figura 118. Relógio de luz oficial na comunidade de Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Dentre as famílias entrevistadas, 97,06 % informaram não possuir documentação alguma que prove a propriedade da casa ou da terra (no caso dos posseiros). Podemos citar como exemplo alguns moradores que alegam que seus pais, avós e até bisavós já viviam em Grumari, mas não possuem documentos, cartas, nem fotos que sustentem esta afirmação. Em um dos casos, tudo que o entrevistado possuía era um livro de

registro de ponto e pagamento dos funcionários do Condomínio Grumari (década de 1960) no período em que seu pai era trabalhava como encarregado no projeto (Fig. 119).

Apenas um entrevistado (com 53 anos) alegou possuir documentos que provam o tempo de residência na área. Afirmou ter vindo para Grumari quando tinha onze anos, com seus pais (contratados para trabalhar com bananais). Na ocasião de seu casamento, a proprietária do sítio em que trabalhava lhe cedeu uma casa de estuque para que pudesse viver com sua família, sendo assim informou que possui papéis que registram esta transação, provando, portanto, o tempo de residência nesta casa de estuque, que já não existe mais, foi transformada em uma casa de alvenaria com quatro quartos há aproximadamente 15 anos, e posteriormente dividida em duas de dois quartos (há dez anos no casamento da filha, quando já era APA - Grumari).



Figura 119. Livro de registro de ponto e pagamento dos funcionários do Condomínio Grumari apresentado como prova de residência na área há mais de cinquenta anos (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

A transformação nas rendas familiares proporcionadas pelo maior valor de mercado das ornamentais (se comparado com os gêneros alimentícios ou com a banana), assim como pelo projeto mutirão, possibilitou uma melhoria na qualidade de vida dos moradores da comunidade, que puderam então investir em benfeitorias em seus imóveis (em alguns casos novas construções ou expansões ilegais), comprar veículos (Gráfico 14), eletrodomésticos (diversas casas possuem som, televisão, geladeira, máquina de lavar, fogão, DVD, computador e etc), telefone, alimentos e etc.

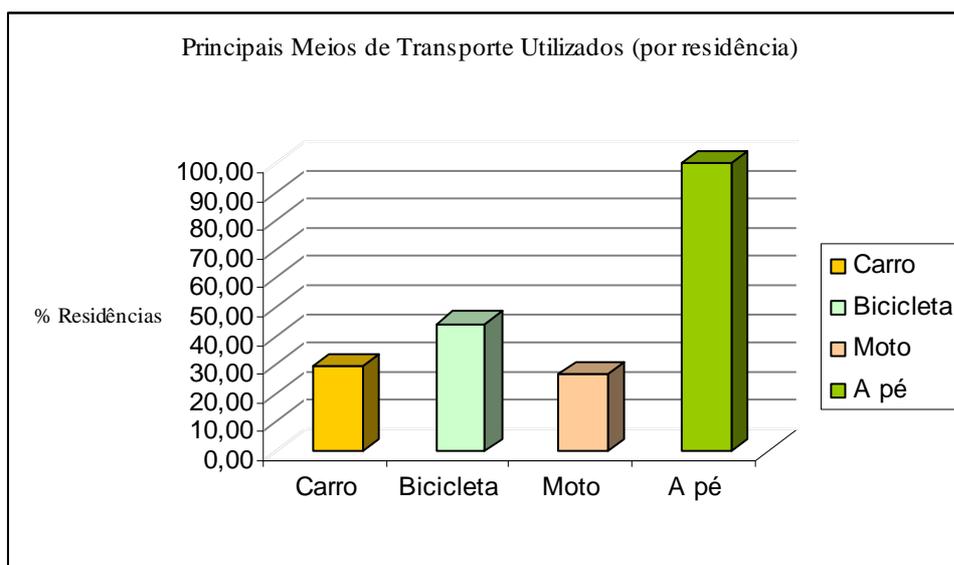


Gráfico 14. Porcentagem dos principais meios de transporte por residência na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

Apesar de um número maior de indivíduos entrevistados estar diretamente envolvido com o projeto Mutirão (33,36 %), que apresenta-se, portanto, como uma importante fonte de renda para os moradores de Grumari (apesar de todas as possíveis críticas a respeito das relações de trabalho), o percentual de famílias entrevistadas que trabalham com roças de ornamentais (67,65 %) é maior do que o percentual de moradores que não exercem atividade agrícola (32,35 %). Esta diferença pode estar associada ao fato de encontrarmos algumas famílias com dois ou três integrantes trabalhando no projeto Mutirão (o que não deveria ser permitido), enquanto nas famílias que trabalham com ornamentais, na maioria das vezes, apenas um integrante (o marido) é que trabalha na lavoura.

De qualquer forma, a agricultura é a principal atividade econômica desenvolvida na área, questão que está diretamente associada ao processo histórico de ocupação do espaço de Grumari, e que apresenta-se como maior conflito encontrado no interior do parque. Como já discutido, inicialmente, a partir da criação da APA e posterior transformação em Parque Natural, o maior problema foi o cultivo de bananais localizados majoritariamente nas encostas, mas também encontrados nas áreas de transição para a planície. Após a mudança de cultivo, que passou a ser voltado para a produção de mudas ornamentais (projeto inicialmente estimulado pela prefeitura), os bananais foram abandonados pelos agricultores de Grumari (passaram a ser manejados por moradores de Piabas), que iniciaram plantios de mudas na planície. O alto valor de

mercado, assim como a sólida demanda, acabou por levar a prática de expansão de áreas de cultivo, tanto em sub-bosque, como com a abertura de clareiras.

De acordo com a legislação, esta comunidade não poderia estar presente no interior do parque, portanto, a atividade agrícola também torna-se ilegal. Ao longo do processo de pesquisa, três momentos foram marcantes nos conflitos entre SMAC-RJ e agricultores de Grumari. No primeiro, referente aos trabalhos de campo iniciais (no ano de 2007), não existia forte pressão da prefeitura sobre a comunidade em relação às práticas agrícolas desenvolvidas e os agricultores aproveitaram este momento para aumentar a produção e expandir áreas de cultivo. Em um segundo momento, já no ano de 2011 (junho, julho, agosto e setembro), o foco do Projeto Mutirão, até então direcionado para recuperação de áreas de bananais, voltou-se para as áreas de cultivo de ornamentais, permanecendo na iminência de iniciar os trabalhos de reflorestamento em uma roça próxima a Lagoa Feia. Em uma das entrevistas um agricultor fez a seguinte afirmação: “*amarraram os braços e as pernas do agricultor*”. Este depoimento retrata de maneira clara a angústia sentida pela população.

Esta situação gerou um estado de constante ameaça entre os produtores, que passaram a se mobilizar em prol da garantia do direito de cultivar e permanecer na terra. Em outubro de 2011, com a organização e o fortalecimento da atuação da associação de moradores, assim como da maior participação dos associados, a comunidade entrou em contato com o Ministério Público, no intuito de realizar uma denúncia contra a Prefeitura do Rio de Janeiro, mais especificamente contra a SMAC-RJ.

Neste processo, inicialmente buscaram a Defensoria dos Direitos do Negro (acreditando na hipótese de comunidade quilombola), onde foram indicados para o Núcleo de Terras. Neste órgão, durante reunião com defensor, foram encaminhados para a seção de direitos Humanos, que ficou com a causa. Uma vistoria inicial foi realizada na área, onde estavam presentes representantes da SMAC-RJ, do Ministério Público e da Comunidade, na busca por alternativas ao cultivo de ornamentais. Neste momento, foi estudado um acordo para que não fosse necessária a abertura de processo judicial.

Este último fato influenciou diretamente na relação entre estes dois atores (SAMAC-RJ e agricultores), onde a pressão exercida sobre os produtores foi notavelmente reduzida, possibilitando maior tranquilidade e segurança no dia-a-dia da comunidade, que, por sua vez, também interrompeu (supostamente) a expansão de áreas de cultivo, permanecendo manejando apenas as áreas já trabalhadas.

Frente a estas questões, o gráfico 15 ilustra com mais clareza a percepção dos moradores sobre a relação desenvolvida com a SMAC-RJ.

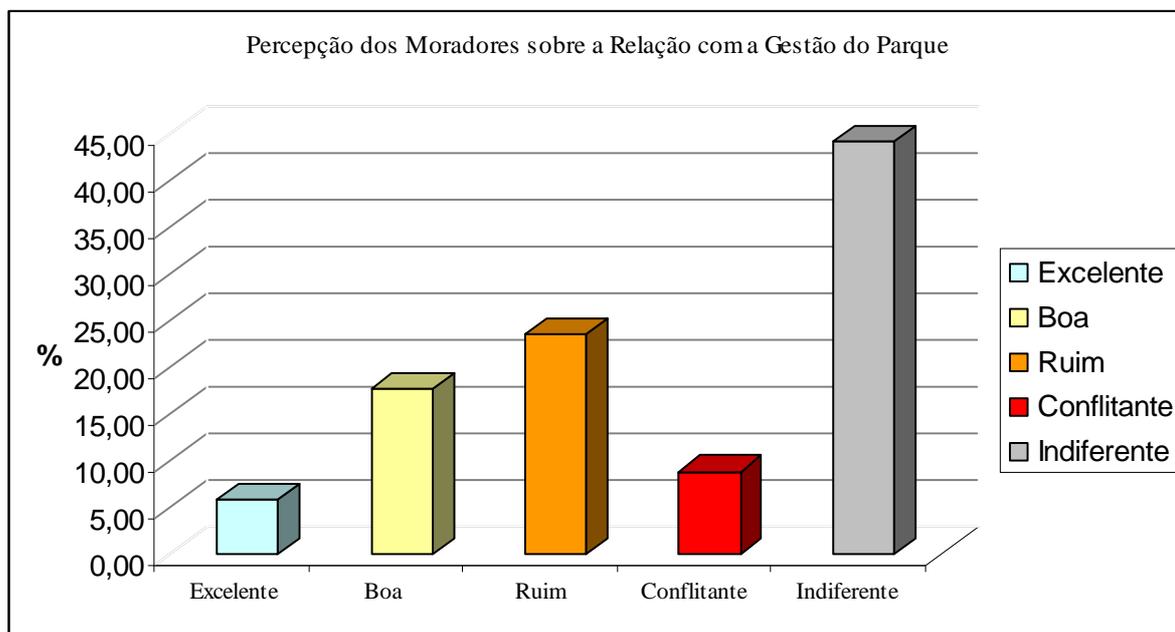


Gráfico 15. Porcentagem de diferentes percepções dos moradores sobre a relação com a gestão do Parque Natural Municipal de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

Um ponto curioso, que também está associado à idéia de território, está no fato de não existirem cercas, ou divisórias físicas de qualquer espécie, entre as diferentes propriedades residenciais e áreas de cultivo. Da mesma maneira, não existem conflitos por posse de terra, cada morador reconhece os limites de seu espaço em relação ao território do vizinho. Esta situação pode estar associada ao fato de muitos dos posseiros terem recebido suas terras do antigo funcionário do “Condomínio Grumari”, e por serem familiares e gratos, permanecem apenas com o que lhes foi dado inicialmente. Vale lembrar que é possível encontrar expansão de áreas de cultivo de ornamentais no sopé das encostas, mas nunca ocorrendo invasão em terras de propriedade de vizinhos. Atualmente, uma das propostas apresentadas pelo presidente da associação, na tentativa de garantir a permanência e a possibilidade de cultivo, é delimitar e cercar as propriedades, realizando fiscalizações periódicas; caso seja detectada ampliação, o agricultor perde toda a propriedade.

Neste contexto, na planície temos um complexo mosaico de pequenos terrenos residenciais e áreas de cultivo fragmentadas (ornamentais), onde um mesmo proprietário acaba por possuir terras cultivadas em diferentes localidades (próximas e distantes da casa), intercaladas por cultivos de outros posseiros. Esta configuração

mascara o real tamanho das propriedades. As diversas trilhas criadas para possibilitar o acesso a estas áreas ajudam a intensificar o processo de fragmentação florestal, assim como o efeito de borda nos ecossistemas remanescentes encontrados no PNMG.

Apesar do alto grau de fragmentação e heterogeneidade do mosaico espacial da paisagem de Grumari, existe um forte sentimento de poder, de domínio, de propriedade, por parte da comunidade em relação ao todo (ao anfiteatro), o que ajuda a criar uma identidade de “nativo”, um sentimento de pertencimento, de espaço vivido em relação à “Grumari”, que pode ser representado inclusive pela criação de uma identidade visual para a comunidade, a bandeira da associação (Fig. 120).



Figura 120. Bandeira da Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari (imagem cedida pela associação).

Nesta representação visual, podemos destacar a presença de elementos de extrema importância no cotidiano dos moradores, como a flor e as folhas representando as mudas ornamentais, as vertentes, a floresta de encosta e a restinga (ao centro) e o sol representando a praia, assim como a influência das condições climáticas para o cultivo.

A questão territorial também é espacializada e representada visualmente através da elaboração de um mapa da comunidade de Grumari em 2002 (Fig.121), desenvolvido pelo então presidente da associação (Sr. Antônio Pereira Pinto Neto). Esta representação não segue rigorosamente normas cartográficas em sua produção, e a escala apresenta-se como grande problema. De qualquer forma, os dados presentes nos ajudam a interpretar o processo de ocupação da área, assim como o crescimento da comunidade representado

por um processo de expansão horizontal. De acordo com as informações contidas no mapa, em 2002 podemos notar a existência de 34 residências na comunidade de Grumari, número que em 2011 chega a pelo menos 52.



Figura 121. Mapa esquemático da comunidade de Grumari elaborado pela Associação de moradores no ano de 2002 (Foto: Thiago Pereira, 2011).

De acordo com informações apresentadas pelo presidente da associação, que representa os moradores e produtores de Grumari, esta foi fundada inicialmente em

1985, ano de tombamento da área de Grumari. Neste momento, devido às restrições impostas pela nova legislação, posteriormente intensificadas pela criação da APA e do Parque Natural, a comunidade sentiu a necessidade de desenvolver maior organização interna, com o intuito de possuir voz ativa perante o poder público. Após dez anos de existência, enfraquecida e sem a participação efetiva dos moradores, no ano de 1995, a associação foi reformulada e passou a apresentar sua atual denominação (*Comunidade de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari*). Neste momento, diversos moradores se uniram e “levantaram” a sede da associação em forma de mutirão, o mesmo edifício permanece até os dias atuais (Fig. 122)



Figura 122. Sede da Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Ainda segundo o entrevistado, atualmente, aproximadamente 60% das famílias residentes em Grumari estão vinculadas à associação, mas este é um número flutuante, aumentando a participação em momentos de maior pressão por parte da prefeitura. A maior parte dos 40 % de famílias não associadas possui residências em áreas próximas ao Rio do Mundo.

Um grande conflito interno na comunidade está associado ao desenvolvimento de práticas religiosas no interior da sede da associação, impossibilitando a realização de atividades com outras finalidades neste espaço. Esta problemática iniciou-se ainda na

década de 1990, quando grande parte dos integrantes da comunidade optou por seguir a religião evangélica (diversas igrejas, correntes). Neste momento, abriram mão de todo e qualquer resquício de práticas culturais como lendas, danças, rezas e etc., que talvez fossem essenciais para classificá-los como tradicionais (o que garantiria a posse e permanência na terra). A única prática mantida está na utilização de ervas medicinais plantadas no entorno das residências, que acabam por funcionar como farmácias naturais. Sendo assim, no final desta mesma década, decidiram construir uma igreja no interior da comunidade, localizada nos fundos da sede da associação de moradores. Apesar de existirem moradores realizando cursos de formação de Pastor, esta edificação atraiu a atenção de igrejas “de fora” da comunidade, onde uma (assembléia de Deus) assumiu a realização dos cultos na igreja construída. No início da década de 2000, a SMAC-RJ detectou a presença desta nova construção e realizou sua demolição, nos dias atuais, tudo o que encontramos são os alicerces (Fig. 123).



Figura 123. Alicerces da igreja evangélica construída pelos moradores de Grumari e demolida pela SMAC-RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Neste momento, muitos moradores já frequentavam os cultos realizados no interior da comunidade, aceitando a presença do “Pastor de fora”, e ao não mais possuírem um local para realização dos encontros, apoiaram a idéia de utilizar o principal espaço da sede da associação de moradores (a maior sala) para fins religiosos. Rapidamente, a sala passou a conter bancos e púlpito, distribuídos espacialmente de maneira a configurar uma igreja com todos os seus detalhes. Esta ocupação não aconteceu de forma simples e a sala foi tomada pela igreja mediante arrombamento da porta e troca da fechadura, impedindo o acesso daqueles não vinculados ao Pastor.

A associação realizou denúncia policial, mas diversos moradores defenderam a permanência da igreja e nenhuma providência foi tomada no sentido de desocupar o edifício. Esta situação ocorrida em 2000 / 2001 gerou intenso conflito interno na comunidade, onde apesar dos moradores serem majoritariamente evangélicos (Gráfico 16), alguns frequentavam a igreja local, enquanto outros (os que não concordam com a presença do Pastor “de fora”) cultuavam em outras áreas da cidade (ex: Campo Grande, Guaratiba e etc.).

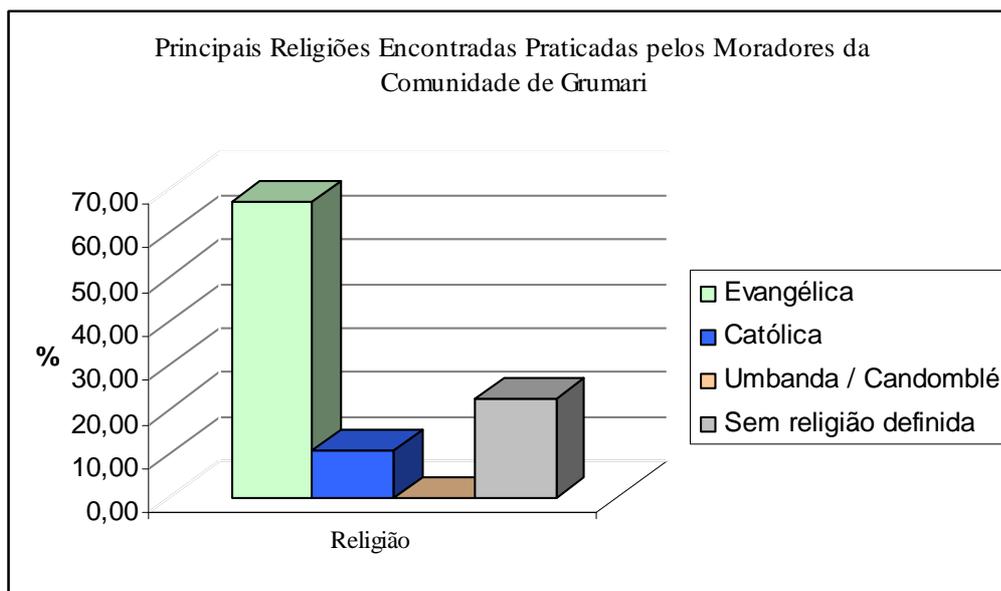


Gráfico 16. Porcentagem de praticantes de diferentes religiões na comunidade de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

Este cenário permaneceu até o segundo semestre de 2011, quando o conflito tornou-se mais acirrado. Neste novo contexto, diversos projetos propostos pela associação, como parcerias com o SENAC, SENAI, Banco Itaú, e etc, acabaram sendo inviabilizados pela falta de espaço e estrutura adequada para realização das atividades, pois a sala (ideal para as propostas) era utilizada como igreja (por um Pastor “de fora”).

Ao perceberem que a permanência da igreja impedia a realização de diversos cursos de formação profissionalizante, a criação da biblioteca / videoteca, a visita de psicólogos e etc., atividades que em tese permitem melhoria na qualidade de vida de toda a população local, a oposição à ocupação tornou-se mais forte, assim como a pressão para a desocupação do espaço pertencente à Associação de Moradores e Produtores de Grumari e Parque Grumari.

A influência da igreja na comunidade é tão intensa, que na última eleição para presidente da associação, o pastor indicou um candidato de seu interesse e estava presente no dia da votação para garantir os votos de seus fiéis, mesmo assim, seu candidato não foi eleito.

Denúncias referentes à ocupação foram levadas a SMAC-RJ, a qual informou que a questão deveria ser resolvida internamente via associação, já que muitos moradores freqüentavam os cultos. Um caminho pensado pela associação foi a realização de um abaixo assinado solicitando a saída imediata da igreja da construção. Os argumentos foram bem elaborados e a proposta alternativa apresentada foi a de que os cultos fossem realizados nas varandas das residências de alguns fiéis (algumas possuem grandes proporções), fato já ocorrido no passado (período entre a demolição da igreja e ocupação da sede). Os opositores a ocupação evidenciaram de forma clara, que o desejo era a desocupação da sede e não a retirada do Pastor de Grumari.

Ao participar das visitas às residências para coleta de assinaturas, pude perceber a real divisão interna na comunidade, o que acaba por enfraquecer a atuação da associação, que nos últimos meses perdeu aproximadamente 30 associados por este conflito (majoritariamente residentes do Rio do Mundo). Como resultado final, 59 % dos moradores assinaram o documento, o curioso é que dentre os que optaram por não assinar, muitos verbalizaram serem a favor da liberação do espaço da associação, mas que não assinariam, pois não queriam ser vistos como “ovelhas rebeldes” (segundo suas palavras).

Em novembro de 2011, os associados arrombaram a porta da sala e retiraram os móveis da igreja, trocaram a fechadura e ocuparam o espaço com atividades, eventos (ex: Festa das Crianças da Comunidade de Grumari) (Fig. 124), assim como com o início da formação da biblioteca. Os cultos passaram a ser realizados nas varandas dos fiéis (como proposto), mas o conflito ainda permanece e consiste basicamente em disputa por poder sobre o espaço, assim como sobre a comunidade.



Figura 124. Festa das Crianças da Comunidade de Grumari em novembro de 2011
(Fotos: Thiago Pereira, 2011).

De acordo com a percepção dos entrevistados (associação e famílias), os principais problemas de condições sanitárias e infra-estrutura encontrados são relativos à falta de iluminação e pavimentação nas ruas no interior da comunidade, o que gera problemas de violência (desova de corpos e carros), assim como grandes transtornos para a circulação, principalmente em períodos chuvosos; à falta de transporte público (o que influencia diretamente na acessibilidade ao local); à falta de saneamento básico e; à ausência de áreas de lazer (praças e brinquedos infantis). Quanto à comunicação, o acesso à internet foi apresentado como principal demanda. Também ocorre a falta de serviços básicos como farmácia, escolas, hospitais (ou posto de saúde), padaria, mercado e etc., sendo necessário o deslocamento para áreas como Barra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Campo Grande, Recreio dos Bandeirantes, dentre outros.

O grande número de casos de dengue também foi destacado como recorrente problemática local, assim como a ausência de projetos preventivos desenvolvidos pela prefeitura. Vale frisar, que segundo o discurso apresentado pelos moradores, todos os problemas estão associados ao descaso do poder público em relação à área de Grumari

Ao serem questionados quanto à influência do movimento de massa de abril de 2010 em seus cotidianos, 79,41 % dos entrevistados informaram terem sido afetados

negativamente devido a fatores como maior dificuldade na realização do escoamento da produção (ornamentais), redução de fregueses (vindos do Recreio), maior dificuldade de acesso aos serviços diversos, alteração de rota e tempo de deslocamento para pessoas que trabalham no Recreio e Barra, diminuição no lucro (frequência) nas tendas na areia (montadas pelos moradores no período de verão), além da redução no número de caronas disponíveis. Os 20,59% que alegaram não terem sido influenciados, justificaram este fato por utilizarem serviços em Barra de Guaratiba e Ilha de Guaratiba, poucas vezes se deslocando para o Recreio.

Diversas são as sugestões e propostas de trabalhos interativos entre a comunidade e a administração do parque que visam à substituição da produção de ornamentais, com a garantia de manutenção da renda para as famílias. Neste sentido podemos destacar algumas idéias apresentadas pelos moradores como projetos de piscicultura, a utilização de mão-de-obra local como “guardiões do parque” (com carteira assinada), ou guias turísticos (ecoturismo), oferta de cursos de inglês visando preparar o morador para melhor receber o visitante, construção de espaço (na orla) para venda de produtos artesanais produzidos pela comunidade, a construção de um galpão de reciclagem e formação de uma cooperativa (trabalhar com o material coletado na praia, assim como com o produzido na própria comunidade), o desenvolvimento de uma padaria comunitária, garantir que as atividades de comércio e fiscalização de estacionamentos sejam controladas pelos moradores, dentre outros.

Alguns destes projetos são viáveis e interessantes, outros tornam-se impraticáveis devido as restrições impostas pela legislação vigente, como no caso da piscicultura, atividade não compatível com a categoria Parque Natural segundo o SNUC.

A quase totalidade de famílias entrevistadas (94,12%) afirmou possuir preocupação em relação à questão ambiental na área, neste sentido, como principais irregularidades encontradas destacaram a expansão de áreas de cultivo, a caça, os incêndios gerados por oferendas religiosas (ocorrem majoritariamente na área de restinga), a extração ilegal de espécies vegetais, o abandono e queima de automóveis e o esgoto doméstico. Acreditam que para contribuir com a manutenção e recuperação dos ecossistemas locais, é de fundamental importância manter a área sem lixo (armazenar corretamente), não desmatar áreas de vegetação natural, reflorestar as áreas degradadas, assim como tentar mesclar uso com conservação.

Ao serem questionados quanto ao desenvolvimento de alguma atividade de lazer exercida no interior do parque, grande parte dos entrevistados informou que a diversão existente está na Igreja, na televisão e no rádio. Outras atividades destacadas (em menor proporção) foram a praia (caminhadas e banho de mar e sol), o futebol no campo da comunidade, a pesca e a “cervejinha” no final de semana com os vizinhos (no caso dos não frequentadores da igreja).

No passado, mais especificamente até a chegada da luz elétrica nas residências, uma atividade comum de lazer desenvolvida com bastante frequência consistia em, durante a noite, agrupar as famílias em volta de uma fogueira e contar lendas, “causos” ou histórias locais, prática que apresentava enorme contribuição como forma oral de transmissão de conhecimento e história local. Com a energia, chegaram também eletrodomésticos, dentre eles a televisão e o rádio, que interferiram na frequência de realização destes encontros, os quais foram drasticamente reduzidos (mas ainda ocorrem). Outro ponto que merece destaque é a maior individualização das famílias, que passaram a permanecer por mais tempo no interior de suas casas, permitindo um enfraquecimento no sentimento de comunidade, de coletividade. Mas, talvez a principal responsável pelo desaparecimento, quase que por completo, da “mitologia” local tenha sido a adoção da religião evangélica por um grande percentual de moradores. Segundo os preceitos desta religião (informados pelos moradores), estas histórias não devem ser divulgadas, pois muitas são associadas a forças sobrenaturais, consideradas como maléficas.

Ao entrevistar moradores mais antigos e sem religião definida foi possível destacar algumas destas lendas, “causos” ou histórias locais (que aqui são apenas citadas) como: A mula sem cabeça; a trilha do caminho do padre (na restinga), onde muitos dizem que um padre (já falecido) faz aparições; a Pedra da risada (Fig. 125), a qual ri ao meio-dia e meia-noite; o tatu que sobe na pedra (no caminho para Piabas); a luz que voa na encosta / bola de fogo nas vertentes (mãe d’ouro ou Boitatá); a curva da loira (mulher assassinada na subida para Barra de Guaratiba); o cavalo na encruzilhada da Rua Sta. Beatriz; as almas penadas; a pedra dos escravos (trabalhavam no moinho de farinha e se matavam pulando da pedra para buscar a liberdade – ainda encontramos muitos artefatos históricos na área); a bruxa da trança, que vinha a noite e trançava o cabelo das crianças que estavam em pé (não dormindo); o lobisomem; o saci; que a área era terra de índio, com diversas lendas; a mulher que andava com a calcinha na cabeça

no Rio do Mundo; o bode velho que aparecia na estrada e o Salvador Bagunça, que passava com os burros.



Figura 125. Pedra da risada no Parque Natural Municipal de Grumari – RJ (Foto: Claudiéia da Costa, 2011).

Diversas ruínas (igreja, correio, escolas, casa grande, armazém e etc.), referentes ao período de grande produtividade das fazendas localizadas em Grumari nos séculos XVIII e XIX, ainda podem ser encontradas nesta área, assim como diversos artefatos históricos. Algumas construções ainda são utilizadas como residências, enquanto outras são mantidas abandonadas e novos anexos são construídos para moradia (Fig. 126). Torna-se fundamental um estudo profundo no âmbito da arqueologia, que possibilite um resgate mais detalhado do processo histórico de ocupação da área. O levantamento das lendas, “causos” e histórias locais também pode ser importante ferramenta neste processo.

No que concerne às visões e interesses dos outros agentes presentes (direta ou indiretamente) na área do Parque Natural Municipal de Grumari, em relação às filmagens e produções desenvolvidas pela indústria cinematográfica / televisiva / publicitária, foi possível notar uma relação conflituosa e contraditória por parte da comunidade. No geral, o discurso apresentou insatisfação em relação à realização das produções e, o principal argumento baseou-se na restrição ao trânsito de moradores e visitantes nas vias públicas. Vale destacar, que grande parte dos eventos de filmagem ocorre na Av. Estado da Guanabara ou na faixa de areia, não influenciando diretamente o cotidiano da comunidade local, apenas nas ocasiões de escoamento das mudas

produzidas, quando caminhões são impedidos de passar no intuito de não atrapalhar as tomadas de cena.



Figura 126. Ruína de antigo armazém localizada no Largo Francisco Caldeira de Alvarenga, utilizada no passado como residência e ampliada através da construção de anexos (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Em contrapartida, quando as vias e construções localizadas no interior da comunidade são utilizadas como locações, a dinâmica da comunidade altera-se intensamente nos períodos de filmagem. Diversas gravações de novelas, seriados, filmes, propagandas e etc. já ocorreram em variadas residências (arquitetura antiga) (Fig. 127) ou na sede da associação (funciona como camarim). Os espaços são alugados pelas produtoras, as quais pagam valores considerados interessantes pela associação (no caso de utilização da sede), assim como pelos proprietários (no caso de utilização de residências). Como alguns exemplos de produções realizadas na comunidade, podemos citar as novelas Sorriso do Lagarto, Irmãos Coragem, Três irmãs, Tenda dos Milagres (Rede Globo), Lei e Crime, Mutantes (Rede Record), Cananga do Japão (TV Manchete) e etc.

Já nos casos associados à utilização de vias como a Estrada de Grumari (no interior da comunidade), a postura da comunidade é negativa. Nesta situação, não recebem valores monetários das produtoras (as vias são espaço público), permanecendo apenas com os impactos causados, como produção de lixo, pisoteio da vegetação e etc.

Um fato marcante e recente, como já apresentado, está na produção de uma propaganda de lançamento de um automóvel com tração nas quatro rodas (4X4), onde os impactos ainda podiam ser percebidos na paisagem ao final desta pesquisa. Portanto, a relação entre estes dois agentes pode ser interpretada como conflituosa, com interesses divergentes.



Figura 127. Residência do antigo encarregado, utilizada em diversas filmagens (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Interesses divergentes também são encontrados entre a visão da comunidade e a visão da associação naturista em relação à praia do Abricó (única praia de naturismo do Município do Rio de Janeiro). Neste caso, grande parte dos moradores sente-se impedido de frequentar um espaço muito utilizado no passado (ex: coleta de conchas para artesanato e extração de marisco), alegaram ser uma “pouca vergonha” (segundo suas palavras), uma ofensa, uma agressão. Defenderam o fim da prática naturista na praia do Abricó, no PNMG.

A relação com os comerciantes, assim como com os integrantes da colônia de pescadores (alguns também comerciantes) é positiva, o interesse de permanência é comum a todos, além do fato de estarem em sítios diferenciados no interior do parque, desenvolvendo atividades distintas e não concorrentes, portanto, os conflitos entre estes atores são praticamente nulos. Esta situação também está associada às relações de trabalho entre os proprietários dos estabelecimentos e funcionários residentes em

Grumari, que, principalmente no verão, assumem vagas no comércio (quiosques e restaurantes). Neste mesmo contexto, é possível classificar a relação com a ASAG (Associação de Surfistas e Amigos de Grumari) como positiva, apesar de incipiente.

Poucas, ou nenhuma ONG atua efetivamente no PNMG no presente momento, mesmo assim, podemos destacar organizações como o Instituto Iguçu, que apesar de possuir maior histórico de atuação no PNM da Prainha, afirmou possuir grande interesse em desenvolver projetos em Grumari, nos quais planeja incluir a comunidade local.

Outro conflito de interesse presente acontece entre a visão da comunidade em relação ao uso do solo e a visão da indústria imobiliária / construtoras. Os moradores são contra a realização de qualquer projeto imobiliário na área, pois isso poderia significar a remoção da comunidade, assim como intensos impactos nos ecossistemas locais.

Quanto à relação com os proprietários fundiários, esta é flutuante ao longo do tempo, mas, no geral, apresenta-se como positiva. O fato de diversos moradores residirem em terras com autorização destes proprietários, associado à não existência de disputas com os posseiros (que ocupam a porção leste do PNMG), possibilita um diálogo pacífico, onde o interesse de poder utilizar o solo com menos restrições é comum. Sendo assim, no presente momento estes dois atores aproximam-se no intuito de somar forças para o debate com os órgãos públicos.

Podemos destacar o compartimento “Planície Costeira / Restinga” como o de maior interesse por parte da comunidade (61,76 %), fato diretamente associado à localização da maioria das residências, assim como das áreas de cultivo (Gráfico 17). Através do discurso de alguns entrevistados, ficou nítida a percepção obscura em relação às áreas de floresta, representada na seguinte frase: “*Na encosta estou no mato, não consigo ver nada*”. Sendo assim, diversos moradores nunca subiram estas vertentes, apesar da grande proximidade, e valorizam as facilidades de circulação e visibilidade da baixada. Apenas os poucos agricultores, que manejam bananais como empregados (de grandes proprietários), apresentaram interesse nas áreas de encosta. No que concerne à faixa de areia, o interesse está associado à geração de renda (principalmente no verão, com tendas e latinhas recolhidas na areia) e lazer.

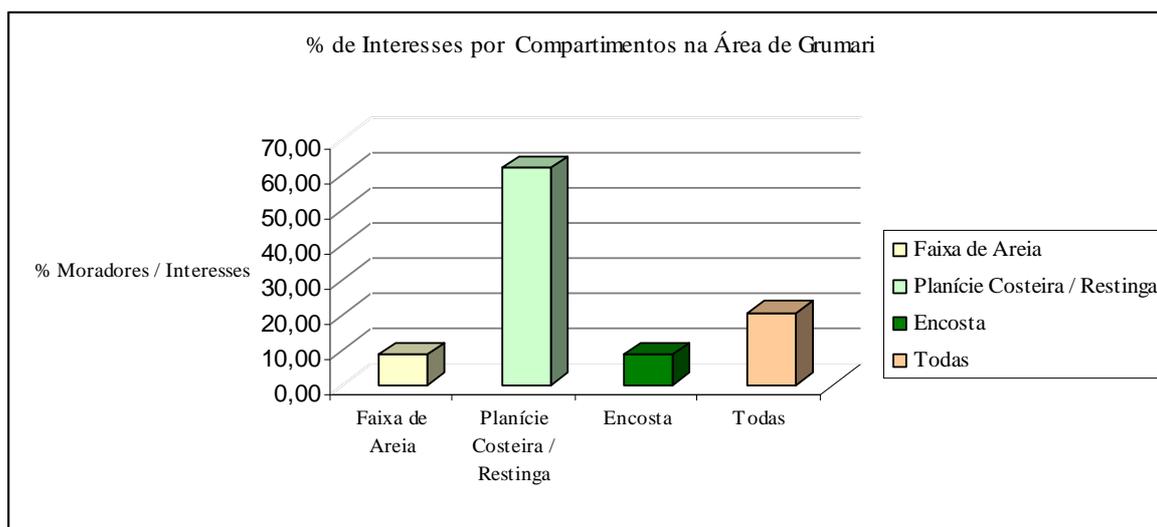


Gráfico 17. Porcentagem de interesses dos moradores por diferentes compartimentos da paisagem (faixa de areia, planície costeira / restinga, encosta e todos os compartimentos) na área de Grumari – RJ, em outubro de 2011.

Dentro da comunidade existem conflitos, mas apesar das diferentes visões, os moradores convivem harmoniosamente, pois de certa forma, o objetivo final de permanência na área é comum a todos. Um grande número de entrevistados (83,06 %) (questionário) afirmou que não conseguiriam se adaptar a outro lugar, a outro estilo de vida, a outra atividade econômica. Alegaram que, neste caso, a felicidade está diretamente associada ao espaço, ou seja, as vidas destes indivíduos estão fortemente atreladas ao espaço de Grumari, que é interpretado como território. De acordo com legislação brasileira (SNUC), Unidades de Conservação na categoria Parque Nacional (o PNMG é equivalente a esta categoria) são territórios sob o domínio do poder público, não sendo permitida a presença de residentes em seu interior. Temos então uma contradição: baseado na lei o território é do município do Rio de Janeiro, mas na prática é dos residentes da comunidade, que imprimem suas marcas na paisagem. Surgem conflitos de interesse de grande magnitude entre a SMAC-RJ, responsável pela gestão do PNMG, e os habitantes locais, onde a pressão governamental ocorre no sentido da remoção da população (ainda sem termos indenizatórios nem prazos definidos) e a resistência comunitária se articula para a busca do direito de permanência na área. De qualquer forma, a resolução de todos os conflitos e problemas apresentados passa pela resolução das questões fundiárias no Parque Natural Municipal de Grumari.

7.3.3.3) Entrevista com Integrantes da Colônia de Pescadores do PNMG - Questões aplicadas ao representante da colônia e aos proprietários de ranchos

No extremo oeste da praia de Grumari localiza-se uma série de ranchos de pesca e estabelecimentos comerciais, ocupados por pescadores não residentes na área, os quais se classificam como uma colônia e apresentam forte relação com este espaço geográfico (Fig. 128). Tornam-se atores de fundamental importância na configuração do mosaico da paisagem de Grumari, e a compreensão sobre suas atividades, posturas e anseios pode contribuir para o efetivo funcionamento do parque.

A partir da realização de entrevista formal em setembro de 2011 com um dos pescadores mais antigos da colônia, da aplicação dos questionários (Anexo I) e de conversas informais nas diversas jornadas de campo ao longo de toda a pesquisa, foi possível traçar um panorama das características gerais da colônia de pescadores, assim como de suas principais visões, demandas e interesses.



Figura 128. Extremo oeste da Praia de Grumari (RJ) – Colônia de pescadores (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Seu nome oficial é Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari e está vinculada a Colônia de Pesca Z-14 de Pedra de Guaratiba (uma das mais antigas do município do Rio de Janeiro). Possui aproximadamente 23 pescadores, dentre os quais 16 são registrados. Como vantagens para a filiação possuem o suporte jurídico oferecido, dentistas gratuitos, e o principal, a possibilidade de obter aposentadoria (INSS). Vale destacar, que a maior parte dos que atualmente realizam a atividade pesqueira não é proprietária dos ranchos, os quais são emprestados para que o material não fique na

areia. Os proprietários em sua maioria ou são idosos e não conseguem mais pescar, ou já são falecidos.

Os integrantes da colônia não residem na área e, em sua maioria, moram em localidades próximas como Barra de Guaratiba. Em alguns poucos casos, o proprietário do rancho é também morador da comunidade de Grumari. De qualquer forma, sentem-se como nativos, alegam que frequentam o “cantinho” do Grumari há muitas décadas (aproximadamente 60 anos) e afirmam ser “caiçaras”, pois passam todos os dias em Grumari, vivendo da pesca e retornando para suas residências apenas a noite, sendo que em muitos casos acabam pernoitando nos ranchos.

O grau de escolaridade médio é maior se comparado ao da comunidade de Grumari, onde encontramos diversos pescadores com ensino fundamental completo e alguns, os mais jovens, com ensino médio completo ingressando no superior. Apenas três pescadores no universo de 23 são analfabetos. Esta situação pode estar associada ao fato de residirem fora da área do Grumari, o que permite maior disponibilidade e facilidade de acesso a diferentes escolas.

Um dos grandes problemas encontrados está na proibição de realização de melhorias em seus ranchos, que passam a apresentar, em muitos casos, situações de risco para a segurança do pescador, assim como do seu material. Recentemente um guarda barcos foi construído, e permanece até os dias atuais (Fig. 129)

Como a área localiza-se no interior de uma unidade de conservação de categoria Parque Natural, a permanência da colônia, em princípio, apresenta-se como irregular. Todavia, desde o tombamento da área até o presente momento (passando pela criação da APA e decreto do Parque), os pescadores não sofreram intensa pressão no sentido de remoção da colônia por parte da SMAC-RJ. Por diversas vezes, este órgão apresentou projetos de reestruturação dos ranchos, mas os mesmos nunca foram desenvolvidos. A última proposta da prefeitura foi a de demolir os ranchos e erguer uma estrutura com “boxes” de 3X3m para que os pescadores pudessem comercializar sua produção. A postura da colônia foi de insatisfação em relação ao projeto, onde o principal argumento estava associado à necessidade de espaço para guardar todo o material, assim como para possíveis pernoites, problema evidente na estrutura atual, que possui metragens maiores do que as pensadas pela prefeitura e, mesmo assim muito material ainda é deixado fora dos ranchos (Fig. 130). De qualquer forma, apesar da discordância manifestada, informaram que acatarão as decisões tomadas pelo poder público.



Figura 129. Guarda barcos construído na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Sendo assim, muitos classificaram a relação com a SMAC-RJ como indiferente, fato relacionado, principalmente, à ausência e flutuação na presença deste órgão na área. Dentre as demandas apresentadas pela colônia, podemos destacar o desejo de maior presença e atuação do poder público na localidade.

Na área da colônia existem sete ranchos, todos construídos por seus proprietários e compostos basicamente por madeira e alvenaria. Contam com luz elétrica, mas em 100% dos casos a ligação é clandestina. Quanto ao serviço de correio, possuem uma caixa postal única e o recolhimento do lixo é feito pela COMLURB. Possuem um poço artesiano que abastece todos os ranchos, mas a qualidade da água não é própria para consumo, sendo excessivamente salobra, com isso existe a necessidade de trazer água engarrafada. Cozinham com gás de botijão e utilizam os serviços (mercado, farmácia e etc.) principalmente em Barra de Guaratiba (onde muitos estabelecimentos realizam entregas em Grumari).

Nenhum dos proprietários possuía documentação alguma que provasse a posse ou o tempo de permanência na área. Alegaram que como não sofrem intensa pressão por parte da SMAC-RJ (como acontece na comunidade de moradores), não sentem a necessidade de iniciar processos judiciais para garantir a propriedade dos ranchos, na

realidade, manifestaram medo de ao abrir um processo, ao invés de obter a documentação, acabar perdendo o rancho.

Quatro destes ranchos funcionam também como estabelecimentos comerciais (Fig. 131), e três continuam desenvolvendo apenas a atividade pesqueira (Figs. 132). Dois dos ranchos encontram-se em situação de arrendamento e um destes funciona apenas como estabelecimento comercial. Sendo assim, podemos destacar a presença de três perfis diferenciados entre os integrantes da colônia: 1) Pescador, 2) Pescador / Comerciante e 3) Comerciante.

No que concerne às atividades dos ranchos que se enquadram no perfil 01 (pesca), a maioria possui de um a dois barcos, os pescadores não possuem carteira assinada e o pagamento dos ajudantes é por diária ou por produção, que é vendida no próprio rancho ou para restaurantes localizados no pólo gastronômico de Barra de Guaratiba.

Muitas vezes a mão-de-obra é familiar, e um bom exemplo está no rancho do pescador entrevistado, onde seu filho, com aproximadamente 18 anos, auxilia o pai na atividade pesqueira (Fig. 133) aprendendo o ofício através da experiência, o que garantirá a manutenção desta atividade e, portanto, de sua renda familiar. Esta nova geração de pescadores da colônia apresenta alguma preocupação em relação à questão ambiental, o que pode ser evidenciado pela escolha pelo curso de bacharelado em ciências biológicas, com foco em biologia marinha por parte do filho do pescador citado. Desta forma, busca associar sua experiência prática com o conhecimento científico formal no intuito de garantir sua permanência na área de forma sustentável. Vale destacar, que este jovem assumiu o papel de representante da colônia ao longo das oficinas de diagnóstico rápido participativo e planejamento participativo, realizadas em novembro e dezembro de 2011, como etapas na elaboração do plano de manejo dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari realizado pela empresa Detzel Consulting.



Figura 130. Materiais de pesca deixado fora dos ranchos na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 131. Ranchos que funcionam como estabelecimentos comerciais na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Em relação aos ranchos que se enquadram no perfil 02 (pesca / comércio), notamos que a atividade pesqueira apresenta-se como secundária no que concerne a geração de renda. A produção da pesca sustenta a atividade comercial, onde os peixes são preparados e vendidos no rancho e o excedente da produção, não utilizado no comércio, também é vendido para restaurantes em Barra de Guaratiba. Nestes estabelecimentos podemos encontrar até 12 funcionários no período de verão, muitos destes, integrantes da comunidade de Grumari e outros da zona oeste. Devido à dificuldade na acessibilidade, em todos os casos o patrão fornece transporte para seus funcionários. Em relação a este ponto, inicia-se uma discussão, na qual não existe consenso entre os integrantes da colônia, onde alguns são favoráveis a presença de transporte público, enquanto outros (inclusive pescadores que não possuem veículos) pensam que os transtornos serão maiores que os benefícios (superlotação).



Figura 132. Ranchos que trabalham exclusivamente com atividade pesqueira na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 133. Pescadores trabalhando em rancho na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Boa parte dos clientes é da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, perfil que foi profundamente alterado pelo movimento de massa de abril de 2010, quando a maior parte dos consumidores passou a ser basicamente proveniente da Zona Oeste. Este evento também prejudicou a venda de peixes nos ranchos de pesca (redução na clientela).

A estrutura física dos ranchos que desenvolvem práticas comerciais é bem mais desenvolvida que a dos ranchos de pesca (Fig. 134), onde encontramos banheiro (fossa) e telefone (que permite pagamentos com cartão - débito / crédito - pelos serviços prestados, atraindo grande público) (Fig. 135). Mas, o horário de funcionamento está estreitamente relacionado à duração da luz do dia, principalmente pela falta de iluminação na estrada, o que gera insegurança.

Os ranchos que se enquadram no terceiro perfil (apenas um) apresentam características muito similares aos do perfil dois, a única diferença é que não possuem produção, portanto, compram seus peixes dos ranchos vizinhos. É importante deixar claro que, segundo a visão da SMAC-RJ, esta prática comercial acaba por alterar as características da área, onde a colônia de pescadores vai perdendo sua particularidade, transformando-se em um conjunto de restaurantes, deixando aos poucos de ser uma colônia de pesca. Apesar destes estabelecimentos (restaurantes) não estarem presentes nos projetos elaborados pela SMAC-RJ, até o presente momento nenhuma medida foi tomada pelo poder público para coibir esta atividade, que cresce com grande velocidade devido à maior rentabilidade.

Os pescadores apresentaram consciência em relação ao fato de estarem localizados no interior de uma unidade de conservação, mas a criação do parque não influenciou diretamente na realização da atividade pesqueira. Manifestaram grande preocupação em relação à manutenção dos ecossistemas nativos e, como principais problemas na área destacaram a poluição sonora (carros com som em alto volume), a abertura do canal realizada por moradores da comunidade (impede o acesso aos ranchos), as festas e fogueiras durante a noite, o lixo produzido pelos frequentadores, os churrascos com restos de cinza quente jogadas nas árvores, a retirada de vegetação do costão e a pesca industrial.

A pesca industrial desenvolvida no litoral da praia de Grumari (devido à escassa fiscalização) acaba por influenciar negativamente a atividade pesqueira artesanal dos pescadores da colônia. Isto ficou evidente ao informarem uma redução de aproximadamente 60% na produção nos últimos dez anos. Sentem-se acuados e acabam

por não realizar denúncias, justificaram esta postura informando que, como são “fixos” naquele local, existe forte probabilidade de sofrerem represálias (como já ocorrido no passado). Uma alternativa encontrada foi a diversificação de atividades, onde iniciaram passeios turísticos nas ilhas e “praias selvagens” (inferno, do meio, perigoso e etc.) buscando um novo mercado em expansão, mas assumiram a falta de experiência no ramo e evidenciaram a necessidade de maior suporte por parte da prefeitura. Vale destacar, que a empresa Ecomarambaia também desenvolve a atividade turística baseada em mergulhos e passeios para as ilhas e praias selvagens, compartilhando o cantinho do Grumari como ponto de embarque e desembarque,



Figura 134. Espaço interno de rancho de pesca na Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari (RJ) (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 135. Frequentadores dos estabelecimentos comerciais do “Cantinho do Grumari” (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Com ações ambientais proativas, auxiliam a gestão do parque ao impedirem a retirada de Bromélias, ao plantarem árvores, ao organizarem o lixo produzido, ao impedirem a realização de churrascos na área da colônia (Fig. 136) e etc.



Figura 136. Placa informando a proibição da realização de churrascos no “Cantinho do Grumari” (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Defenderam que o pescador poderia ser um guardião ambiental oficial, auxiliando na fiscalização das práticas desenvolvidas na zona de amortecimento no litoral de Grumari (incluindo as ilhas). Todavia, isto deveria ser formalizado e o suporte deveria ser dado pela prefeitura. Atualmente já fiscalizam, mas sem autoridade, o que pode gerar problemas.

Como principais atividades de lazer destacaram a “cerveja”, a praia, os amigos e família. Quanto às lendas, “causos” e histórias locais estas foram muito semelhantes às apresentadas na comunidade de moradores, sendo a principal a referente à luz na encosta (mãe d’ouro / boitatá).

No que concerne à relação com os diversos atores presentes em Grumari, alegaram que as ONGs aparecem, prometem e somem, portanto, classificaram esta relação como indiferente. No que tange a especulação imobiliária, apresentaram posicionamento contra a idéia de venda de terrenos, assim como de desenvolvimento de grandes empreendimentos imobiliários no parque, desta forma, classificaram a relação como conflitante.

As filmagens não influenciam diretamente a atividade da colônia, logo, classificaram a relação como indiferente. Com a associação de naturistas a situação se repetiu, estão em extremos opostos da praia e o contato entre estes dois atores é praticamente nulo. Quanto a ASAG, esta divide o espaço da faixa de areia com a colônia, mas os interesses não são conflitantes e a relação é positiva, apesar de incipiente. Muitos dos integrantes da comunidade de Grumari trabalham nos estabelecimentos comerciais da colônia no período do verão, isto, associado ao fato de ambos os atores apresentarem interesse comum de permanência na área, possibilita uma convivência harmônica e positiva.

Apesar de alguns ranchos desenvolverem atividades comerciais, o que poderia configurar uma situação de concorrência, a localização geográfica da colônia, no extremo da praia, mais afastada dos quiosques e restaurante, acaba por não interferir na frequência de consumidores nas outras áreas. Sendo assim, a relação também pode ser considerada como positiva ou indiferente, mas em alguns casos (auge do verão) conflitos podem ocorrer. Vale lembrar que os integrantes da colônia, que desenvolvem apenas a pesca, não apresentaram conflitos com este ator.

O compartimento de maior interesse segundo os entrevistados foi a faixa de areia, pois por desenvolverem a atividade pesqueira, não vêem sentido em permanecer em outra área do parque.

Um ponto relevante, que merece destaque, é a discussão realizada nas oficinas do plano de manejo dos Parques Naturais da Prainha e de Grumari, onde levantou-se a possibilidade de inserção das ilhas, situadas em frente ao litoral de Grumari, na área do PNMG. Esta medida poderia contribuir em muito com a manutenção dos ecossistemas marinhos e insulares, todavia, causaria impacto direto na atividade pesqueira da colônia, que mesmo sendo realizada de forma artesanal, seria proibida. Talvez, a melhor opção seja manter as ilhas na zona de amortecimento com claras restrições ao uso e intensa fiscalização (que pode ser feita em parceria com os pescadores da colônia).

Por fim, vale lembrar que todos os pescadores entrevistados manifestaram o desejo de permanecer na área, alegaram que são “apaixonados” pelo “cantinho de Grumari”, que este local representa suas vidas e, que não se adaptariam a outra atividade econômica, nem a outro lugar.

7.3.3.4) Entrevista com comerciantes do PNMG - Questões aplicadas aos proprietários de quiosques, restaurantes e tendas na areia e vendedores ambulantes

Em um primeiro momento, ainda no período áureo das fazendas dos séculos XVIII e XIX, a produção realizada na área de Grumari era comercializada na região central da cidade do Rio de Janeiro, todavia, era possível notar a existência de práticas comerciais locais, representadas pela presença de pequenos armazéns controlados pelos senhores destas fazendas (SIQUEIRA, 1997). Com a decadência da atividade agrícola e relativo abandono da área ao longo do século XX, houve uma drástica redução na presença de estabelecimentos comerciais neste local.

A partir de meados da década de 1950, a procura pela praia de Grumari por freqüentadores e pescadores, provenientes majoritariamente de bairros da zona oeste como Barra de Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande, Ilha de Guaratiba e etc, estimulou o retorno de pequenos comércios locais, realizados inicialmente em caçambas de caminhões com venda de produtos como coco e milho. A atividade comercial desenvolveu-se associada ao aumento da procura por freqüentadores, o que se configurou em aumento na demanda, sendo assim ainda na década de 1960, já era possível notar a presença de pequenos estabelecimentos comerciais fixos (bares), localizados em sua maioria no extremo oeste da praia, próximos ao único acesso existente na época.

Na década de 1970, surgiram os trailers e neste momento a distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais começou a ser mais ampla, situação que se intensificou com a abertura da Av. Estado da Guanabara em 1974, o que possibilitou maior ocupação do extremo leste da praia, com o a instalação de mais trailers e de um restaurante. No final da década de 1980 e início da de 1990, mesmo após o tombamento de toda a área de Grumari, houve um momento crítico de desordem no uso deste espaço, que recebia aproximadamente 80 ônibus de turismo (por dia durante o fim de semana), estacionados irregularmente, trazendo um enorme número de frequentadores, que desenvolviam práticas irregulares como churrascos e intensa produção de lixo, além de usufruírem da presença de aproximadamente 56 trailers, 04 restaurantes e 07 ranchos de pesca ao longo da orla (Fig. 137). Situação de alto impacto nos ecossistemas locais.

Com o decreto da APA em 1992, a visão de ordenamento territorial na orla de Grumari ganhou expressividade e, em 1995 iniciaram-se as obras de urbanização desta área, como alteração do asfalto para paralelepípedo (permitir maior infiltração da água pluvial), delimitação de vagas para veículos, construção de ciclovia e etc. Neste momento, os interesses da prefeitura também estavam voltados para a regularização da atividade comercial e, neste sentido, em 1997, após gradual despejo dos donos de trailers (iniciado em 1993), foram construídas cinco plataformas com dez quiosques padronizados (dois em cada plataforma) de acordo com a proposta do Rio Orla Ecológico, os quais em princípio, passaram a ser de propriedade dos dez comerciantes que, de alguma forma, provaram serem os mais antigos na área. Neste processo destaca-se também a demolição do restaurante Flor do Grumari, caso discutido com mais profundidade posteriormente.

Ainda em meados de 1997, os quiosques recém construídos começaram a ser incendiados antes de serem entregues aos seus novos donos, que decidiram construir novos estabelecimentos com o consenso da prefeitura. Atualmente, apesar da enorme informalidade notada nas tendas (barraqueiros) montadas na areia (principalmente no verão), aproximadamente 90% dos estabelecimentos comerciais “fixos” presentes em Grumari possuem alguma espécie de registro formal na prefeitura, alguns apresentando inclusive CNPJ, todavia, a atividade comercial na área não é efetivamente regularizada e os comerciantes alegam sentirem-se abandonados pelo poder público.

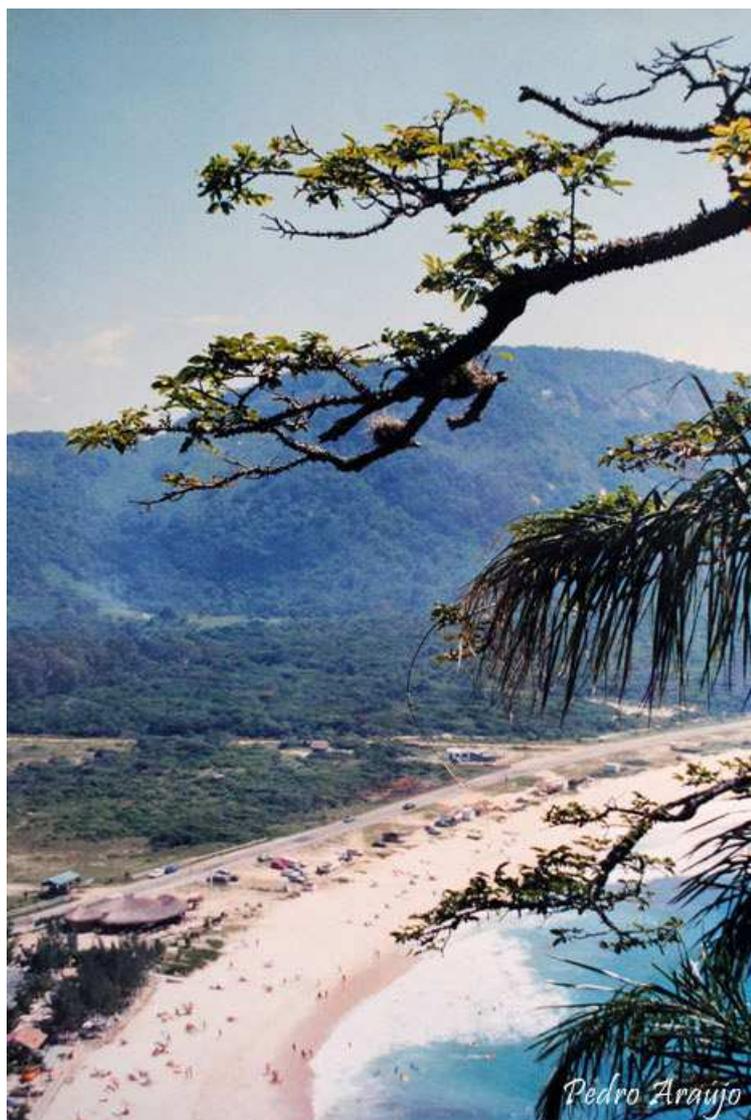


Figura 137. Imagem da Praia de Grumari no início da década de 1990, ainda com traillers e restaurantes como o Pirraça Bar e Flor do Grumari (Fonte:<http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.pedrodesign.com.br/imagens/fotos/grumari.jpg&imgrefurl> acessado em 29/12/11).

As particularidades pertinentes a cada grupo diferenciado de comerciantes presentes na área do Parque Natural Municipal de Grumari podem ser fundamentais para a real compreensão dos conflitos, assim como das práticas desenvolvidas por este ator heterogêneo. Desta forma, é fundamental destacar a presença de ao menos quatro grupos distintos de atividade comercial: 1) Restaurantes, 2) Quiosques, 3) Barraqueiros (tendas) e ambulantes e 4) Pescadores com estabelecimentos comerciais.

Nesta seção, são apresentadas informações referentes aos três primeiros grupos e os resultados foram baseados em entrevistas formais realizadas em setembro de 2011,

com representantes de cada segmento, assim como em observações desenvolvidas nos diversos trabalhos de campo. O quarto grupo não é discutido nesta seção, suas informações foram apresentadas nos resultados relativos à colônia de pescadores Por fim, apesar da grande diversidade encontrada, tenta-se interpretar este agente como um todo, desta forma, a proposta é buscar uma visão geral das práticas e interesses apresentados.

Entrevistas com comerciantes dos restaurantes

Podemos notar a presença de três restaurantes ao longo da orla de Grumari, no interior do PNMG. O Primeiro estabelecimento (restaurante do Abricó) situa-se no extremo oeste da praia, enquanto os outros dois (Mar-a-Mar e Flor do Grumari) localizam-se próximos à extremidade oeste (Fig. 138). Os históricos de construção destes negócios, assim como as visões e práticas desenvolvidas por estes comerciantes são extremamente variadas, cabendo uma breve reflexão sobre cada um.

No que concerne às informações relativas ao restaurante da Praia do Abricó, estas são oriundas de entrevistas realizadas com quatro funcionários no mês de setembro de 2011. Este estabelecimento, registrado legalmente na prefeitura do Rio de Janeiro (com CNPJ), já está em funcionamento há mais de trinta anos, período anterior ao surgimento da APA, assim como ao decreto do PNMG. Surge logo após a abertura da Av. Estado da Guanabara e, inicialmente pertence ao antigo proprietário do restaurante localizado no extremo oeste da Prainha que, há aproximadamente cinco anos atrás, decidiu vender o negócio para um italiano, que permanece como dono atual.

O funcionamento do restaurante está diretamente associado à disponibilidade de sol, ou seja, em dias de chuva, muitas vezes não abrem e, por não possuírem luz elétrica, o horário de encerramento das atividades é determinado pelo tempo de duração do dia, sendo um pouco mais prolongado no período de “horário de verão”, quando o restaurante abre de quinta até segunda. No inverno abre apenas as sextas, sábados, domingos e feriados (menor movimento). Os frequentadores são principalmente provenientes de bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, assim como turistas nacionais e estrangeiros.



Figura 138. Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais classificados com restaurantes na orla da praia do PNMG – RJ (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2010. Fotos: Thiago Pereira, 2011).

O fato de não possuir luz elétrica (não apresenta nem placas de captação de luz solar, como nos quiosques da Prainha) também implica na problemática de armazenamento de alimentos em estoque, o qual é sempre muito reduzido, principalmente por ser refrigerado com gelo (comprado no bairro do Recreio dos Bandeirantes), o que implica em alto custo. Por possuir fossa, tem dois banheiros e permissão para preparo de alimentos, todavia, o custo de recolhimento pelo trato-fossa também é apresentado como problema.

Muitas gravações e filmagens são realizadas nesta extremidade da praia, nas proximidades do restaurante que, por diversas vezes, tem seu espaço alugado por estas produções (ex: Novela da Rede Globo em 2009 – Fig. 139). Nestes casos, as vendas caem, mas o pagamento pelo aluguel do espaço compensa gerando lucros, além de publicidade. Desta forma, apresentam uma relação positiva com esta indústria. Acreditam que a paisagem “natural” de Grumari é seu maior atrativo, influenciando

diretamente na atividade turística na área, com isso, são contra qualquer empreendimento imobiliário na região.



Figura 139. Set de filmagem da novela Três Irmãs da Rede Globo, localizado no extremo leste da Praia de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2009).

Afirmaram possuir grande preocupação ambiental em relação à área de Grumari (pelo menos este foi o discurso apresentado pelos funcionários), portanto, classificaram a relação com a gestão como positiva. Vale destacar, que neste caso específico, o discurso está muito distante da prática, onde nos últimos cinco anos diversas obras de expansão foram realizadas (inclusive pavimentação com pedra portuguesa), gerando intenso impacto ambiental nos ecossistemas locais, o que acaba por configurar uma relação tensa com a SMAC-RJ, a qual já realizou diversas vistorias e advertências.

Informaram não existir nenhuma relação com associações ou ONGs, nem com a Rio-Orla, desta forma, possuem autonomia para escolherem os produtos oferecidos, assim como seus fornecedores. O empreendimento é a principal fonte de sustento dos funcionários, mas não do dono do estabelecimento, o qual possui outras fontes de renda. Pela dificuldade na acessibilidade, o dono do restaurante oferece transporte para seus funcionários (majoritariamente provenientes de Vargem Grande), sendo assim, não apresentaram interesse na instalação de transporte público na área, mas criticaram a falta de iluminação pública e segurança.

Quanto ao movimento de massa ocorrido em abril de 2010, este estabelecimento sofreu conseqüências negativas diretas, permanecendo fechado por aproximadamente um ano, até a reabertura da via. Informaram que a frequência de consumidores já era baixa em um momento anterior ao movimento de 2010, e atribuíram esta situação a fatores como a operação verão, realizada pela SMAC-RJ em parceria com a Guarda Municipal e PMERJ, a qual limita a entrada de visitantes, além da presença da prática de naturismo na Praia do Abricó. No primeiro caso, o controle é feito apenas na entrada dos veículos, não havendo contabilidade da saída, portanto, uma vez que o número máximo tenha sido atingido, o acesso permanece fechado durante todo o dia (até 16h), mesmo que haja espaço disponível. Já no caso da Praia do Abricó, alegaram que, durante a semana, esta não é uma praia de naturismo e sim de “orgias”, informaram não haver fiscalização, e que a constância de cenas obscenas acaba por afastar os fregueses. Evidenciaram que não são contra o naturismo, mas sem fiscalização preferem que a prática seja proibida. Ambas as situações acabam por gerar prejuízo para o empreendimento.

Segundo os entrevistados, após a abertura da pista, a queda na frequência de visitantes, refletida na redução do faturamento, tornou-se mais evidente e, atualmente, alguns dos funcionários já apresentam interesse em buscar outras oportunidades de trabalho fora da área do PNMG, mas frisaram que, caso as vendas voltem a ser como na década de 1990, o desejo é de permanecer.

No que concerne ao Restaurante Mar-a-Mar, as informações são referentes à entrevista realizada em setembro de 2011, com seu administrador, residente de Guaratiba e proprietário do estabelecimento.

O entrevistado informou que o restaurante existe desde a década de 1980 e, há aproximadamente seis anos, o adquiriu de seu tio (antigo proprietário). É um estabelecimento com registro legal, possuindo CNPJ e, de maneira diferente do caso anterior, apresenta funcionamento diário, mesmo no período de inverno. Possuem aproximadamente oito funcionários, alguns residentes da própria comunidade de moradores de Grumari, outros de Guaratiba, aos quais o transporte é oferecido pela empresa, que também é independente em relação a Rio-Orla. Cabe ressaltar que o proprietário possui outra fonte de renda.

Os freqüentadores são principalmente provenientes de bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, assim como turistas nacionais (julho, janeiro e fevereiro) e estrangeiros (setembro a março). Portanto, apresenta alta clientela ao longo de todo o ano.

Quanto a sua estrutura, possui luz elétrica, o que influencia diretamente na sua dinâmica de funcionamento, tanto em relação ao horário de encerramento das atividades, como em relação ao estoque de produtos, o qual pode ser maior por ser realizado em freezer, o que implica em direta redução de custos. Por possuir fossa, também apresenta dois banheiros, assim como autorização para a produção de alimentos. Boa parte desta estrutura foi alterada e construída ao longo dos últimos cinco anos, onde o proprietário realizou diversas obras de “melhorias”, que foram interpretadas com de “expansão” pela SMAC-RJ, a qual realizou diversas advertências pelos impactos ambientais causados. Sendo assim, destacou que a relação com a prefeitura apresenta-se como indiferente, questionou a ausência do poder público na área, e criticou, principalmente, a flutuação na fiscalização, assim como nas permissões e restrições entre os diferentes governos, ou até durante um mesmo governo, o que gera um sentimento de constante insegurança e incerteza nos comerciantes.

Alegou estar dentro das normas impostas pela legislação vigente e que possui grande interesse na manutenção dos ecossistemas locais, o que interpreta como o principal atrativo da área. Vale destacar, que as obras realizadas neste estabelecimento são a base de muitas críticas apresentadas por outros comerciantes em relação a este restaurante, o que acaba por configurar um conflito interno a este grupo.

O ecoturismo foi apresentado como a melhor possibilidade de desenvolvimento local, com conservação da natureza e geração de renda para os comerciantes e comunidade de moradores. Defendeu que cabe ao governo municipal realizar investimentos na área para que a infraestrutura disponível possa ser de melhor qualidade (ex: iluminação pública e segurança), atraindo um número maior de turistas e impedindo o desenvolvimento de projetos imobiliários no local. Desta forma, acredita que esta atividade ainda é pouco explorada no PNMG e tem o desejo de estar aqui no momento certo.

Neste sentido, interpreta a prática de naturismo realizada na Praia do Abricó como positiva, um potencial atrativo para mais um perfil de turistas, o que pode ser revertido de maneira benéfica para todos os estabelecimentos de Grumari, independente da proximidade com esta praia específica. Quanto a ASAG, informou possuir uma relação positiva cedendo banheiros e estrutura em ocasiões de eventos (campeonatos).

As filmagens foram vistas como positivas, principalmente por divulgarem a paisagem de Grumari para um público extenso (nacional e internacional), o que também pode contribuir para a atração de novos visitantes. Outro fato importante é a frequência

com a qual o espaço é alugado pelas mais diversas produções, gerando renda significativa para o proprietário. Ao longo do ano de 2011 (até setembro) foi possível contabilizar cinco filmagens de comerciais e duas novelas. Com isso, a relação com esta indústria foi considerada positiva.

O movimento de massa de abril de 2010 alterou significativamente a geração de renda no estabelecimento, que passou a ser menor, mas o fechamento não chegou a ser necessário.

Já em relação ao Restaurante Flor do Grumari, as informações foram obtidas a partir de entrevista realizada também em setembro de 2011, com o atual proprietário do estabelecimento e filho do Sr. Almir, comerciante pioneiro na região. Neste caso específico, o histórico de ocupação da área é bem mais complexo que os anteriores, assim como o sentimento de pertencimento a este espaço, que adquiri grande significado de espaço vivido na percepção do entrevistado, o que acaba por ter reflexos diretos na paisagem encontrada.

No início da década de 1963, o Sr. Almir, então residente de Guaratiba e arrendatário de um bananal em Grumari, visando à demanda existente por parte dos poucos frequentadores decidiu iniciar uma atividade comercial baseada na venda de coco e milho na caçamba de um caminhão estacionado na orla. Com o aumento na frequência de visitantes, o negócio começou a dar lucro e em 1970 as vendas já eram realizadas em um bar de construção simples (no mesmo local). No ano de 1972, novos investimentos foram feitos gerando melhorias e ampliações, neste momento, a situação do empreendimento era regular, apresentando alvará de funcionamento e CNPJ. Em 1976 ocorreu o falecimento do Sr. Almir e, no mesmo ano, a Capitânia dos Portos e o SPU (Serviço de Patrimônio da União) informaram que a área ocupada pelo empreendimento localizava-se em faixa de marinha e, que a desocupação deveria ocorrer em quinze dias. Neste momento, o atual proprietário e seus irmãos se organizaram e buscaram auxílio jurídico com um advogado (o mesmo posteriormente envolvido nas questões judiciais associadas a proibição da prática de naturismo na Praia do Abricó) e, através de uma ação de manutenção de posse, conseguiram uma liminar impedindo a demolição do bar. Mesmo assim, em uma noite, a prefeitura demoliu aproximadamente 40% da construção, sendo impedida de continuar mediante apresentação da liminar. O processo foi “engavetado” e ainda em 1976 o proprietário iniciou a reconstrução do estabelecimento, mas agora a obra apresentava proporções bem maiores do que o bar anterior.

Ao escutar boatos de tombamento da área de Grumari, concluiu a construção em 1982 e quando este tombamento realmente aconteceu, a existência do já “Restaurante Flor do Grumari” (com cinquenta funcionários e capacidade para aproximadamente mil pessoas) foi reconhecida pelo governo estadual. No ano de 1984, a universidade Simonsen, grande detentora de terras na região, alegou que o terreno do restaurante não é nem de propriedade da União, nem da família do Sr. Almir, e sim da universidade, que teria comprado do antigo proprietário. Frente a esta pressão, o proprietário do estabelecimento decidiu iniciar, ainda em 1984, uma ação de uso capião, mas até hoje não há registro de nenhuma audiência.

No início da década de 1990, com o decreto da APA de Grumari em 1992, a prefeitura iniciou um processo de fiscalização mais intenso na área e, mesmo mediante apresentação de toda documentação e registros existentes, a SMAC-RJ solicitou a desocupação da área. Novos processos judiciais foram iniciados e liminares acabaram por garantir a permanência do empreendimento. Mas, em 1997, no governo do prefeito César Maia, mesmo sem autorização judicial, o restaurante foi todo demolido com a justificativa de estar em uma Área de Proteção Ambiental. Apesar da destruição da edificação, o comerciante permaneceu com o terreno (paga IPTU desde 1963), o qual foi transformado em estacionamento, e ainda em 1997, instalou uma pequena barraca para comércio (agora irregular). Aos poucos começou a refazer a estrutura do restaurante, mas foi constantemente advertido pela SMAC-RJ, sendo assim, alegou existir tratamento diferenciado aos donos de outros estabelecimentos, que realizaram grandes ampliações nos últimos anos. Desta forma, classificou a relação com a SMAC-RJ como negativa, apesar de também apresentar grande interesse na manutenção dos ecossistemas locais. Reafirmou que o maior problema presente está na inconstância apresentada pelo poder público, o que acaba por gerar percepções, tratamentos, punições e restrições diferenciadas para integrantes de um mesmo grupo ao longo do tempo.

Atualmente, em seu terreno notamos a presença do restaurante (Flor do Grumari), de dois quiosques (de seus irmãos), de uma barraca informal (açai) e de uma área para estacionamento. Questões associadas aos quiosques, assim como a barraca, são abordadas posteriormente. Quanto à estrutura do restaurante, este possui luz elétrica, fossa, banheiros e autorização para preparação de alimentos, apesar de ser irregular quanto a questões legais e formalização de empresa (não possui CNPJ), além de também não ser vinculado a Rio-Orla. O proprietário conta, em média, com quatro

funcionários e tem neste negócio sua única fonte de renda. Não se compara com os comerciantes locais, não tem interesse em expandir o negócio, não deseja iniciar cobrança através de máquinas de cartão de débito e crédito para atrair mais fregueses (como realizado pelo restaurante Mar-a-Mar), sua opção é atender menos, mas atender bem. Acredita ser privilegiado por, há mais de quarenta anos, poder passar seus dias em um lugar como Grumari e, aos poucos, tenta contribuir deixando sua marca com o plantio de diversas árvores no entorno do restaurante. Logo, afirmou ser contra qualquer projeto de especulação imobiliária na área, apesar de suas intervenções no espaço, realizadas ao longo do tempo serem responsáveis por grandes alterações na paisagem.

Seguindo este pensamento, de maneira diferente dos casos anteriores, interpreta a realização de filmagens e produções como uma grande invasão de privacidade, assim como uma ofensa ao direito de ir e vir dos cidadãos, trazendo apenas prejuízos para a comunidade e frequentadores. Vale destacar que as solicitações para aluguel de sua estrutura ocorrem com uma frequência muito baixa (talvez por sua localização, onde não ocorrem muitas filmagens devido a alta frequência de visitantes).

A maior parte de seus clientes é proveniente de bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, desta maneira, alegou que o movimento de massa de abril de 2010 afetou negativamente o funcionamento do negócio, fechando o estabelecimento por alguns dias, mas superando o problema antes mesmo da abertura da pista. Neste momento, os frequentadores passaram a ser em sua maioria provenientes da Zona Oeste, situação que retornou ao o perfil anterior após o término das obras.

Pelo tempo de permanência na área, afirmou ter uma relação muito positiva com a comunidade de moradores, assim como com os pescadores da colônia e comerciantes (quiosques) mais antigos. Informou que lutará para continuar sua atividade neste local, que interpreta como território. Neste sentido, seu terreno apresenta cercas, assim como cobrança para estacionamento e uso de sanitários, o que representa a materialização de uma relação de poder no espaço.

Fica evidente, que apesar da atividade ser semelhante, o tempo de permanência, assim como as percepções e práticas realizadas no espaço no momento atual são diferenciadas, o que pode refletir em alterações na paisagem e geração de impactos ambientais, em curto e médio prazo, principalmente por parte daqueles que desejam expandir os seus negócios. De qualquer forma, um ponto em comum pode ser destacado, todos os entrevistados apresentam a faixa de areia e a planície costeira / restinga (Av. Estado da Guanabara) como principais áreas de atuação / interesse.

Entrevistas com comerciantes dos quiosques

Em relação ao grupo referente aos comerciantes, que desenvolvem suas atividades em quiosques, também podemos notar uma heterogeneidade no perfil dos indivíduos responsáveis, assim como no tempo de permanência, visões e práticas desenvolvidas. Todavia, o histórico de construção destas estruturas, da mesma maneira que as principais demandas evidenciadas são muito semelhantes, sendo assim, os resultados das entrevistas realizadas são apresentados de forma conjunta, com destaque para algumas particularidades pertinentes.

De maneira geral, podemos notar a presença de 10 quiosques distribuídos ao longo da orla de Grumari (Fig. 140), onde cinco situam-se nas plataformas construídas pela prefeitura em 1997 (Fig. 141), três estão no terreno do restaurante Flor do Grumari e dois construídos na faixa de areia / restinga (Fig. 142). Vale destacar que a numeração apresentada para os quiosques nesta pesquisa é definida de acordo com os interesses do pesquisador, no intuito de facilitar a visualização / compreensão da distribuição espacial dos mesmos, não tendo nenhuma relação com a real numeração existente na praia.

As informações coletadas foram oriundas de entrevistas com os responsáveis por sete dos dez quiosques encontrados, dos três restantes, um quiosque e uma barraca fixa de açai são de propriedade de irmãos do dono do restaurante Flor do Grumari (o qual forneceu as principais informações sobre o histórico e funcionamento destes estabelecimentos), enquanto o outro quiosque (n° 01, situado em uma das plataformas) ao longo do período de realização das entrevistas encontrava-se fechado, sem aproveitamento através de atividade comercial, mas em dezembro de 2011 foi reaberto.



Figura 140. Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais classificados com restaurantes na orla da praia do PNMG – RJ (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2010, alterada por Thiago Pereira).



Figura 141. Exemplos de quiosques localizados nas plataformas construídas pela prefeitura em 1997 (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Em todos os casos, os responsáveis pelo estabelecimento apresentaram-se como proprietários dos quiosques, ou seja, não encontramos situação de aluguel ou arrendamento na orla de Grumari. A origem destes comerciantes, como destacado anteriormente, está associada à expansão da atividade comercial na área através de trailers localizados na praia, situação que, em seu extremo, apresentou aproximadamente 56 trailers. Neste momento, notamos a existência de uma associação de comerciantes (donos de trailers) relativamente forte, capaz de lutar pelos interesses deste grupo. Com o tombamento da área e posterior criação da APA de Grumari, o ordenamento territorial e a regulamentação da atividade comercial tornaram-se prioridade para a SMAC-RJ, que em 1997, construiu dez quiosques distribuídos em cinco plataformas (germinados e com fossa), que pertenceriam aos dez comerciantes (donos de trailers) mais antigos. Diversos atentados foram realizados e, ainda em 1997, todos os quiosques foram queimados. Alguns dos dez comerciantes que seriam beneficiados decidiram construir novos quiosques com investimento próprio.

Neste momento, a orla da Praia da Reserva no Rio de Janeiro (próxima da área em questão) passou por um processo de reestruturação urbana / paisagística, onde os quiosques existentes foram substituídos por quiosques padronizados pela prefeitura (seguindo o modelo adotado na orla da Barra da Tijuca), os comerciantes de Grumari visualizaram a possibilidade de obtenção do material que seria descartado nas obras da Praia da Reserva (mediante pagamento) para a construção de seus quiosques, que passaram a seguir um padrão estipulado pela prefeitura (similar aos quiosques que estavam sendo substituídos na Praia da Reserva, mas com diferenças, pois eram mais rústicos do que o novo padrão adotado e que permanece nestas praias até os dias atuais).



Figura 142. Exemplos de quiosques localizados fora das plataformas construídas pela prefeitura em 1997 (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Sendo assim, foram construídos cinco quiosques, um em cada plataforma, todavia, também podemos notar a presença de mais cinco estabelecimentos em locais não determinados pela prefeitura, totalizando dez estabelecimentos, onde sete possuem luz elétrica (dois com luz oficial) e sete apresentam fossa.

Em um dos casos de quiosques fora das plataformas, até meados da década de 1990, o proprietário possuía um restaurante (Pirraça Bar), localizado ao lado de onde hoje encontra-se seu quiosque. Com a demolição de seu empreendimento, decidiu construir um quiosque (fora das plataformas – quiosque 06), mas com autorização da prefeitura. Aproximadamente 50% dos estabelecimentos encontram-se regularizados, possuindo CNPJ e alegam que esta situação pode servir como garantia de permanência na área. E em torno de 60 % dos proprietários possuem outra fonte de renda.

No que tange à rotina de funcionamento destes estabelecimentos, as condições e os tipos de tempo influenciam diretamente na atividade, assim como no rendimento de todos os quiosques encontrados, onde muitos permanecem fechados em dias chuvosos,

ou apresentam dias de funcionamento reduzido durante o inverno, quando as variações sazonais implicam em grandes alterações na frequência de visitantes, que apresenta número baixo neste período de temperaturas mais frias. Para estes comerciantes, em termos de rendimento, o verão “começa em agosto e vai até final de março”, o que configura-se como o período de maior lucro.

Nenhum dos quiosques é vinculado a Rio-Orla e também não apresentam tal interesse, preferem a autonomia no funcionamento, na escolha dos produtos oferecidos, assim como dos fornecedores, além de não desejarem pagar taxas. Irão vincular-se apenas em caso de obrigação imposta pela prefeitura. Neste sentido, atualmente, uma das maiores críticas está associada à impossibilidade de realizar reformas nos quiosques sem autorização prévia da prefeitura, o que implica em grande burocracia, que acaba por levar a um prejuízo econômico e estético frente à ação de vândalos, e de fenômenos climáticos (principalmente ventos intensos de sudoeste no período de inverno, responsáveis por grandes avarias na estrutura).

A totalidade dos entrevistados afirmou possuir conhecimento sobre o fato de suas atividades econômicas estarem inseridas em uma unidade de conservação, mas, em sua maioria, afirmaram que a relação com a SMAC-RJ é indiferente, e justificaram esta situação pela total omissão ou ausência do poder público municipal nos últimos cinco anos. Possuem a consciência que o foco da prefeitura está na relação com os produtores agrícolas da comunidade de Grumari, que é interpretada como a grande problemática atual, sendo mínima a pressão e fiscalização sobre os quiosqueiros, o “choque de ordem” ainda não chegou até eles, mas também sabem que este foco pode ser alterado a qualquer momento. Este fato fica evidente em frases como: “Somos donos enquanto a prefeitura deixar!”.

Neste contexto, afirmaram contribuir de forma significativa para a conservação dos ecossistemas locais, onde apagam focos de incêndio gerados por frequentadores (ex: brasa de churrasco jogada na vegetação de restinga), coletam o lixo produzido, fazem a manutenção e plantio de mudas no entorno do estabelecimento, além de serem contra qualquer projeto imobiliário na área.

Em princípio, possuem uma associação de quiosqueiros, mas esta organização não funciona efetivamente, sendo a articulação realizada apenas em momentos de necessidade coletiva, como propostas de projetos de alteração da orla por parte da prefeitura, ou projetos para reestruturação e regulamentação da atividade comercial em Grumari.

Muitos foram os problemas apresentados pelos proprietários, dentre eles, a falta de luz é destacada como a maior dificuldade pelos quiosques 01, 02 e 03. Outra questão está associada à falta de disponibilidade de vaga cativa para o proprietário, o que facilitaria o trabalho de carga e descarga de produtos necessários para o funcionamento, tarefa extremamente difícil no período de verão, onde ocorre a escassez de locais apropriados para estacionamento, principalmente próximos aos estabelecimentos, neste sentido, diversos proprietários têm seus veículos multados com frequência. A violência também foi destacada como questão relevante, onde inúmeros automóveis são arrombados e os bens furtados, além de furtos aos quiosques durante a noite (situação intensificada no verão), fato diretamente associado à demanda por iluminação pública na orla apresentada por aproximadamente 60 % dos entrevistados e justificada pelo maior sentimento segurança potencial. Por fim, a comunicação deficiente (fracos sinais de celular e apenas um telefone público no extremo oeste da praia) também foi evidenciada como grande impedimento para o desenvolvimento da atividade comercial no local.

Assim como os proprietários dos restaurantes, a maior parte dos quiosqueiros apresentou grandes críticas quanto à “Operação Verão”, desenvolvida pela SMAC-RJ, Guarda Municipal e PMERJ, alegando grandes prejuízos, todavia, esta não é uma visão compartilhada por todos, onde os proprietários mais antigos (mais de vinte e cinco anos na área), os quais já passaram pelos momentos críticos de desordem na década de 1980, acreditam que a medida é pertinente e necessária para a conservação dos ecossistemas locais, principalmente a vegetação de restinga.

Uma das grandes preocupações apresentadas está associada à realização de eventos de grande proporção como a copa do mundo e as olimpíadas, em um futuro próximo na cidade do Rio de Janeiro, o que leva a um momento de grande valorização e especulação imobiliária e turística na a área de Grumari. Com isso, acreditam que um projeto similar ao desenvolvido na orla de Copacabana, onde empresas de grande porte (restaurantes e lanchonetes renomadas no mercado) administram os quiosques, possa ser proposto para esta área, que passa a ser visitada cada vez mais por turistas estrangeiros. Alegam que isto seria uma “covardia” com os comerciantes locais, os quais não possuem o mesmo poder competitivo.

A maior parte dos entrevistados informou que os clientes são provenientes, majoritariamente, de bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, assim como Barra da Tijuca, Vargem Grande e Pequena, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá na Zona

Oeste. Sendo assim, o movimento de massa de abril de 2010 influenciou negativamente o funcionamento destes estabelecimentos, afetando de forma mais intensa, os quiosques 01, 02 e 03, localizados na porção leste da praia. Os quiosques 07, 08, 09 e 10, os quais são freqüentados basicamente por pessoas residentes das Zonas Oeste e Norte, sofreram influência mais reduzida deste fenômeno.

Em diversos casos, a mão-de-obra utilizada é proveniente da própria comunidade de moradores de Grumari, situação que se intensifica no período de verão, quando o movimento é maior. Sendo assim, de forma geral, a relação entre estes dois atores foi classificada como positiva, principalmente no que concerne ao discurso dos quiosqueiros mais antigos. Todavia, alguns proprietários manifestaram insatisfação quanto à prática de montar tendas (barracas) de comércio na areia, também desenvolvida por integrantes da comunidade no período de verão. Neste caso, alegaram que a faixa de areia é toda dividida entre os barraqueiros que, em muitos casos, instalam suas tendas bem em frente aos quiosques (Fig. 143), o que acaba por gerar uma concorrência classificada como desigual pelos proprietários, que estão na Av. Estado da Guanabara, enquanto os barraqueiros estão na faixa de areia, bem mais próximos aos fregueses. Esta situação acaba por configurar um conflito interno a este grupo, assim como com os moradores de Grumari, que alegam que nenhum dos proprietários de quiosques é residente ou oriundo desta área, fato criticado, pelos integrantes da comunidade, os quais apresentam interesse em administrar a atividade comercial na orla de maneira formal, e não apenas com tendas na areia.

Em relação à realização de filmagens, não existe uma postura homogênea apresentada pelos proprietários de quiosques, onde alguns, os quais são frequentemente favorecidos financeiramente com a locação de seus estabelecimentos, são a favor da realização das produções, mas a maioria é contra, por alegar que estes eventos implicam em alterações na rotina de funcionamento, como no estacionamento e trânsito de veículos, o que pode gerar prejuízos.

Quanto as ONGs e associações, no primeiro caso, afirmaram que não apresentam conhecimento da atuação de ONGs no PNMG, já em relação à ASAG, de maneira geral, classificaram a relação como indiferente, salvo dois proprietários (quiosques 05 e 06), os quais são vinculados a associação e sedem o espaço para realização de reuniões. Quanto a Associação de Naturistas, mais uma vez, a visão é basicamente homogênea, onde apenas o quiosque 02 é contra o desenvolvimento da prática naturista na Praia do Abricó.



Figura 143. Tenda instalada em frente ao quiosque 06 (localizado fora das plataformas) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Dentre os dez estabelecimentos presentes, notamos que, em apenas quatro casos, os proprietários ainda são os antigos comerciantes (donos de trailers), que seriam beneficiados pela prefeitura, dos demais, três são construídos em “propriedade particular” (Dono do Flor do Grumari) e três passaram por transações comerciais nos últimos doze anos. O caso mais recente refere-se ao quiosque de número 03, comprado no início de 2011, por um alemão, que veio a área como turista, interessou-se pelo anúncio de venda e acabou por adquirir o estabelecimento. A estrutura passou por reformas e melhorias (sem expansão) com autorização da prefeitura e, para sanar a falta de energia elétrica, um gerador foi instalado. A simbologia no ato de hastear uma bandeira alemã neste quiosque acaba por passar uma mensagem de atração para turistas europeus em geral, que percebem que neste local algum funcionário domina a língua inglesa, o que funciona como um grande diferencial. Sendo assim, a concentração de turistas estrangeiros neste estabelecimento, que funciona diariamente, vem aumentando exponencialmente nos últimos meses.

Vale destacar, que proprietários como os encontrados nos quiosques 02 e 06, apresentam-se como alguns dos mais conscientes quanto à questão ambiental dentre

todos os comerciantes entrevistados, (além de serem uns dos mais antigos). Suas percepções em relação a este espaço são muito particulares, onde ficam evidentes as relações de poder que se materializam em conflitos com outros agentes como freqüentadores (que desenvolvem práticas ilegais como poluição sonora, churrascos e intensa produção de lixo), assim como através da delimitação dos territórios dos quiosques com elementos físicos bem definidos como cercas de bambu. Ambos possuem experiência profissional em outra área anterior a vinda para Grumari, que ocorreu ainda na década de 1980, em um momento prévio ou próximo ao tombamento da área. No caso do comerciante do quiosque 06, inicialmente administrava (arrendava) um trallier do Sr. Almir, posteriormente, com o lucro obtido, adquiriu seu próprio trallier, evoluindo para um pequeno restaurante / bar. Atualmente, com seu quiosque, possui uma clientela de amigos, e interpreta o dia-a-dia na praia como filosofia de vida e não como trabalho. O caso do dono do quiosque 02 é similar, o qual iniciou com uma kombi / trallier móvel no ano de 1987, progredindo para um trallier fixo, e posteriormente construindo um quiosque em uma das plataformas.

Não apresentaram nenhum interesse em sair da área, mas evidenciaram o sentimento de incerteza e insegurança em frases como: “Somos donos (proprietários) até quando a prefeitura deixar”; “Em Grumari é tudo muito complicado, nem sempre o que pode hoje, pode amanhã!”.

De maneira geral, além das demandas comuns, como segurança e iluminação, assim como maior presença e constância do poder público e de suas políticas, outro ponto de semelhança está no compartimento da paisagem de maior interesse e atuação por parte deste grupo, que situa-se, em todos os caso na faixa de areia / transição para a pista da Av. Estado da Guanabara.

O fato é que a atividade comercial desenvolvida pelos quiosques no PNMG é fundamental para o efetivo funcionamento do parque, assim como para uma oferta de serviços de qualidade para os visitantes, todavia, é necessário que a regulamentação deste setor seja trabalhada pela SMAC-RJ, questão que está sendo abordada na elaboração do Plano de Manejo para esta Unidade de Conservação (realizado pela empresa Detzel Consulting). Vale ressaltar, que nas oficinas participativas associadas à elaboração deste plano para a área de Grumari (diagnóstico rápido participativo e planejamento participativo), apenas representantes dos quiosques (os dois senhores citados anteriormente) estavam presentes (no caso da Prainha, contamos com a presença de representantes de quiosques e restaurante).

Entrevistas com comerciantes de tendas, barracas e ambulantes

Os dados relativos ao grupo de comerciantes barraqueiros (com tendas – Fig. 144) e ambulantes foram provenientes de entrevistas realizadas com doze barraqueiros e sete ambulantes, em setembro de 2011. Este grupo também não pode ser interpretado como homogêneo, onde o principal ponto de diferenciação está no fato do negócio ser desenvolvido de forma “fixa” (barracas, tendas e Kombis) ou “móvel” (ambulantes). Todavia, todos possuem uma característica similar, a ilegalidade, onde nenhum é regularizado, nem apresenta autorização da SMAC-RJ ou da prefeitura para o desenvolvimento deste tipo de atividade comercial. Em ambos os casos (fixos ou móveis), existem fortes delimitações de territórios definidos por tempo de permanência na área, assim como por local de residência. Sendo assim, no caso dos “fixos”, a maior parte dos “pontos” é dominada por residentes da própria comunidade de Grumari, que em dias de sol, principalmente no verão, desenvolvem a atividade comercial de maneira informal na faixa de areia. Conflitos ocorrem quando notam a tentativa de inserção de novas barracas / tendas de pessoas de fora e, apenas aqueles “externos” mais antigos são respeitados.

Outro conflito associado a este grupo, já discutido anteriormente, acontece em relação aos quiosqueiros, e está diretamente relacionado à disputa por fregueses, assim como pelo território, que na visão do proprietário do quiosque, extrapola o seu estabelecimento, incluindo a faixa de areia em sua frente (assim como todos os frequentadores). Ao instalarem suas tendas, os barraqueiros delimitam novos territórios, que se sobrepõem aos imaginados, percebidos e reconhecidos pelos proprietários, o que possibilita o surgimento de conflitos de interesses e práticas divergentes entre estes grupos. Esta problemática também ocorre na relação com os pescadores, principalmente com os que também desenvolvem práticas comerciais.



Figura 144. Tendas e ambulantes localizados no extremo oeste da Praia de Grumari no PNMG – RJ (Fotos: Thiago Pereira, 2011).

Os ambulantes, majoritariamente de “fora” de Grumari, também utilizam exclusivamente a faixa de areia, possuindo áreas específicas para a circulação, onde podem oferecer seus produtos, todavia, estes limites são bem mais permeáveis e flexíveis de acordo com a quantidade, distribuição e concentração de visitantes presentes ao longo da praia, sendo a idéia de território menos rígida se comparada ao caso anterior.

Tanto os barraqueiros, quanto os ambulantes trabalham de acordo com a disponibilidade de luz determinada pela duração do dia, e também são influenciados pelas condições de tempo diárias, assim como pelas variações sazonais, o que afeta fortemente a presença ou não destes indivíduos na praia.

Outro tipo de comerciante que se enquadra neste grupo e, que traz a lembrança dos primeiros comerciantes que ocupam esta área, está nos ambulantes que utilizam

Kombis para vender seus produtos, as quais são estacionadas de maneira irregular, principalmente nos extremos leste e oeste da Av. Estado da Guanabara (Fig. 145).

Como problemas apresentados pelos ambulantes e barraqueiros, podemos destacar a ausência de iluminação nas vias pública, a falta de transporte público e a comunicação precária. Mas, a maior questão evidenciada está na ilegalidade e falta de regulamentação da atividade, o que implica em sérios problemas com a fiscalização, apesar de não serem freqüentes. No caso da orla de Grumari, não existe uma padronização do comércio na faixa de areia, como ocorre em praias como a Barra da Tijuca, e praias da Zona Sul do Rio de Janeiro.

O movimento de massa de abril de 2010 influenciou negativamente a atividade dos integrantes deste grupo, que passaram a ter o território de atuação reduzido basicamente a extremidade oeste da praia, próximo ao único acesso possível, onde concentravam-se os reduzidos visitantes. Neste período de aproximadamente um ano, muitos barraqueiros e ambulantes optaram por não desenvolver a atividade comercial na área.

Quanto à relação com os diferentes atores, alegaram que as únicas classificadas como conflituosas são referentes à SMAC-RJ (pela ilegalidade, assim como pela intensidade de lixo produzido) e à alguns quiosqueiros e pescadores. No que tange os outros agentes, classificaram como positiva a relação com a comunidade de moradores e como indiferentes as relações com os demais atores.



Figura 145. Comerciante utilizando uma Kombi para desenvolver seu negócio no extremo oeste da Praia de Grumari no PNMG – RJ (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Breves comentários gerais

Fica evidente que diferenças podem ser notadas entre os diversos grupos que compõem o agente denominado nesta pesquisa como “comerciantes”. Fatores como a legalidade ou ilegalidade da atividade desenvolvida, a localização do empreendimento, o fato de ser fixo ou móvel, a quantidade de renda gerada, o número de funcionários empregados, as perspectivas em relação aos empreendimentos, assim como em relação ao funcionamento e futuro da unidade de conservação e etc., acabam por levar a diferentes práticas espaciais, com variadas resultantes na paisagem.

Porém, semelhanças também podem ser detectadas como o fato dos horários de funcionamento de todos os estabelecimentos estarem diretamente associados ao tempo de duração do dia. Mas, o principal ponto em comum encontra-se nas demandas relativas à segurança e iluminação, assim como à maior presença e constância do poder público, assim como de políticas efetivas, principalmente na orla de Grumari.

Outro ponto similar marcante está na questão do compartimento da paisagem de maior interesse e atuação por parte destes grupos ser, em todos os casos, a faixa de areia / transição para a pista da Av. Estado da Guanabara.

Portanto, apesar das diferenças e particularidades encontradas, a proposta de agrupar estes grupos em um único agente facilita e permite compreender com mais clareza o panorama geral de conflitos de interesse presentes no anfiteatro do PNMG – RJ.

7.3.3.5) Entrevista com proprietários de terras no PNMG - Questões aplicadas ao dito representante dos proprietários

Os resultados apresentados nesta seção são oriundos de entrevista realizada em setembro de 2011 com um dos maiores proprietários de terras (com registro de propriedade) no interior do parque, e sócio da Faculdade Simonsen, outra grande detentora de terrenos na área. Nenhum documento que prove o papel de representante legal (oficial) dos interesses dos proprietários foi apresentado, mas a legitimidade de sua representação aparece na prática, onde processos judiciais e manobras adotadas por este senhor, acabam por influenciar diretamente nas posturas dos outros proprietários que,

no geral, concordam com as medidas e propostas apresentadas por este que se auto intitula representante deste grupo.

Informou que para compreendermos a questão fundiária atual, interpretada como a maior problemática encontrada para o efetivo funcionamento do parque, é necessário adotar um recorte temporal iniciado, principalmente, no período em que os monges Beneditinos perderam suas terras para o Banco Crédito Móvel, antes de oferecer a possibilidade de venda para os Caldeira de Alvarenga (que arrendavam os terrenos), que através de processos judiciais conseguiram a propriedade de parte do Grumari alegando uso capião (porção oeste). Outra grande parte do anfiteatro permaneceu com o banco, e ainda antes da década de 1940 estes dois agentes realizaram um acordo de reconhecimento mútuo da presença e dos limites das propriedades de cada um.

É a partir deste momento que se inicia o comércio de terras na área de Grumari, originando todas as questões fundiárias que influenciam o mosaico atual da paisagem do Parque Natural Municipal de Grumari. Na década de 1960, o Banco Halles adquiriu grande propriedade na área e iniciou o Projeto Condomínio Grumari (como já apresentado), em paralelo, conflitos familiares e disputas por terras entre os herdeiros dos Caldeira de Alvarenga levaram Gerônimo Caldeira de Alvarenga a vender um pequeno pedaço de terra (*“130 braças de frente para o mar”*) para o Sr. Rodrigo Queiroz Lima, que deu continuidade ao conflito com os filhos de Francisco Caldeira de Alvarenga.

Na década de 1970, após a falência do Banco Halles e todo o problema que surge quanto aos proprietários que compraram suas cotas (lotes de 1.000m²) sem saber a localização exata de seus terrenos, situação que dificulta imensamente o processo indenizatório nos dias atuais, o comércio de terras em menor escala ganhou maiores proporções, fragmentando a malha de propriedades, antes contínua.

É neste momento que este senhor começa a freqüentar a área de Grumari, ainda com acesso apenas por Barra de Guaratiba (antes da abertura da Av. Estado da Guanabara). Visitou a área com um grupo de professores, em festas de final de ano em um sítio no Grumari e acabou por aumentar o contato com os moradores. Possuía um apartamento em Barra de Guaratiba, e um conhecido desta região informou que um senhor desejava vender um lote no Grumari, pois como o mesmo era alvo de disputa judicial, esta causa seria perdida por falta de pagamento ao advogado. O entrevistado analisou o processo e percebeu que as chances de ganhar eram imensas e, desta forma, comprou seu primeiro lote de muitos na área. Comprou também o terreno do sítio

situado em frente à Rua Santa Beatriz, próximo ao Condomínio Grumari, onde realizava encontros com seus professores (um dos poucos lotes regularizados na ocasião). Neste acordo, ofereceu pagamento em cem prestações, permitindo a permanência do antigo proprietário.

O Banco Halles propôs a compra do terreno com pagamento a vista, e a transação foi feita, mas logo em seguida o banco “quebrou” e as terras permaneceram com o entrevistado, que utilizou a quantia paga para comprar mais terrenos na área. Vale frisar que, ao longo deste processo, a relação com a comunidade de moradores sempre foi pacífica, os posseiros localizam-se no outro extremo do anfiteatro, além do fato de muitos dos moradores residirem e manejarem culturas no interior de suas propriedades (com autorização).

Em conjunto com um grupo de pessoas físicas em um primeiro momento, e posteriormente, através da Faculdade Simonsen, continuou o processo de aquisição de terras em Grumari, tornando-se um dos maiores proprietários da área, tendo, portanto, papel fundamental na dinâmica de estruturação do mosaico desta paisagem.

Atualmente, dentre os proprietários de terras no interior do Parque Natural Municipal de Grumari podemos destacar o Condomínio Grumari, a Faculdade Simonsen, Mar Bravio, além dos senhores Célio Murillo Menezes da Costa, Feliz de Castro e João Osório.

Durante anos, o entrevistado utilizou a área apenas para lazer (andar a cavalo), mas visualizava grandes projetos turísticos para Grumari. Em uma ocasião ainda na década de 1980, a Faculdade Simonsen tentou edificar um centro de pesquisas marinhas na Praia Pequena (do inferno), mas a autorização recebida permitia apenas construções em madeira, impedindo o uso de alvenaria. Em poucas frentes frias, com intenso vento sudoeste, esta construção foi destruída.

Segundo informações apresentadas (sem comprovação oficial), a existência atual do Parque Natural Municipal de Grumari está associada a um conflito de interesses em relação aos usos desenvolvidos nesta praia (Praia Pequena) entre o Governo Estadual (na figura do Governador) e a Faculdade Simonsen, que havia conseguido a concessão de uso da área. No ano de 1985, o então Governador Brizola decidiu construir uma base de apoio para pouso de helicópteros nesta praia, onde a faculdade havia sido impedida de realizar qualquer construção de alvenaria devido à possibilidade de gerar grandes impactos ambientais nos ecossistemas locais.

Frente a esta contradição, a faculdade questionou a realização desta obra pelo governo estadual, que impedido de dar prosseguimento a seus interesses, optou então por realizar o tombamento de toda a área do Grumari, influenciando não só os projetos da Faculdade Simonsen, mas também todos os proprietários e moradores da área.

O tombamento não afetou negativamente os proprietários, pois na visão do entrevistado, uma área preservada vale mais do que uma área destruída. Mas, com a criação da APA de Grumari, notamos o surgimento de restrições de usos baseadas em um zoneamento ambiental realizado para a área (discutido anteriormente), que acabou por restringir muitos dos interesses destes proprietários, que em sua maioria adquiriram as terras antes destas transformações nas legislações referentes aos usos do solo permitidos na região.

O entrevistado evidenciou o grande potencial turístico da área, onde Grumari destaca-se em âmbito mundial, como um sítio com características muito particulares, que a transformam em um dos melhores lugares existentes para a construção de um resort. São poucas as localidades que conseguem agrupar, em uma mesma paisagem, unidades como montanha, restinga e mar (praia), com grande proximidade de oferta de serviços em bairros como Recreio e Barra da Tijuca (onde encontram-se os principais shoppings da cidade), além de estar a apenas uma hora do aeroporto internacional (em média). Desta forma, o turista pode se isolar e se inserir na dinâmica da cidade de maneira rápida e eficiente. Com base nesta visão, defendeu a idéia de desenvolvimento de empreendimentos turísticos “autosustentáveis, autofinanciáveis, autopreservacionistas e autopoliciados”.

Na década de 1990, um grupo de empresários portugueses procurou este proprietário para propor um investimento de 40 milhões de dólares em um projeto turístico para a área, o qual consistia na construção de um resort de padrão internacional, contendo campo de golfe ecológico, vila residencial para os funcionários (casas funcionais), condomínio de casas e etc., um projeto integrado com a natureza. Como exemplo citou o empreendimento “Hotel do Frade” na Costa Verde, em Angra dos Reis (RJ) (sul fluminense – estrada Rio Santos). Este projeto foi vetado pelo então Secretário de Meio Ambiente Eduardo Paes, que informou o desejo da prefeitura de desapropriar a área mediante pagamento de indenização para os proprietários, processo que nunca foi efetivamente desenvolvido em Grumari. No caso do PNM da Prainha, o antigo proprietário (Sr. Draut Ernani) foi indenizado e as terras passaram a ser da

prefeitura, neste contexto, não encontramos problemas fundiários neste parque, que apresenta uma gestão muito mais efetiva do que a encontrada no PNMG.

Diversas negociações foram realizadas com a prefeitura, a qual em seus projetos acabou por solicitar terras de propriedade particular, que muitas vezes foram cedidas através de acordos. Alguns exemplos podem ser citados como o caso da reforma da Av. Estado da Guanabara, ocasião em que o entrevistado abriu mão de um trecho do lote 11, e o caso das terras onde situa-se o horto, onde aproximadamente 50 % deve ser cedido também por ele para a prefeitura. No geral, os proprietários argumentam que sempre ficam com prejuízos.

Apresentou grande preocupação em doar terrenos para o município, tem receio que as áreas sejam ocupadas de maneira irregular, levando ao processo de favelização. Defendeu que a melhor forma de garantir a preservação dos ecossistemas nativos é através do desenvolvimento de atividades turísticas integradas com os ambientes naturais, o que permite maior fiscalização dos usos. Só acredita na preservação mediante a implementação de uma ocupação controlada e, neste contexto, a melhor opção é a construção de resorts. No fundo, alegou não querer ser indenizado, não acredita que o governo será capaz de gerenciar efetivamente a área e, desta forma, o risco dos ambientes naturais serem degradados é muito grande.

No ano de 2001, solicitou a elaboração de uma perícia, que apresentava como principal objetivo verificar se a nova legislação ambiental vigente para a área configurava-se na verdade em uma disfarçada desapropriação, levando a perda patrimonial (BARROS & ANDRADE, 2001). Desta forma, levou em consideração que grande parte das terras foi adquirida em momentos prévios ao tombamento da área, à criação da APA e ao decreto do Parque Natural Municipal de Grumari, apesar de uma parcela das terras também ter sido comprada ao longo deste processo de alteração da legislação referente à área.

Este conflito entre Estado e grandes proprietários de terra, e Estado e proprietários de lotes do condomínio Grumari é uma questão que deve ser trabalhada pelo poder judiciário, já que se referem ao valor de indenizações pela posse da terra. Sendo assim, surgem questões como: Quanto esses proprietários devem receber pelas suas terras? Como será feita a avaliação do valor da terra? Por ser um Parque (Unidade de Conservação integral), esta terra teria algum valor? Qual o valor de mercado que teriam hoje as terras dos Autores? As indenizações devem ser calculadas de acordo com as possibilidades de uso no momento da compra, ou de acordo com as possibilidades do

momento atual (praticamente nulas)? Deve ficar claro, que estas são questões que influenciam diretamente aos proprietários, mas também abrangem toda a sociedade civil e outras esferas de poder.

Para evitar que a terra seja perdida, uma manobra adotada pelo entrevistado foi o desenvolvimento da prática denominada “time sharing”, que ocorre na área onde localiza-se o clube “Grumari Beach Garden”, construção existente na orla de Grumari, em terreno particular, com grande impacto no ecossistema de restinga (Fig. 146) Esta prática consiste em fracionar a venda do lotes em parcelas muito pequenas, onde todos os que compram, são proprietários de uma pequena fração da propriedade, mas revezam seu uso integral ao longo do ano, onde cada um tem o direito de uso por um período específico, ou seja, a propriedade como um todo é compartilhada por diversos proprietários. Sendo assim, caso haja uma real iniciativa indenizatória, todos os que compraram frações deste terreno devem ser indenizados, existindo grande dificuldade em localizar a totalidade de proprietários, o que pode vir a garantir a permanência desta área na mão de particulares. O entrevistado também afirma que o espaço é utilizado como centro de pesquisas da Faculdade Simonsen, principalmente pelo curso de geografia, mas o fato mais recorrente é a frequente realização de festas de casamento e eventos de filmagem.

Em muitas propriedades, nas quais os donos não residem, ainda existe o cultivo de bananais (manejado por moradores da comunidade de Grumari ou de Piabas) (Fig. 147), o que configura mais um conflito com a prefeitura. O projeto mutirão decidiu atuar nos bananais nas áreas mais baixas nas encostas (de acesso mais fácil), o que, indiretamente, inibiria o cultivo em porções mais altas das vertentes. Os proprietários cederam apenas as terras a cima da cota 100 para o projeto, e cultivos de banana continuam sendo realizados nas encostas (em propriedades particulares).

No que concerne à relação com os pescadores da Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari, esta foi classificada como positiva, pois apesar de estarem inseridos na propriedade de um ex-sócio do entrevistado, localizam-se essencialmente na faixa de areia, compartimento não utilizado efetivamente pelos proprietários.

Quanto à relação com agentes como a associação de naturistas e comerciantes, afirma possuir pouco ou nenhum contato, portanto, classificou estas relações como indiferentes. Já no caso da indústria de construção civil e do turismo (hoteleira), acredita que parcerias podem ser importantes, desde que os projetos tenham forte base na integração sociedade – natureza.



Figura 146. Estrutura do clube Grumari Beach Garden,, propriedade particular no Parque Natural Municipal de Grumari (RJ). A) Entrada do clube; B) Bangalôs; C) Estrutura para eventos; D) Piscina e churrasqueira; E) Área de estacionamento e; F) Campo de futebol (Fotos: Thiago Pereira, 2011).



Figura 147. Residência utilizada apenas durante o dia (e finais de semana) em propriedade particular (com registro oficial) que ainda desenvolve cultivo de banana (manejado por moradores da comunidade de Grumari ou de Piabas) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Por alugar o espaço do clube Grumari Beach Garden para a realização de produções cinematográficas, televisivas e publicitárias com enorme frequência, acredita que a relação com este agente deve ser classificada como positiva. Alegou que a propaganda realizada através da utilização desta paisagem pode ser revertida de forma benéfica para a conservação da natureza na área, principalmente pela possibilidade de atração de um maior número de turistas, assim como de investimentos e contrapartidas.

Os frequentadores foram interpretados como grandes causadores de impacto, mas por permanecerem essencialmente na faixa de areia, não apresentam conflitos diretos. E quanto a ASAG, a construção do Grumari Beach Garden, assim como, as festas realizadas no seu interior, são motivo de conflitos entre estes dois agentes, onde a associação interpreta estas práticas como danosas a conservação ambiental.

Em relação aos compartimentos da paisagem destacados nesta pesquisa, informou possuir maior interesse nas áreas de Planície Costeira / Restinga e Encosta, pois são nestas áreas que localizam-se as propriedades, mas, de maneira mais ampla e integrada, acredita que a faixa de areia é um compartimento fundamental, pois funciona como a principal atração turística.

Os proprietários fundiários de Grumari representam um importante agente atuante na determinação da dinâmica de formação do mosaico da paisagem geográfica no interior do parque, a distribuição das propriedades acaba por gerar um mosaico heterogêneo de usos, onde algumas continuam com o cultivo de banana, outras funcionando apenas como residências, assim como propriedades que, de alguma forma, geram renda com a prestação de serviços. Estes diversos usos podem ser responsáveis por impactos de diferentes magnitudes nos ecossistemas encontrados na área.

Notamos aqui, mais um exemplo na história de criação de unidades de conservação no Brasil, onde o princípio básico de resolução da questão fundiária em um momento prévio ao da implementação do parque, não foi levado em consideração. A criação do PNMG está associada a um momento político favorável e não a uma real possibilidade existente. Desta forma, a imposição de normas restritivas associadas à categoria Parque Natural acabou por impedir, ou tornou ilegais, os diversos usos já realizados anteriormente ao decreto de criação da Unidade de Conservação. A questão torna-se complexa, pois discutimos a conservação dos ambientes naturais em oposição à idéia fundamental de propriedade privada presente no sistema capitalista. De qualquer forma, até que a questão fundiária seja efetivamente resolvida, é de fundamental importância que o diálogo entre proprietários e poder público seja estimulado, visando à garantia da integridade dos ecossistemas nativos, assim como dos direitos adquiridos por aqueles que são detentores de terra no local.

7.3.3.6) Entrevista com representante da Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (ASAG) - Questões aplicadas a um dos sócios fundadores e ex-presidente

Os dados aqui trabalhados são referentes às informações apresentadas em entrevista realizada em setembro de 2011, com um ex-presidente, sócio fundador da Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (ASAG) e frequentador da área há mais de trinta anos.

No período entre a abertura da Av. Estado da Guanabara e meados da década de 1990, notamos grande expansão da atividade comercial desenvolvida de forma desordenada em Grumari, onde no momento mais crítico era possível encontrar a presença de aproximadamente 50 trailers distribuídos ao longo da orla. Este fato está associado a um aumento na procura por um maior número de visitantes, que levou a

uma situação caótica nas áreas de estacionamento permitidas (e não permitidas). Neste contexto, um grupo de surfistas e frequentadores com maior consciência ambiental começou a se preocupar com a possibilidade de expansão da ocupação para o outro lado da avenida, o que representaria a fragmentação e destruição do ecossistema de restinga (neste momento estamos falando em APA de Grumari).

A organização deste grupo culminou na criação da Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (ASAG) (Fig. 148) no ano de 1997. Neste processo, adotaram a estrutura e moldes já desenvolvidos pela Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAG), fundada no início da década de 1990. A experiência em movimentos sindicais e em gerenciamento de reuniões por parte do entrevistado (que é petroleiro), o levaram a ser o primeiro presidente desta associação. Mas, de maneira diferente da ASAP, a ASAG não apresentou papel determinante na criação do Parque Natural Municipal de Grumari no início da década de 2000.



Figura 148. Logotipo da Associação de Surfistas e Amigos de Grumari (fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=ASAG+Grumari+RJ&um=1&hl=pt> <http://www.feserj.org/site> acessado em 29/12/11).

A ASAG conta com aproximadamente 80 associados (entre surfistas e não surfistas), não possui sede e suas reuniões são realizadas em uma sala no horto / sede do PNMG, cedida pela SMAC-RJ mediante assinatura de termo de responsabilidade. Sendo assim, devido a grande burocracia para utilização do espaço, muitas vezes, acabam por realizar as reuniões em um quiosque na orla.

A meta inicial apresentada foi a de contribuir para conservação dos ecossistemas nativos encontrados em Grumari e, neste sentido, ao longo de sua existência influenciou na retirada dos trailers (ainda em 1997), foram contra a permanência de ônibus de turismo na área, contra projetos imobiliários, contra a construção da sede atual, responsável por retirada de vegetação em sua construção (alegou que a estrutura do Grumari Beach poderia suprir esta necessidade) e contra a ocupação desordenada da orla.

No momento atual, as principais ações da ASAG se concentram em auxiliar na fiscalização de práticas ilegais desenvolvidas por frequentadores como a realização de churrascos e festas (casamentos, luais, raves e etc.), a produção de lixo, a orientação para pessoas que realizam “trabalhos” (oferendas) religiosos na área, a denuncia de desmatamento e do surgimento de novas construções, a repressão à poluição sonora (sons de automóveis) e etc. Vale destacar, que também foi mencionada a intenção de ampliar as ações ambientais na área.

Uma das principais práticas desenvolvidas pela ASAG é a realização de eventos (campeonatos) de surf (Fig. 149), desta forma, utilizam estes momentos para a divulgação da questão ambiental, ilustrando os problemas encontrados na área e promovendo ações como coleta de micro lixo na areia. Vale destacar que, apesar da intenção ser positiva, os impactos gerados por estes eventos podem ser grandes (grande número de pessoas, lixo produzido, impacto pela instalação do palanque e do gerador e etc.). Neste sentido, a busca por estruturas alternativas para realização de campeonatos é fundamental para que os impactos sejam minimizados, tornando-se mais coerente a relação entre discurso e prática por parte deste ator (o mesmo ocorre na Prainha).

Quanto à relação com os demais atores presentes no espaço do PNMG, no que concerne a indústria cinematográfica, foi destacado o intenso conflito de interesse presente, onde criticam a interferência na circulação de pessoas e veículos, assim como os impactos ambientais gerados pela instalação do instrumental e estruturas necessárias para as produções. Seguindo a idéia de fiscalização, como associação, costumam abordar os produtores responsáveis pelas filmagens para solicitar a apresentação da autorização concedida pela prefeitura, conferem também se o que está descrito no documento está de acordo com o que é encontrado durante a realização da produção e, em caso de irregularidades constatadas, informam (através de denuncia) a SMAC-RJ.

Dividem a faixa de areia com os pescadores da colônia, mas o contato é ínfimo e a relação foi classificada como positiva, apesar do ímpeto fiscalizador em relação às práticas desenvolvidas por este grupo. O mesmo ocorre no que tange a relação com a comunidade de moradores de Grumari, onde alegam não ter controle sobre o número de pessoas que vem “de fora”, nem dos nascimentos. Aqui podemos levantar duas questões fundamentais: Até que ponto estas atribuições são de fato da ASAG? Esta postura de controle e fiscalização pode, em médio prazo, criar um intenso conflito de interesse entre estes agentes?



Figura 149. Campeonato de surfe (Ecosurf) promovido pela ASAG na praia de Grumari no PNMG – RJ, no ano de 2010 (Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=ASAG+Grumari+Ecosurf+RJ&um=1&hl=pt> <http://www.feserj.org/site> acessado em 29/12/11).

São contra as práticas de especulação imobiliária desenvolvidas na área, portanto, a relação com a indústria de construção civil e hoteleira, assim como com os proprietários fundiários foi classificada como negativa, sendo o conflito de alta intensidade.

Não discordam da prática naturista, mas criticam a “obrigatoriedade” de permanecerem nus quando realizam fiscalizações nesta área. Todavia, esta divergência não foi considerada suficiente para ser classificada como conflito e a relação foi vista como positiva ou indiferente.

Quanto aos comerciantes, acreditam que a presença dos mesmos é fundamental, mas que deve ser fiscalizada com mais rigor, e a ASAG pode auxiliar neste processo. Muitos dos donos de quiosques freqüentam a área há mais de vinte anos e, em diversos casos, apresentam relações pessoais com os integrantes da associação, onde por vezes as reuniões são realizadas nestes espaços.

Apesar dos interesses serem comuns, foram apresentadas diversas críticas quanto à atuação da SMAC-RJ na área de Grumari. O entrevistado informou que o diálogo com a associação, assim como as ações de fiscalização não são realizadas de forma efetiva, o que impede uma maior participação da ASAG, mas destacou que o projeto mutirão desempenha importante papel na recuperação dos ecossistemas nativos. Sendo assim, a relação foi classificada como indiferente.

Na ocasião do movimento de massa de abril de 2010, realizaram o grande sonho de reduzir a acessibilidade à área, diminuindo em muito o número de frequentadores, ator que foi classificado pela ASAG como um dos grandes responsáveis pela geração de impactos ambientais, principalmente na faixa de areia e na restinga. Portanto, acreditam que foi um período em que a vegetação natural pode se regenerar com maior intensidade.

Em relação aos compartimentos da paisagem destacados nesta pesquisa (faixa de areia, planície costeira / restinga e encosta), apesar do interesse de conservação ter sido apresentado para as três áreas, a atuação da ASAG encontra-se principalmente na faixa de areia, seguida pela restinga.

A postura fiscalizadora, destacada em relação à praticamente todos os outros atores presentes, evidencia de forma clara o sentimento de domínio, de poder, que esta associação apresenta sobre ao espaço de Grumari, o que configura a idéia de um território “dominado” por pessoas “de fora” (praticamente nenhum integrante da ASAG reside em Grumari), as quais desejam influenciar diretamente (através da fiscalização) as práticas desenvolvidas por atores já encontrados na região muito antes da presença dos surfistas e frequentadores, como nos casos da colônia de pescadores e da comunidade de moradores. Fica evidente a sobreposição dos territórios da ASAG, da Colônia de Pesca do Cantinho do Grumari, assim como dos moradores da comunidade (em menor proporção), situação que pode ser responsável pela origem de conflitos futuros entre estes agentes.

Este território também pode ser interpretado como “flutuante” (SOUZA, 1995), onde o papel da ASAG em exercer domínio (essencialmente sobre a faixa de areia e Av. Estado da Guanabara) acontece apenas no período diurno, quando os associados estão presentes, no período noturno, outros grupos de frequentadores passam a utilizar este espaço, ocasiões onde os impactos são mais intensos.

De qualquer forma, este território permanece como uma abstração, não se materializa no espaço, onde não existem signos (símbolos ou estruturas) que delimitem áreas de domínio, nem legitimidade por parte da ASAG. A única ocasião em que talvez este domínio se materialize, está na cobrança de taxas (“direito de arena”) por parte da associação para qualquer outra entidade (não vinculada) que deseje realizar um evento (campeonato de surf) na área (este fato ocorre em todas as praias do Rio de Janeiro, que são divididas por dezenas de associações), desta forma, evidenciam que este trecho da

orla está sob o domínio da ASAG e qualquer evento associado ao surfe neste local precisa do consentimento desta associação para sua realização.

Apesar de ser um agente fundamental no espaço do PNMG, seu poder de atuação é limitado, o que se reflete em um número reduzido de ações efetivas, um maior diálogo com a SMAC-RJ, assim como com os demais atores, pode alterar positivamente esta situação.

7.3.3.7) Entrevista com representante da Associação Naturista de Abricó - Questões aplicadas ao presidente da associação

Os resultados apresentados nesta seção são relativos à entrevista realizada com o presidente da Associação Naturista do Abricó e freqüentador da praia desde a década de 1980.

A praia do Abricó, localizada no extremo leste da orla de Grumari (Fig. 150), é a única praia do município do Rio de Janeiro que permite, oficialmente, a prática do naturismo, atraindo freqüentadores locais (moradores do Rio de Janeiro) e turistas nacionais e internacionais. O processo de construção da associação está diretamente ligado à criação da área naturista nesta localidade. Segundo informações apresentadas pelo entrevistado, ainda na década de 1980, a prática do naturismo já ocorria nesta área, mas de forma não oficial e até ilegal. Devido à baixa freqüência de visitantes, assim como a baixa divulgação, a situação permaneceu sem restrições impostas pelo poder público e a pouca fiscalização que existia era feita por policiais de bermuda que se locomoviam com bugres, os quais não reprimiam os naturistas. No final dos anos 1980 a situação mudou de figura, onde policiais, agora de moto e com farda completa, adotaram uma postura repressiva e muitas vezes associada à extorsão.

Neste contexto, no início da década de 1990, alguns freqüentadores (naturistas), liderados pelo entrevistado, decidiram iniciar um movimento em prol da legalização da prática naturista na Praia do Abricó, vale destacar que, neste momento, já existiam dois importantes exemplos de praias com prática naturista legalizada no Brasil, a Praia de Tambaba em João Pessoa – PB e a Praia do Pinho em Santa Catarina, além de inúmeras outras espalhadas pelo mundo, casos que serviram como exemplo e estímulo para este pequeno grupo.



Figura 150. Localização da Praia do Abricó no PNM de Grumari (RJ) (Fonte: Imagem cedida pela SMAC-RJ, 2010, alterada por Thiago Pereira).

Dentre os freqüentadores, nem todos concordaram com o movimento de legalização da praia, alguns argumentavam que o povo brasileiro ainda não estaria preparado para isso, outros (uma minoria) desejavam continuar com práticas sexuais (que podem ser classificadas como atentado ao pudor) desenvolvidas no espaço, o qual era utilizado de maneira inadequada (não possuíam um pensamento naturista, visavam o sexo), por fim, havia um grupo (a maioria) que não desejava a oficialização do espaço naturista por medo de intensa divulgação na mídia e conseqüente atração de maior público.

De qualquer forma, realizaram um abaixo assinado em diversas praias da orla do Rio de Janeiro em busca de apoio para a legalização do naturismo na Praia do Abricó, onde foram preparadas três vias, uma para cada esfera de governo (municipal, estadual e federal). No ano de 1991, iniciaram o processo na câmara municipal, com o apoio do então vereador Alfredo Sirkis, que indicou a SMAC-RJ para auxiliá-los na jornada. No ano de 1992, com as novas eleições, Sirkis tornou-se o novo secretário de meio ambiente do município do Rio de Janeiro no governo do prefeito Cesar Maia. Os trâmites legais correram até o ano de 1994, quando após ser perdido por diversas vezes, o processo foi encontrado e passou por várias comissões (via SMAC-RJ), as quais deram pareceres favoráveis. Ainda em 1994, o secretário de meio ambiente (Sirkis) assinou o documento legitimando a existência da Praia do Abricó como praia de prática naturista autorizada. No mesmo dia em que a decisão foi publicada no diário oficial, os

jornais noticiaram a novidade, com a polêmica criada, no cair da tarde, um advogado (o mesmo que inicialmente auxiliou o comerciante do restaurante Flor do Grumari) entrou com uma ação para “fechar” a praia.

No dia seguinte a imprensa estava presente e aqui temos o momento de surgimento da associação, que foi criada devido à necessidade de maior voz no debate, assim como de maior legitimidade do movimento perante a sociedade e poder público. Em uma semana saiu uma liminar proibindo a prática de naturismo na Praia do Abricó, que passou a ser nacionalmente conhecida, da mesma forma que os diretamente envolvidos na empreitada de legalização, como o presidente da associação na ocasião (entrevistado).

O programa Fantástico da Rede Globo decidiu fazer uma matéria na área, onde, apesar da proibição legal, todos os entrevistados estavam nus. O Juiz e advogado responsáveis pela proibição também foram entrevistados, e a reportagem apresentou-se como tendenciosa a defender os interesses dos naturistas frente a frases como “As ridículas nádegas expostas” apresentadas pelos contrários à prática e divulgadas na mídia. Mesmo assim, todas as tentativas de derrubar a liminar por parte da associação não foram bem sucedidas até o ano de 2001, quando ganharam em primeira instância, garantindo a liberação por um período de três meses. Após este breve período, saiu outra liminar proibindo a prática naturista, que vigorou até o ano de 2003, quando a associação ganhou novamente o direito em julgamento. O STJ entrou com recurso, mas o Juiz informou que a praia deveria permanecer aberta até que o processo tivesse seu julgamento final, o qual ocorreu em 2005, sendo também favorável a associação. Na prática, o naturismo ocorre na Praia do Abricó, sem interrupções, desde o ano de 2003.

Uma das grandes questões surgidas no momento de elaboração do projeto de legalização da prática naturista na área estava associada à obrigatoriedade, ou não, de se permanecer nu neste espaço. Neste sentido, o caminho escolhido pela associação foi o de colocar a prática naturista como opcional sendo o intuito desta medida o de evitar futuros recursos judiciais, que mesmo assim aconteceram (como já apresentado).

Desta maneira, inicialmente a praia funcionou de forma mista, onde “nus” e “vestidos” deveriam compartilhar o espaço em harmonia. Na prática, as evidências provaram o contrário, com a legalização da praia, o policiamento desapareceu e novos freqüentadores passaram a acreditar que esta é uma praia “sem lei”, desenvolvendo diversas atividades ilegais (como utilização de drogas), além de causarem grande constrangimento para os naturistas, que passaram a ser “atração”, principalmente em

ocasiões em que as poucas mulheres presentes ficam nuas, agrupando vários homens vestidos no seu entorno. Diversas denúncias já foram realizadas a Polícia Militar, mas a informação de retorno é a de que falta contingente para fiscalizar a área. O presidente da associação destacou que esta praia possui normas e restrições como qualquer outra praia do município do Rio de Janeiro, a única diferença é que existe a permissão para se permanecer nu.

Frente a esta situação, em 2004, uma medida de ordenamento espacial foi tomada pela associação, que realizou um zoneamento da faixa de areia distribuindo vestidos, semi vestidos (topless) e nus ao longo da extensão da Praia do Abricó (Fig. 151). Neste sentido, na primeira faixa, no extremo oeste da praia, ficava a zona de adaptação, onde o nudismo era opcional, logo em seguida notávamos a zona onde as mulheres deveriam fazer “topless” (seios despídos) e onde os homens deveriam ficar nus e, por fim, no extremo leste, após uma pedra localizada aproximadamente no meio da praia, iniciava-se a zona de nudismo obrigatório para todos.

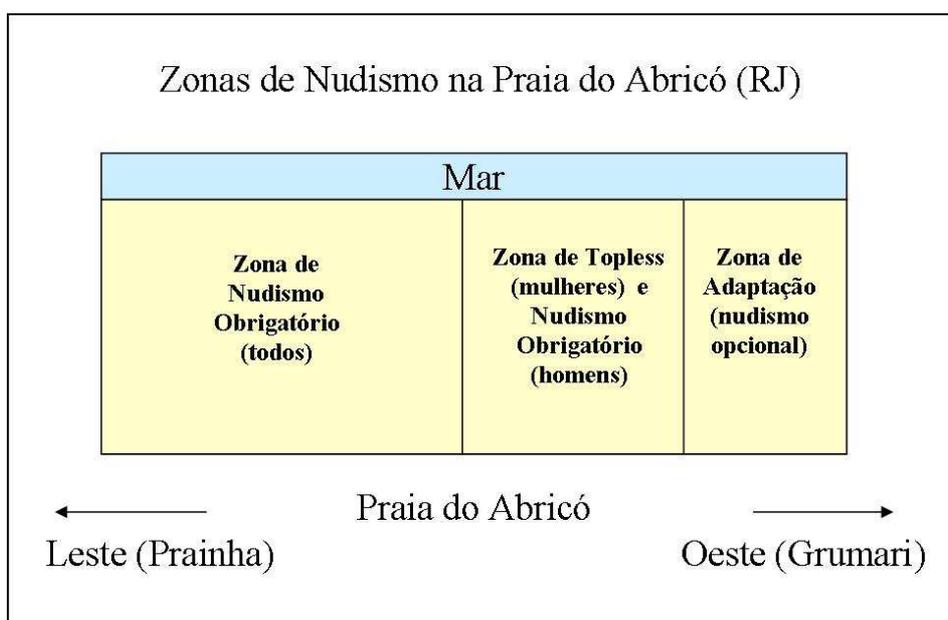


Figura 151. Zoneamento proposto pela associação naturista para a Praia do Abricó (Fonte: elaborado por Thiago Pereira).

Mesmo com esta medida, os problemas continuaram e a zona de nudismo obrigatório acabou tornando-se um grande “aquário”, uma vitrine para a observação dos vestidos que se localizavam na zona opcional, além disso, os ambulantes, que possuíam permissão para permanecerem vestidos, estavam na praia em grande quantidade, mesmo

com poucos freqüentadores presentes (causando constrangimento) e as práticas ilegais continuavam a acontecer. Aos poucos, a decisão foi migrar a faixa limite da zona de nudismo obrigatório em direção à zona opcional que foi sendo reduzida até seu total desaparecimento. Nos dias atuais, durante os finais de semana, a sugestão é que todos permaneçam nus em toda a extensão da praia (Fig. 152) e a fiscalização é feita pela própria associação, que contrata dois fiscais para coibir práticas ilegais e constrangedoras, assim como para informar os visitantes sobre as normas da praia, além de inserir placas com estas informações (Fig. 153). Em alguns casos, visitantes não desejam tirar a roupa e conflitos já surgiram por esta questão, outra medida é a proibição dos ambulantes em permanecerem vestidos, agora, também devem estar nus para transitar neste espaço, o que acaba por diminuir o numero de ambulantes e o constrangimento causado pelos mesmos. Servidores públicos, em serviço, como policiais, salva-vidas, médicos, bombeiros, guardas municipais e etc, possuem o direito de permanecerem vestidos. É importante destacar que a obrigatoriedade de permanência sem roupa na praia não existe legalmente, o convencimento para que visitantes fiquem nus está baseado na argumentação associada ao constrangimento gerado para os freqüentadores (Fig. 154).



Figura 152. Placa informativa sobre a existência da prática de nudismo na Praia do Abricó (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).

O entrevistado manifestou repúdio ao grande preconceito existente em relação à prática naturista, que é frequentemente associada ao sexo, à “pouca vergonha” e etc. Mas, no caso específico da Praia do Abricó, reconheceu que esta relação apresenta, de certa forma, algum fundamento. Um dos maiores problemas detectados está nas práticas realizadas pelos frequentadores que utilizam o espaço nos dias de semana, onde não existe nem fiscalização policial, nem por parte da associação, que não possui verba suficiente para sustentar a presença dos fiscais nos sete dias da semana (alta taxa de inadimplência entre os associados), portanto, nos dias úteis, os mesmos não estão no local (salvo feriados), o que possibilita o surgimento de inúmeras práticas ilícitas como consumo de drogas e atentado ao pudor.

Durante anos, a associação, na figura de seu presidente, lutou contra esta situação, realizavam diversas denúncias e, além de não obterem retorno algum do poder público, passaram a receber ameaças, inclusive de morte. Sendo assim, optaram por perder o direito integral sobre a área (conquistado através de muita luta), para utilizar o espaço apenas nos finais de semana e feriados, quando podem controlar efetivamente as práticas desenvolvidas. Apresentam medo em relação à possibilidade de uma nova proibição justificada pelos usos inadequados. Um bom exemplo desta opção está no fato do site da associação recomendar ao visitante, que frequente a praia apenas nos finais de semana. Mais uma vez, notamos a idéia de territórios “flutuantes” (SOUZA, 1995), onde nos finais de semana a associação exerce domínio sobre este espaço, que possui símbolos representando seus limites físicos (placas e matacões), e nos dias de semana ele torna-se um espaço de promiscuidade e usos ilegais, sem um grupo dominante definido.

Nesta praia não existe comércio formal, os serviços são oferecidos por ambulantes irregulares, mas que, segundo o entrevistado, apresentam importante papel na limpeza da praia ao recolherem o lixo produzido. Uma das propostas para gerar arrecadação de renda por parte da associação é a de instalar uma tenda (comércio) da própria associação, que passaria a controlar o comércio na praia. Com a receita gerada, seria possível custear a presença da fiscalização todos os dias da semana, o que poderia reduzir em muito os problemas apresentados. Todavia, por estar inserida em um parque natural municipal, existe um impedimento legal para a permanência de ambulantes com tendas nesta praia.



Figura 153. Placa indicativa de normas a serem seguidas na Praia do Abricó (RJ) (Foto: Thiago Pereira, 2011).



Figura 154. Placa localizada na entrada da praia sugerindo que os frequentadores fiquem nus (Foto: Thiago Pereira, 2011).

O entrevistado informou que o ato de apenas tirar a roupa não é naturismo, o naturista possui um estilo e uma filosofia de vida associada à preocupação social e ambiental, logo, apresentam forte interesse em desenvolver ações em prol da conservação dos ecossistemas presentes, mas as medidas efetivas ainda são poucas, como mutirões de coleta de micro lixo na areia. Com o apoio da Federação Nacional de Naturismo, que vem estimulando as práticas ambientais, esperam poder evoluir nesta questão.

Sendo assim, a relação com a SMAC-RJ foi classificada como positiva, pois é baseada em um interesse comum de conservação, todavia, alegou que o diálogo, assim como o suporte para as ações são incipientes. No que concerne à relação com os comerciantes, aqueles que possuem estabelecimentos comerciais (quiosques e restaurante) próximos a Praia do Abricó, alegaram serem prejudicados pelas práticas ocorridas durante a semana, o que acaba por afastar os fregueses, gerando prejuízo financeiro. Neste sentido, notamos intenso conflito de interesse, onde na visão destes

comerciantes, a praia naturista deveria acabar, ou possuir intensa fiscalização diária, como ocorre nos finais de semana.

Quanto à indústria de construção civil, hoteleira e proprietários fundiários, por estarem todos associados à prática de especulação imobiliária, ação criticada pelos integrantes da associação, notamos uma relação conflituosa. A comunidade de moradores também apresentou conflitos com os naturistas, onde, em sua maioria, os integrantes da comunidade são evangélicos e não concordam com a prática do naturismo, desta forma, alegaram que a criação da Praia Naturista do Abricó impediu o acesso dos moradores a esta área, no passado muito utilizada pelos mesmos, ou seja, para irem até lá, ou devem estar nus ou, no mínimo, terão que ver pessoas nuas, o que fere seus preceitos religiosos. A questão da obrigatoriedade de se permanecer nu na área também gera conflitos com a ASAG, mas, como dito anteriormente, não são suficientes para classificar a relação como negativa.

Quanto à colônia de pescadores, a relação apresentada é incipiente, sendo assim, foi classificada como positiva ou indiferente e, no que tange a indústria cinematográfica / televisiva / publicitária, também afirmou possuir uma relação positiva, principalmente por, no geral, serem informados e ouvidos quanto à possibilidade de realização de produções / filmagens na área, antes que estas sejam liberadas pela prefeitura, ou seja, podem influenciar minimamente no processo de autorização.

Dentre os compartimentos da paisagem destacados nesta pesquisa (faixa de areia, planície costeira / restinga e encosta), a área de maior interesse e atuação deste agente localiza-se na faixa de areia.

É evidente que muitos conflitos ainda podem surgir envolvendo este importante ator, principalmente pela presença de visões contrárias, de grande intensidade, provenientes dos comerciantes e dos moradores da comunidade. Uma maior atuação do poder público, assim como da associação, no sentido de aumentar a fiscalização na área, pode evitar o agravamento desta situação, permitindo a redução, ou até mesmo o desaparecimento do conflito existente com os comerciantes, o que provavelmente não ocorrerá com a mesma facilidade em relação à comunidade.

7.3.4) Espacialização dos Principais Atores que Atuam no Parque Natural Municipal de Grumari

A partir da identificação dos diferentes agentes que atuam na área do Parque Natural Municipal de Grumari, realizada através de pesquisas bibliográficas, levantamentos em órgãos públicos e entrevistas em trabalhos de campo, foi possível gerar uma imagem na tentativa de ilustrar de forma mais clara as áreas / compartimentos específicos de interesse destes atores neste espaço (Fig. 155).



Figura 155: Atores e interesses no PNM de Grumari (Fonte: Imagem Orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

7.3.5) Matriz de Conflitos de Interesse no PNM de Grumari

De maneira similar a realizada no caso do Parque Natural Municipal da Prainha, os resultados aqui apresentados podem ser interpretados como uma alternativa para melhor visualização das informações obtidas através da realização das entrevistas com os diferentes atores presentes de forma direta ou indireta no Parque Natural Municipal de Grumari, portanto, responsáveis pela atual configuração do mosaico da paisagem desta unidade de conservação. Sendo assim, também existe a tentativa de quantificação

das diferentes visões e interesses apresentados pelos agentes identificados e espacializados ao longo do processo de pesquisa.

As matrizes apresentadas (Figs. 156, 157 e 158) assim como, as tabelas 5, 6, 7 e 8 e gráficos 18, 19, 20 e 21, gerados com base nas mesmas, permitem uma quantificação mínima destas informações, o que nos possibilita comparar com mais nitidez as variações encontradas entre os diferentes compartimentos (faixa de areia, planície costeira / restinga e encosta) no que concerne a presença de interesses convergentes; interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados e; interesses divergentes. Os resultados são apresentados em percentuais.

É importante frisar que, nesta pesquisa, a Av. Estado da Guanabara está inserida no compartimento faixa de areia, o que é justificado por ser uma área muito alterada e com intenso uso, na transição para a restinga. Outro ponto pertinente refere-se ao fato desta quantificação levar a generalização de questões particulares, as quais foram trabalhadas com mais profundidade na seção anterior. De qualquer forma, esta alternativa de tratamento dos dados obtidos pode auxiliar na visualização das discussões já realizadas, permitindo uma classificação mais abrangente dos compartimentos em relação à quantidade e intensidade de conflitos presentes.

Matriz de Conflitos de Interesse entre os Diferentes Agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Faixa de Areia

Faixa de Areia	Secretaria de Meio Ambiente	Colônia de Pescadores	ONGS	Indústria Hoteleira / Turismo	Indústria Cinematográfica	Frequentadores / Banhistas	Comerciantes (quiosques, restaurantes e barraqueiros)	ASAG	Associação Naturista
Secretaria de Meio Ambiente	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Colônia de Pescadores		●	●	●	●	●	●	●	●
ONGS			●	●	●	●	●	●	●
Indústria Hoteleira / Turismo				●	●	●	●	●	●
Indústria Cinematográfica					●	●	●	●	●
Frequentadores / Banhistas						●	●	●	●
Comerciantes (quiosques e restaurantes)							●	●	●
ASAG								●	●
Associação Naturista									●

- Interesses Divergentes
- Interesses Convergentes mas com práticas / Projetos Diferenciadas
- Interesses Convergentes

Figura 156. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Faixa de areia.

Tabela 5. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMG.

PNMG	Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Faixa de Areia	28,89	44,44	26,67

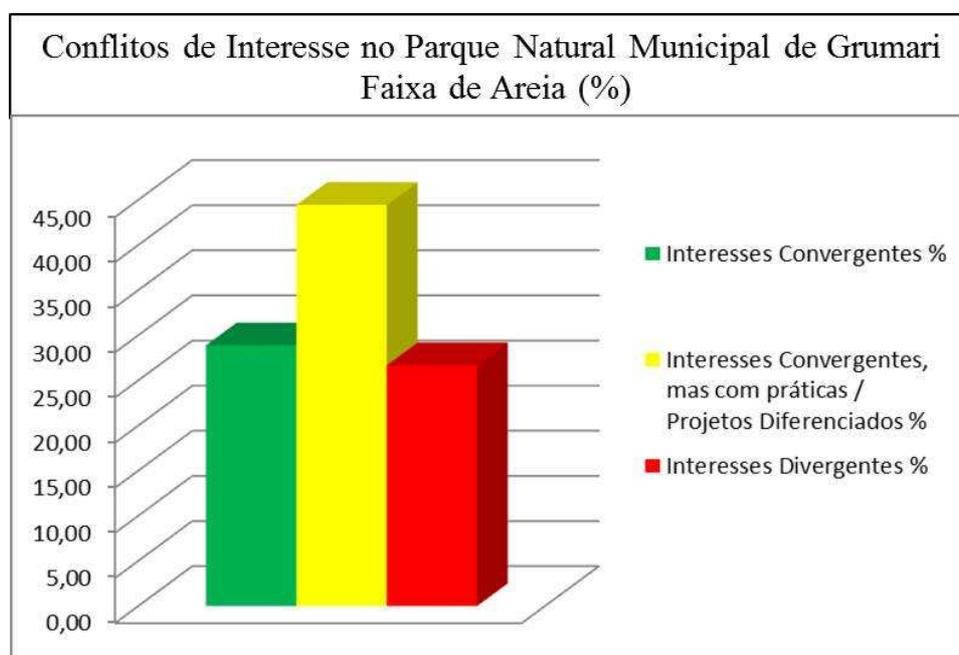


Gráfico 18. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento faixa de areia do PNMG.

**Matriz de Conflitos de Interesse entre os Diferentes Agentes
no Parque Natural Municipal de Grumari – Planície
Costeira / Restinga**

Planície Costeira / Restinga	Secretaria de Meio Ambiente	Associação de Moradores de Grumari	Especuladores Imobiliários / Construtoras	ONGs	Indústria Hoteleira / Turismo	Indústria Cinematográfica	Proprietários Fundiários
Secretaria de Meio Ambiente							
Associação de Moradores de Grumari							
Especuladores Imobiliários / Construtoras							
ONGs							
Indústria Hoteleira / Turismo							
Indústria Cinematográfica							
Proprietários Fundiários							

-  Interesses Divergentes
-  Interesses Convergentes mas com práticas / Projetos Diferenciadas
-  Interesses Convergentes

Figura 157. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Planície Costeira / Restinga.

Tabela 6. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMG.

PNMG	Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Planície Costeira / Restinga	32,14	21,43	46,43

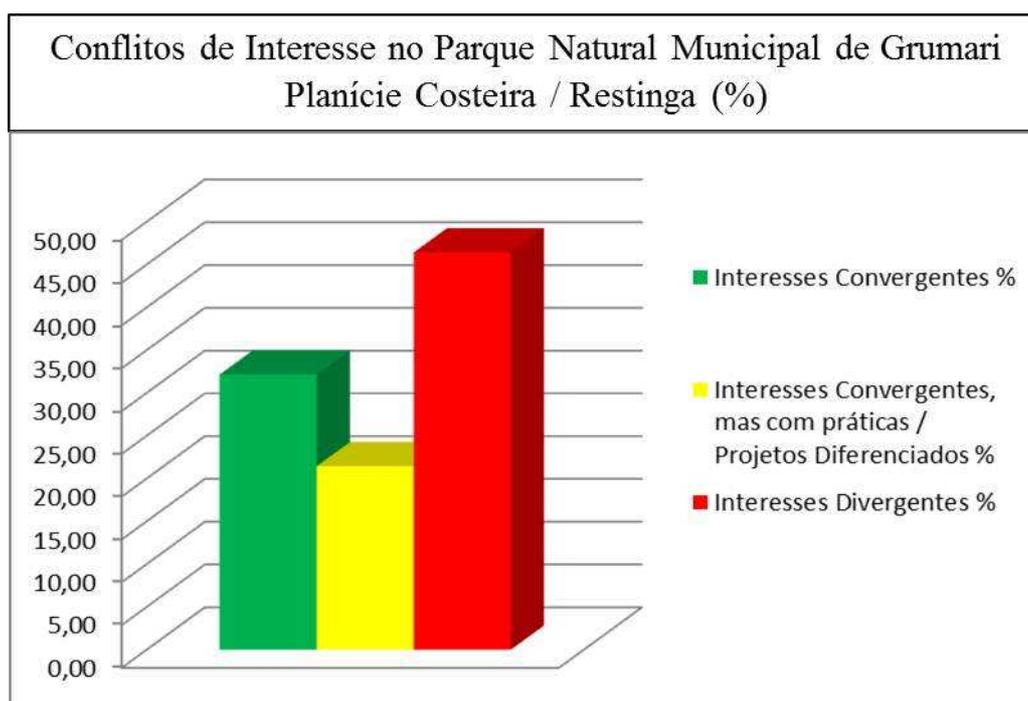


Gráfico 19. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Planície Costeira / Restinga do PNMP.

**Matriz de Conflitos de Interesse entre os
Diferentes Agentes no Parque Natural Municipal
de Grumari – Encosta**

Encosta	Secretaria de Meio Ambiente	Associação de Moradores de Grumari	Especuladores Imobiliários / Construtoras	ONGs	Indústria Hoteleira / Turismo	Proprietários Fundiários
Secretaria de Meio Ambiente						
Associação de Moradores de Grumari						
Especuladores Imobiliários / Construtoras						
ONGs						
Indústria Hoteleira / Turismo						
Proprietários Fundiários						

-  Interesses Divergentes
-  Interesses Convergentes mas com práticas / Projetos Diferenciadas
-  Interesses Convergentes

Figura 158. Matriz de conflitos de interesse entre os diferentes agentes no Parque Natural Municipal de Grumari – Encosta.

Tabela 7. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMG.

PNMG		Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Encosta		33,33	23,81	42,86

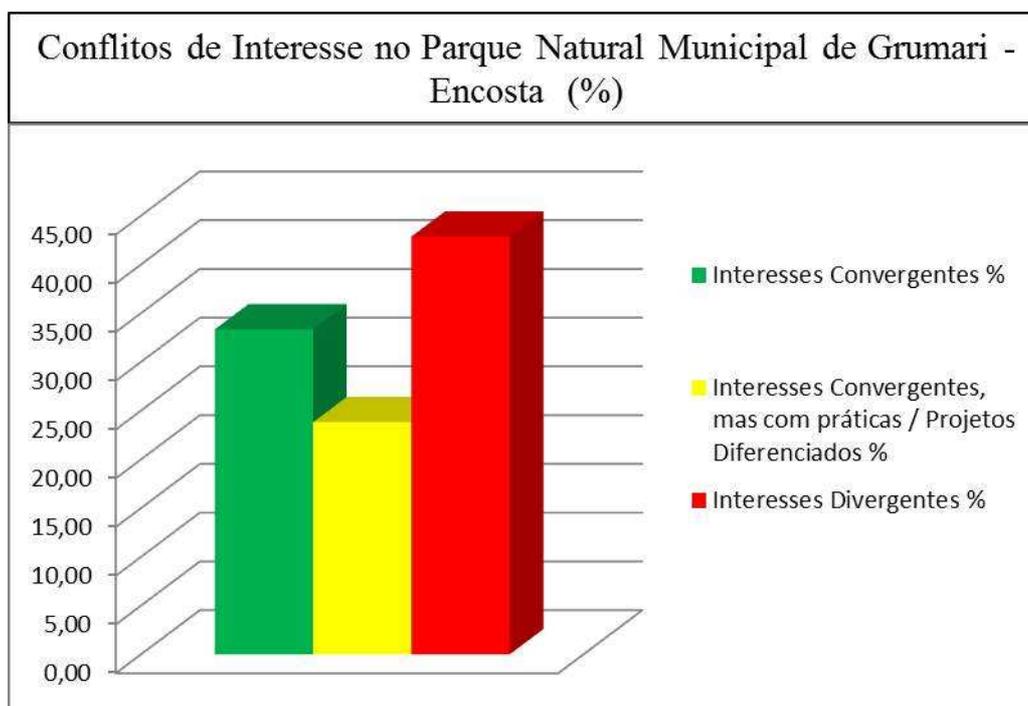


Gráfico 20. Valores de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no compartimento Encosta do PNMP.

Tabela 8. Valores Médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMG.

PNMG		Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
Faixa de Areia		28,89	44,44	26,67
Planície Costeira / Restinga		32,14	21,43	46,43
Encosta		33,33	23,81	42,86
	Média	31,46	29,89	38,65
Total PNMP	Desv. P	2,30	12,66	10,53
	CV %	7,31	42,34	27,25

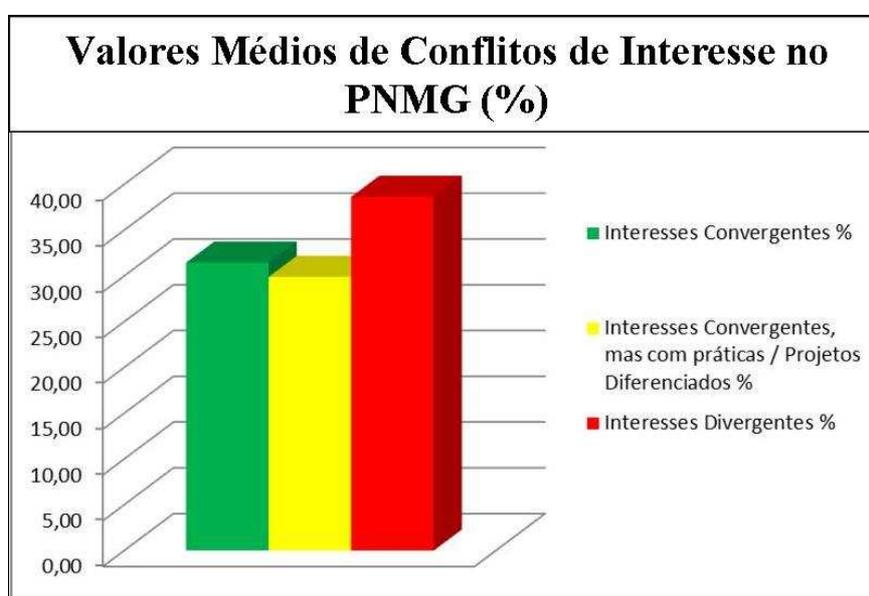


Gráfico 21. Histograma de valores médios de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMG.

De acordo com a tabela 8, assim como com o gráfico 21, no que se refere ao compartimento Faixa de Areia, podemos notar que, no geral, os valores associados aos interesses convergentes (28,89%), assim como aos interesses divergentes (26,67%), são inferiores aos valores médios encontrados (31,46% e 38,65% respectivamente). Já em relação aos interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados, ao contrário dos casos anteriores, apresentam valor (44,44%) muito superior ao valor médio (29,89%), evidências que nos levam a crer, que este é um compartimento com presença de conflitos de interesse, pois apesar de muitas vezes os interesses e objetivos serem semelhantes, os diferentes caminhos e práticas acabam por gerar embates significativos (ex: Colônia de Pescadores X SMAC-RJ; Frequentadores X SMAC-RJ; Indústria Cinematográfica X ASAG e etc.).

No que tange o compartimento Planície Costeira / Restinga, notamos que os valores de interesses convergentes (32,14%) estão bem próximos da média encontrada (31,46%). Já os valores de interesse convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (21,43%) estão abaixo da média (29,89%), enquanto os interesses divergentes (46,43%) superam os valores médios (38,65%). Estes dados evidenciam que, apesar do maior valor de interesses convergentes, é um compartimento com maior intensidade de conflitos se comparado com a Faixa de Areia, o que fica nítido nos valores bem superiores de interesses divergentes.

No compartimento Encosta, podemos notar valores de interesses convergentes (33,33%) próximos a média (31,46%), valores de interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (23,81%) inferiores a média (29,89%) e valores de interesses divergentes (42,86%) superiores aos percentuais médios encontrados para o PNMG (38,65%). Estes dados permitem interpretar um comportamento similar ao compartimento Planície Costeira/ Restinga, com uma pequena diferença, principalmente em relação aos interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados. Neste compartimento, assim como no anterior, os principais conflitos estão associados aos Proprietários Fundiários X SMAC-RJ, Comunidade de Moradores X SMAC-RJ e Especuladores imobiliários X SMAC-RJ e Comunidade de Moradores, relações discutidas com maior profundidade nas seções anteriores.

Mas, de forma geral, podemos notar o maior percentual associado aos valores de interesses divergentes, ilustrando maior tensão no processo de gestão se comparado ao PNMP. Vale destacar que, em todos os casos, os coeficientes de variação não apresentam valores significativos.

7.3.6) Intensidade de Conflitos por Compartimentos no PNM de Grumari

De maneira similar a realizada no PNMP, nesta etapa, a proposta é utilizar os valores associados à presença de interesses divergentes, o que pode configurar situação de conflito. Desta forma, bandas foram criadas para delimitar os diferentes graus de intensidade destes conflitos.

Sendo assim, compartimentos com menos de 20% de interesses conflitantes foram classificados como áreas com baixa intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 21% e 40% foram classificados como áreas com baixa / média intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 41% e 60% foram classificados como áreas com média intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 61% e 80% foram classificados como áreas com média / alta intensidade de conflitos de interesse e; compartimentos com valores de interesses divergentes a cima de 80% foram considerados como áreas com alta intensidade de conflitos. Estas informações podem ser percebidas com mais clareza na figura 159.

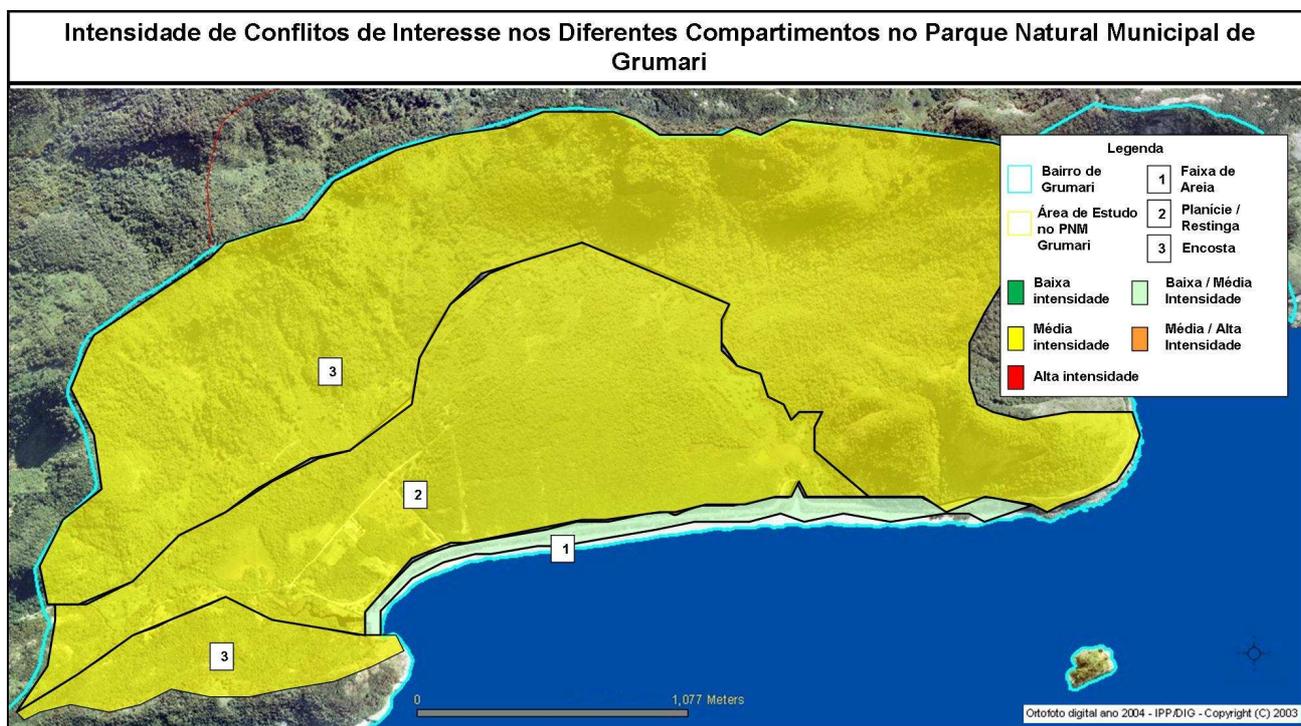


Figura 159. Intensidade de Conflitos de interesse nos diferentes compartimentos do PNMG (Fonte: Imagem orbital cedida pela SMAC-RJ, 2003, alterada por Thiago Pereira).

No compartimento faixa de areia, podemos notar grande presença de interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (44,44%). Os valores próximos de interesses convergentes (28,89 %) e de interesses divergentes (26,67 %) nos levam a crer que, apesar da presença de conflitos entre os diferentes atores, estes são classificados como de baixa/média intensidade. Esta situação não é regular ao longo do ano, sendo mais intensa no verão, onde este compartimento torna-se palco de grande desordem no uso do solo, principalmente por parte dos frequentadores (trânsito e estacionamento caóticos, churrascos, poluição sonora, produção de lixo e etc.). Na prática, grande parte dos problemas materializados no espaço está nesta faixa que, no caso de Grumari, integra também áreas como a Av. Estado da Guanabara e estacionamento (de maneira diferente do PNMP, onde estas áreas estão inseridas no compartimento Planície Costeira / Restinga). A quantificação realizada informa a relativa baixa presença de interesses divergentes, ou seja, o percentual deste tipo de relação entre os diferentes atores apresenta valores reduzidos, o que não significa que os problemas causados não possam ser de grande magnitude, causando graves impactos no ecossistema de restinga. Neste sentido, assim como no PNMP, notamos uma postura de constante repressão por parte da SMAC-RJ, o que pode também ser interpretado como conflito.

Em contrapartida, o percentual mais alto de interesses divergentes encontrado na Planície Costeira /Restinga (46,43 %) tem seu principal conflito na relação existente entre a comunidade de moradores de Grumari e a SMAC-RJ, onde a questão fundamental está associada às práticas agrícolas desenvolvidas, assim como à própria permanência desta população neste local. Podemos destacar também conflitos entre Especuladores imobiliários X SMAC-RJ e Comunidade Local, Proprietários Fundiários X SMAC-RJ, Indústria Hoteleira X ONGs e SMAC-RJ e etc. Desta forma, este compartimento apresenta-se como a área de maior intensidade de conflitos presente no Parque Natural Municipal de Grumari, mas, de acordo com as bandas estipuladas é classificada como de média intensidade de conflitos.

Em relação às Encostas, notamos um comportamento similar ao encontrado para a Planície Costeira / Restinga, onde valores mais altos de interesses divergentes também estão presentes (42,86%), todavia, neste caso, o principal conflito está associado à relação entre Proprietários Fundiários com a SMAC-RJ, e é baseado nas diferentes visões quanto às possibilidades de uso do solo. Nesta mesma linha, o conflito entre SMAC-RJ e Especuladores Imobiliários / Construtoras / Indústria Hoteleira também

apresenta importância significativa, e esta faixa pode ser classificada como de média intensidade de conflitos de interesse.

De qualquer forma, fica evidente que a questão fundiária mal resolvida, assim como a ausência e flutuação de fiscalização podem ser interpretadas como as maiores responsáveis pela presença de uma grande quantidade de conflitos aparentes em todo o Parque Natural Municipal de Grumari. Esta situação dificulta um processo de gestão efetivo além de possibilitar ameaças aos ecossistemas naturais encontrados nesta paisagem. Vale ressaltar que os conflitos citados foram discutidos com maior profundidade em seções anteriores.

7.4) Breves Reflexões sobre as Gestões Desenvolvidas nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari

Ao tomarmos as classificações de intensidade de conflitos de interesse presentes nos diferentes compartimentos encontrados nos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari, percebemos que, em ambos os casos, a faixa de areia apresenta baixa intensidade de conflitos, porém no que concerne a Planície Costeira / Restinga e a Encosta notamos algumas diferenças, no caso do PNMG, estes compartimentos apresentam média intensidade de conflitos de interesse, enquanto no PNMP, estas áreas são classificadas como de baixa / média. Sendo assim, os comportamentos destes parques em relação à intensidade de conflitos podem ser vistos como diferenciados, sendo mais intensos no PNMG.

A maior ou menor quantidade de conflitos presentes influencia diretamente na efetiva gestão de uma unidade de conservação, onde o levantamento das tipologias e intensidades destes conflitos pode ser uma ferramenta fundamental. Desta forma, no intuito de gerar melhor visualização na comparação da presença de diferentes tipologias de conflitos nestas áreas, uma quantificação alternativa foi proposta, onde os valores apresentados em porcentagem são oriundos da soma de todas as relações encontradas nestas áreas (PNMP – 70 relações; PNMG – 94 relações), com isso, não devem ser interpretados como valores médios (como já apresentado anteriormente), na realidade, são valores que correspondem aos totais de interesses convergentes, interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados e interesses divergentes presentes nestas áreas, representados através da tabela 9 e do gráfico 22.

Tabela 9. Valores Totais de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP e PNMG.

	Interesses Convergentes %	Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados %	Interesses Divergentes %
PNMP	48,57	25,71	25,71
PNMG	30,85	32,98	36,17

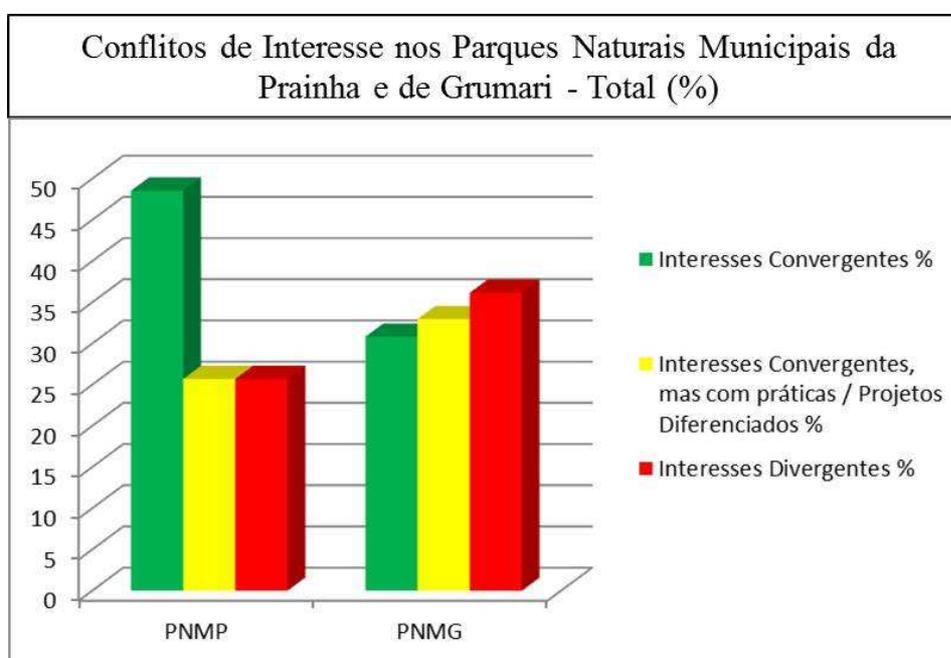


Gráfico 22. Valores Totais de Interesses Convergentes (%); Interesses Convergentes, mas com práticas / Projetos Diferenciados (%) e; Interesses Divergentes (%) no PNMP e PNMG.

Ao compararmos os resultados referentes às classificações de intensidade de conflitos de interesse nos diferentes compartimentos (anteriormente discutidos), percebemos que os comportamentos apresentados por estes dois parques podem ser interpretados como relativamente semelhantes, todavia, de acordo com os valores ilustrados na tabela 9 e no gráfico 22, obtidos a partir do total de relações presentes nestas áreas, notamos que os comportamentos tornam-se diferenciados.

No caso do Parque Natural Municipal da Prainha, dentre as setenta relações destacadas, notamos altos valores de interesses convergentes (48,57%), assim como valores idênticos no que se refere aos interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados e interesses divergentes (25,71). Já em relação ao Parque Natural Municipal de Grumari, nas 94 relações encontradas, percebemos um gradativo crescimento nos valores apresentados, onde primeiro encontramos os interesses convergentes (30,85%), seguido pelos interesses convergentes, mas com práticas / projetos diferenciados (32,92%) e por fim os interesses divergentes (36,17%).

De maneira geral, podemos perceber que os comportamentos apresentados são bem diferenciados, onde no PNMP, a tipologia de interesses predominante (com valor significativo) está associada aos convergentes, enquanto no PNMG, os maiores valores são relativos aos interesses divergentes, o que é refletido nas formas invertidas dos gráficos referentes a estas áreas. A discrepância dos valores de interesses convergentes no PNMP confirma a idéia já apresentada, que está é uma área com baixa intensidade de conflitos, o que gera influência positiva direta na efetividade da gestão realizada neste local.

Em contrapartida, no PNMG, os valores de interesses convergentes são os mais baixos, enquanto os divergentes aparecem em maior quantidade. Vale destacar, que neste caso, os valores para as três tipologias são bem mais próximos (todos entre 30 e 40%), o que pode estar refletindo a grande variedade de atores e percepções presentes no espaço de Grumari. O maior número de relações encontradas neste parque também evidencia sua maior complexidade no que se refere à gestão desta unidade de conservação.

Porém, ao adotarmos o mesmo princípio de classificação de intensidade de conflitos realizado anteriormente (seção conflitos de interesse por compartimento), o qual é baseado em bandas de valores associadas à presença de interesses divergentes, onde compartimentos com menos de 20% de interesses conflitantes foram classificados como áreas com baixa intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 21% e 40% foram classificados como áreas com baixa / média intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 41% e 60% foram classificados como áreas com média intensidade de conflitos de interesse; compartimentos com valores entre 61% e 80% foram classificados como áreas com média / alta intensidade de conflitos de interesse e; compartimentos com valores de interesses divergentes a cima de 80% foram considerados como áreas com alta

intensidade de conflitos, percebemos que tanto o PNMP, quanto o PNMG, de forma geral, podem ser classificados como áreas de baixa / média intensidade de conflitos de interesse. Sendo assim, apesar das características e problemáticas específicas de cada parque (que podem ser percebidas nos valores encontrados nas diferentes bandas, como discutido a cima), ambos apresentam classificação similar, o que pode mascarar a realidade de conflitos existentes, gerando uma percepção que induz a negligência de questões particulares fundamentais nestes espaços.

Com base nas informações obtidas a partir das pesquisas bibliográficas, entrevistas e observações realizadas em campo, é possível afirmar que o principal fator responsável pelo comportamento diferenciado apresentado pelos parques em questão, tem fortes raízes na questão fundiária não resolvida no PNMG, processo que foi realizado no PNMP em um momento anterior a criação do parque.

Sendo assim, a questão fundamental no PNMG está associada ao fato da maior parte do parque ser de propriedade privada. Estes proprietários, que adquiriram a maioria de suas terras em um momento prévio aos projetos de conservação, apresentam interesses diversos, no geral, conflitantes em relação aos esforços de conservação desenvolvidos pela prefeitura. Esta situação pode ser evidenciada pela grande quantidade de processos judiciais ainda em trâmite, principalmente pelo desacordo em relação aos valores indenizatórios propostos pelo poder municipal (baseado na legislação atual, que não permite edificações na área) e o desejado pelos proprietários (que se aproxima ao valor de mercado).

Antes da criação do parque, notamos diversas propostas e processos administrativos visando à construção de condomínios residenciais na área de Grumari. As Zonas de Ocupação Controladas (definidas na regulamentação da APA de Grumari) acabaram por impossibilitar estes projetos, pois previam apenas a possibilidade de uso residencial unifamiliar. Os empreendedores imobiliários usaram diversos argumentos para tentar converter a situação, como alegar que condomínios residenciais configuram-se como um uso residencial unifamiliar visto como grupamento residencial unifamiliar. Neste caso, defendiam que uso residencial familiar não significa uma residência por lote e sim residências construídas para a moradia de uma única família, onde em muitos destes projetos constavam casas de dois pavimentos afastadas umas das outras e não sobrepostas ou justapostas. Outro argumento apresentado por estes empreendedores imobiliários era o fato das construções destes condomínios serem capazes de viabilizar o “desenvolvimento sustentável” para a região através da manutenção de cinturões

verdes entre as residências, do controle e padronização das construções, assim como por impossibilitar processos de ocupação irregular e favelização (GUERRA, 2005).

A criação do Parque Natural Municipal de Grumari no ano de 2001, em princípio vetou qualquer proposta de desenvolvimento de projetos imobiliários para a região e, neste momento iniciaram-se os cadastramentos dos proprietários por parte da SMAC-RJ no intuito mapear estas propriedades, verificar as documentações e desapropriá-las. Ainda em 2001 este processo foi interrompido por falta de previsão orçamentária (GUERRA, 2005). Vale destacar que, apesar da criação do parque, ainda não existe um novo zoneamento compatível com esta categoria de unidade de conservação, a qual possui possibilidades de usos mais restritos se comparada com as APAs.

Atualmente os empreendedores imobiliários adotam outra estratégia, a proposta apresentada reside na construção de resorts ecológicos baseados no apelo do ecoturismo. Nesta situação, mais uma vez alegam que estes empreendimentos poderiam contribuir para preservação da paisagem natural de Grumari, principalmente por representarem um “uso inteligente” do espaço e por evitarem processos de favelização. Até o presente momento, apesar da busca de respaldo nos meios acadêmicos, técnicos e científicos, nenhum destes projetos foi aprovado pelo poder municipal. Rumores relativos à flexibilização da legislação para a construção de resorts nesta área voltaram a se intensificar frente à proximidade com a realização das olimpíadas Rio - 2016. Uma das principais justificativas, que se somam as já apresentadas, é a falta de disponibilidade de leitos para a demanda turística que surgirá durante este evento. Apesar da categoria Parque Natural Municipal inviabilizar este tipo de projeto, torna-se fundamental a articulação da sociedade civil com a comunidade local (agricultores e pescadores), assim como com o poder público para que seja garantida a conservação da paisagem natural de Grumari, o que já é realizado com mais sucesso no caso do PNM da Prainha, que já possui inclusive um conselho consultivo formado.

Como unidade de proteção integral, em princípio, o PNM de Grumari não pode possuir residentes em sua área, todavia, como o processo de indenização e remoção dos moradores existentes é complexo e custoso, a resolução desta questão encontra-se estagnada. Neste caso, acredito que torna-se necessário o desenvolvimento de normas e práticas que possam compatibilizar a permanência desta comunidade com o ideal de proteção ambiental.

Dentro do poder municipal notamos diferentes visões quanto à permanência desta comunidade, assim como da colônia de pescadores na região. Alguns alegam que esta paisagem permanece com grande índice de áreas naturais conservadas, justamente pela presença destas populações, que além de impedirem a ocupação desordenada, também criaram formas de manejo que possibilitaram a coexistência dos ecossistemas e das comunidades humanas locais e, em casos extremos, chegam a discutir a possibilidade de alteração da categoria Parque Natural para que uma nova legislação permita usos controlados e a permanência da comunidade. Outros apresentam uma visão preservacionista defendendo a retirada da comunidade, assim como dos pescadores e, que a alteração da categoria parque para uma de usos múltiplos poderia levar a um avanço da especulação imobiliária na região, o que acabaria por favorecer aos proprietários e não a comunidade (GUERRA, 2005).

Conflitos também existem dentro da própria comunidade, moradores envolvidos em projetos de reflorestamento possuem uma visão do espaço bem diferenciada dos moradores envolvidos no cultivo de banana e de mudas ornamentais, desta forma, as práticas e os interesses também serão diversos.

Márcia Guerra em um trabalho sobre conflitos ambientais desenvolvido no Parque Natural Municipal de Grumari (2005) também identifica a questão fundiária como a grande geradora de conflitos ambientais na região, e afirma que os principais conflitos ocorrem entre: poder público - proprietário; poder público - comunidade; proprietário - proprietário; e proprietário - comunidade. Mas, após a realização de diversas entrevistas em campo ao longo do processo de pesquisa desenvolvido no presente trabalho, foi possível perceber que a situação é mais complexa, onde outros atores como os frequentadores (banhistas e surfistas), as associações (ASAG e Naturista), os comerciantes (ambulantes, barraqueiros, donos de restaurantes e donos de quiosques), a indústria cinematográfica / televisiva / publicitária, os especuladores imobiliários, a colônia de pescadores, as ONGs e a indústria hoteleira acabam por usufruir direta ou indiretamente dos recursos oferecidos por esta região, gerando impactos positivos e negativos de diversas magnitudes. Portanto, é fundamental que estes agentes também sejam incluídos nos estudos realizados.

Além destes fatores, que acabam por ameaçar a integridade dos ecossistemas nativos, outra questão relevante é o fato de ambos os parques não possuírem um plano de manejo definido até o presente momento, ponto que, principalmente no caso de Grumari (que atualmente também não conta com um gestor, nem conselho consultivo),

acaba por gerar flutuações nas permissões, nas restrições, assim como, na fiscalização realizada pelo poder público, possibilitando o desenvolvimento de práticas altamente impactantes e não condizentes com a legislação vigente.

Neste sentido, no período final de realização deste estudo, o poder público municipal em parceria com o FUNBIO, seguindo determinações contidas no SNUC (2000), as quais implicam na necessidade de elaboração de Planos de Manejo em todas as unidades de conservação no território nacional, contratou a empresa Detzel Consulting para desenvolver esta empreitada para ambos os parques (PNMP e PNMG), a qual segue o “Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo: Parques Estaduais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas” proposto pelo INEA (2010).

Dentro deste processo foram desenvolvidas duas etapas de fundamental importância na elaboração de planos de manejo para unidades de conservação, a oficina de “Diagnóstico Rápido Participativo” (DRP) em novembro de 2011 (Fig. 160) e a oficina de “Planejamento Participativo” em dezembro de 2011 (Fig. 161), ambas na sede do PNMP, onde os diferentes agentes, que estão de alguma forma envolvidos com estas áreas, foram convidados a participar expondo suas visões, práticas, críticas e demandas.

Dentre os agentes abordados nesta pesquisa, apenas os especuladores imobiliários / construtoras, a indústria cinematográfica e a indústria hoteleira não estavam presentes, todos os outros atores enviaram representantes e alguns realizaram reuniões prévias com seus pares (Fig. 162). Desta forma, a proposta é elaborar um plano de manejo que seja corroborado pelos principais envolvidos na dinâmica das relações sociais que ocorrem nestes espaços, com isso, espera-se que todos sigam as normas estipuladas, pois afinal, também possuem participação neste processo de construção.



Figura 160. Oficina de Diagnóstico Rápido Participativo na elaboração do plano de manejo dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari (Fotos: Thiago Pereira, 2011)



Figura 161. Oficina de Planejamento Participativo na elaboração do plano de manejo dos Parques Naturais Municipais da Prainha e de Grumari (Foto: Thiago Pereira, 2011)

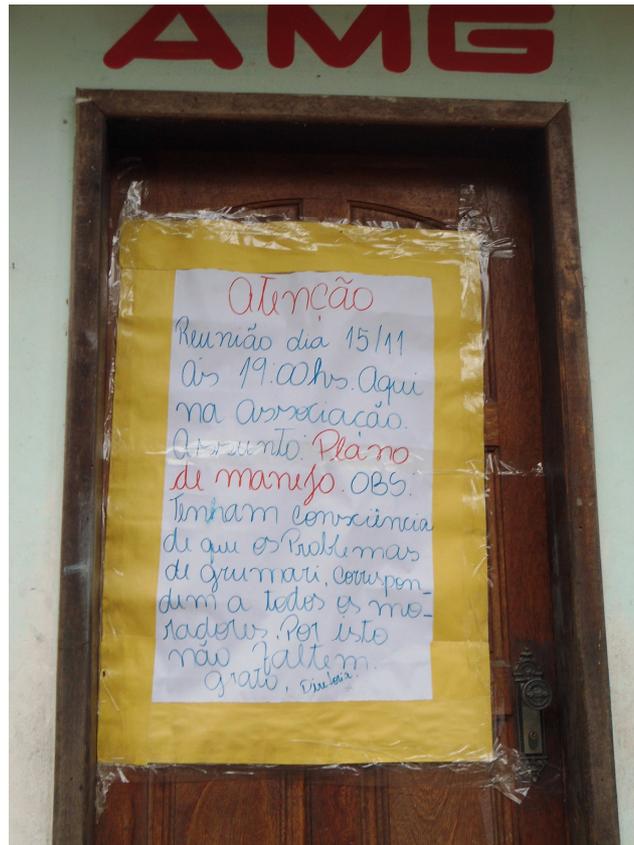


Figura 162. Convocação para reunião interna na Associação de Moradores de Grumari para discutir o plano de manejo (Foto: Thiago Pereira, 2011).

Todavia, apesar da postura participativa, que pode ser interpretada como grande avanço no diálogo entre os diferentes atores e setor público, a pequena disponibilidade de tempo, refletida nos curtos prazos para apresentação do resultado final, implicou em um diagnóstico superficial, onde o espaço de manifestação de alguns atores presentes nos encontros acabou por ser reduzido e por vezes diluído nas discussões realizadas nos diversos grupos, fato recorrente com integrantes da comunidade de moradores, colônia de pescadores, comerciantes e outros, que de alguma forma não dominam integralmente o vocabulário específico, assim como o conhecimento dito científico. Sendo assim, demandas de atores fundamentais podem ter sido suprimidas por discursos embasados em terminologias técnicas, o que pode vir a mascarar o diagnóstico, assim como o planejamento realizado. Vale destacar, que o curto espaço de tempo disponível para o trabalho também pode gerar erros nos diagnósticos do meio físico e biótico, os quais no geral são realizados a partir de dados secundários.

Um ponto que merece destaque refere-se à apresentação de uma proposta de elaboração de um plano de manejo único para os dois parques em questão, onde a

argumentação está baseada na proximidade geográfica, na presença de ecossistemas similares e na capacidade de otimizar os recursos financeiros, materiais e pessoal na gestão destas áreas, que passariam a ser vistas como um todo. Neste sentido, críticas surgiram por parte dos diferentes atores presentes nos encontros, os quais argumentaram que as particularidades de ambas as áreas acabam por gerar situações muito distintas, com demandas e problemas específicos. Uma possível solução discutida está na criação de dois núcleos dentro do mesmo parque, que teria sua nomenclatura alterada. Vale destacar que este processo já foi realizado (com relativo sucesso) no manejo do Parque Nacional da Tijuca, o qual contém diversos núcleos com questões particulares, mas administrados por uma mesma gestão.

Durante estes encontros, diversas idéias foram apresentadas pelos diferentes atores de acordo com seus interesses, mas de forma geral, as propostas buscam associar a manutenção dos ecossistemas naturais com as práticas realizadas pelos diferentes agentes, onde algumas apresentam grande potencial de implementação e outras são inviáveis de acordo com a legislação vigente (apesar de em muitos casos, fazerem muito sentido). Dentre estas sugestões podemos destacar algumas de maior pertinência, impacto e criatividade como a idéia de incorporar no IPTU dos imóveis localizados no entorno destas unidades de conservação um valor econômico atribuído à paisagem (calculado através de métodos específicos), a qual pode ser vista como amenidade, influenciando diretamente no valor destes imóveis. Desta forma, um percentual do valor que já é pago pelos proprietários (esta proposta não implica em elevação no valor do IPTU) poderia ser revertido para o fundo ambiental, possibilitando maior entrada de recursos para o efetivo funcionamento da gestão. Neste caso específico, por serem unidades de conservação municipais, assim como o IPTU, que também é um imposto em esfera municipal, talvez esta seja uma proposta viável. Outra idéia interessante está associada à organização de eventos científicos nas UCs, onde os diferentes pesquisadores que desenvolvem trabalhos no interior destas áreas possam expor seus estudos, proporcionando a transmissão da informação para o público em geral, assim como a troca com outros pesquisadores. Além disso, a gestão também poderia informar quais pesquisas seriam mais necessárias nos diferentes momentos, o que permitiria a criação de parcerias com novos pesquisadores que se interessem por estas demandas.

É importante destacar que há sobreposição de unidades de conservação nestas duas áreas (como já apresentado), o que acaba por influir diretamente no zoneamento realizado para as unidades em questão. Neste sentido, em um momento concomitante,

também está sendo elaborado o plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca, e caso as zonas a cima da cota 100 (área sobreposta) sejam classificadas como zonas de preservação (intensa restrição ao uso), os parques municipais terão que seguir esta determinação.

Ao abordar a questão associada ao zoneamento em unidades de conservação, deve ficar evidente que está é uma etapa primordial no processo de construção do plano de manejo, pois é nela que são definidas as possibilidades, assim como as restrições no uso do solo nestas áreas.

De acordo com a Lei 9.985/2000, zoneamento pode ser definido como:

“Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Neste sentido, podemos destacar dois importantes roteiros metodológicos para a elaboração de planos de manejo em unidades de conservação situadas no estado do Rio de Janeiro, o proposto pelo ICMBIO (2000) para unidades federais e o proposto pelo INEA (2010) para unidades estaduais e municipais. Estes roteiro apresentam classificações e terminologias diferenciadas, mas de certa forma acabam por ser compatíveis. No caso específico do roteiro proposto pelo ICMBIO (2000), podemos notar uma maior graduação na classificação das “Zonas”, onde é possível destacar três grupos principais (Quadro 4):

Zonas de nenhuma ou baixa intervenção	Zonas de média intervenção	Zonas de alto grau de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> - Zona Intangível - Zona Primitiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Zona de Uso Extensivo - Zona Histórico-cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Zona de Uso Intensivo - Zona de Uso Especial - Zona de Recuperação - Zona de Uso Conflitante - Zona de Ocupação Temporária - Zona de Superposição Indígena - Zona de Interferência Experimental,

Quadro 4. Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do ICMBIO (Fonte: www.icmbio.gov.br acessado em 22/08/11, alterado por Thiago Pereira).

O quadro 5 reflete as possibilidades e restrições nas diferentes Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do ICMBIO (2000).

Zoneamento ICMBIO	
Zona Intangível	É aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.
Zona Primitiva	É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental permitindo-se formas primitivas de recreação.
Zona de Uso Extensivo	É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade, para fins educativos e recreativos.
Zona de Uso Intensivo	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.
Zona Histórico-cultural	É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueo- paleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.
Zona de Recuperação	É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta Zona permite uso público somente para a educação.
Zona de Uso Especial	É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da Unidade de Conservação. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade.
Zona de Uso Conflitante	Constituem-se em espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a Unidade de Conservação.
Zona de Ocupação Temporária	São áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes.

Zona de Superposição Indígena	É aquela que contém áreas ocupadas por uma ou mais etnias indígenas, superpondo partes da UC. São áreas subordinadas a um regime especial de regulamentação, sujeitas a negociação caso a caso entre a etnia, a FUNAI e o IBAMA. Zona provisória, uma vez regularizadas as eventuais superposições, será incorporada a uma das zonas permanentes.
Zona de Interferência Experimental	Específica para as estações ecológicas, é constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, sujeitas a alterações definidas no Artigo 9º parágrafo 4º e seus incisos da Lei do SNUC mediante o desenvolvimento de pesquisas, correspondendo ao máximo de três por cento da área total da estação ecológica, limitada até um mil e quinhentos hectares conforme previsto em lei. O seu objetivo é o desenvolvimento de pesquisas comparativas em áreas preservadas.
Zona de Amortecimento	O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei n.º 9.985/2000, Art. 2º inciso XVIII).

Quadro 5. Possibilidades e restrições nas diferentes Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do ICMBIO (Fonte: www.icmbio.gov.br acessado em 22/08/11, alterado por Thiago Pereira).

Já no roteiro proposto pelo INEA, notamos a possibilidade de classificação dos espaços em apenas duas zonas, a de preservação (alto grau de restrições para usos) e a de conservação (algumas possibilidades de uso). As variações nas graus de restrição estão presentes na delimitação das “Áreas” (as quais não necessitam de memorial descritivo), que aparecem em grande número (Quadros 6 e 7).

Zonas	Áreas
- Zona de Preservação - Zona de Conservação	- Área de Visitação - Área de Uso Especial - Área de Recuperação - Área Histórico-cultural - Área de Uso Conflitante - Área de Interferência Experimental

Quadro 6. Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do INEA (Fonte: Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo: Parques Estaduais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas - INEA, 2010).

Zoneamento INEA	
Zona de Preservação	É aquela destinada à preservação dos ecossistemas, através da proteção do habitat de espécies residentes, migratórias, raras, endêmicas, e/ou ameaçadas de extinção, bem como à garantia da perenidade dos recursos hídricos, das paisagens e das belezas cênicas, da biodiversidade e dos sítios arqueológicos. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.
Zona de Conservação	É aquela destinada à conservação dos ecossistemas, com potencial para recuperação ou regeneração futura, admitindo uso indireto. Constitui-se como uma zona de transição entre a zona de preservação e demais áreas.
Área de Visitação	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter infraestruturas de suporte à visitação com equipamentos compatíveis à implementação da UC. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e a educação ambiental em harmonia com o ambiente.
Área de Uso Especial	É aquela que contém as áreas necessárias à gestão da UC, contemplando estruturas administrativas e de controle e fiscalização, e excepcionalmente trilhas educativas e centro de visitação no caso específico de RB e EE. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da UC. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural.
Área de Recuperação	É aquela que está em processo de recuperação. Uma vez recuperada, será incorporada novamente a uma das zonas da UC. As espécies exóticas introduzidas devem ser progressivamente removidas e a recuperação poderá ser natural ou induzida. O objetivo geral de manejo nessas áreas é deter a degradação ambiental e garantir a evolução natural.
Área Histórico-cultural	É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico, cultural, religioso, arqueológico e paleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para a visitação, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente. A visitação acima mencionada poderá ser aplicada apenas a PE.
Área de Uso Conflitante	constitui-se em espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes de sua criação, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos, populações humanas residentes e suas respectivas áreas de uso e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre as UCs. Uma vez eliminado o conflito, a área será incorporada na zona em que se encontra originalmente.
Área de Interferência Experimental	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, sujeitas a alterações definidas no Artigo 9º parágrafo 4º e seus incisos da Lei do SNUC, mediante o desenvolvimento de pesquisas, correspondendo a no máximo três por cento da área total da EE, limitada até hum mil e quinhentos hectares conforme previsto em lei. O seu objetivo é o desenvolvimento de pesquisas comparativas em áreas preservadas.

Quadro 7. Possibilidades e restrições nas diferentes Zonas e Áreas propostas no roteiro metodológico do INEA (Fonte: Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo: Parques Estaduais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas - INEA, 2010).

Ao compararmos as classificações propostas, podemos perceber que muitas categorias são semelhantes, onde as Zonas Intangíveis (ICMBIO) são compatíveis com as Zonas de Preservação (INEA), as Zonas Primitivas (ICMBIO) com as Zonas de Conservação (INEA), as Zonas de Recuperação (ICMBIO) com as Áreas de Recuperação (INEA), as Zonas de Uso Conflitante (ICMBIO) com as Áreas de uso Conflitante (INEA) e etc.

Uma reflexão torna-se pertinente no que concerne a classificação de Zonas proposta pelo INEA, neste sentido, as terminologias adotadas (conservação e preservação) remetem a duas correntes de pensamento distintas no debate a cerca da questão ambiental, utilizá-las faz com que todo o significado embutido nestes termos permeie o trabalho de zoneamento, o que muitas vezes leva a uma percepção dicotômica errônea, onde delimitar zonas de preservação significaria agir em prol da natureza e enquanto delimitar zonas de conservação significaria abrir possibilidades para a degradação (por permitir usos indiretos). Esta visão não procede, pois uma vez estipuladas as possibilidades e restrições, uma efetiva fiscalização pode garantir que estas normas sejam cumpridas, independente de serem zonas de preservação ou de conservação.

Na realidade, Zonas de Conservação acabam por possibilitar uma maior aproximação entre as sociedades e os ecossistemas naturais, contribuindo para a mudança de postura e percepção em relação à natureza, proposta por autores como MERCHANT (2005) e PEPPER (1996). Nos casos específicos das unidades de conservação abordadas nesta pesquisa, o fato de serem fragmentos inseridos no espaço urbano implica em um constante uso, que muitas vezes é refletido em ameaças a manutenção da biodiversidade. Ao delimitarmos grandes quantidades de Zonas de Preservação nestes parques de proporções reduzidas e altamente utilizados pelos diversos atores, estamos contribuindo para uma visão excludente do homem em relação à natureza, onde ambos passam então a configurar extremos opostos. Usos regulados e fiscalizados possibilitam a geração de sentimentos de pertencimento e de valorização dos ambientes naturais, o que pode contribuir de maneira significativa para a manutenção dos ecossistemas nativos através de ações ambientais pró-ativas por parte dos frequentadores em geral (ex: coleta de lixo nas trilhas, redução de práticas de churrasco e etc.). Portanto, nestes casos específicos, isolar o Homem da Natureza pode levar a danos significativos.

Vale destacar que dentro de um zoneamento, podemos encontrar as Zonas, as Áreas, os Corredores e as Zonas de Amortecimento, uma zona complementar estabelecida na Lei do SNUC (2000). Como o presente estudo trabalha apenas com recortes espaciais específicos no interior de ambos os parques, esta última zona não é discutida nesta pesquisa, todavia, de maneira geral, na delimitação das Zonas de Amortecimento devemos levar em consideração a presença de marcos físicos para facilitar a visualização dos limites, assim como os Planos Diretores Municipais, pois estas zonas não se incluem no interior dos parques.

No presente momento, o PNMG conta apenas com o zoneamento elaborado para a APA de Grumari (apresentado anteriormente), enquanto o PNMP já possui um zoneamento preliminar realizado no ano de 2004, com base na metodologia do ICMBIO (Fig. 163). Estes cenários diferenciados influenciam diretamente na efetividade da gestão nos parques em questão.

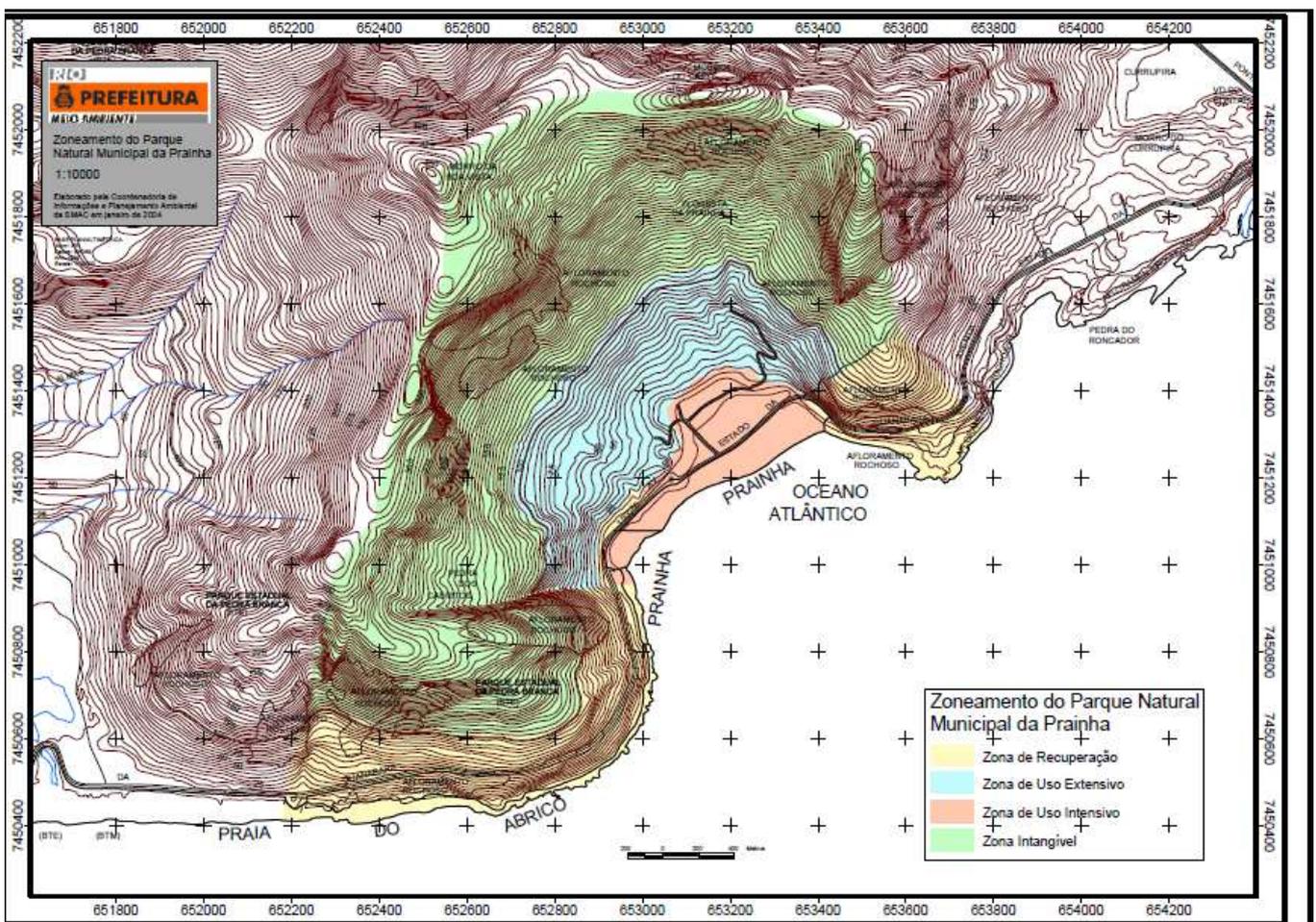


Figura 163. Zoneamento Preliminar do Parque Natural Municipal da Prainha, 2004 (Fonte: cedido pela SMAC-RJ).

7.5) Uma Proposta Alternativa de Zoneamento para o Recorte Espacial Abordado no PNMG.

A partir dos dados discutidos, fica evidente que o Parque Natural Municipal de Grumari apresenta um alto grau de ameaça a integridade dos ecossistemas naturais, se comparado ao encontrado no Parque Natural Municipal da Prainha, o que é refletido pela maior quantidade e intensidade de conflitos de interesses, assim como pela grande diversidade de atores envolvidos. A ausência de um zoneamento claro e factível permite o desenvolvimento de práticas danosas, que são justificadas pela falta de regulamentação mais precisa sobre as possibilidades de uso do solo nesta área. Neste sentido, os esforços realizados nesta pesquisa são direcionados principalmente para uma possível alteração do cenário apresentado para o PNMG, visando à redução dos conflitos existentes através da associação das práticas e atividades humanas com a manutenção dos ecossistemas locais.

Desta forma, de acordo com o mosaico atual da paisagem e com base na metodologia desenvolvida pelo INEA (2010), um zoneamento é proposto nesta pesquisa para a área abordada no interior do PNMG. Todavia, deve ficar claro, que todas as categorias pertinentes a unidades de conservação “Parques Naturais” implicam na remoção da população local em um período de médio a longo prazo. Nesta situação, os interesses e demandas de muitos agentes hoje envolvidos e atuantes neste espaço não serão correspondidos (ex: Comunidade de residentes).

Por trabalhar com distribuição de elementos e fenômenos no espaço, o processo de zoneamento é essencialmente geográfico, onde a interpretação da paisagem como mosaico pode ser importante ferramenta fornecida pela Ecologia da Paisagem. Todavia, o pensamento vigente quanto aos elementos do mosaico, na maioria dos casos, interpreta a matriz como antrópica e os corredores e manchas como ecossistemas naturais. No caso específico de Grumari, além da quebra do cientificismo e abertura do pensamento proposta por CHRÉTIEN (1994), o que possibilita a valorização de conhecimentos do senso comum (como proposto por FEYERABEND, 1989), talvez também seja apropriada uma “inversão” de pensamento no que se refere aos elementos do mosaico. Desta forma, a matriz poderia ser interpretada como a área composta por elementos naturais e os corredores e manchas serem referentes às áreas utilizadas por sociedades humanas. Este pensamento embasa a proposta de criação de uma espécie de

“ilha”, um fragmento de ocupação dentro de um “mar” (matriz) de ecossistemas naturais, o que implicaria diretamente na alteração da categoria Parque para APA nas áreas de ocupação propostas.

Vale frisar que os usos permitidos nestas áreas devem ser compatíveis com os interesses de conservação das paisagens naturais, o que possibilitaria uma relação mais próxima e harmônica entre sociedade e natureza. Sendo assim, as práticas agrícolas desenvolvidas atualmente pela comunidade local, passariam por alterações (onde conhecimentos associados a “permacultura” e “agrofloresta” poderiam auxiliar neste processo) ou poderiam ser totalmente abolidas e substituídas por outras atividades econômicas (ex: Os moradores poderiam ser absorvidos no quadro de funcionários necessários para o funcionamento do parque, trabalhar como guias, administrar os estabelecimentos comerciais, desenvolver a produção de artesanato e etc. – todas estas alternativas foram apresentadas pelos próprios integrantes da comunidade).

A figura 164 ilustra a proposta de zoneamento desenvolvida neste trabalho para o momento atual no PNMG.



Figura 164. Proposta de zoneamento desenvolvida para o momento atual no PNMG, com base no roteiro metodológico proposto pelo INEA, 2010 (Fonte: Imagem cedida pela SMAC-RJ, 2010, alterada por Thiago Pereira).

Dentro da proposta de zoneamento apresentada na figura 164, é possível notar a existência de quatro manchas, que correspondem as Zonas de Preservação, onde uma situa-se no ecossistema de restinga, duas estão localizadas nas encostas e uma em área de “costão rochoso”. A porção oeste do recorte espacial abordado apresenta-se quase que na sua totalidade como Área de Recuperação, onde o restante é composto por Zonas de Conservação. As áreas de visitação concentram-se próximas a orla, e existe uma trilha interpretativa na área da restinga. A área do atual clube Beach Garden, está transformada em centro de visitantes, com infraestrutura apropriada. Já a Área de uso especial, é representada pelas principais vias existentes na área de restinga, incluindo a atual sede / horto do parque. Alguns locais também apresentam-se como Áreas Histórico-Culturais.

Mas, o principal destaque está na recategorização de duas áreas na porção oeste do anfiteatro, onde a proposta é classificá-las como APAs, categoria que permitiria a permanência da população local, associada à manutenção dos ecossistemas naturais. As áreas escolhidas (uma próxima a localidade denominada “Rio do Mundo” e outra próxima ao final da estrada do Grumari) já apresentam alto grau de degradação e, a partir de uma efetiva regulamentação e fiscalização dos usos realizados por esta comunidade no interior destas localidades, talvez os conflitos pudessem ser reduzidos, pois os interesses de um maior número de atores seriam correspondidos.

O Plano de Manejo, o qual inclui o zoneamento ambiental para a unidade de conservação a que se refere, deve ser revisto com frequência (no geral a cada cinco anos), desta forma, alterações e adaptações podem ser realizadas mediante as transformações ocorridas na paisagem, assim como nas relações sociais existentes ao longo deste período. Portanto, acreditando na capacidade de regeneração de fragmentos florestais, baseada no processo de sucessão associado às práticas de recuperação de áreas degradadas, também é proposto um zoneamento para um momento futuro (Fig. 165), onde ocorreria uma recategorização de áreas e zonas. Sendo assim, após o processo de regeneração das Áreas de Recuperação, estas passariam a ser inseridas em Zonas de Conservação e Zonas de Preservação. Neste sentido, fica evidente que a postura de pensamento na elaboração desta proposta de zoneamento aproxima-se da tentativa de equilibrar a visão conservacionista com a preservacionista na gestão de unidades de conservação.

Por suas reduzidas proporções, além do fato de ser um fragmento florestal urbano com grande uso por parte de frequentadores, a criação de Zonas de Conservação

que permitam usos indiretos, regulados e fiscalizados efetivamente (como a realização de trilhas), e a delimitação de Zonas de Preservação, buscando áreas que, por natureza, já apresentam difícil acesso (ex: áreas íngremes), são práticas que poderiam contribuir para a redução dos conflitos, assim como para a manutenção dos ecossistemas nativos.



Figura 165. Proposta de zoneamento desenvolvida para PNMG após a recuperação das Áreas Degradadas, com base no roteiro metodológico proposto pelo INEA, 2010 (Fonte: Imagem cedida pela SMAC-RJ, 2010, alterada por Thiago Pereira).

8) Considerações Finais

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, em um primeiro momento, a proposta foi discutir a questão ambiental de maneira ampla, o que fica evidente nos capítulos associados à introdução e revisão conceitual, onde foram abordadas as questões legais envolvidas, as posturas da academia, do setor público e privado e da sociedade civil em geral frente a esta problemática, assim como situações de conflitos de interesse, os quais podem se materializar na paisagem.

Em um segundo momento, após a apresentação de informações referentes às áreas de estudo, assim como em relação às metodologias adotadas, iniciou-se o processo de discussão dos resultados obtidos, onde foram trabalhadas questões associadas às inferências sobre os conflitos de interesse em ambos os parques. Neste momento, a intenção foi buscar uma maior compreensão a cerca das diferentes visões, práticas e interesses apresentados pelos diversos agentes que, de maneira direta ou indireta, influenciam na estruturação do mosaico da paisagem nestas duas áreas. A forma como os elementos do mosaico estão organizados influencia diretamente na funcionalidade destes elementos, neste sentido, adotar uma abordagem corológica (horizontal) pode ser de grande auxílio no estudo destas paisagens, também contribuindo para ações de planejamento e manejo mais eficientes.

A partir dos dados obtidos nos levantamentos de informações sobre os diversos atores presentes, associados às possibilidades legais para a elaboração de zoneamentos ambientais para o PNMG, ficou evidente a necessidade de busca por alternativas que permitam a redução do número e da intensidade de conflitos existentes. Neste sentido, propostas de zoneamento foram apresentadas para o momento atual, assim como para o futuro.

O conhecimento dito científico, baseado em métodos e experimentação (POPPER, 1973), apresenta importante papel nos processos de gestão de unidades de conservação, mas não é capaz de responder a totalidade das questões encontradas. Desta forma, a quebra do cientificismo proposta por CHRETIEN (1994) torna-se fundamental, pois a gestão é feita por indivíduos, os quais podem apresentar diferentes percepções e relações com o espaço, o que torna o processo um tanto quanto subjetivo. Estas questões ganham destaque principalmente nos casos em que encontramos comunidades locais no interior de unidades de conservação, pois estas, no geral, apresentam intenso

sentimento de pertencimento ao local, de identidade própria, de espaço vivido, que são fundamentados em experiências empíricas, que geram conhecimento considerado como senso comum. Nestes casos específicos, o diálogo é necessário (fundamental), sendo assim, pela alta dose de subjetividade presente, fica evidente que o método científico não é capaz de abordar a totalidade das questões existentes, não sendo, portanto o único caminho.

Por ser uma pesquisa mais próxima de um estudo idiográfico, um tanto quanto qualitativo, onde foram evidenciadas e valorizadas as percepções do pesquisador, as quais podem diferir das realizadas por outro indivíduo frente aos mesmos dados, fica praticamente inviável a idéia de verificação (de “falsificação”) do conhecimento produzido (POPPER, 1973), neste sentido, as imagens (fotos e ilustrações) acabam por funcionar como “provas”, como elementos concretos de representação, que podem, talvez, garantir a veracidade da informação apresentada. Portanto, a existência de um grande número de fotos deve ser interpretada como um recurso para dar maior legitimidade às inferências e observações desenvolvidas neste trabalho.

Outro fato relevante é que, por abordar visões e percepções, acredito que o leitor, ao observar as imagens, possa chegar as suas próprias interpretações, contribuindo, desta forma, para a produção do conhecimento, o que também justifica o intenso uso de ilustrações ao longo desta pesquisa. Deve ficar claro, que até mesmo as fotos já devem ser interpretadas como a visão de um indivíduo, em um determinado momento, ou seja, já são percepções carregadas de subjetividade (ex: o ângulo escolhido para bater a foto).

Sendo assim, todo o trabalho é uma representação da realidade percebida pelo pesquisador, é um olhar, balizado por metodologias, mas um olhar, uma percepção, não é a realidade completa e nem se propõem a tal. É de certa forma idiográfico, e a única regra geral que talvez proponha é: “conhecer profundamente as particularidades de cada UC é fundamental para a busca de modos de manejo efetivo”.

Neste processo, o diálogo é necessário e fundamental, e para a obtenção de dados os mais próximos possíveis das visões, práticas e interesses dos atores envolvidos, foi necessário o desenvolvimento de pesquisa participativa, onde a proposta era interagir com estes agentes na busca por maior abertura a partir do ganho de proximidade e confiança. Neste sentido, foi fundamental tratar o entrevistado como semelhante (tentar ser visto como “insider”) e destacar a importância da valorização do conhecimento do senso comum, pois assim também valorizamos o indivíduo, o agente,

que é um dos objetos da pesquisa, a qual apresenta-se com alta dose de subjetividade (Fig.166).



Figura 166. Pesquisa participativa no estudo sobre conflitos de interesse no PNMG. A) Conversa informal na residência do Sr. Antônio Pereira Pinto Neto presidente da associação de moradores de Grumari; B) Acompanhamento da rotina dos pescadores da colônia do Cantinho do Grumari; C) Participação na festa das crianças da comunidade de Grumari; D) Entrevista com Sr. Antônio Rodrigues, comerciante (quiosque); E) Entrevistas na praia de naturismo do Abricó. (Fotos: B) Thiago Pereira, A, D, e E) Desconhecidos e C) Thereza Lopes, 2011).

Fica claro que a questão ambiental é um tanto quanto complexa, diversos são os atores, muitos são os interesses e os conflitos são conseqüências esperadas. Ao tratarmos o caso de Grumari, especificamente no que concerne aos residentes, não podemos nos basear apenas no argumento que defende que estas áreas só apresentam as condições naturais atuais pela presença da comunidade local que, em princípio, desenvolveria práticas mais “harmônicas” em relação aos ecossistemas naturais, além de, por ser uma comunidade “fechada”, realizaria papel de fiscalização contra a invasão por novos moradores, o que de certa forma, teria permitido a existência desta paisagem. Devemos lembrar o grande impacto e a grande pressão econômica externa que esta comunidade vem sofrendo de forma cada vez mais intensa no mundo neoliberal

globalizado. A velocidade com que novas técnicas e informações podem atingir esta área é muito grande, e pelo fato de termos uma desigual distribuição dos meios técnicos - científicos - informacionais no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, podemos ter situações que contribuam para a marginalização desta comunidade, assim como para a geração de grandes impactos no meio ambiente.

Mas, é importante frisar que a apropriação de novas técnicas e tecnologias por esta comunidade, como a internet, pode também auxiliar na busca por elementos que corroborem e intensifiquem um sentimento identitário de “nativo”, baseado em um resgate histórico do processo de ocupação desta área. Neste sentido, os próprios moradores realizam pesquisas e contatos através da rede, tentando buscar informações que possam construir o resgate da história do seu próprio povo, acreditando que isto poderá garantir a permanência neste local. Além disso, também realizam trocas de experiências com outras comunidades em situações semelhantes em unidades de conservação por todo o Brasil, o que permite o surgimento de novas idéias e movimentos.

As diversas definições de “comunidade tradicional” podem, por muitas vezes, gerar grandes problemas, principalmente quanto à possibilidade de permanência de populações locais em suas áreas de origem, o que em tese permitiria a sobrevivência destas comunidades. Frente às definições apresentadas por ICIHI (1987)³, pelo Banco Mundial (1990)⁴ e por ARRUDA (2000)⁵, notamos que a comunidade de Grumari enquadra-se em alguns pontos, mas, no geral, não apresenta características essenciais para ser classificada como “tradicional”, podendo ser apenas vista como comunidade “nativa” ou “local”, com longo tempo de permanência na área.

Ainda em relação aos residentes de Grumari, cabe destacar que esta é uma comunidade pacífica, sem a presença de “facções criminosas organizadas” (tráfico de drogas) ou “milícias”, as quais dominam diversas áreas no entorno ou interior de unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro, principalmente em fragmentos florestais urbanos, como nos casos do Maciço da Tijuca (Camarista no Méier, Rio das

³ Grupos étnicos distintos, com identidade diferenciada da nacional; através dos recursos naturais tiram sua subsistência e são considerados como minorias políticas (ICIHI, 1987)

⁴ Grupos sociais com identidade social e cultural distinta da sociedade dominante; são desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento e muito vulneráveis (COLCHESTER, 2000)

⁵ “Comunidades que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável” (ARRUDA, 2000).

Pedras, Rocinha, Vidigal, Borel, Andaraí, Formiga, Salgueiro, Turano, Querosene, Santa Marta e etc.), Maciço da pedra Branca (Cidade de Deus e etc.) e Maciço Gericinó-Mendanha (Vila Kenedy dentre outras), onde muitas vezes o processo de gestão, assim como o desenvolvimento de estudos científicos são inviabilizados por uma questão de segurança. É importante frisar, que diversas das comunidades citadas acima, passam por um processo de “pacificação” realizado através da parceria entre poder público estadual e federal a partir do ano de 2010, com as instalações das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). No caso específico de Grumari, a situação interna apresentada, assim como a existência de um entorno com áreas também “pacíficas”, possibilitam a realização de pesquisas e entrevistas com maior segurança, a não ser pelas questões associadas a assaltos e furtos, desova de defuntos e abandonos de veículos roubados (ações realizadas por pessoas de outras localidades, no geral, distantes de Grumari).

Um ponto fundamental que, segundo os entrevistados, justifica a existência de diversos conflitos em Grumari está na inconstância, na flutuação e, por vezes, ausência da fiscalização e atuação do poder público nesta área, o que permite a realização de práticas incompatíveis com a legislação vigente. Por terem realizado estas práticas por um longo período, os diferentes agentes passaram a perceber esta situação como “correta”, fato responsável pela geração de confrontos com os interesses da SMAC-RJ.

Nos momentos críticos de pressão do poder público, surge o ímpeto de organização de associações ex: ASAP, Comunidade Grumari, naturista, quiosques e etc., todavia, em momentos de relaxamento, estes grupos são dispersos (salvo a ASAG e Naturistas). Cabe ressaltar que, ao longo desta pesquisa, assumimos as informações apresentadas pelos entrevistados como verdadeiras, pois por estarem baseadas em percepções, torna-se praticamente impossível o processo de verificação (alto grau de subjetividade), além disso, alguns agentes detectados (ex: indústria hoteleira, construtoras e especuladores imobiliários) optaram por não fornecer informações, o que possibilitou apenas a realização de inferências por parte do pesquisador, as quais foram baseadas nas informações apresentadas pelos outros agentes, nos trabalhos de campo e na pesquisa bibliográfica desenvolvida.

Diversos atores (ONGs, Comerciantes, Comunidade, Pescadores, SMAC-RJ, Proprietários e etc.) percebem o “ecoturismo” como uma saída para unir desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente. Mas de fato, em muitos casos o dinheiro gerado com esta atividade permanece apenas nos setores superiores da economia formal (ex: agências de turismo, hotéis, restaurantes e etc.), não

chegando assim às mãos das comunidades locais, que por muitas vezes desenvolvem apenas atividades informais como o artesanato. Caso este seja realmente o projeto adotado, devemos pensar em formas de inserção efetiva desta comunidade neste fenômeno turístico, onde em última instância, o recurso paisagem ainda visto como potencial pode ser transformado em produto, processo no qual a comunidade pode ter papel fundamental.

Apesar de ter possibilitado o congelamento da paisagem no PNMG, a criação do parque está associada a um momento político, e não a uma real possibilidade de criação de uma UC. Sendo assim, talvez esta não seja a categoria mais apropriada, já que a questão fundiária ainda não está resolvida. A recategorização de áreas no interior do recorte espacial abordado (criação de uma pequena APA), assim como um zoneamento ambiental mais próximo da corrente conservacionista (sem abrir mão das zonas de preservação), que seja baseado na abertura do pensamento (quebra do cientificismo) e na inversão da visão em relação à estrutura do mosaico da paisagem (matriz, mancha e corredor), podem contribuir para a minimização dos conflitos existentes e garantir a permanência da comunidade local, associada à manutenção da biodiversidade. Mais uma vez, deve ficar claro que, ao utilizar o termo paisagem, a intenção foi abordar a paisagem geográfica, foco de estudo nesta pesquisa e interpretada como mosaico.

Quanto à reflexão proposta sobre o fato dos fragmentos florestais urbanos estudados serem efetivamente “protegidos”, fica evidente que a gestão realizada, assim como a baixa frequência de conflitos existentes no PNMP, possibilitam um alto grau de proteção na área em questão, o que se reflete na manutenção dos ecossistemas presentes. Já no caso de Grumari (PNMG), os problemas apresentam-se com maior magnitude e complexidade, onde os diferentes atores possuem diversas visões, práticas e interesses em relação ao espaço, as que são refletidas no mesmo através da configuração do mosaico da paisagem (concreta). Este cenário leva também a existência do que poderíamos chamar de um “mosaico de percepções”, o qual não está propriamente materializado, sua esfera se situa nas discussões, nos conflitos, nos embates de idéias que surgem da relação entre os diferentes agentes.

Em determinadas situações, quando uma visão presente no “mosaico de percepções” transforma-se em ação, temos então a materialização deste interesse, que pode ser refletido na alteração ou surgimento de elementos no “mosaico da paisagem”. Todavia, a estruturação (organização) destes elementos na paisagem também apresenta influência nas percepções e interesses dos agentes (que são posturas dinâmicas),

influenciado, portanto o “mosaico de percepções”. Sendo assim, podemos notar uma relação dialética entre as duas esferas de mosaicos existentes o da “paisagem” (materializado, concreto) e o da “percepção” (abstrato).

Seguindo o pensamento exposto por MERCHANT (2005), a participação popular, o ativismo político e o comprometimento com mudanças de estilo de vida individuais são fundamentais para lidar com a problemática da utilização dos recursos naturais e seus impactos na paisagem, questão primordial no o manejo de unidades de conservação. Neste sentido, a geografia pode desempenhar importante papel nesta discussão, mas para isso deve valorizar mais o conceito de paisagem.

A “Ecologia Profunda” (Deep Ecology) prega grandes mudanças no modelo atual de desenvolvimento capitalista urbano industrial, alterando desta forma as estruturas políticas, econômicas, tecnológicas e ideológicas (PEPPER, 1996), o que pode permitir o surgimento de novos caminhos para lidar com questões associadas à gestão de unidades de conservação, assim como às formas de mediação de conflitos existentes, onde todos os agentes passam a ter papel fundamental no processo.

Esta pesquisa não se propõe, em momento algum, a desenvolver ou apresentar explicações ou modelos gerais, a idéia é buscar uma maior compreensão das dinâmicas de conflitos de interesse particulares a estes dois Parques Naturais urbanos no município do Rio de Janeiro, as quais se refletem em suas paisagens, tendo grande influência na manutenção da biodiversidade local, assim como na funcionalidade dos ecossistemas existentes.

De qualquer maneira, a gestão participativa de áreas protegidas, que possuam residentes no seu interior (comunidades tradicionais ou não), ou que apresentem grande diversidade de agentes envolvidos, é fundamental, pois assim temos maiores chances de desenvolver modos de manejo que possam garantir práticas efetivamente sustentáveis, gerando desenvolvimento econômico, social e conservação ambiental, suprimindo as necessidades das gerações atuais, sem comprometer o meio ambiente nem as necessidades das gerações futuras. Para que isto seja feito, é muito importante estar aberto para as diferentes simbologias, visões, práticas e sentimentos em relação às áreas estudadas, assim como, buscar os melhores caminhos para cada situação específica.

9) Referências Bibliográficas

ALLABY, M. 1989. **Guide to Gaia**, London: Optima.

ARMAZÉM DE DADOS. Bairros Cariocas. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 15/08/2010.

ARRUDA, R. S. V. 2000. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: ed. Annablume, p.273-290.

BAHIANA, L. C. da C. 2005. **O uso do geoprocessamento na definição de indicadores georreferenciados a agregados territoriais significativos na região de Jacarepaguá (RJ)**. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

BARROS, J. C. R. de & ANDRADE, S. R. C. de. 2001. APA de Grumari: Domínio Público ou Privado? In: **Anais do XII COBREAP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias** do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia

BRUNET, R. 1982. Analisis de paisajes y semiologia. In: MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicals)**. Madrid: Alianza, p. 485-493.

CALVENTE, A. M. 2005. **A Família Cactaceae no Parque Natural Municipal da Prainha, Rio de Janeiro, RJ**. Dissertação de mestrado no Museu Nacional-UFRJ.

CASTRO JUNIOR, E. 2002. **Valor indicador da fauna de macroartrópodes edáficos em fragmentos primários e secundários do ecossistema de floresta atlântica de tabuleiros – ES.**/ Tese de doutorado em geografia UFRJ- dept. de Geografia, IGEO, Rio de Janeiro.

CASTRO JUNIOR, E; COUTINHO, B, H; FREITAS,L,E (2008). **Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas**. Prelo.

CHRÉTIEN, C. 1994 - **A Ciência em Ação**. São Paulo, Papirus Editora.

CLARK, J. 1990. What is social ecology, in CLARK, J. (ed.) **Renewing the Earth: the promise of social ecology**, London: Green Print, 5-11.

COELHO NETTO, A. L.- 1994- Hidrologia de Encosta na Interface com a Geomorfologia. In: GUERRA, A.J.T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia, uma Atualização de Conceitos e Bases**. 93-144.

COLCHESTER, M. 1981. Ecological Modelling and Indigenous Systems of Resource Use: some examples from Amazon of South Venezuela. In: **Antropologica**, 55:51-72.

COLCHESTER, M. 2000. Resgatando a Natureza: Comunidades tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: ed. Annablume, p.225-256.

COSGROOVE, D. 1998. A geografia está em toda a parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgns.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: edUerj, p. 92-122.

COSTA, N.M.C. da. 2002. Análise do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ) por geoprocessamento: uma contribuição para seu plano de manejo. Tese Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ.

DAVENPORT, L. e RAO, M. 2002. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: Spergel, B. e Terborgh, J. (Orgs). **Tornando os parques**

eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba. Ed. Da UFPR/ Fundação O Boticário. 518p.

DEAN, W. 1997. **A ferro e fogo – a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** Companhia das Letras, São Paulo, 484 p.

DIEGUES, A. C. S. 2001. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo. Ed. Hucitec. 161 p.

DISILVESTRO, R.L. 1993. *Reclaiming the Last Wild Places: a new agenda for biodiversity.* Nova York. Ed. John Wiley & Sons.

ENGEMANN, C; SILVEIRA, A.M.R; OLIVEIRA, R.R.. 2005. Magalhães Corrêa, o viajante do século XX. In: **As marcas do Homem na Floresta.** Org. OLIVEIRA, R. R. ed. PUC-rio. Rio de Janeiro.

FEYERABEND, P. 1989 - **Contra o Método.** Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves.

FORMAN, R.T.T. 1995. **Land mosaics: the ecology of landscapes and regions.** Cambridge University Press, Cambridge, 632p.

FREITAS, M.M., 2003. **Funcionalidade Hidrológica dos Cultivos de Banana e Territorialidades na Paisagem do Parque Municipal de Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ** / Tese de doutorado em geografia UFRJ- dept. de Geografia, IGEO, Rio de Janeiro.

FREITAS, M. M.; CASTANHEIRA, M.V.S; FINGERL, F.R. 2005. A influência dos remanescentes agro-pastoris do maciço da Pedra Branca na dinâmica hidrológica das encostas. In: **As marcas do Homem na Floresta.** Org. OLIVEIRA, R. R. ed. PUC-rio. Rio de Janeiro.

GALVÃO, M, C. 1957. Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande. **Boletim Carioca de Geografia – AGB-RJ.** Ano X. n.3 e 4, p 35-60.

GOMES, P.C.C. 2000. **Geografia e Modernidade**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GUERRA, M. F. 2005. Conflitos ambientais no Parque Natural Municipal de Grumari. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 16-17, maio-dez. 2005

HOEFLE, S.W. 1998 - Cultura na história do pensamento científico. **Revista de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ**. 2: 6-29. Rio de Janeiro.

HOLZER, 1999. W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z.; **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 149-168.

ICHI; KHAN, S.A.; TALAL, H.B. 1987. **Indigenous Peoples: A Global Quest for Justice : A Report for the Independent Commission on International Humanitarian Issues**. ed. Zed Books, 208p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM) *et al.* 1998. **Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n]

JACKSON, J. B. 1984. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven: Yale University Press,. 165p.

JENSEN, J. R. 2009. **Sensoriamento Remoto do Ambiente: Uma Perspectiva em Recursos Terrestres**. *Tradução da Segunda Edição*. Ed. Parêntese. São José dos Campos, SP, Brasil.

MALHEIROS, T. F. 2002. **Indicadores ambientais para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso de indicadores da qualidade do ar**. XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. São Paulo.

MEDEIROS, R. A. 2003. Proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. Tese de Doutorado, IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 392p.

MERCHANT, C. 2005. **Radical Ecology: The search for a livable world**. 2^oed Routledge: new York and London.

MIKESELL, M. W. 1972. Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. **Man, space, and environment: concepts in contemporary human geography**. New York: Oxford University Press, p. 9-15.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. 1983. **Projeto Radambrasil**: Folhas SF-23/24, levantamento de recursos naturais. Rio de Janeiro: Secretaria Geral, v.32, 581-608 p.

MITTERMEIER, R. A., Gil, P. R., MITTERMEIER. C. G. 1997. **Mega diversity: earth's biologically wealthiest nations**. México: CEMEX, Agrupación Sierra Madre.

MURCIA, C. 1995. Edge effects in fragmented forests: implications for conservation. In: **Trends, in Ecology and Evolution**, 10: 58-62.

NAESS, A. 1989. **Ecology, Community and Lifestyle: outline of an ecosophy**, Cambridge: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, R. R. 2002. Ação Antrópica e Resultantes sobre a Estrutura e Composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ. **Rodriguésia** , v. 53, p. 33-58.

PEPPER, D. 1996. **Modern Environmentalism**, 2^o ed. Routledge, New York..

PEREIRA, T.F.P.D. 2005. **Indicadores Funcionais Globais No Diagnóstico Geo-Biofísico de Casos de Fragmentação da Floresta Atlântica na Bacia do Rio Macacu (RJ)**. Dissertação de Mestrado em Geografia UFRJ- dept. de Geografia, IGEO, Rio de Janeiro.

POPPER, K. 1973. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo, Pensamento-Cultrix (1º Edição, 1959).

PORTO-GONÇALVES, C. W. 2002. A Latifúndios genéticos y existência indígena. **Revista Chiapas**. México, UAM. Ed. Era. V. 14, p. 7-30.

REDFORD, K.H. & STEARMAN, A.M. 1993. On Common Ground? Response to Alcorn. In: **Conservation Biology**, 7(2):427-428.

REIS, R. B. 2008. **Mapeamento das áreas de preservação permanente (APP) como subsídio à elaboração de estratégias de conservação e recuperação – estudo de caso na APA do rio São João/ Mico-Leão-Dourado**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

ROSA, R. 2003. **Introdução ao sensoriamento remoto**. 5ª edição, Uberlândia: EDUFU, 228p.

SALVATERRA, M. C. J. 2011. Anotações sobre a ocupação de Grumari / Guaratiba no século XVIII - Ensaio de Genalogia. In: **Revista Internética João do Rio**, Ano 9 - Número 49, Junho / Julho de 2011 (<http://www.joaodorio.com> acessado 31/07/11).

SAMPAIO, A.J. 1935 **Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza**. *Boletim do Museu Nacional*, n 11 pp 48-55, Rio de Janeiro.

SANTOS, M. 2002. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Edusp. Coleção Milton Santos I.

SANTOS, R. F. dos. 2004. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**, Ed. Oficina de Textos, São Paulo.

SAUER, C. A. 1998. Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgns.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74.

SCUDDER, T. & COLSON, E. 1972. From Welfare to Development: a conceptual framework for the analysis of dislocated people. In: HANSEN, A. & OLIVER-SMITH, A. (Orgns,) **Involuntary Migration and Resettlement: the response of dislocated people**. Boulder: Westview Press.

SILVERMAN, D. 2001. **Interpreting Qualitative Data: Methods For Analysing Talk, Text and Interaction**. 2º ed, SAGE Publications, London.324p.

SIQUEIRA, F.A. 1997. Os **Mistérios do Grumari**. 2ed. Rio de Janeiro.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Presidência da República. Sub-chefia para assuntos jurídicos. (Disponível na INTERNET via http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm acessado em 12/05/2010).

SMAC, 1998. Prefeitura. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Estudo de Impacto Ambiental para o Projeto de Recuperação da Macrobacia de Jacarepaguá**. Rio de Janeiro.

SOS Mata Atlântica / INPE / ISA 1998. **Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio Mata Atlântica no período 1990-1995** . São Paulo. SOS Mata Atlântica /INPE / ISA.

SOUZA, M.L. 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C.G; CORRÊA, R. L. (Org.), **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

TCMRJ, 2005, **Auditoria Operacional em Unidades de Conservação** (http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/2143/Rel_UC_parte1.pdf acessado em 16/08/2011).

TROLL,C. 1997. A Paisagem Geográfica e sua Investigação. In: **Espaço e Cultura**, v.4, p. 1-7.

TUAN, Y. F. 1980. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 288p.

TURNER, M. G. 1989. Landscape Ecology: The Effect of Pattern on Process. In: **Annu. Ver. Ecol. Syst.** 20: 171-191.

VAN SCHAIK, C. e RIJKSEN, H. 2002. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: Spergel, B. e Terborgh, J. (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba. Ed. Da UFPR/ Fundação O Boticário. 518p.

WALL, D. 1994. **Green History: A Reader in Environmental Literature, Philosophy, and Politics.** Routledge: New York.

WILSON, A. 1992. **The culture of nature: North American landscape from Disney to the Exxon Valdez.** Ed. Blackwell , Cambridge, MA (USA).

10) Anexos

Anexo I. Questionários Pré- elaborados Aplicados no PNMG

1) Questões aplicadas aos comerciantes de do PNMP e PNMG (quiosques, restaurantes e tendas na areia)

() Quiosque () Restaurante () Tenda na areia

1) Há quanto tempo trabalha na área? _____

2) É Proprietário ou aluga o quiosque / restaurante / tenda? _____

3) Possui outra fonte de renda? _____ Qual? _____

4) Quais os dias / período de maior movimento? _____

5) Qual a origem dos fregueses (no caso de residentes do Rio de Janeiro – bairro; no caso de turistas – estado / país)? _____

6) Quais os maiores problemas enfrentados para o desenvolvimento da atividade comercial exercida na área?

7) Está vinculado ao projeto Rio – Orla? _____

8) Quais os maiores anseios em relação as possíveis ações desenvolvidas pela prefeitura na área?

9) Tem consciência que sua atividade comercial está localizada no interior de uma unidade de conservação? _____

10) Como classifica a relação com os gestores do parque (secretaria municipal de meio ambiente)? () Positiva () Negativa () Indiferente

12) A criação do parque influenciou a sua rotina de trabalho? De que forma? _____

11) Pretende permanecer na área? Por quê?

13) Possui informações sobre o histórico de criação do parque? _____

2) Questionário Comunidade de Agricultores - Grumari - RJ

Data: _____

Entrevistador: _____ Tempo da Entrevista: _____

1 – Localização Geográfica

a) Comunidade (nome oficial e/ou denominação): _____

b) Localidade: _____ N° _____

Setor: _____ Quadra: _____ Lote: _____

c) Coordenadas UTM: _____

Coordenadas Lat/Long: _____

d) Cota Altimétrica: _____

2- Dados Familiares

a) Morador (chefe da família / entrevistado): _____

b) Naturalidade: _____

c) Idade: _____ Escolaridade: _____

d) N° de Ocupantes: _____ N° de Pessoas Economicamente Ativas: _____

e) Profissão (emprego atual): _____ Carteira Assinada (S) (N)

Principal Fonte de Renda da Família: _____

f) Renda Familiar:

() menos de um salário mínimo; () de 1 a 3; () de 3 a 5 () acima de 5

g) Religião? _____

3- Habitação

a) Há quanto tempo reside na área?

() menos de 10 anos () de 10 a 20 anos () de 20 a 30 anos () mais de 30 anos

Local de origem: _____

b) Motivo da vinda: _____

c) Sua moradia é própria? (S) (N)

Qual a forma de aquisição da moradia? _____

d) Possui alguma documentação? (S) (N) Qual? _____

e) Possui planta da área? (S) (N) quantos m² possui a residência? _____

f) Tipo de moradia: () Alvenaria () Estuque () outros _____

Possui banheiro? (S) (N) Quantos? _____ Quantos quartos? _____

g) Já realizou ou pretende realizar benfeitorias? (S) (N) Quais? _____

h) Já realizou ampliação no imóvel? (S) (N)

Qual? _____

_____ Quando? _____

i) Possui outras moradias? (S) (N) Quantas? _____

j) Localização: _____

k) Há ocupantes temporários? (S) (N) N° _____

O número de habitantes na residência aumentou nos últimos 10 anos? Quanto? _____

l) Tem vontade de sair do local? (S) (N) Por quê? _____

m) Topografia do terreno onde se localiza a casa (percepção do entrevistador):

() plana () suavemente inclinada () moderadamente inclinada () fortemente inclinada

g) Ecossistema em que se localiza: () Restinga () Floresta de encosta

h) Caso desenvolva atividade agrícola, qual a metragem da área utilizada? _____

i) Quais os cultivos desenvolvidos? _____

4 – Condições Sanitárias e Infraestrutura (percepção do entrevistador)

a) Esgotamento Sanitário: () enterrado / sistema de tratamento () na superfície “in natura” para o rio () fossa () outros: _____

b) Abastecimento de Água:

() encanada / Prefeitura () poço () natural do rio () nascente () outros

c) Qualidade da Água:

() boa potabilidade () imprópria para consumo Obs: _____

d) Ocorre ou pode ocorrer inundações ou deslizamentos na área? (S) (N)

Qual e Quando foi o último evento (entrevistado)? _____

e) Destino do Lixo:

() Recolhido por Lixeiro () enterrado () queimado () Jogado em terreno baldio

() Jogado na encosta () jogado no rio () Coleta Seletiva / Reciclado

f) Possui Luz elétrica: (S) (N) Caso possua: () Luz Oficial () Luz clandestina

Quando? _____

g) Gás: () sem gás () encanado () botijão () fogueira

h) Correio: () sem correio () carteiro () caixa de coleta ECT

i) Transporte (meios utilizados): _____

Existe transporte público? (S) (N)

O movimento de massa de abril de 2010 influenciou seu dia-a-dia? (S) (N)

Por quê?

j) Onde utiliza serviços com mais frequência? _____

k) Existe alguma associação na comunidade? (S) (N) Qual (is)? _____

Existe há quanto tempo? _____

Você está vinculado à associação? (S) (N) Há quanto tempo? _____

l) Principal (is) problema (s) de condições sanitárias e infra-estrutura (segundo o entrevistado): _____

Na visão do entrevistador: _____

5 - Educação

a) Existe escola na comunidade? (S) (N)

Onde estudam as crianças? _____

b) Qual a natureza da (s) escolas? () particulares N° _____ () Públicas N° _____

Existe transporte escolar? (S) (N) Quem oferece? _____

c) Nível de escolaridade mais alto dentre os habitantes da residência: _____

6 – Meio Ambiente

a) Você possui a consciência que sua residência se localiza dentro de uma área legalmente protegida (PNM)? (S) (N)

Em caso afirmativo, há quanto tempo sabe? _____

b) Já residia na área antes da criação do parque? (S) (N) Há quanto tempo? _____

c) Você utiliza alguma área do parque para desenvolvimento de atividade econômica?
(S) (N)

Qual atividade / área? _____

d) Alterou suas atividades econômicas após a criação da APA / Parque? (S) (N)

Atividade antes _____ Atividade depois _____

e) Existe alguma irregularidade no local? (S) (N)

Qual? () aumento da lavoura () extração de vegetais () queimadas () corte de árvores () criação de animais silvestres () Presença de processos erosivos intensos () problemas decorrentes da deposição irregular de lixo

Outros: _____

f) Você exerce alguma atividade de lazer dentro do parque? (S) (N)

Qual? _____

g) Existe algum projeto de educação ambiental na área? (S) (N)

Qual? _____

Quem desenvolve? _____

h) Existem ONGs atuando na região? (S) (N) Como? _____

Qual (is)? _____

Qual a área na qual possui maior interesse?

() Baixada / restinga () Encosta () Praia

Por quê? _____

i) Como classifica sua relação com os gestores do parque?

() Excelente () Boa () Ruim () Conflitante () Indiferente

j) Algum membro da residência está vinculado a algum projeto proposto pela prefeitura? (S) (N) Qual (is)? _____

k) Apresenta preocupação com a questão ambiental na área? (S) (N)

l) O que você considera mais importante realizar em termos de preservação do meio ambiente próximo a sua casa? _____

g) Sugestões e propostas de trabalhos interativos entre a comunidade e a administração do parque (entrevistado) _____

j) Algum morador da residência trabalha em algum projeto da prefeitura? (S) (N)

Quantos? _____ Quais projetos? _____

Desde quando? _____

i) Existem lendas, causos ou histórias locais? (S) (N)

Quais? _____

3) Questionário Colônia de Pescadores - Grumari – RJ

Data: _____

Entrevistador: _____ Tempo da Entrevista: _____

1 – Localização Geográfica

a) Comunidade (nome oficial e/ou denominação): _____

b) Localidade: _____ N° _____

Setor: _____ Quadra: _____ Lote: _____

c) Coordenadas UTM: _____

Coordenadas Lat/Long: _____

d) Cota Altimétrica: _____

2- Dados Familiares

a) Pescador (entrevistado): _____

b) Naturalidade: _____

c) Idade: _____ Escolaridade: _____

d) N° de Ocupantes: _____ N° de Pessoas Economicamente Ativas: _____

e) Profissão (emprego atual): _____ Carteira Assinada (S) (N)

Principal Fonte de Renda da Família: _____

f) Renda Familiar:

() menos de um salário mínimo; () de 1 a 3; () de 3 a 5 () acima de 5

g) Religião? _____

3- Informações sobre o Rancho e Atividade Pesqueira

a) Há quanto pesca na área?

() menos de 10 anos () de 10 a 20 anos () de 20 a 30 anos () mais de 30 anos

Local de origem: _____

b) Motivo da vinda: _____

- c) Sua moradia é própria? (S) (N) onde? _____
- Qual a forma de aquisição do Rancho de pesca? _____
- d) Possui alguma documentação? (S) (N) Qual? _____
- e) Possui planta da área? (S) (N) quantos m² possui o Rancho? _____
- f) Tipo de construção: () Alvenaria () Estuque () outros _____
- Possui banheiro? (S) (N) Quantos? _____
- g) Já realizou ou pretende realizar benfeitorias? (S) (N) Quais? _____
- _____
- h) Já realizou ampliação no imóvel? (S) (N) Qual? _____
- _____ Quando? _____
- i) Possui outros ranchos? (S) (N) Quantos? _____
- j) Localização: _____
- k) Há trabalhadores temporários? (S) (N) N° _____
- O número de frequentadores no rancho aumentou nos últimos 10 anos? Quanto? _____
- l) Tem vontade de sair do local? (S) (N) Por quê? _____
- m) Topografia do terreno onde se localiza a casa (percepção do entrevistador):
- () plana () suavemente inclinada () moderadamente inclinada () fortemente inclinada
- g) Ecossistema em que se localiza: () Restinga () Floresta de encosta
- h) Caso desenvolva atividade agrícola, qual a metragem da área utilizada? _____
- i) Quais os cultivos desenvolvidos? _____
- j) A produtividade da pesca vem aumentando ou diminuindo nos últimos dez anos?
- () Sim () Não
- k) Qual o destino da produção? _____
- l) Quantos barcos possui? _____
- m) Quantos funcionários no rancho? _____
- n) Possui estabelecimento comercial na praia? _____

4 – Condições Sanitárias e Infraestrutura (percepção do entrevistador)

a) Esgotamento Sanitário: () enterrado / sistema de tratamento () na superfície “in natura” para o rio () fossa () outros: _____

b) Abastecimento de Água:

() encanada / Prefeitura () poço () natural do rio () nascente () outros

c) Qualidade da Água:

() boa potabilidade () imprópria para consumo Obs: _____

d) Ocorre ou pode ocorrer inundações ou deslizamentos na área? (S) (N)

Qual e Quando foi o último evento (entrevistado)? _____

e) Destino do Lixo:

() Recolhido por Lixeiro () enterrado () queimado () Jogado em terreno baldio

() Jogado na encosta () jogado no rio () Coleta Seletiva / Reciclado

f) Possui Luz elétrica: (S) (N) Caso possua: () Luz Oficial () Luz clandestina

Quando? _____

g) Gás: () sem gás () encanado () botijão () fogueira

h) Correio: () sem correio () carteiro () caixa de coleta ECT

i) Transporte (meios utilizados): _____

Existe transporte público? (S) (N)

O movimento de massa de abril de 2010 influenciou seu dia-a-dia? (S) (N)

Por quê? _____

j) Onde utiliza serviços com mais frequência? _____

k) Existe alguma associação na comunidade? (S) (N) Qual (is)? _____

Existe há quanto tempo? _____

Você está vinculado à associação? (S) (N) Há quanto tempo?_____

l) Principal (is) problema (s) de condições sanitárias e infra-estrutura (segundo o entrevistado):

Na visão do entrevistador:_____

5 – Meio Ambiente

a) Você possui a consciência que seu rancho se localiza dentro de uma área legalmente protegida (PNM)? (S) (N)

Em caso afirmativo, há quanto tempo sabe?_____

b) Já pescava na área antes da criação do parque? (S) (N) Há quanto tempo?_____

c) Você utiliza alguma área do parque para desenvolvimento de atividade econômica? (S) (N) Qual atividade / área?_____

d) Alterou suas atividades econômicas após a criação da APA / Parque? (S) (N)

Atividade antes_____ Atividade depois_____

e) Existe alguma irregularidade no local? (S) (N)

Qual? () Pesca ilegal () extração de vegetais () queimadas () corte de árvores () criação de animais silvestres () Presença de processos erosivos intensos () problemas decorrentes da deposição irregular de lixo

Outros:_____

f) Você exerce alguma atividade de lazer dentro do parque? (S) (N)

Qual?_____

g) Existe algum projeto de educação ambiental na área? (S) (N)

Qual?_____

Quem desenvolve? _____

h) Existem ONGs atuando na região? (S) (N) Como? _____

Qual (is)? _____

Qual a área na qual possui maior interesse?

() Baixada / restinga () Encosta () Praia

Por quê? _____

i) Como classifica sua relação com os gestores do parque?

() Excelente () Boa () Ruim () Conflitante () Indiferente

j) Algum pescador do rancho residência está vinculado a algum projeto proposto pela prefeitura? (S) (N)

Qual (is)? _____

k) Apresenta preocupação com a questão ambiental na área? (S) (N)

l) O que você considera mais importante realizar em termos de preservação do meio ambiente próximo ao seu rancho? _____

m) Sugestões e propostas de trabalhos interativos entre a colônia de pesca e a administração do parque (entrevistado) _____

n) Existem lendas, causos ou histórias locais? (S) (N)

Quais? _____

4) Questões aplicadas ao GMAR (Guaratiba)

1) Como funcionam os turnos (escalas)?

2) Já trabalhou ou trabalha em outras praias do Rio de Janeiro? () Sim () Não

3) Como classifica a praia quanto ao risco de afogamento?

() Muito Alto () Alto () Médio () Baixo () Muito Baixo

Por quê? _____

4) Quais os maiores problemas encontrados na praia?

5) Quais as maiores dificuldades para o exercício do trabalho?

6) O movimento de massa de abril de 2010 influenciou sua rotina de trabalho? Como?

7) Gostaria de estar em outra praia? () Sim () Não

Por quê? _____

Anexo II: Boletim de ocorrência relativo à apreensão de pés de *cannabis sativa* realizado na 42º DP



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL
042a.Delegacia de Polícia
Avenida Teotônio Vilela 31 Recreio Dos Bandeirantes 22795-265

REGISTRO DE OCORRÊNCIA N° 042-03773/2011

Data/Hora Início do Registro: 27/07/2011 13:41 Final do Registro: 27/07/2011 14:08

Origem: Atendimento 04211/09410-0 Circunscrição: 042a.Delegacia de Polícia

Responsável p/ Investigação: CLAUDELUCIA SILVA DE VASCONCELLOS

Ocorrências

Apreensão

Apreensão (outros)

Capitulação:

Motivo Presumido: Ignorado

Data e Hora do fato: 27/07/2011 12:00 e 27/07/2011 13:00

<<ENDEREÇO NÃO LOCALIZADO>>, 00 Bairro: RECREIO DOS BANDEIRANTES Município: RIO DE JANEIRO-RJ

Parque da Prainha
Morro dos Cabritos

Despacho da Autoridade

Envolvido(s)

Testemunha - Apreensão (outros)

Nome: MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO - GUARDA MUNICIPAL - Comunicante

Carteira funcional N° 632942-1 G.M. Rio

CPF/CIC N° 974.257.457-04 M.FAZ

Lotação: GDA

Testemunha - Apreensão (outros)

Nome: TIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA - IDENTIFICAÇÃO CIVIL CONFIRMADA

Identidade N° 108298746 IFP

CPF/CIC N° 052.412.637-21 M.FAZ

Residente na Rua GARIBALDI 71 APTO 201 Bairro: TIJUCA Município: RIO DE JANEIRO RJ Telefone N°: 22083637
TELEFONE/FAX: 99688613

Filho de: LUIZ CARLOS PINHEIRO D PEREIRA e CLAUDIA MARIA DA COSTA FERREIRA

Data de nascimento: 16/06/1981 Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Cor: Branca

Estado Civil: Companheiro(a) Ocupação Principal: Funcionário Público

Testemunha - Apreensão (outros)

Nome: NÃO IDENTIFICADO - NÃO IDENTIFICADO

Ben(s) Envolvido(s)

REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 042-03773/2011

Data/Hora Início do Registro: 27/07/2011 13:41 Final do Registro: 27/07/2011 14:08

Origem: Atendimento 04211/09410-0 Circunscrição: 042a.Delegacia de Polícia

Responsável p/ Investigação: CLAUDELUCIA SILVA DE VASCONCELLOS

Outros Materiais

Proprietário: NÃO IDENTIFICADO

Apresentante: MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO

Situação: Apreensão Destino: DP

1 Centimetro(s) de Planta verde

Tipo do Bem: Outros

Valor aproximado: 1,00 Tipo de Moeda: Real

Proprietário: NÃO IDENTIFICADO

Apresentante: MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO

Situação: Apreensão Destino: DP

5 Centimetro(s) de Garrafas de plástico

Tipo do Bem: Outros

Valor aproximado: 1,00 Tipo de Moeda: Real

Proprietário: NÃO IDENTIFICADO

Apresentante: MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO

Situação: Apreensão Destino: DP

1 Centimetro(s) de Pá de jardinagem

Tipo do Bem: Outros

Valor aproximado: 20,00 Tipo de Moeda: Real

Proprietário: NÃO IDENTIFICADO

Apresentante: MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO

Situação: Apreensão Destino: DP

2 Centimetro(s) de Enchadas de jardinagem

Tipo do Bem: Outros

Valor aproximado: 20,00 Tipo de Moeda: Real

Proprietário: NÃO IDENTIFICADO

Apresentante: MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO

Situação: Apreensão Destino: DP

1 Centimetro(s) de Saco aberto com adubo

Tipo do Bem: Outros

Valor aproximado: 15,00 Tipo de Moeda: Real

Dinâmica do Fato

Trata-se de Apreensão. Narra o comunicante GM MIGUEL JERÔNIMO TORRES NETO que estava fazendo patrulhamento no Parque da Prainha em apoio ao professor de Geografia TIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA, que encontraram uma planta de erva parecendo ser cannabis sativa (maconha), tendo apresentado o fato de imediato a esta UPJ.

Diligências Realizadas

A critério da A.P.

REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 042-03773/2011

Data/Hora Início do Registro: 27/07/2011 13:41 Final do Registro: 27/07/2011 14:08

Origem: Atendimento 04211/09410-0 Circunscrição: 042a.Delegacia de Policia

Responsável p/ Investigação: CLAUDELUCIA SILVA DE VASCONCELLOS

CLAUDELUCIA SILVA DE VASCONCELLOS
Inspetor de Policia - 959.331-0

Anexo III. Autorização fornecida pelo gestor do PNM de Grumari (2006) para expansão de domicílio na comunidade (Foto: Thiago Pereira) residente no interior do Parque.

12(1*)

PREFEITURA
MUNICÍPIO DE GRUMARI

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE GRUMARI
Estrada do Grumari s/nº - Grumari
Rio de Janeiro - Telefex: 2323-0333 (recado)

006/2006
Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2006

Fiscalização: 03/06/06
Requerentes: Maria Francisca da Silva, Tatiana da Silva Rafael e Margareth da Silva Rafael
Endereço: Comunidade do Grumari casa 18 fundos

I - Motivo do Parecer

Trata-se de solicitação de autorização para construção, exigência para início de obras.

II - Análise

Os requerentes vêm justificar o pedido de construção de uma cozinha, dado que as refeições são produzidas no quarto que se confunde com cozinha, e um banheiro. A informação anterior foi constatada por este Gestor e a partir de testemunhos de outras pessoas do local, além de ter constatado que o imóvel não possui realmente cozinha separada do ambiente dormitório. Constatou-se a existência de uma laje antiga adjacente a construção. No cômodo residem além das requerentes mais 3 crianças.



III – Conclusão

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Art. 2º da Lei Municipal 2.130 de 11/05/04, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e sua atribuição na criação de Unidades de Conservação;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal 20149/2021, que criou o Parque Natural Municipal de Gramari;
CONSIDERANDO o Art. 2º da RESOLUÇÃO SMAC Nº 350 DE 25 de setembro de 2024, que define a função gestora de Unidades de Conservação à MAE-PAFOP;
CONSIDERANDO a Resolução SMAC "P" Nº 103 de 06 de julho de 2026, que designou o atual Gestor do Parque Natural Municipal de Gramari e

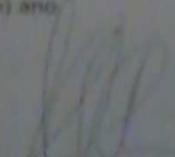
Considerando os fatos apresentados e como não haverá aumento significativo da área já anteriormente ocupada e para proporcionar condições mínimas de vida,

Autorizo a obra de construção de 17,43 m² (8,30 x 2,10 m) como cozinha e ampliação de cômodo e 7,5 m² (3 x 2,5m) para um banheiro, no fundo do imóvel 18 em laje já existente.

Com as seguintes exigências:

- Remoção de todo o material resultante da obra para fora do Parque;
- Que não seja danificada a vegetação ao redor do empreendimento;
- O não plantio de espécies exóticas ou inadequadas sem a devida autorização da SMAC;
- A não utilização de material vegetal (p. ex. madeira) ou mineral (p. ex. areia, saibro e argila) retirado da área do Parque ou de outra área sem a devida licença;
- A construção de sistema de esgotamento baseado na associação de fossa-filtro-sumidouro;

IV – Validade da Autorização: 1 (um) ano.


ALEXANDRE JOSÉ DA ROCHA MOREIRA
GESTOR DO PARQUE N.M. GRAMARI
MATR. Nº 17.342 - REG. Nº 60.120074